



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**  
**DO TRÓPICO ÚMIDO**

**PAULO OLIVIO CORREA DE AQUINO JUNIOR**

**CAMPESINATO E AGRONEGÓCIO DO DENDÊ NO RAMAL DO CRAVO**  
**(ACARÁ/PA): DISPUTAS EM TORNO DA TERRA E FUTURO**

**BELÉM**

**2019**

PAULO OLIVIO CORREA DE AQUINO JUNIOR

**CAMPESINATO E AGRONEGÓCIO DO DENDÊ NO RAMAL DO CRAVO  
(ACARÁ/PA): DISPUTAS EM TORNO DA TERRA E FUTURO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

Orientadora: prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcela Vecchione Gonçalves.

BELÉM

2019

**PAULO OLIVIO CORREA DE AQUINO JUNIOR**

**CAMPESINATO E AGRONEGÓCIO DO DENDÊ NO RAMAL DO CRAVO  
(ACARÁ/PA): DISPUTAS EM TORNO DA TERRA E FUTURO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

Lina de Pesquisa Estado e Políticas Públicas.

**Aprovada em:** 15/04/2019

**Banca Examinadora**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Marcela Vecchione Gonçalves

Orientadora – PPGDSTU/UFPA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Examinadora interna – PPGDSTU/UFPA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>o</sup> Mauricio Gonsalves Torres

Examinador externo – INEAF/UFPA

E se a força é tua  
Ela um dia é nossa  
Olha o muro, olha a ponte, olha o dia de  
ontem chegando  
Que medo você tem de nós,  
Olha aí.  
- Paulo Cesar Pinheiro

É tarde, porém é madrugada  
Se insistirmos um pouco  
- Pedro Casaldáliga

Mas a compaixão dos oprimidos pelos  
oprimidos é indispensável.  
Ela é a esperança do mundo.  
- Brecht

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que fizeram parte desta pesquisa e mais ainda de minha vida nesses encontros e desencontros que marcaram especialmente os últimos anos.

Formado em geografia, com o tempo vi que toda viagem passava a ser um campo, mesmo quando à passeio. Isso não deixa de acarretar alguma angústia, mas creio não ser específico de quem se formou em geografia. É que o social salta aos olhos, ao mesmo tempo que se oculta. Abrir e fechar os olhos é sempre ver o tempo passar e permanecer. E tempo e espaço se esculpem um ao outro, na talha do mundo que se torna mundos.

Nestes encontros e desencontros dessas partes que tomam parte da vida, formando um jogo de retalhos coloridos (cores que brilham, cores que doem), gente de perto e de longe toma lugar. Especialmente quem luta.

Assim, eu agradeço a quem luta. Aprendi luta de minha mãe, de minhas irmãs e meu irmão. Aprendi luta da gente pobre como nós, de Santarém Novo, minha terra natal, que sorria diante do pouco pra fazer maior a vida.

Agradeço a todos mais que encontrei e que por algum motivo ainda deixam o brilho no olhar, dxs colegas de pesquisa aos camponeses e camponesas que encontrei, os parentes, os porantins.

Agradeço de forma muito especial aos moradores de São Francisco do Cravo que me receberam e tiveram paciência de me ensinar. Eles foram mestres, como foram mestres a professora Marcela Vecchione que orienta este trabalho e a professora Catia Macedo, que me indicou um caminho que valia a pena seguir na pesquisa.

Essa pesquisa não teria tantos detalhes sobre a comunidade se eu não pudesse ter ficado na comunidade na última etapa dos trabalhos de campo, por isso agradeço ao Leonel e Raimunda, que me acolheram em sua casa e me fizeram parte de lá. Nunca me esquecerei disso, do café que torrei e bebi numa daquelas tardes, torrado no fogo à lenha, debaixo de um jambeiro, bebido no calor do trabalho que pude fazer parte.

A pesquisa foi um reencontro com quem não conheci de memória. Vó Bonifácia morreu eu era pequeno demais. Pela minha mãe soube quem foi. Pelas fotos os traços pretos e indígenas mostram sua beleza parada ali no tempo capturado. Esse trabalho é dedicado à minha vó, preta e índia, que me deixou sangue e teimosia. Que permanece.

Uma semana antes de fazer a prova para ingressar no NAEA, estafado, eu quis desistir. Partilhei a decisão com apenas uma pessoa, minha companheira Dani. Ela incentivou a fazer a

prova e me convenceu a voltar atrás. Voltar atrás é um dos significados de revolução. Agradeço a Dani, revolucionária que me acompanha, ensina e é parte muito importante de minha vida.

Quando eu cheguei para ficar o período mais extenso em São Francisco do Cravo, lembro que os netos de Leonel e Raimunda costumavam apontar para cima e dizer “olha, Paulo, o passarinho tal”. Eu não via nada. Eles riam, faziam chacota, diziam que eu era cego.

Faz anos moro na cidade. Os pássaros que vejo estão quase sempre em postes ou cortando o azul nos finais de tarde entre lugares que não sei.

Ao final do campo na comunidade, eu já conseguia enxergar os passarinhos. E muito mais coisas aprendi.

Agradeço ao Vitor e ao Caique, que me ensinaram a enxergar passarinhos. Este trabalho é dedicado a vocês.

## RESUMO

Este trabalho versa sobre disputas em torno da terra e futuro a partir de uma pequena comunidade do interior de Acará (PA) chamada São Francisco do Cravo. Com base em trabalhos de campo, memórias da comunidade e documentos, no diálogo com questões de ampla escala como a governança climática global, mudanças no uso da terra e fontes de energia, procuro ampliar o escopo de análise sobre agronegócio do dendê na Amazônia enquanto projeto com incidências não só na atualidade, mas no futuro que se pretende impor à região, questionando os caminhos que são facilitados e dificultados (MURRAY LI, 2014), tendo no território um conceito chave enquanto luta entre classes pela socialização da natureza (OLIVEIRA, 2003), memória social e processo (CASTRO e MARIN, 1999). Durante os capítulos, desta forma, se busca abordar as relações interescares e de complexidade intercalando a situação da comunidade, a conjuntura atual e as condições estruturais de reprodução do sistema socioeconômico hegemônico, assim como a reprodução camponesa, para daí buscar entender como as disputas pela terra na atualidade são também disputas pelo futuro e que contradições emergem destes processos.

**Palavras-chave:** campesinato; território; disputa.

## ABSTRACT

This work deals with disputes around the Earth and future from a small community of inland Acará (PA) named São Francisco do Cravo. Methodologically, I made a triadic option to approach the subject, reflecting on the peasant community, agribusiness palm oil company and the State, namely, São Francisco do Cravo, the Biopalma SA and different levels of government in Brazil, taking the concept of territory by Oliveira (2003) and the Situational Analysis presented by T. Murray Li (2014) theoretical that assisted in the management of field information, documentary sources and interviews carried out over these three years of research. I understand that reflect the implantation and advancement of Amazonian agribusiness in the Amazon, particularly in the northeast of Para, means considering the projects and models that have been identified as alternatives for the development of the region. The peasantry present in the community, in turn, manifests in their practices the will to remain on the land and continue reproducing as a class and way of life (SHANIN, 2008), from small-scale agriculture based on family work. In the meantime, it is sought here to reflect on how the ongoing land disputes constitute and lead to disputes over the future.

**Key-words:** peasantry; territory, dispute.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 -	Sinalização no Ramal do Cravo em São Francisco do Cravo(Acará/PA)	15
Foto 2 -	Roça de Jovanina, na encruzilhada do Ramal do Cravo com o Sítio Bom Jesus .....	21
Foto 3 -	Agricultor observa enquanto área é queimada para plantio.....	35
Foto 4 -	Avó e netos no preparo do vinho de açaí.....	35
Foto 5 -	Camponeses preparando farinha na “casa de forno” .....	37
Foto 6 -	Fazenda no Ramal .....	39
Imagem 1 -	Sítio Bom Jesus .....	42
Foto 7 -	Açaí apanhado é levado para a residência .....	44
Croqui 1 -	Sítio Bom Jesus .....	46
Imagem 2 -	Sítio Bom Jesus 2 .....	47
Croqui 2 -	Comunidades de São Francisco do Cravo .....	49
Foto 8 -	Igarapé Represa .....	51
Foto 9 -	Agrovila da Biopalma .....	52
Foto 10 -	Balsas da empresa no Rio Acará .....	51
Mapa 1 -	Ramal de São Francisco do Cravo .....	52
Foto 11	Comércio de produção camponesa na beira da estrada, na PA-25 .....	53
Croqui 3 -	Esquema de usurpação 1 .....	61
Foto 12 -	Obras na área central de Acará .....	63
Foto 13 -	Sindicato dos Empregados Rurais do Município de Acará .....	64
Croqui 4 -	Esquema de usurpação 2 .....	68
Foto 14 -	Coqueiro plantado em lote de agricultor fruto do FNO .....	71
Foto 15 -	Carreta transporta Óleo de Palma pelo Ramal .....	76
Foto 16 -	Ônibus transporta funcionários enquanto crianças percorrem o Ramal ...	77
Foto 17 -	Mapa de Fazenda Três Irmãs, da Biopalma .....	79
Gráfico 1 -	Variação do preço de Minério de ferro entre junho de 2003 e janeiro de 2017 .....	94
Gráfico 2 -	Variação do preço do Petróleo Bruto no período de janeiro de 1998 a janeiro de 2017 .....	94
Gráfico 3 -	Variações no preço do Óleo de Palma no período entre janeiro de 2003 à janeiro de 2017 .....	95

Croqui 5 -	Área da roça de Leonel e arredores .....	144
Foto 18 -	Caminho até a Roça .....	145
Foto 19 -	Açaizal ao lado da roça em chamas .....	146
Foto 20 -	Mensagem de ouvidor agrário nacional a superintendente do INCRA ....	151
Figura 1 -	Percepção do sindicato dos trabalhadores e dos agricultores de Acará ...	157
Imagem 2	Trecho do Boletim de Ocorrência registrado por Nazildo em 2015 .....	161
Foto 21 -	Placa “Não entre sem permissão” no Sítio Bom Jesus, vizinho dos monocultivos de dendê .....	167
Imagem 3 -	<i>Slide</i> do “Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará – Plano de Trabalho Palma de Óleo” .....	170
Imagem 4 -	<i>Slide</i> do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará .....	172
Gráfico 4 -	Área plantada da mandioca x admissões emprego formal setor agropecuário do município do Acará (2007-2014) .....	177
Foto 22 -	Desenho do lote da família Chaves .....	178
Foto 23 -	Victor no pé de açaí .....	184
Foto 24 –	Crianças da comunidade de São Francisco do Cravo .....	190

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Concentração de Terras no Vale do Acaraú, com destaque para a Biopalma .....	74
Tabela 2 -	Áreas de Plantio (fazendas) da Biopalma .....	78
Tabela 3 -	Pesquisa sobre Palma de Óleo na biblioteca <i>on-line</i> da Embrapa .....	102
Tabela 4 -	Projetos desenvolvidos pela Embrapa acerca da Palma de Óleo .....	103
Tabela 5 -	Programas de Financiamento do Dendê via MDA .....	109
Tabela 6 -	Matriz FOR .....	155
Tabela 7 -	Áreas das classes de zoneamento para para a produção da palma de óleo .....	176
Tabela 8 -	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em Acaraú .....	178

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BASA	Banco da Amazônia Sociedade Anônima
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CAMTA	Cooperativa Mista Tomé-Açu
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPA	Instituto Federal do Pará
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
MA	Maranhão
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Pará
PGE	Procuradoria-Geral do Estado
PPGDSTU	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
PRODUSA	Programa Sustentável do Agronegócio
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROPFLORA	Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas
RMB	Região Metropolitana de Belém
AS	Sociedade Anônima
UEPA	Universidade Estadual do Pará

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2 FAZENDO SÃO FRANCISCO DO CRAVO</b> .....	24
2.1 Campesinato, Território e Populações.....	29
2.2 Fazenda São Francisco do Cravo .....	34
2.3 O sítio no Ramal Bom Jesus .....	41
2.4 As comunidades dentro da comunidade.....	48
2.5 A agricultura no município de Acará .....	55
2.6 Ação sindical: costura de resistências.....	64
2.7 Experiência e aprendizado: o caso do FNO .....	70
2.8 A geografia da empresa Biopalma a partir dos sujeitos .....	73
<b>3 O AGRONEGÓCIO DO DENDÊ EM ACARÁ: ANÁLISE SITUACIONAL</b> ...	81
3.1 O governo federal: geopolítica externa e interna .....	83
3.2 O papel da conjuntura internacional: a crise de 2008 e as <i>commodities</i> .....	91
3.3 O papel do conhecimento e do fomento financeiro.....	96
3.4 Governo do Pará: que papel? .....	110
3.5 Uso da terra: questões estruturais .....	116
<b>4 TERRA E FUTURO EM DISPUTA EM SÃO FRANCISCO DO CRAVO</b> ....	127
4.1 Agriculturas: o trabalho materializado sobre uma “base” limitada e suas disputas .....	127
4.2 Quando nomes não são somente nomes: questões de <i>designação</i> e <i>destinação</i> de terras.....	136
4.3 Diagnóstico territorial: Prospecções de antemão e contramão no Ramal.....	153
4.4 Desdobramentos dos “nós” em São Francisco do Cravo .....	163
<b>5 EM BUSCA DO CONCRETO NAS DISPUTAS POR TERRA E FUTURO: À GUIA DA CONCLUSÃO</b> .....	181

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>191</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>204</b>
<b>Anexo 1 – Protocolo de intenções socioambiental da palma de óleo.....</b>	<b>204</b>
<b>Anexo 2 – Boletins de ocorrência do caso nazildo, assassinado em 2018 .....</b>	<b>210</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre disputas em torno da terra e futuro a partir de uma pequena comunidade do interior de Acará (PA) chamada São Francisco do Cravo. Quando em 2015 realizei o primeiro trabalho de campo naquela comunidade, como bolsista de iniciação científica, não havia sequer cogitado que dali se estenderia uma pesquisa por pouco mais de três anos que resulta nesta dissertação.

À época, metodologicamente, fiz uma opção triádica para me aproximar do tema, refletindo sobre a comunidade camponesa, a empresa do agronegócio do dendê e o Estado, isto é, São Francisco do Cravo, a Biopalma S.A. e o governo federal. Teoricamente a abordagem que constituiu o trabalho de conclusão de curso de licenciatura em geografia pelo IFPA, em 2016, foi predominante no trato da categoria território em chave dialética sistematizada por A. Umbelino de Oliveira em “Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI”, trabalho de 2003.

Ao ingressar no PPGDSTU do NAEA, essa base foi em grande parte mantida, mas a interdisciplinaridade foi adquirindo um papel cada vez mais importante tanto na formulação do problema quanto nos trabalhos de campo e literatura, refletindo assim no próprio balanceamento daquela tríade. Isso permitiu abrir o escopo prático-investigativo e teórico incorporando a busca por uma aproximação e diálogo em diversos níveis e escalas, que resultaram em uma formulação que pretende levantar e relacionar uma série de questões ao redor do presente e futuro desta parcela da Amazônia, ora focando em elementos específicos a partir da comunidade, ora extravasando observações, posto que os processos que ali ocorrem não se restringem a ela, entendendo que as disputas por terra que ali ocorrem são disputas também pelo futuro.

Mas passo atrás: os movimentos que foram sendo feitos ao longo da pesquisa não foram determinados *a priori* por uma orientação ou demanda teórica. Desde as primeiras observações em campo e levantamentos sobre os processos que vinham concorrendo para a territorialização do agronegócio do dendê na comunidade de São Francisco do Cravo, começaram a se cruzar relações e escalas que ultrapassavam aquele lugar onde estavam meus pés. Uma placa de sinalização no Ramal do Cravo foi a centelha: “Biopalma – Uma empresa Vale”. Nas falas dos moradores da sede de Acará onde muitas vezes fiquei alojado ou de São Francisco do Cravo, a denominação da empresa também era um indicativo de ligações significativas: “Biovale”. A pergunta que surgiu daí foi: *por que uma empresa do setor minerário estava investindo no agronegócio do dendê?* Do ponto de vista das localizações,

havia uma espécie de ponte ligando Acará no Nordeste Paraense à Vale no sudeste do estado. Mas era só o começo.

**Foto 1**– Sinalização no Ramal do Cravo em São Francisco do Cravo (Acará/PA)



**Fonte** – Autor (2015)

O andamento da pesquisa foi se conectando com os trabalhos sobre o agronegócio do dendê e seu “avanço” no Pará com ênfase no papel do governo federal, especificamente em políticas públicas como o ZAE-Dendê e o PSOP. Assim, de forma predominante a literatura abordava o problema do agronegócio do dendê nesta parcela da Amazônia como uma intersecção entre políticas públicas federais e setor privado, com aquelas sendo vetores fundamentais destes.

Quanto aos efeitos destes processos de “avanço”, os trabalhos variavam ora ressaltando aspectos positivos (desenvolvimento regional, inclusão social...) ou aspectos negativos (impactos ambientais, proletarização rural, questões relativas à produção alimentar etc.). Para cada uma das interpretações sobre os efeitos do agronegócio do dendê, o levantamento de dados e discussões corroborava para enfatizar aspectos mais positivos ou negativos. O tema ocupou e ocupa muitas pesquisadoras e pesquisadores, dos quais alguns são citados ao longo deste trabalho. Seus levantamentos constituem preciosos instrumentos e suas discussões colocam questões bastante pertinentes.

Entretanto, o peso das dualidades em grande parte dos trabalhos é notável: bom ou ruim, camponês ou proletário, inclusão social ou exclusão, despossessão ou melhoria da vida nas comunidades, desenvolvimento regional ou colonialismo. Enfim, *aut aut*. O que se tentou fazer aqui foi escapar a esta influência cartesiana, digamos. Uma tentativa que percorre estas páginas e esses anos de pesquisa.



Resumidamente, a implantação do agronegócio do dendê na região tem sido acompanhada por pesquisadores sob diversas óticas, que genericamente podem ser divididas em três: a) as que defendem o monocultivo e a parceria empresas-agricultores como promotores do desenvolvimento local e microrregional (discurso realizado majoritariamente por pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e outros órgãos vinculados ao Estado e às empresas); b) as que partem do ponto de vista dos danos ambientais e sociais, com a integração e eliminação do campesinato neste processo – “descampenização” (NAHUM & BASTOS, 2014); e c) as que se preocupam em compreender dialeticamente este processo combinado e contraditório de destruição e recriação campesina (MACEDO e SOUSA, 2015; AQUINO JUNIOR, 2016; 2017).

Entendo que compreender a implantação e o avanço do agronegócio do dendê na Amazônia, particularmente no nordeste paraense, significa ponderar sobre os projetos e os modelos que têm sido apontados como alternativas para desenvolvimento da região. O agronegócio do dendê não é a primeira tentativa de implantação de monocultura para este fim e menos ainda o primeiro projeto de grande escala edificado para o desenvolvimento regional<sup>1</sup>. Alguns de seus diferenciais estão em sua inserção no bojo do chamado desenvolvimento sustentável (DS), com vistas à projeção internacional do Estado brasileiro como promotor de matrizes energéticas renováveis, buscando contornar problemas ocorridos em outras partes do globo como a Ásia, onde o cultivo de dendê é alvo de inúmeras críticas (BACKHOUSE, 2013).

Isto se dá no mais das vezes sob os signos da “inclusão social” e da racionalização, sendo que a primeira, como veremos, é em muitas ocasiões pautada apenas no caráter produtivo, ou predominantemente neste. Ao mesmo tempo as territorializações do agronegócio do dendê operam nos moldes da noção de “ordenamento territorial” (seus correlatos zoneamentos e diagnósticos) com efeitos nas formações sociais (CASTRO e MARIN, 1999) arraigados em uma tentativa de racionalização da produção do território e das relações que o sustentam (processos históricos e alteridades, classes e contradições) com feições neoliberais que arremetem à ação estatal e privada e à própria concepção do que sejam

---

<sup>1</sup> A referência aqui é o monocultivo da soja na Amazônia mato-grossense, discutido com méritos pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira em “BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização” (OLIVEIRA, 2005). Podemos citar ainda o caso de Daniel Keith Ludwig, que adquiriu cerca de 1,6 milhão no Vale do rio Jari, entre Pará e Amapá, onde pretendeu produzir fibras e grãos (celulose e arroz), nos anos 1970 – e que após a falência, teve as dívidas assumidas pelo BNDES, uma bagatela de 200 milhões de dólares. A pimenta também teve papel importante na segunda metade do séc. XX na porção setentrional do Pará. Recentemente, podemos citar as experiências no Arquipélago do Marajó com cultivo de Arroz.

os sujeitos (VECCHIONE GONÇALVES, 2016). Isto procuro desenvolver mais ao longo deste trabalho.

Num primeiro momento (2015-2016) a pesquisa caminhou num diálogo próximo às discussões em torno da Nova Economia da Natureza e a financeirização da natureza como soluções apontadas para resolução ou mitigação da crise climática. A ênfase no carbono, nos balanços de emissões, no “esverdeamento” da economia, foi defrontada à como estes projetos vinham pisando no chão *vermelho e poeirento* de São Francisco do Cravo (AQUINO JUNIOR, 2016). Via naquelas discussões uma “ponta”, espécie de vanguarda do capitalismo agora “verde”, formulada por agentes macro, elites econômicas e políticas, ganhando espaço em discussões multilaterais como as desenvolvidas em organismos da ONU.

Contudo, estas ideias e processos aparentemente abstratos *de ponta* eram insuficientes para dar conta de uma discussão que incorporasse em sentido forte não apenas os efeitos, mas sujeitos envolvidos – ou pelo menos os sujeitos além dos técnicos e dos *planners*. Era preciso dar destaque à outra “ponta”, na verdade os pontos onde se cruzam estes processos, pontos estes onde as pessoas experimenta(va)m na pele estes projetos. São Francisco do Cravo, neste interim, era a comunidade onde aqueles ideais, digamos, realizavam-se e realizam-se em suas contradições – balanços de carbono e poeira avermelhada, alta tecnologia e falta de acesso ao básico da ATER, créditos vultuosos e endividamento, condições de circulação para o agronegócio e a dificuldades de escoamento para a agricultura camponesa, etc.

Assim foi se talhando a ideia de que as disputas que se materializavam em São Francisco do Cravo não eram apenas *imediatas* pela terra, mas *mediatas* por condições de reprodução do capital e dos sujeitos. Era uma disputa entre projetos de futuro na e para aquela parcela do Pará e para a Amazônia, inserida no concreto das classes e modos de vida, das alteridades em meio à crise ambiental e climática global e às soluções apontadas ou não ao enfrentamento destas. Uma disputa pela terra e futuro.

Lembro que em 2015 perguntei a um camponês de São Francisco do Cravo sobre a empresa, dizendo-lhe que muitas pessoas, inclusive pesquisadores, diziam que apesar dos efeitos negativos ‘colaterais’ ela havia levado desenvolvimento para as comunidades. Ele respondeu: “trouxe desenvolvimento sim: pra eles lá”. Se havia um *eles*, o camponês se colocava em um *nós*. Ora, Oliveira (2003, p. 40) defende que a produção do território é efeito da luta de classes na produção de sua existência, luta esta que se dá pela socialização contínua da natureza, sendo estas classes a burguesia, o proletariado e os proprietários de terra (grandes e pequenos, proprietários formais e posseiros). As classes, sob esta interpretação, seriam a

chave desse “eles” e “nós” que constitui a feitura e disputa pelo território em sua dinâmica de criação-destruição-recriação.

Por seu turno, Shanin chama a atenção para o fato de o campesinato - categoria utilizada ao longo da pesquisa para a população de São Francisco do Cravo, o “nós” da comunidade camponesa - é, sobretudo, um modo de vida que pode constituir-se em classe pela relação com as demais classes. Como o mesmo autor observa “o problema de classe, da natureza de classe, é mais frequentemente definido como uma abstração lógica”, isto é, útil, mas abstrata conforme as situações concretas (SHANIN, 2008, p. 35). Para contornar parte deste problema lanço mão de uma literatura gestada na Amazônia sobre o campesinato e a produção do território, dialogando com autoras como Rosa Acevedo, Edna Castro e autores como Jean Hébert e Alfredo Wagner Berno de Almeida. Isto servirá sobretudo para assimilar à discussão as determinações culturais que se conjugam com outras determinações para uma aproximação ao concreto<sup>2</sup>.

No primeiro capítulo deste escrito, intitulado “Fazendo São Francisco do Cravo”, estes conceitos e abordagens são utilizados para apresentar a comunidade desde seus primeiros moradores até as gerações mais jovens que ali vivem, o “nós”. A história é contada a partir das memórias partilhadas em entrevistas abertas, realizadas durante os trabalhos de campo, assim como a descrição da situação atual da comunidade em face da territorialização do agronegócio do dendê, que não é uma territorialização de palmas, mas de classe, projeto e processos que interrelacionam escalas diversas ali e d’alhores. Além disto, as observações de campo informaram diversos aspectos do que é descrito, algumas retratadas em croquis e fotografias, outros no detalhamento de particularidades da comunidade – ou comunidades, como se verá.

Os trabalhos de campo iniciaram no segundo semestre de 2015, adentraram o primeiro semestre de 2016. Em 2017 estive apenas uma vez na comunidade e em 2018 tive o período mais extenso de pesquisa *in loco*, passando 20 dias alojado na casa de uma família residente em São Francisco do Cravo, participando de atividades nas roças e casas de farinha, novenas, conversas entre membros da mesma família ou famílias diferentes, participando do cotidiano da comunidade. Estes momentos na comunidade tiveram papel essencial na delimitação do tema, assim como no chamamento ao diálogo com autoras e autores, encaminhando a

---

<sup>2</sup> A inspiração aqui vem de Marx em “O método da Economia Política” onde escreve “o concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, 1999, p. 39). Neste sentido é que se busca um diálogo profícuo entre autores e trabalhos diferentes que perseguem uma descrição e análise aprofundada do que seja o campesinato, o modo de vida deste e de outros povos da Amazônia, assumindo campesinato como modo de vida e como classe e as consequências desta relação na feitura do território.

pesquisa para um intenso exercício de escalas não apenas geográficas, mas de complexidade e indagando-me enquanto pesquisador sobre os limites de meus conhecimentos para lidar com a temática que apresento nesta dissertação. Exemplo talvez mais óbvio na trajetória de 2015 até o presente é o trato da categoria/conceito território, desembocando num esforço de ampliação da compreensão da produção deste por aspectos de classe e culturais/simbólicos, na tentativa de, a partir das demandas e provocações surgidas neste trabalho de campo, questionar minhas competências mediante o aprofundamento no conhecimento da vida dos moradores e moradoras da comunidade (MURRAY LI, 2014, p. 166), buscando novos conhecimentos (idem, p. 179).

A situação atual da comunidade, por seu turno, é formada por uma constelação de elementos que estão nela e para além dela. Neste sentido, o capítulo 2 “Agronegócio do dendê em Acará: análise situacional” apresenta um levantamento destes elementos a partir de diversas escalas, do global geopolítico até o papel do governo do estado do Pará, passando por um levantamento e discussão acerca de *commodities* e processos econômicos macro, procurando conciliar conjuntura com estrutura, utilizando para tanto a análise situacional. Essa análise, como método de pesquisa, permite: 1) ilustrar a complexidade das situações, suas mudanças e padrões, 2) revelar conhecimentos e perspectivas marginalizadas e 3) descentralizar o “sujeito” conhecedor da realidade (CLARKE apud. PÉREZ & CANELLA, 2013, p. 2), incluindo-o como objeto e sujeito, assim como os “pesquisados”, que não são apreendidos como objetos. A análise situacional adquire cunho de *práxis* na medida em que não apenas fala sobre questões como poder, diferença e iniquidade, mas as provoca (CLARKE, 2005, p. 1), buscando responder ao mesmo tempo em que assume novas questões ou perspectivas diferentes das usuais, tencionando limites teóricos e disciplinares, exercício que creio eu vai sendo delineado ao longo destas páginas.

Os parâmetros escolhidos para essa análise foram selecionados de acordo com sua relevância para o tema de estudo (MURRAY LI, 2014, p. 19). Estão, sobretudo, “lastreados” na fundação da comunidade São Francisco do Cravo e a trajetória de seus primeiros moradores e moradoras, no caminho percorrido pela comunidade até os dias atuais e os vetores que influenciaram na chegada da Biopalma até aquela porção da Amazônia paraense, correlacionando ambas com o papel desempenhado pelo Estado. Daí se procura contribuir na análise sobre os caminhos que têm sido facilitados e dificultados (MURRAY LI, 2014, p. 150) em meio aos processos que ali se dão.

A análise situacional operou ainda como metodologia no sentido de abrir portas para hibridizações e novas combinações de perspectivas e métodos (PÉREZ y CANNELLA, 2016,

p.11) a partir das demandas e questionamentos surgidos ao longo da pesquisa para dar conta do tema “terra e futuro em disputa”. Exemplo desta empreita é o diálogo que se busca fazer entre a compreensão do território em chave dialética e compreensões calcadas na sociabilidade, cultura e memória, como ilustra a sessão “campesinato, território e populações” do capítulo 1, mas que aparece também em outros momentos do trabalho.

O trabalho de Murray Li, *Land's End - Capitalist Relations on na Indigenous Frontier*, de 2014, é um aporte relevante nesta dissertação por analisar a situação de avanço de monocultivos (principalmente o cacau) em Sulawesi, na Indonésia, e discutir como o processo de apropriação de faixas extensas de terras por empreendimentos compromete a reprodução de modos de vida onde as relações capitalistas não são predominantes. O livro é uma aplicação da análise situacional onde se registra que “o fim das terras demanda um novo conhecimento e uma nova política” (idem, p. 179).

Após situar a comunidade e os elementos que influenciaram a territorialização do agronegócio do dendê nesta parcela da Amazônia, é construído o terceiro capítulo deste escrito onde se busca dar um encadeamento que aprofunde a algumas questões levantadas ao longo do trabalho e lançar reflexões que *provoquem* as questões relativas ao poder, diferença e iniquidade - aqui tratada como alteridades/assimetrias, refletindo sobre como o contraste se constitui em desigualdade e/ou dominação em gradações diversas pelo controle ou subjugação de sujeitos/classes/modos de vida, com vistas à subordinação ou mesmo tentativa de encurtamento (algumas vezes brutal) de reprodução social. O capítulo “Terra e Futuro em disputa em São Francisco do Cravo” é, assim, menos o fechamento do trabalho e mais um questionamento dos processos em curso, ao mesmo tempo em que retoma em sentido forte questões relativas ao território, designação de terras, agriculturas em disputa e desdobramentos dos “nós” em São Francisco do Cravo.

Tratar desses “nós” em São Francisco do Cravo é trazer à baila não só o “avanço” do agronegócio do dendê, mas os meandros das resistências que ocorrem para além da compreensão expansiva/geométrica destes empreendimentos, procurando recuperar os aspectos dialéticos que matizem a realidade para além de dualidades. Se é verdade que a Amazônia está em uma encruzilhada civilizatória (PORTO-GONÇALVES, 2017), isto é coetâneo e se refere também à roça de dona Jovanina na encruzilhada do Ramal de São Francisco do Cravo, que contrasta com os pés de dendê que lhe avizinham. A encruzilhada da Amazônia e a roça de Jovanina na *encruzilhada* nos dizem de caminhos e o que se faz entre eles ou com eles. Essa roça, como outras feitas em terrenos inclinados, assim como a negação de venda das terras da parte de muitas famílias camponesas, suas observações muitas vezes

agudas sobre o que está se dando ali, sua história projetada não só para o passado, mas para o futuro, seus devires e anseios... Tudo isso constitui as disputas que ali ocorrem e como o campesinato de São Francisco do Cravo vem atravessando essa e outras encruzilhadas, abrindo caminho na história e no espaço territorializado.

Um campesinato marcado pelo trabalho familiar, que migrou para permanecer, que consorcia roça e áreas de capoeira com mata secundária e açazais, que quer que suas crianças e jovens possam estudar em melhores condições, que vê o desenvolvimento chegar e passar pelo Ramal do Cravo deixando-lhe muitas vezes o som forte dos motores e a poeira da tração de rodas na via de chão batido. Um campesinato que reflete a partir de sua vivência o seu lugar social, os estigmas e esperanças entre a rodovia e o rio, entre as margens.

**Foto 2** – Roça de Jovanina, na encruzilhada do Ramal do Cravo com o Sítio Bom Jesus



**Fonte** – Autor (2018)

A questão dessas relações contraditórias que constituem, que perfazem o território, relações entre diferenças, são colocadas em destaque na última parte desta dissertação intitulada “Em busca do concreto nas disputas por terra e futuro: à guisa da conclusão”, onde procuro refletir como estas relações entre diferenças podem se converter em relações cada vez mais assimétricas, o que se expressa por exemplo as “rotas de terras<sup>3</sup>” em que prevalece a reconcentração fundiária (BORRAS JR et al. 2011).

---

<sup>3</sup> Para Borrás Jr. et al. (2011) as “rotas de terras” (ou “rotas da mudança agrária”) referem-se a processos relativos ao uso da terra que emergem principalmente da retroalimentação dos setores energético-alimentar-

As relações entre alteridades, nesse sentido, dialogam com o território não só por este ser produzido nas e pelas *diferenças*, mas por estas *incorporarem alteridades eivadas de relações de poder* que talham essas mesmas diferenças em relação. Assim, as relações de poder têm influência notável da classe, mas também podem ser tratadas como relações políticas onde estas alteridades tomam parte (DARDOT e LAVAL, 2017). É nos meandros desse entendimento que o trabalho encerra trazendo alguns pequenos apontamentos sobre o político. O concreto que se busca estaria incompleto, penso, sem tratar disto. Como escreve Raffestin,

Em toda política de integração e de unificação existe uma vontade de apagar as diferenças. Por quê? Porque as resistências se engancham nessas diferenças, que são outros tantos obstáculos ao desenvolvimento de um poder total. Poder total e diferenças são incompatíveis (RAFFESTIN, 1993, p.118).

Este “poder total” pode se apresentar como pretensa universalidade, como é o caso da mundialização ou da receita hegemônica para a crise climática global, processos macro que muitas vezes vêm demandando “resiliência” da parte de quem é afetado de forma potente (VECCHIONE-GONÇALVES, 2018). Da mesma forma, podem apresentar-se como unificando pautas e demandas sociais amplas, como o combate às mudanças climáticas aliado ao combate à pobreza (idem), buscando incluir *essas populações e terras “degradadas”* (AQUINO JUNIOR, 2018) ao mesmo tempo e muitas vezes mesmo espaço territorializado em que se procura deixar na penumbra como vem ocorrendo a distribuição de benefícios e custos destes processos conectados à mitigação e à adaptação às mesmas mudanças.

O elenco desses temas e a estrutura do trabalho expressam, em certo sentido, a própria trajetória do autor, entre a graduação em geografia - uma ciência específica que procura abordar diversos temas -, e o mestrado interdisciplinar que proporcionou muitas leituras e, principalmente, provocações epistêmicas e políticas. Em especial o segundo capítulo traz esse caráter multiescalar que pude aprimorar ao longo das disciplinas, do contato com outras pesquisas de colegas, professoras e professores. A abertura de alguns conceitos que já vinha trabalhando desde a graduação, como o território, é um dos resultados dos aprendizados no PPGDSTU/NAEA.

Os grupos de discussão e seminários de pesquisa realizados no Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia (GPTCA/UEPA) também foram notáveis no sentido de fomentar o amadurecimento desta pesquisa, assim como as experiências no

---

forragem animal (“comodín”). Isto chega aos territórios via processos de aquisição antecipados muitas vezes por medidas classificatórias (técnicas, jurídicas, legislativas) que desembocam na (re)concentração da terra.

ReExistTERRA (Povos Tradicionais em Tempos de Mudanças Climáticas: Adaptação, Persistência e Resistência em Terras e Territórios Amazônicos), que ajudou na ampliação dos espectros de análise, no contato transdisciplinar e, mais ainda, na compreensão da diversidade e particularidades dos povos amazônicos.

Muitas particularidades que pude encontrar e conhecer em São Francisco do Cravo, como as “comunidades na comunidade”, são aqui apresentadas, assim como sobre o empreendimento e ações políticas e técnicas. Sobre estas últimas, a noção de “terras degradadas” talvez tenha sido a que mais veio em crescente nos últimos meses da pesquisa. Também chamadas em alguns documentos e trabalhos de “terras marginais”, são *centrais* nas disputas em curso, com uma influência nada desprezível da academia, que tanto forma técnicos responsáveis pelos estudos de classificação quanto é uma das instituições que chancela modos e formas destas. Nesse sentido, o debate adentra o campo dos conhecimentos, epistemologias, importando aqui de partida a concordância com Porto-Gonçalves (2015, p. 32) para quem o debate teórico é sempre um debate político em seus próprios termos.

Para camponesas e camponeses de São Francisco do Cravo, a conveniência não tem sido de escolha de perspectivas, mas de auto(re)produção nos meandros da feitura do território e cotidiano, que informa a história e a constitui (MARTINS, 2017). Abordar futuro analisando uma situação em chave dialética pode soar por demais idealista ou irrealista. Contudo, são visíveis, sensíveis e, pode-se dizer, evidentes nos territórios em disputa os caminhos que tem sido apontados, facilitados, dificultados, com ação estatal notável sob um contexto em que o Estado é atravessado por interesses particulares da elite econômica globalizada, socializando muitas vezes o público entre si enquanto priva-o de si mesmo. Quanto a isto, porém, as existências e resistências em sua variabilidade podem ser mais potentes do que se imagina.



## 2 FAZENDO SÃO FRANCISCO DO CRAVO

O histórico de ocupação do Vale do Acará arremete ao início da colonização portuguesa no então Estado do Grão Pará e Maranhão, no século XVII, imprimindo características agrícolas na região com objetivo de abastecer Belém, expandir o controle territorial e auferir rendas para a coroa, transformando-se em “uma importante região de produção agrícola a partir da década de 1720, e principalmente, no período do ministério pombalino<sup>4</sup>”, como apontam Maria de Nazaré Ângelo-Menezes e Rosa Acevedo Marin (citadas por CHAMBOULEYRON, 2010, p.114).

Contudo, não sem conflitos se deu esta ocupação, na medida em que não era área sem habitação humana, mas território de povos como os tembés, que estão ainda lá para testemunhar sua existência e luta para abrir caminho pela história. A Terra Indígena Turé-Mariquita, na divisa entre Acará e Tomé-Açú é uma materialização disto. As Terras Quilombolas como Laranjituba e África, em Moju, mostram também as vias abertas pelos negros para cá transportados como mercadorias, para existirem com mais autonomia<sup>5</sup>. A permanência desses no contemporâneo não ocorreu sem lutas, que a historiografia revela e que se inscreveram e escrevem na terra.

A formação de Acará, município onde está localizada comunidade de São Francisco do Cravo, está intimamente ligada a outro fato que ultrapassa as fronteiras da então freguesia, no contexto do Brasil Império: a Cabanagem<sup>6</sup>. Ocorrida na primeira metade do séc. XIX esta revolta foi em grande parte a culminância de diversas clivagens pela terra e dignidade que se acumularam ao longo da colonização portuguesa nesta região.

<sup>4</sup> Sobre o período pombalino, Sousa e Macedo (2011) citam como fator importante a concessão das “*Cartas de Dattas* de Sesmarias” que introduziram a mão-de-obra escrava e o estímulo à produção agrícola para consumo familiar e comércio destinado à Belém. Este campesinato, como observam, já conjugava práticas ligadas à agricultura comercial consonante a agricultura familiar.

<sup>5</sup> Sobre terras indígenas e territórios quilombolas, Lima Filho, Cardoso e Alencar (2018, p. 110) assim resumem em diálogo com Little: “Com a CF de 1988, portanto, a categoria território, e não terra, passa a nortear os processos de reivindicações de direitos de vários grupos sociais, quando há reconhecimento de uma presença ou de ocupação histórica de um território, partilhando um espaço comum, definido com base em três fundamentos, conforme enfatiza Little (2002): a história que permeia a memória coletiva referente à ocupação do território; um lugar específico – o território –, que passa a ser objeto de um sentido/sentimento de pertencimento por estes grupos sociais; e as formas coletivas ou comuns de uso dos recursos naturais desenvolvidas por estes grupos sociais”. O território, contudo, neste trabalho carrega pouco desse caráter “legal”, previsto nestes casos, como ficará demarcado mais à frente.

<sup>6</sup> Para um aprofundamento sobre a Cabanagem, recomendo os trabalhos de Guedes (2011), Passos (2002) que tratam em muitos momentos das relações cabanagem-Acará. Para uma visão geral da Cabanagem, o livro “Cabanagem – A revolução Popular na Amazônia” (DI PAOLO, 1968), “Cabanagem – Epopéia de um povo” (ROQUE, 1984), em dois volumes, e “Motins Políticos – Ou a história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835” (RAIOL, 1970), em três volumes, são preciosas contribuições, os dois primeiros com ênfase na análise e interpretação com ênfase no caráter revolucionário e o último na descrição em recorte mais crítico-conservador.

Seja pelo agitador político acaraense Felipe Patroni, com seus panfletos incendiários, seja pela localização da fazenda considerada nascente do movimento, de propriedade de Félix Clemente Malcher - que veio a ser o primeiro presidente Cabano -, seja ainda pelo fato de Acará ser local onde foi preso o último governante cabano, Angelin, jovem de 21 anos, “o maior dos presidentes cabanos e uma das maiores figuras já surgiram em terras paraenses” (PASSOS, 2002, p. 58), a Cabanagem foi episódio marcante que se expressa, por exemplo, no nome dado à prefeitura municipal (Palácio Executivo Cabanagem), no nome de uma escola estadual que homenageia F. Patroni e na igreja construída por escravos que se envolveram posteriormente na revolta cabana (GUEDES, 2011, p. 168).

Por outro lado, as marcas da Cabanagem e alguns de seus motivos de origem se estendem pela história não somente em prédios e nomes, mas na estrutura de distribuição de terras e nos conflitos que daí emergem, como fica registrado na carta escrita à assembleia legislativa em 1987 por Passos, onde ele grileiros que vinham ameaçando moradores da comunidade de Aiu-Açú, no Alto Acará:

Os “donos fabricados” são os mais variados possíveis. Em cada verão, aparece uma careta diferente. Ano passado, esta época de chegada de verão, apareceu lá na área, um tal de “douto” Odilon, verberando cinicamente, ser o proprietário das terras. Intimidou a todos. Prometeu tocar fogo nas casas dos colonos após expirado o prazo para desocuparem os lotes, ora já queria fazer acordo, ora indenizar, por fim, a turma resolveu se armar e botaram o “doutozinho” para correr juntamente com seus jagunços (PASSOS, 2002, p. 139)

O município, entretanto, tem outras particularidades que merecem nota antes de adentrarmos na formação de São Francisco do Cravo. Foi em Acará, segundo Passos (2002), que chegaram “por acaso<sup>7</sup>” as primeiras mudas de pimenta-do-reino no Brasil, em 1933, e que tiveram forte influência na agricultura da região<sup>8</sup>, sendo presença na agricultura local até a atualidade.

A ligação com Belém, a quem foi anexada a Vila em 1864 (assim como foi anexada ao território da freguesia de Moju antes, em 1840) é presente na história e formação geográfica da cidade e seus interiores, o que se constata com a ocupação urbana predominantemente nas proximidades do Rio Acará, meio principal de contato e comércio com a capital até 1972,

---

<sup>7</sup> A história registrada por Passos é a seguinte: Após o falecimento de uma idosa em um navio de migrantes japoneses com destino para o Brasil, a embarcação teria feito uma parada em Cingapura, onde durante um passeio, o representante de uma companhia japonesa de importação adquiriu as primeiras mudas, que vieram direto para Acará (PASSOS, 2002, p. 74).

<sup>8</sup> Um capítulo à parte da pimenta-do-reino no Pará é escrito durante a colonização japonesa no estado, no primeiro terço do século XX, quando muitos destes criaram extensos monocultivos de pimenta-do-reino, com uso de mão de obra local nas colheitas, fomentando o fenômeno dos “paus de arara” que arregimentavam trabalhadoras e trabalhadores de localidades vizinhas aos plantios.

quando da inauguração da ligação intermunicipal entre Acará e Belém (PASSOS, 2002, p. 107). A esta época vai ocorrendo a transição do transporte de mercadorias e pessoas do eixo hidroviário para o rodoviário, acentuado pela substituição dos trechos atravessados por balsa pelas pontes da PA-483, a Alça Viária, no decorrer da primeira década deste século – obras de infraestrutura que, além de acelerar o tráfego de mercadorias e pessoas, também visavam o transporte de peças para a hidrelétrica de Tucuruí.

Enquanto a empresa de transporte rodoviário Boa Esperança, em 1972, iniciava a sua primeira viagem rodoviária na linha Acará-Belém por terra e trechos de balsa, a esperança de um grupo de homens adultos e jovens também os colocava a caminho, mas a pé. Eles vinham das proximidades do Igarapé Cravo, em Bujaru<sup>9</sup>, e seu objetivo era confirmar uma informação que havia chegado de um migrante dali que se instalara em Acará: havia terras disponíveis naquele vale.

No quilômetro doze da rodovia estadual PA-252, o grupo confirmou: mata primária<sup>10</sup> e sem habitação humana em área extensa. A jornada, que segundo um dos presentes na época durou aproximadamente seis horas, não parou ali: os mais adultos e jovens bem dispostos foram até a sede do município, à procura do prefeito para lhe pedir autorização para instalarem-se naquela área com suas famílias, que vinham sofrendo com a pouca terra disponível para as lavouras em sua comunidade no Bujaru. Os mais jovens ficaram esperando, e após mais algumas horas receberam a notícia dos que retornaram: poderiam tomar posse da área até cinco quilômetros a partir da margem da rodovia: “cinco quilômetros da pista pra dentro”.

Um grupo daqueles caminhantes retornou ao Igarapé Cravo para levar a mesma notícia e logo começaram a vir esposas, pais e mães, filhas e filhos para sua nova comunidade, que ainda estava para ser feita. Os lotes foram divididos entre as famílias nucleares: 250x1000 metros. Esta divisão foi no início mais formal que de fato: a mata fechada impossibilitava

---

<sup>9</sup> A Comunidade do Cravo atualmente pertence ao município de Concórdia do Pará, desmembrando de Bujaru em 1988. Esta comunidade é uma das primeiras de Bujaru segundo estudo de Macedo e Sousa (2011). Eles correlacionam a formação desta comunidade à ocupação das margens dos rios e suas cabeceiras constituído as primeiras fazendas, sítios, engenhos e os quilombos que se formaram no município ainda no séc. XVIII (p. 119). A comunidade do Cravo, especificamente, teria passado de Bujaru à Concórdia do Pará quando do desmembramento desta pelo Igarapé Cravo ter se constituído uma divisória entre os municípios (idem, p. 120). Aqui se passa de um elemento agregador de interligação à uma “fronteira natural”. Este é só um exemplo de como o *natural* não é sempre *natural* como elemento dado, sendo transformado e transformando as relações.

<sup>10</sup> A atribuição de “mata primária” vem dos relatos dos primeiros moradores, que citam espécies incomuns em matas secundárias, como veados e guaribas, além de madeira de lei. É possível, evidentemente, que seja uma área de mata secundária recomposta por muitos anos, mas optei por manter o nome “mata primária” de acordo com as informações dos moradores. Eles também se referem àquelas matas como “brravas”.

medir os metros, a terra estava ainda “brava” e o trabalho para “amansá-la” custaria muito suor e muitos anos.

A frase “no começo foi muito difícil”, com diversas variações, foi uma das que mais se repetiu nos relatos dos mais velhos, idosos e adultos, à época jovens e crianças, durante meus trabalhos de campos em São Francisco do Cravo, entre 2015 e 2018. Seu Pinheiro, seu Dicão, seu Leonel, dona Chiquinha, dona Santina, dona Raimunda, entre outros, são as pessoas que proporcionaram informações para a construção desta pesquisa, ajudando na tentativa de compreender sua geografia ao longo do tempo, sua territorialização, a feitura da comunidade. Uma das senhoras ao lembrar da migração, refletiu: “mudança não é pra qualquer um, ainda mais para nós que somos pobre” (entrevista em setembro de 2018).

A trajetória que se pretende abordar na primeira parte deste trabalho tem seu limite no mosaico de memórias que tentei remontar através de informações que se encontram e desencontram, onde a linha do tempo se enrola nas subjetividades das pessoas que conversei ao longo desses quatro anos de pesquisas, nos trabalhos de campo, entrevistas e observações na comunidade e na sede de Acará. Contar a história da comunidade é considerar que nesta é que se constrói o sujeito, que é sempre coletivo e político (CECEÑA, 2008, p. 91). As entrevistas sobre a comunidade foram direcionadas, realizadas nas residências, geralmente nos quintais das casas, ocasionalmente nas roças ou no interior das capoeiras nos lotes das famílias. As pessoas citadas com mais frequência foram as que mais se disponibilizaram a partilhar de suas histórias, ainda que se tenha tentado ouvir e dialogar sempre com quem estivesse presente nas casas ou locais de encontro<sup>11</sup>. Também foram realizadas entrevistas no Sindicato dos Empregados Rurais e na Secretaria de Agricultura de Acará, além de ter coletado informações durante minhas estadias na sede do município com moradores que tive contato.

Falar de algo como História (no sentido “clássico”, com grandes narrativas e eventos, de forma sistemática embasada em fontes documentais diversas), ou mesmo história oral, soaria pretencioso aqui. A história que se tenta contar, do Ramal de São Francisco do Cravo, é apenas uma tentativa. É a história de seus moradores, mas também dos municípios de Bujaru e Acará e, como vimos e veremos, de outros lugares, outros grupos, classes e sujeitos. Nos mais de cinquenta anos que separam o povoamento inicial do início desta pesquisa, em 2015, muita poeira se colocou sobre esta história, ontem e hoje.

---

<sup>11</sup> Algumas falas reproduzidas neste trabalho terão nomes ocultados, seja pela sensibilidade do tema ou pela possível exposição de pessoas que contribuíram de boa-fé nesta pesquisa.

A territorialização dos camponeses que formaram São Francisco do Cravo é entendida como história naquele sentido que lhe atribuem Castro e Marin (1999) para quem o território é a passagem da memória social, coletiva. Acionar as memórias individuais, instigando-as a partilhar lembranças, passando dos indivíduos ao coletivo é possível pelo fato de que a produção daqueles territórios que formam a comunidade foi (e é) uma empreita comum, desde a divisão dos lotes até a divisão do trabalho, passando por elementos da sociabilidade camponesa como a família e a resolução de problemas que a comunidade encarou e encara coletivamente (HÉBETTE, 2004).

Pretendo ainda desenvolver a reflexão sobre a formação de São Francisco do Cravo considerando a categoria/conceito território, desde uma leitura geográfica. Para tanto, o empírico da pesquisa dialoga com a leitura de Oliveira (2003). Esta leitura sugere considerar a tríade “desigual-combinado-contraditório” na produção do território. Compreendendo o território como produto de relações sociais, pretendo aqui descrever e analisar alguns processos que têm ocorrido na comunidade citada, no contexto de avanço do capitalismo sob a forma de agronegócio do dendê e, sobretudo, da produção do espaço pelos camponeses e camponesas que ali vivem, mudando para permanecer, seguindo seus caminhos.

Estes caminhos estão eivados de relações dentro e fora da comunidade, do grupo social, da classe camponesa: é neste meandro que vai se fazendo sua geografia de classe e modo de vida, sua territorialização concomitante a outras, em um complexo trajeto. Antes de adentrarmos nisto, contudo, é necessário compreender melhor a classe a que nos referimos, de forma geral, dialogando ainda com suas particularidades.

Para dar conta dessas particularidades recorrerei a autoras e autores que se debruçaram sobre os povos Amazônicos, como Rosa Acevedo Marin, Edna Castro e Alfredo W. de Almeida, considerando ainda suas referências ao território, com ênfase antropológica e com estudos embasados em grupos diversos. Além deles, outras contribuições aparecem durante o trabalho, como não poderia deixar de ser, advindas de áreas como a ciência política, a história, a sociologia e a antropologia. Essas leituras, contudo, têm importância na medida em que dialogam diretamente com o tema central desta pesquisa, isto é, as disputas por terra como condição para a reprodução social, o futuro. Elas auxiliam uma abordagem mais ampla de processos relativos ao tema, vinda ao encontro de uma opção interdisciplinar que é a natureza mesma do programa no qual esta pesquisa tem sido desenvolvida.

## 2.1 Campesinato, Território e Populações

As discussões e produções acadêmicas acerca do campesinato na Amazônia e, de forma mais geral, das chamadas comunidades tradicionais, têm já uma trajetória relativamente consolidada por pesquisadoras e pesquisadores que encontraram ao longo de trabalhos de campo e reflexões teóricas algumas nuances do que viria a ser o campesinato amazônico em sua diversidade étnica.

É neste sentido que, ao longo do mapeamento de comunidades negras rurais no Pará, Marin e Castro (1999) se dão conta da pesquisa como *conhecimento praxiológico*, ou “uma sociologia da ação”, identificando pareados, abigarrados<sup>12</sup> pode-se dizer, o campesinato tradicional e a identidade étnica negra, resultando numa trajetória de luta por territórios ancestrais, pela permanência neles e as relações contraditórias com o ordenamento jurídico do Estado. Neste ínterim, as pesquisadoras atentam para a presença de comunidades no território (idem, p. 74), procurando dar conta da historicidade das territorialidades que se lhes apresentavam no contato com estes grupos e sujeitos, desembocando numa opção metodológica por captar processos (p. 76). Essa historicidade que se expressa nas territorialidades que diferenciam comunidades é, para as autoras, resultante de respostas singulares a pressões e ameaças sobre a terra ancestral. O *modus operandi* de seu estudo é apresentado nos seguintes termos:

[este] estudo sobre os processos de formação da sócio-economia local, essencial para identificar as mudanças demográficas, econômicas, políticas e ecológicas, que interferiam na constituição daqueles grupos. Em termos gerais, cada uma dessas áreas expressa uma resposta singular às ameaças e às pressões sobre a terra ocupada pelos antepassados. As narrativas recorreram à memória para traçar com detalhes as **formas materiais e simbólicas do território**, anotar a chegada de cada novo grupo ou personagem, os fatos que imprimiram identidade aos lugares e configuraram as relações sociais e políticas. Nessa linha, foi possível entender a **estreita vinculação do território à memória, no sentido de que o território é a passagem da memória social**, pois nele estão impressas as imagens fortes dos lugares. As mudanças demarcavam-se na relação imediata entre as experiências sociais e um dado território onde se realizam: trabalho, festas, casamentos e funerais. As formas de organização social, de trabalho, de religiosidade mostravam a riqueza dessas experiências e das elaborações no nível do imaginário social (MARIN e CASTRO, 1999, p 76 – grifos meus).

Esses enunciados e a compreensão a que foram levadas as autoras não se deram por uma opção teórica mas, sobretudo, pela necessidade de dar conta das mudanças ao longo da trajetória das populações pesquisadas no contexto de escassez documental e da ideia

---

<sup>12</sup> Descreve Porto-Gonçalves (2015, p. 27) a partir de García Linera que o “abigarrado” se caracteriza pela coexistência sobreposta de vários modos de produção, de vários tempos históricos e sistemas políticos que podem ser resumidos como civilizações.

monolítica da passividade. Na palavra *práxis*, aliás, é possível identificar como uma ponte entre o trabalho de Oliveira (2003) citado no anteriormente e Marin e Castro (1999) no cerne da análise situacional enquanto metodologia (CLARKE, 2005, p. 1).

No caso do trabalho das autoras, o recurso de buscar captar processos e pela memória ir adentrando no território foi significativo, já que esta diversidade que atravessou o tempo, no caso das comunidades, se deu na e pela política, pela organização, pela conquista de espaços – talhando os territórios. O acesso a essas informações, entretanto, só foi possível pela oralidade, pelas narrativas no rebusco da memória individual e coletiva.

Por outro lado, o recurso ao trabalho de Marin e Castro (1999) não se deu apenas por considerarmos um relevante trabalho realizado na Amazônia, com *insights* teóricos que viriam a influenciar pesquisas posteriores, mas por ser marcante a presença negra na Guajarina, que é uma das regionalizações conhecidas abarcando o município de Acará. Na divisão realizada pelas autoras por grandes áreas e municípios, no que se refere a comunidades negras rurais no estado do Pará, Acará foi listado na área da “Grande Belém, Região Guajarina e Marajó”, onde já constavam 50 comunidades com aquelas características, segundo as autoras. Essas comunidades partilham com São Francisco do Cravo a escassez documental que faz com que a memória seja um recurso fundamental para conhecer e refletir sobre o território.

Naquele mesmo sentido de constituir teoricamente uma situação concreta Almeida (2006) pontua aquilo que denomina “territorialidades específicas”, enfatizando desde Alcântara no Maranhão as *terras de preto, de caboclos e de santos, terras de pobreza e terras de santíssima*. Ele partilha com Marin e Castro o esforço em definir o particular de certa formação social ao mesmo tempo em que contribui para ampliar o conhecimento sobre o que seja o território e a territorialidade.

Entre as observações relevantes no trabalho de Almeida, a referência às descontinuidades, rupturas e intermitências que marcam a feitura dos territórios busca romper com certo evolucionismo e linearidade que transparece em interpretações outras acerca da formação de territórios chamados tradicionais, algumas vezes com flertes biologicistas/naturalistas/deterministas. Estas rupturas e conflitos que emergem no interior e/ou exterior dos territórios é que lhe conformam a diversidade que é marca, com peculiaridades e especificidades que em certos casos (como o estudado por Almeida) “convergem diferencialmente para a formação de um território étnico” (ALMEIDA, 2006, p. 45).

Quanto à autonomia que se inscreve no território e que muitas vezes é marca da territorialização destes grupos, o autor assim discorre:

A dinâmica da construção da territorialidade mostra-se, sobretudo, relacional e disruptiva, caracterizada por antagonismos que tanto fazem avançar rapidamente a citada autonomia, quanto geram refluxos e contramarchas. Enquanto processo social, tal dinâmica não pode ser reduzida a um mero componente fundiário ou a um elemento da estrutura agrária, embora esteja referida a conflitos que se manifestam nas relações com os meios de produção. **Ainda que não se restrinja à terra, ela a tem como referência empírica.** (ALMEIDA, 2006, pp. 45-46)

Ora, se a terra é a referência empírica da territorialidade, esta pesquisa entra em diálogo afinado com Almeida, já que entendo que as disputas pela terra são disputas no/pelo presente e pelo futuro, posto que estas disputas se dão sobre e em um elemento limitado e não passível de produção (em sentido estrito<sup>13</sup>) ainda que mercantilizado como uma mercadoria capitalista.

Outrossim, a autonomia dos referidos grupos sociais que se busca realizar na terra-território, materializando práticas e sentidos particulares, não é uma exclusividade dos grupos citados por Almeida. É que o capital em seu caráter reprodutivo ampliado, também realiza sua autonomia na/pela terra, em muitas situações com a chancela do poder estatal que elabora estratégias nos campos executivo, legislativo e judiciário que garantam “segurança jurídica” ou reclassifiquem áreas, alterem legislações ambientais, entre outros dispositivos e estratégias que interferem no mercado de terras e nas condições de apropriação, com justificativas diversas - entre as quais podemos citar a redução da pobreza e a proteção ambiental -, que se expressam, por exemplo, nos projetos que incentivaram o agronegócio do dendê no Pará. A respeito dessa característica desenvolvimentista de combate à pobreza, Almeida em outro trabalho defende que “Essas políticas de crescimento têm sido apontadas como solução para a ‘pobreza extrema’, produzindo uma territorialização consoante o potencial de uso mercantil dos recursos naturais” (ALMEIDA, 2012, p. 64).

Nesse mesmo trabalho, uma expressão cunhada pelo autor converge com nossa interpretação acerca do que vem ocorrendo no Ramal do Cravo em Acará (PA). A partir de D. Bensaïd, Almeida cita a ocorrência de uma “organização hierarquizada dos territórios”, que muitas vezes elege como prioritários os projetos de desenvolvimento pautados em grandes obras de infraestrutura, como hidrelétricas e rodovias, mas também como áreas aptas para expansão de certas *commodities* (2012, p. 67).

---

<sup>13</sup> Em sentido amplo, e se aceitamos uma junção entre solo e terra – que vale bastante para o senso comum da agricultura -, cabe citar aqui os solos que são resultado da ação humana, seja no caso de compactação por conta de certos cultivos como o dendê, ou ainda por solos de fertilidade alta devido à decomposição de material orgânico resultante de práticas humanas, como são as *terras pretas de índio* no centro da Amazônia brasileira, na região do Tapajós.



Marin e Castro (1999) e Almeida (2006) interessam neste trabalho por convergirem em um ponto com a interpretação dialética de Oliveira (2003) que é a de buscar entender o território enquanto processo. Entretanto, Almeida reflete sobre este processo no sentido de assegurar a etnicidade do grupo (2006, p. 153), assim como Marin e Castro (1999, p. 76) com sua “metodologia interessada em captar processos” entendem o território como “passagem da memória social” (idem), enquanto Oliveira (2003, p.40) enfatiza o caráter classista da produção do território sob o capitalismo, sendo este “efeito material da luta de classes” e “simultaneamente construção/destruição/manutenção/transformação”. Assim, enquanto aqueles trabalhos carregam traços da antropologia social ao enfatizar as “relações entre as relações<sup>14</sup>” (BEATTIE, 1977, p. 20), o último trata dessas mesmas relações sob a noção de totalidade, procurando destacar a proeminência da economia diante das demais<sup>15</sup>. Desta feita, a ênfase na memória traz um elemento que no caso de São Francisco do Cravo: as memórias enquanto não só lembranças, mas sentimentos, constituem subjetividades onde ocorrem concretamente as lutas – as memórias como história subjetivada se conectam não só com o tempo, mas com o espaço, (re)produzindo diferenças onde as resistências podem se “engancham”<sup>16</sup> (RAFFESTIN, 1993, 118)<sup>17</sup>.

Os trabalhos supracitados auxiliam de forma significativa na feitura teórica deste trabalho, que nos demandou tanto o esforço de dar conta da especificidade de São Francisco do Cravo e de suas comunidades no interior da comunidade quanto de sua inserção em

<sup>14</sup> Beattie escreve: “eis porque a antropologia social contemporânea é precipuamente um estudo de relações; fundamentalmente, de relações entre diferentes tipos de pessoas, mas, num elevado nível de abstração, de relações entre relações. Sejamos mais claros. A questão é que o antropólogo social não está apenas interessado na relação entre, digamos, um certo dominador e um certo dominado. Está, como já notamos, interessado nos tipos de relações entre dominadores e dominados que são característicos da sociedade a ser estudada e dos quais o caso particular é um exemplo” (BEATTIE, 1977, p. 20). Em outro momento ele escreve “quer o principal interesse do observador esteja na sociedade ou cultura, a realidade que ele observa, pessoas em relações entre si, é uma e não duas” (idem, p. 28).

<sup>15</sup> Oliveira aponta em diálogo como autores como Lefebvre, Raffestin, Quaini e Lacoste que “o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.), em que o Estado desempenha função de regulação. O território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra” (OLIVEIRA, 2003, p. 40). A proeminência da economia, especificamente a produção, aparece em diversos trabalhos de Marx, entre os quais a passagem dos manuscritos econômico-filosóficos “religião, família, Estado, direito, moral, ciência, arte etc. são apenas modos *particulares* da produção e caem sob sua lei universal” (MARX, 2015, p. 345).

<sup>16</sup> Nas palavras de Raffestin: “Em toda política de integração e de unificação existe uma vontade de apagar as diferenças. Por quê? Porque as resistências se engancham nessas diferenças, que são outros tantos obstáculos ao desenvolvimento de um poder total”. (RAFFESTIN, 1993, 118).

<sup>17</sup> Como bem observaram muitos pós-estruturalistas, o campo dos sentimentos que passam a desejos pode ser efetivamente um campo da resistência, com uma influência notável da psicanálise, na relação desejo/dominação/resistência, se podemos simplificar nestes termos. A própria análise situacional permite esse diálogo entre matrizes teóricas diferentes, abrindo portas para hibridizações e novas combinações de perspectivas e métodos (PÉREZ y CANNELLA, 2016, p.11).

dinâmicas de ampla escala, desde a colonização e relação com Belém até a mais recente expansão do agronegócio do dendê com justificativas e incentivos partindo de esferas de governo diversos e sob o guarda-chuva do desenvolvimento sustentável e das energias renováveis, entre outros, entrecortadas por divisões territoriais da produção.

Como veremos, é possível caracterizar como que um processo de “hierarquização dos territórios” que, nesse caso, se pautam em ações estatais que procuram conjugar demandas “populares”, como o combate a pobreza, com demandas de agentes hegemônicos que se inscrevem em classes e elites empresariais e políticas. Estas elites, ao se aproximarem de invocações acerca do desenvolvimento sustentável modernizador e das vocações regionais (com o Zoneamento Agroecológico da Palma – “ZAE-Dendê”), buscam combinar temporalidades e territorialidades diversas com uma inclusão social via mercado, a um só tempo arrematando a diversidade que identificamos no Ramal do Cravo, desigual, combinada e contraditoriamente, isto é, em chave dialética. É esta diversidade em relação à processos conjunturais e estruturais que convida a uma leitura classista que inclua as particularidades do campesinato do Ramal do Cravo, posto que o campesinato é modo de vida plural e classe consoante relações concretas com outras classes (SHANIN, 2008). Ora, entendo que este concreto é o território (OLIVEIRA, 2003) produzido nas relações concretas que incluem aquele caráter material e também simbólico (MARIN e CASTRO, 1999).

Essa interpretação nos afasta de outra corrente teórica que identifica o território como “coisa”, enfatizando seu caráter *objetivo* (estrito termo) enquanto aqui se trata de destacar os processos que lhe com-formam e dão sentido. A concepção do território como coisa tem retoques da territorialização capitalista, já que “a territorialidade capitalista é a da objetificação” (CECEÑA, 2008, p. 91), mas sublinhe-se: *o capitalismo não se constitui em única forma de produção do território*. Trata-se menos do “espaço geográfico ou território usado” (como defendem NAHUM, SANTOS e CARVALHO, 2017, entre outros) e mais das relações que sustentam e incidem diretamente sobre a feitura do território, as territorialidades em suas relações combinadas e contraditórias, abrindo a abordagem a processos que passam, mas não se restringem, pelo “período geográfico do dendê” (*idem*), posto que entendo ser isso um recorte possível, mas não suficiente para a pretensão deste estudo que trata do “usado” e dos possíveis usos outros, assim como dos sentidos outros que orientam usos e futuros das parcelas de terra em disputa, do caráter processual (MARIN e CASTRO, 1999) e dialético (OLIVEIRA, 2003) do território.

Dessa forma, a hierarquização para nós é concretamente o efeito da luta de classes em suas contradições que reproduzem simultaneamente discursos e práticas não-duais, isto é,

moderno-tradicional, criação-destruição, dominação-dependência, leitura que no caso do agronegócio se registra em diversos trabalhos de J. de Sousa Martins, entre os quais “A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil” de 1995. Nele, o autor apresenta como modernas empresas capitalistas desenvolviam práticas altamente modernas no sudeste do Brasil enquanto reproduziam a escravidão por dívida na Amazônia e a peonagem, escrevendo que “a escravidão atual é, no limite, uma variação extrema do trabalho assalariado” (p.12). Os plantios de dendê nos arredores de São Francisco do Cravo, neste estudo, nos atualizam e dimensionam a pertinência dessas observações.

## **2.2 Fazendo São Francisco do Cravo**

As famílias camponesas que vieram do Cravo de Bujaru para o atual Ramal do Cravo em Acará o fizeram principalmente pela qualidade pobre das terras que iam sobrando nos arredores do Igarapé Cravo, em Bujaru, “capoeira” que dificultava a já complicada sobrevivência das famílias extensas que ali viviam. Como observa Woortmann, muitas vezes “migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa” (WOORTMANN, 2009, p.217). Nesse caso, a limitação das terras e sua qualidade pode ter sido a principal causa, destoando do histórico de conflitos pela terra que ocorreu e continua a ocorrer na Amazônia. Entretanto, seria limitar a interpretação postular que os migrantes assim fizeram apenas por condições ambientais, já que o uso da terra para a agricultura por gerações e o crescimento familiar, com o conseqüente parcelamento das terras, estão inscritos nas razões que fizeram esses camponeses se colocarem na estrada em busca de novas terras, correlacionando causas ambientais e sociais (como a estrutura agrária) como vetor do movimento migratório.

Quando se estabeleceram mulheres, homens e crianças, a mata no km 14 de Acará ainda era preservada a ponto de se encontrar sem dificuldade madeiras de lei, como o breu branco e o anjelim, assim como veados para a caça e onças caçando. Nas noites, muitas vezes ecoavam gritos de macacos guaribas, espécie conhecida por seu porte comparável a um homem jovem e típica de áreas preservadas na região.

A mata começou a ser “amansada”, como dizem, com a abertura das primeiras picadas, caminhos, derrubadas e queimadas, para os plantios iniciais e para a construção de casas. Estas primeiras habitações eram cobertas de palha, com paredes feitas com cascas de árvores, carcaças de árvores queimadas e chão de barro batido.

**Foto 3** – Agricultor observa enquanto área é queimada para plantio



**Fonte:** Autor (2018)

O saber e trabalho dos cravenses logo foram desafiados por se tratar de área de “terra seca”, contrastando com a abundância de cursos d’água na comunidade do Cravo, em Bujaru, que inclusive recebera esse nome por causa de um igarapé.

Com a distância de mais de uma dezena de quilômetros do Rio Acará e com um apenas um riozinho intermitente por perto, os moradores logo providenciaram a perfuração de um poço para se servir de sua água e inaugurar outro espaço de uso comum, como foram os igarapés em sua comunidade anterior e já eram as roças e os terreiros de sua nova comunidade. Jean Hébette, ao refletir sobre a vizinhança em comunidades camponesas lembra que esta, em seu objetivo de suprir certas necessidades, tem no acesso à água um de seus elementos recorrentes, uma necessidade suprida coletivamente que reforça a própria comunidade (HÉBETTE, 2002, p. 188).

Para as derrubadas, o muxirão (que é como chamam mutirão) foi a alternativa, assim como posteriormente o foi a alternância de dias de trabalho e tipos de serviço, outra característica do “espírito de vizinhança” de muitas comunidades camponesas (idem, p.193). “Teve dias que doze homens saíam pra derrubar uma árvore no machado e terminava o dia não tinham derrubado uma árvore”, comentou Raimunda Silva uma das entrevistadas em setembro de 2018. Natalina (entrevista em setembro de 2018) comentou que “era só mata bruta, só tinha um caminho aí, aí depois que o prefeito que se chamava Antônio Pedro que mandou fazer esse Ramal aí”. Antônio Pedro, segundo Natalina, ainda definiu:

Basta dizer que ele deu pra cá era só povo de Bujaru, não tinha outra família, ali ele mesmo pergunto se os idosos não queriam colocar o nome do Ramal como eles

queriam, porque pra ele era pra ser Ramal do Cravo porque só era gente de Bujaru, né? Aí ficou Ramal do Cravo. (Entrevista em setembro de 2018)

Não havia serrotes, muito menos máquinas e energia elétrica para converter madeira larga em tábuas. As casas de palha e casca de pau foram as primeiras habitações, onde ficavam os filhos menores cuidados pelas filhas e filhos maiores. Enquanto homens iam para as derrubadas e queimadas, para a coivara (retirada da madeira após queimada), as mulheres iam capinar e semear arroz, feijão, milho e mandioca. Esta divisão, entretanto, não era estanque, segundo conta dona Raimunda: a divisão de trabalho por gênero nesta fase, como hoje, é bem limitada “eu só não cortei de machado, o resto tudo eu fazia também” (entrevista em setembro de 2018).

O “era tudo muito difícil”, além de expressar as dificuldades em amansar a terra, não ficava por aí: não havia banco de sementes e os cravenses estavam distantes de suas famílias que haviam permanecido em Bujaru. Assim, para os primeiros plantios a saída era pedir talos de mandioca e sementes de arroz e milho aos camponeses das povoações vizinhas. E a solidariedade camponesa, segundo os entrevistados e entrevistadas, nem sempre se fez presente. “Tinha dias de trabalho o dia todo e no final da tarde não ter o que comer”, contou Leonel, que era criança à época (entrevista em setembro de 2018).

Leonel “Bebé” lembra que quando vieram à pé de Bujaru até Acará, ao chegarem no local indicado por seu Mané Cristino, morador do Km 15 da PA-252 e bujaruense que viera antes para a área, os homens resolveram ir ter com o prefeito, mas Leonel não “deu conta”, esgotado que estava das horas de caminhada. Segundo ele, foram 29 quilômetros entre o Cravo de Bujaru e o Cravo de Acará.

Pelas lembranças dos entrevistados, eram cinco ou seis famílias extensas, e menos sobrenomes ainda, sendo as famílias Pinheiro e Chaves as que mais cresceram durante a ocupação de São Francisco do Cravo. Mais uma vez lembramos Hébette, para quem a família é um dos traços que permitem o uso do termo campesinato para designar estes grupos e formações sociais. Para ele, a família<sup>18</sup> é um *traço fundamental* na vasta *diversidade* que caracteriza o que seria o campesinato amazônico em seu paralelo com o campesinato europeu, de par com outro traço fundamental citado pelo mesmo autor: a vizinhança, já descrita acima (HÉBETTE, 2002, p.180).

---

<sup>18</sup> A família é um elemento constante nas análises acerca do campesinato, principalmente em estudos etnográficos. Na Amazônia, a família camponesa ocupa papel relevante na estruturação das comunidades e nas inter-relações entre as mesmas. Deve-se mencionar, no entanto, outras formas de organizações sociais que de alguma forma penetram o campesinato amazônico, como: as cooperativas, a igreja católica e também as neopentecostais, os comerciantes, os diversos agentes institucionais e o líderes políticos locais.

Em São Francisco do Cravo, as dimensões familiar e de vizinhança aliam-se e manifestam-se na predominância das famílias extensas, influência da época da ocupação que se estende até a atualidade em lotes como o da família de Natalina. Nele, encontram-se três gerações que podem estar em transição para uma quarta, já que as gerações mais novas já estão alcançando a juventude, somando 26 pessoas. A distribuição das casas não deixa de lembrar certa influência da produção do território de muitos povos indígenas, que distribuem as habitações em sistemas circulares ou semicirculares.

**Foto 4** - Avó e netos no preparo do vinho de açaí

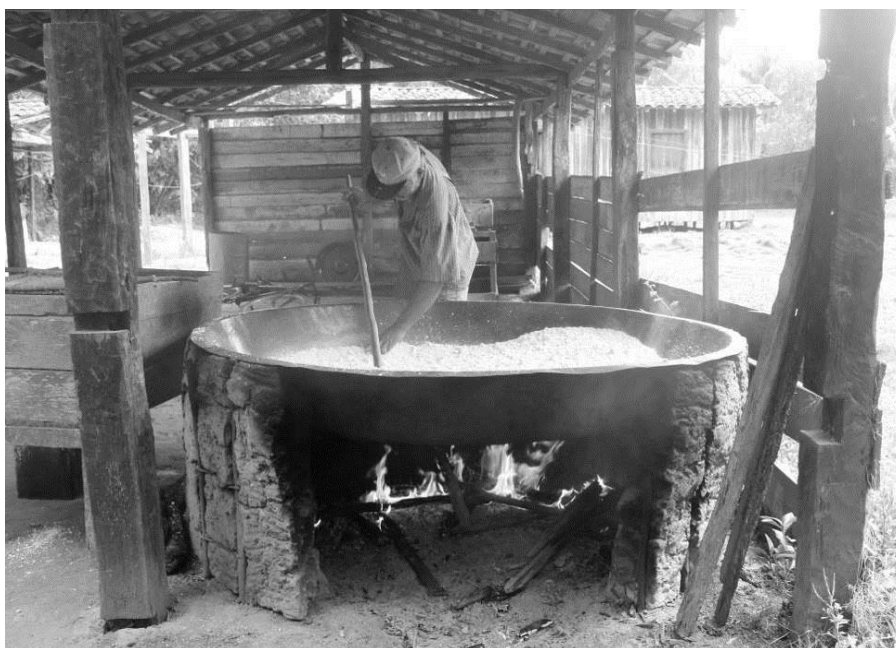


**Fonte:** Autor (2018)

A alimentação dos primeiros moradores, além das frutas disponíveis na floresta, foi principalmente arroz, feijão e farinha de mandioca, que eles trocavam também por carnes ou equipamentos para uso no trabalho, querosene, sal, além de eventualmente praticarem câmbio por roupas. Também produziam tabaco e café, sendo que o primeiro não é mais produzido na comunidade e o segundo poucas famílias ainda colhem e torram para autoconsumo. Além disso, a caça foi uma atividade importante na dieta dos primeiros habitantes da área, dada a baixa piscosidade do igarapé próximo. São citados tatus, pacas, cotias, veados, codornas e algumas outras aves pequenas, além das galinhas que criavam em terreiros coletivos. Para a caça, eram utilizadas espingardas e a construção de *muitás*, bases suspensas em árvores onde

os caçadores ficavam à noite à espera do som dos passos de animais sobre a serrapilheira, logo focados pelas lanternas e baleados. “Quando ouvia longe o tiro, não demorava papai chegava com um veado que depois de limpo pesava 35, 40 quilos, que ele dividia com outras pessoas”, contou dona Raimunda.

**Foto 5-** Camponeses preparando farinha na “casa de forno”



**Fonte:** Autor (2018)

As trocas, assim como as primeiras aquisições de talos de maniva para o plantio, aconteceram quase sempre entre os cravenses e moradores das comunidades de Igarapé-Açú e Km 15, vizinhas. Outros bens eram obtidos na sede de Acará ou na Vila de Guarumã, que já continha comércio variados. Sobre este aspecto, Hébette comenta que as comunidades “não vivem em autarquia; elas respondem elas mesmas em grande medida por suas necessidades imediatas, mas esperam uma complementariedade de um centro mais complexo” (2002:198). Neste caso, a complementariedade era tanto entre comunidades vizinhas de ocupação mais antiga quanto com a sede municipal, além de ocasionais viagens à capital.

Mesmo com a sessão das terras pelo poder público, autorizando a abertura do caminho e ocupação da área, algumas famílias preferiram retornar para o Cravo de Bujaru ou procurar outras terras já “amansadas”, dadas as dificuldades encontradas pelos povoadores de São Francisco do Cravo. Essas voltas foram acompanhadas muitas vezes por lágrimas, lembrou seu Dicão (entrevista em setembro de 2018).

Se Santana, que nasceu em São Francisco do Cravo, lembra que “eles (seus pais) não foram ambiciosos: cada um tirou só um lote, eu dizia isso para o papai”, não se pode dizer o mesmo dos demais ocupantes daquela porção do município de Acará. Enquanto algumas famílias retornavam ao Bujaru ou tomavam o “trecho” em busca de novas frentes de ocupação para na terra garantir sua reprodução social, outras ao saber das terras livres vieram migrando de Bujaru para o Ramal, ou mesmo de outras localidades de Acará e redondezas. Isso fez com que os cinco quilômetros cedidos pelo prefeito logo fossem ultrapassados, a ocupação seguindo no sentido leste, em direção ao Rio Acará.

Em algum momento, antes ou depois da ocupação do Ramal, um fazendeiro passou a adquirir terras desde as margens do Rio Acará em direção à terra firme. O “Português” conseguiu títulos de terra e veio avançando suas propriedades no sentido oeste, em direção a PA-252, com cercas que iam destoando da ocupação dos cravenses, onde prevalece a contiguidade física entre os lotes, no máximo com pontos de marcação.

Enfim, as terras que haviam sido ocupadas por posseiros vindos depois dos bujaruenses não possuíam títulos legais como ocorrera com as famílias de São Francisco do Cravo, que os haviam conseguido com a mediação do prefeito que assumira o executivo municipal depois de Antônio Pedro, através do INCRA. A ausência de títulos para a segunda leva de posseiros facilitou o avanço do “Português” até os confins da comunidade.

**Foto 6** – Fazenda no Ramal



**Fonte:** Autor (2018)



Um dos moradores do Ramal contou em entrevista que certa vez esse fazendeiro teria ido até a casa de um dos últimos moradores do Ramal, no sentido leste, perguntando com muitos “com licença” e “que mal lhe pergunte” se ele sabia da legalidade dos lotes na comunidade de São Francisco do Cravo, da “papelada”, ao que o camponês respondeu em silêncio, levantando-se e buscando o título da propriedade registrado pelo INCRA.

Dessa feita, essa lembrança dos moradores permite identificarmos a dimensão de poder-classe na produção do território (OLIVEIRA, 2003, p.40). Como observam Calabi e Indovina (1973, p.57) o uso capitalista do território se relaciona com a concentração de capital, em sua tendência de abarcar todo o território, avançando sobre formas outras de territorialização não orientadas estritamente pelo capital, como em reprodução ampliada. Nesse caso, contudo, a formação do latifúndio foi freada pela condição legal das terras que se pretendia adquirir – legalidade que contraditoriamente assegura a propriedade capitalista da terra.

Quando já no final da primeira década dos anos 2000 o referido fazendeiro ainda procurava lotes para comprar, ou apresentava títulos de propriedade a posseiros que ali moravam, e os camponeses de São Francisco do Cravo seguiam seus cotidianos, não sabiam que suas vidas estavam para mudar: as terras do “Português”, assim como as de outros fazendeiros, passaram a outras mãos, invisíveis, de uma Sociedade Anônima, a Biopalma S.A., empresa produtora de óleo de palma que se implantou no Vale do Acará, motivada pelo Programa Palma de Óleo Sustentável (PSOP) do governo federal, durante o segundo mandato de Lula em sua política energética e climática, e por outras condições que serão descritas no próximo capítulo. Nominalmente<sup>19</sup>, a instalação da empresa por volta de 2012 (ainda que vários processos ligados a esta instalação a antecedam) se deu em nome da produção de biodiesel para sua sócia majoritária, a Vale, e sua frota de trens que transporta minério de Carajás (PA) até o porto de Itaqui (MA).

Como já dito, o primeiro acesso à conexão Biopalma-Vale (Biovale) se deu no vislumbre das placas de sinalização do Ramal do Cravo – placas privadas em vicinal pública – e na fala de moradores ao se referirem à empresa. Em uma das entrevistas, um morador relatou acerca do trânsito constante de veículos, os riscos da velocidade a poeira:

“Agora o que tem que fazer: tem que respeitar, colocar lombada e pelo menos se não for asfaltar, colocar um carro-pipa pra ficar molhando, porque eles têm condição, essa empresa é poderosa, né? A Vale?”. (entrevista em outubro de 2015)

---

<sup>19</sup> Contudo, nossa pesquisa indica que a empresa tem focado sua produção para o setor de óleo vegetal, utilizado por empresas de alimentos e cosméticos do Pará e de estados do Sudeste, além de exportar por Barcarena (PA) para países como os EUA e a França.

A partir disso, o escopo desta pesquisa foi se alargando no que tange às conexões do empreendimento agronegócio do dendê, sua sócia majoritária e as razões geopolíticas do Brasil ao apoiar este setor do agronegócio. Por outro lado, estas informações nos indicam o necessário alargamento no entendimento da própria formação do Ramal e da comunidade, onde se encontra uma diversidade que extrapola a ocupação vinda exclusivamente da comunidade do Cravo no Bujaru e que se produziu por percursos diferentes naquela formação social. De fato, se fazemos uma leitura acurada, é de se aceitar que isto não se restringe à São Francisco do Cravo: se olharmos a história da Amazônia, veremos que as comunidades embora tenham existência a partir de um processo específicos de territorialidade, não negam ou escapam de fatores macro e transnacionais. Isto demanda tentar entender essas comunidades em uma história com raízes de longo prazo, em um processo amplo que diz respeito à formação sócio-histórica da região<sup>20</sup>.

### **2.3 O sítio no Ramal Bom Jesus**

Um caso particular na formação de São Francisco do Cravo e no processo de territorialização da empresa Biopalma é o sítio Bom Jesus, localizado no ramal de mesmo nome. Ele expressa a produção desigual e combinada do território, sendo o vetor que nos levou a identificar distintas “comunidades” e territórios no interior de São Francisco do Cravo, o que procuro desenvolver mais à frente.

O sítio Bom Jesus pertence à família Chaves Silva. Nos primeiros trabalhos de campo, ainda em 2015, identifiquei esse território como sendo uma comunidade distinta que se transformou/reduziu a um único lote no interior do dendezal. De fato, a pesquisa já apontava ter havido outras famílias nesta aglomeração do Ramal do Cravo, entretanto, os antigos moradores acabaram por vender suas terras a fazendeiros, permanecendo somente uma família na área. Posteriormente pude entender que o ramal Bom Jesus é parte de São Francisco do Cravo, ainda que deste a tipologia se diferencie.

---

<sup>20</sup> Além disso, se considerarmos o “presente” dessas comunidades, podemos perceber que também estão (quase sempre – para não acorrer em generalizações extremas) envolvidas com a dinâmica global, no sentido que as novas tecnologias as alcançam, assim como os novos meios de comunicação e mesmo os projetos das grandes firmas, como observa Almeida (2012). No entanto, o modo como às empresas capitalistas experimentam e se articulam nas escalas nacionais e globais difere dos campesinos e seu modo de vida, com diferenças nada desprezíveis de “margem de manobra” para elites e campesinos (e outras populações genericamente classificadas como “pobres” ou outros substantivos de cunho pejorativo), num contexto onde muitas vezes a governança é exercida “no nível do ambiente em que as pessoas toma suas decisões aparentemente autônomas”, mas que na verdade permitem que “os riscos [sejam] terceirizados de empresas e Estados para indivíduos” (ZIZEK, 2015, p. 53) e – o que escapa a este autor – para comunidades.

Olhado desde cima, por imagens de satélite, o sítio da família Chaves Silva desperta surpresa e, para os teóricos do fim do campesinato como Nahum e Silva (2016), provavelmente seria em curto espaço de tempo mais uma parcela do campo sem camponeses, pois para estes autores “nos territórios do dendê desencadeiam-se processos de descampesinização”.

**Imagem 1** - Sítio Bom Jesus



**Fonte:** Zoom Earth (2019) Adaptado pelo autor

De fato, a agricultura tecnificada, transnacionalizada, representada pelo pontilhado dos pés de dendê, aparece cercando uma pequena ilha de biodiversidade, com uns três mil metros quadrados de tonalidades e densidades verdes diversificadas, ligados ao Ramal principal por uma espécie de cordão umbilical, estreito, de cerca de um quilômetro de comprimento. Há ainda na imagem presença marcante de áreas de Reserva Legal (RL's) da empresa, de acesso vedado aos moradores da comunidade. É a partir deste ponto que começam a se adensar os plantios na direção leste (canto inferior esquerdo da imagem).

Esta biodiversidade do lote-ilha parece desde já indicar a sua insustentabilidade econômica diante da enormidade do pontilhado das palmas de óleo, indicando em leitura linear uma forte tendência à “descampesinização”. A insustentabilidade cercada pela “sustentabilidade verde” e monótona das palmeiras para produção de agrocombustíveis e óleo vegetal é um paradoxo. Um paradoxo da imagem, da política, do território em seu devir contraditório. Um paradoxo de ser a Biopalma, entre outras coisas, uma empresa de

reflorestamento que recebe financiamento do Governo Federal via BNDES para reflorestar a área.

Durante meus trabalhos de campo nesta parte do Ramal, as visitas foram marcadas algumas vezes pelo interromper o trabalho de seu Adelermo e sua esposa, o falar reticente e curta de seus filhos já adultos, sem crianças no lote, como ocorre em muitos outros da comunidade. Não são os camponeses “românticos”, como muitas vezes as descrições sugerem; como quem resiste bravamente, heroicamente. Talvez a família Chaves Silva seja isto, mas não só.

Vindo de Acará, da comunidade de Santana, Adelermo – que sempre foi o mais disposto a conversar comigo – é a polivalência em pessoa. Migrante que hoje vive no pacato sítio, seu “trecho” foi mais extenso que os quilômetros percorridos a pé pelos primeiros moradores de São Francisco do Cravo:

Eu fui do Bujaru pra Belém, já rodei pra banda de Roraima, Oiapoque, tudo isso eu virei, trabalhei em máquina pesada lá pra Roraima, namorei com essa mulher, daí vim pro Acará. Trabalhei na Ecopala, lá em Belém, lá perto da universidade, de primeiro se fazia este ferro lá, depois passei pra fábrica de óleo, trabalhava lá na planta de tirar óleo, preneiro, de lá trabalhei numa saboaria e fui correr trecho, fui pra Macapá, de lá fui pra Roraima, de lá fui pro Oiapoque, próximo da fronteira. De lá saí, cheguei aí em Belém, de lá vim pra cá desde essa época. Eu era novo ainda nesse tempo, e agora me aposentei, não adianta estar saindo. E eu não quis sair, o pessoal vendeu tudo por aqui.

Aqui no Acará, pra lá da casa deles (família de Leonel, onde fiquei), morei seis anos, e aí eu vim pra cá, tem trinta e poucos anos, e lá do Acará tem uns 40 anos (entrevista em 10/09/2018).

Esse longo trecho percorrido por Adelermo se complementou já no interior do próprio Ramal. Como explica, mesmo no interior do Ramal do Cravo ele migrou:

Eu comprei esse, depois tornei a comprar outro ali, já vendi prum homem que tem um pasto, ele não tá aí mas tem a caseira dele. Ai já tô só com um pedaço ali, já vem vendendo agora tô loteando pra todos os filhos, tudo de 50 (metros), dá 600 (metros), ainda fica 300 (metros) que se eu achar pra quem vender, eu vou vender (idem).

Aqui se nota que o cercamento de fora (que começa com o “Português” e se aproxima com a Biopalma), ao contrário das expectativas, está sendo acompanhado agora por um “cercamento”, um loteamento dentro do lote. E mais: este processo ocorre no sentido de favorecer a família - não um loteamento nos moldes privado e individual capitalista -, seja com o dinheiro obtido pelas comercializações, seja diretamente para uso da prole. Serão seis novos lotes, dos quais pelo menos dois serão utilizados para o plantio de pimenta e mandioca, como ele explicava enquanto percorríamos o sítio numa tarde. Nesses lotes, filhos poderão trabalhar nos finais de semana, no caso dos não residentes na comunidade, além de contratar

mão-de-obra do próprio Ramal (e da própria família); ou trabalhar com mais frequência, no caso dos filhos que vivem com Adelfermo e sua esposa no sítio Bom Jesus, e que também receberão parcelas.

A fala calma de Adelfermo e o quase absoluto silêncio dos demais moradores do sítio, a aposentadoria como possível garante de uma quieta velhice de ocaso da vida, também vão sendo colocados em xeque conforme vamos entrando no sítio e conhecendo mais a vida de seus moradores. A casa localizada em uma elevação de cerca de 10 metros tem abaixo um vale entrecortado por um pequeno curso d'água que se alarga um pouco mais no sentido leste. Na descida pela lateral da casa, durante um de nossos trabalhos de campo (em que Marcela, orientadora deste trabalho, esteve também na comunidade), os dois filhos, Roberto e Ronaldo estavam *apanhando* açáí (com essa ênfase no manual, nas mãos, de subir no açazeiro e *apanhar* o cacho de frutos – prática comum de se ver nos lotes, onde mãos, pés entornados de peconha<sup>21</sup> e facas na boca trabalham juntas), e logo estavam o subindo o declive em direção à residência com bacias na cabeça para bater os pequenos bagos pretos e retirar-lhes a cobertura, fazer o vinho. Enquanto isso, sua mãe preparava o almoço, movimento constante no lote no pacato lote.

**Foto 7** - Açáí apanhado é levado para a residência



---

<sup>21</sup> A peconha pode ser uma vestimenta já surrada de tecido grosso, um saco de lona ou de fios trançados, que é amarrado de forma a compor um círculo fechado de cerca de um palmo de raio que é utilizado para entrelaçar os pés e facilitar a aderência nos pés de açazeiro, pressionando-os em forma de “C” de encontro ao caule da palmeira.

**Fonte:** Trabalho de Campo

Por trás da casa há maniva plantada, “uma tarefa”, correspondendo a uns cem metros quadrados. Há também árvores de frutas comestíveis como o caju do mato, espécie avermelhada de sabor forte. No avançar dos passos naquela direção, somos conduzidos por uma descida para outro pequeno curso d’água, cercado por área preservada com árvores de vinte, trinta metros, incluindo madeira de lei.

Na parte mais alargada do curso que corta a frente e a lateral do lote, há pequenos peixes, mas já não se pesca nem se consome daquela água que “ficou amarelada depois que jogaram as buchas [de dendê]” nas proximidades. Os moradores do Sítio Bom Jesus usam, então, água de um poço, que fica atrás da casa. No elevado desta lateral, entre as folhas de açazeiro e outras árvores, se divisam os pés de “denden”, como chamam muitos dos cravenses.

Na área diametralmente oposta há um pimental e, mais à frente, um sítio utilizado como chácara, com piscina de água represada, energia elétrica e uma pequena ponte que dá um efeito estético à paisagem. A piscina tem água clara, possivelmente por estar à jusante do dendezal e com pequena distância em relação a estes, ao contrário das águas imediatamente próximas do plantio onde Adelfermo e sua família deixaram de se banhar e consumir após ela ter passado, segundo os moradores, uma temporada “amarronzada” durante as primeiras chuvas do verão amazônico, resultado de “algo que escorreu” para lá, dando ainda um odor diferente à água. Isto lhes fez posteriormente deixar de consumir também os pequenos peixes da área onde o riozinho fica um pouco mais fundo, no vale que separa a residência familiar e o início dos plantios. Se seguirmos um pouco mais, segundo nosso guia, ainda é possível encontrar uma pequena fazenda de gado. Isto em pouco mais de 3000 m<sup>2</sup>.

Croqui 1 - Sítio Bom Jesus



Fonte: Autor, elaborado em campo (2018)

O Sítio Bom Jesus foi, segundo entrevistados em 2015, a última área onde chegou eletrificação rural, após insistentes visitas de Adelfermo e familiares à distribuidora de energia e outras instâncias da sede do município. Por outro lado, o Sítio foi o único lugar na comunidade onde vi cursos d'água próximos à residências, sendo até pouco tempo privilegiado por poder usufruir de águas superficiais, o que mudou após terem visto e sentido mudanças naqueles fios d'água que envolvem o lote.

Em 2015, quando visitei o sítio pela primeira vez, fiquei inquieto com quais rumos poderia tomar a família em um lote cercado pelo dendê. Agora, após observar os cursos d'água que formam uma pinça pela frente e por trás do lote, chamar o sítio de ilha adquire um sentido diferente.

**Imagem 2** – Sítio Bom Jesus 2

Fonte – Zoom Earth (2019) adaptado pelo autor

Contudo, imaginar uma reprodução camponesa nestes moldes, um cercamento por dentro do lote após o cercamento ao redor, para filhos residentes ali ou que nem moram mais no município, alguns com vistas a voltar a trabalhar na terra plantando pimenta, por exemplo, que em 2018 teve uma notável queda de preço... Isto não foi sequer cogitado em nossos estudos iniciais no local. Como se vê, o desigual, combinado e contraditório do território continua nos surpreendendo, assim como as memórias do território em processo que deixam em aberto não apenas partidas, mas retornos.

Os contra-cercamentos, aliás, talvez nem sejam tão surpreendentes assim: lotear a terra entre os filhos não é uma prática nova para a reprodução social camponesa – como já exemplifiquei entre as razões da migração de Bujaru para Acará dos cravenses. Nesse caso, como se vê, a família não quer apenas permanecer, mas expandir sua produção, manter os laços sociais e de classe, o trabalho familiar e a terra, retornar (não é este um dos significados de revolução?). As resistências e estratégias na ilha nos lembram uma outra ilha, cercada e teimosa, na porção central do continente. Mas é somente uma lembrança nesta mania de relação entre escalas que nos é acionada ao estudar realidades tão complexas. E o futuro, quem em 2015 se tentava prospectar naquele presente-hoje-passado, surpreende neste presente de 2018 com os cercamentos por dentro, como contra-cercamentos, mais uma “traição” dos trabalhadores do campo à ordem capitalista (OLIVEIRA, 2016, p.33).



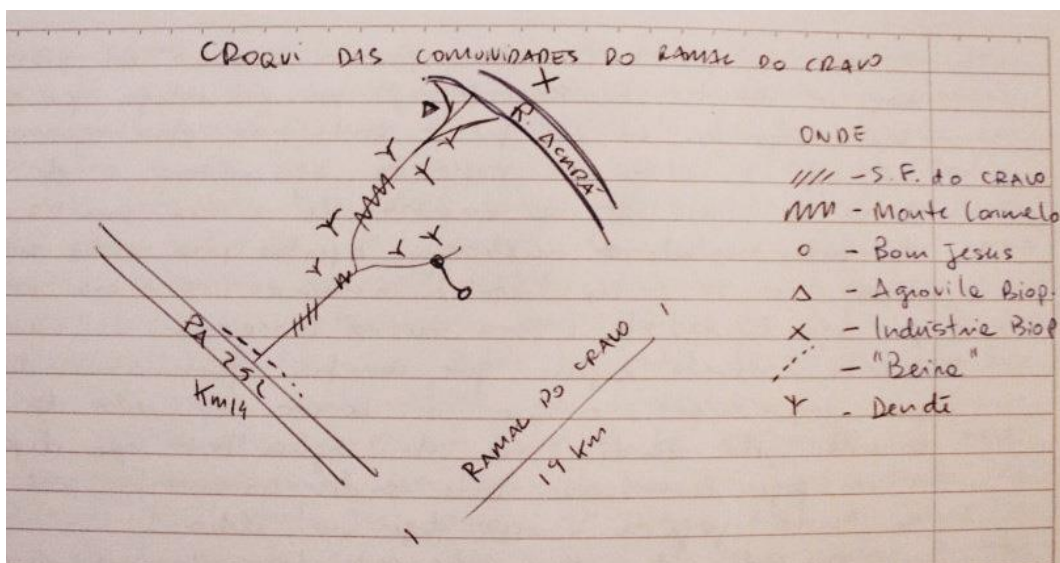
Por outro lado, o “contra-cercamento” difere do cercamento ao redor do Sítio Bom Jesus por não se dar em razão da maximização econômica com vistas à produção da mais-valia, assim como não ser calcado na propriedade individual, já que o parcelamento da terra não ocorre via “contrato”, mas é gestado no interior das relações familiares camponesas.

Na “encruzilhada civilizatória” que está em curso na Amazônia contemporânea, com suas ligações com o futuro da humanidade e do planeta (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 105), observamos que uma das vizinhas mais próximas da família Chaves Silva resolveu plantar maniva exatamente na encruzilhada do trecho do Ramal Bom Jesus com o que segue até a margem do Rio Acará. No pequeno espaço de Jovanina, com sua maniva, e Adelermo e família, com seu lote, o trabalho camponês demarca seu território, sua geografia.

#### **2.4 As comunidades dentro da comunidade**

Afora o sítio Bom Jesus, que como observamos está em processo de incremento produtivo e *quiçá* populacional, a comunidade de São Francisco do Cravo é dividida em três parcelas: a “Beira”, nas margens da rodovia, a comunidade de São Francisco do Cravo propriamente dita, onde há maior densidade de ocupação, e o trecho chamado Monte Carmelo. Além destas parcelas, há a planta industrial da Biopalma que fica na margem direita do Rio Acará e a “agrovila” da mesma empresa, que fica na margem esquerda Rio. Da PA-252 até a indústria da Biopalma são aproximadamente 12 km. A largura do Rio na travessia é de uns 70 metros, e o Ramal segue até a vila de Quatro Bocas, importante centro comercial de Tomé-Açu.

### Croqui 2 - Comunidades de São Francisco do Cravo



Fonte: Autor (2018)<sup>22</sup>

Os plantios presentes no Ramal começam a ser vistos no trecho da Monte Carmelo, área composta por cinco famílias onde fica uma Assembleia de Deus com o mesmo nome (trecho 2 do croqui no sentido rodovia-rio). Além desta, há outra Assembleia de Deus (trecho 1 do croqui no sentido rodovia-rio), pouco utilizada e cercada pelas laterais e por trás pelo monocultivo de dendê. Enquanto aquela está no lote de uma família, a igreja no trecho 1 não tem vizinhança próxima.

Uma moradora do trecho relatou em 2015 a situação daquela parcela da comunidade: “Aqui da (igreja Assembleia) Monte Carmelo pra cá não, mas pra lá [no sentido do rio] tudo vendero”. Na ocasião um morador presente durante a entrevista completou “Agora já acabou o dinheiro e tão passando miséria porque de certeza o dinheiro num dá pra passar muito” ao que a mulher entrevistada arrematou: “Ainda tem mais ainda, que as pessoa que tinha sua terra não venderam, deram. E hoje tá servindo de peão lá dentro” (entrevistas Jovanina e João em outubro de 2015).

Na área 2 do Monte Carmelo os impactos do agronegócio do dendê se fazem sentir de forma mais evidente, principalmente no período chuvoso (inverno amazônico), com a consequente proliferação de insetos peçonhentos que alcança níveis alarmantes: “meus filhos tinham que passar o dia de camisa manga comprida e calça, eu ficava mesmo com pena deles, eu quase me mudo daqui, acabava meu dinheiro em *baygon* e não dava jeito”, relatou um dos moradores deste trecho do Ramal (entrevista em 09/18).

<sup>22</sup> A direção do Ramal no encontro com o Rio Acará está confuso no croqui, mas a direção correta é a que vai para a esquerda.

Não possuindo terras próprias além da parcela onde mora com o pai, esposa e filhos, o entrevistado supracitado vive de “bicos” e planta em terras que lhes foram cedidas por outro morador da área. Em um primeiro momento, esse camponês disse trabalhar em terras arrendadas, mas no final da entrevista disse que não paga em produção nem em dinheiro para o proprietário, sendo as terras cedidas para que possa manter a si e sua família, trabalhando com a esposa na terra.

Ele falou ter trabalhado para a empresa por quase três anos, sendo demitido ao final desse período. Ao ser informado por um colega que seria demitido, lembrou sua reação: “eu sei que a gente não plantou raiz nessa empresa”, e voltou a viver da agricultura e de trabalho acessório ocasional, os “bicos”. Antes disso, ele e sua família receberam ofertas para vender sua pequena parcela de terra “por vinte, vinte um mil (reais)”, em reuniões organizadas por fazendeiros. Ele e outros moradores do Monte Carmelo disseram em entrevistas que muitas famílias daquele trecho venderam as terras para fazendeiros e que o terreno ao redor da igreja cercada por dendê era de agricultores que venderam a um fazendeiro, que posteriormente negociou a terra com a empresa, “uma jogada”, como se referiram alguns locais ao relatar o caso (o que não deixa de ser irônico na similaridade com a atual linguagem da governança a respeito dos *players*).

O forte odor das tibórnias lançadas no plantio durante o inverno, quando se fazem sentir mais (ainda que sejam lançadas durante o ano todo, segundo moradores), além dos insetos e a poeira no período seco levaram alguns moradores a se organizarem e proporem aos demais que se fizesse um protesto, fechando o Ramal durante a madrugada e cobrando providências da empresa e do Estado, mas a tentativa fracassou. “A localidade é muito difícil”, disse um dos que tentou organizar o bloqueio do ramal, fazendo referência ainda a protestos como os executados por quilombolas e tembés contra a empresa, apresentados na parte final deste escrito.

Conforme se vai avançando neste trecho de solo laterítico, no sentido do Rio Acará, o relevo vai ficando mais acidentado, com pequenos morros, variação altimétrica em torno de 2 ou 3 metros. Num desses morros, à margem do Ramal e antes que o dendê monopolize a paisagem, há uma roça feita e outra já sendo preparada, num declive. Após este respiro o dendê passa a ser o acostamento dos dois lados do Ramal até um trecho de mata ciliar no Igarapé que os moradores chamam Represa. Em suas margens há pés de buriti, mas a água é recoberta quase totalmente por capim e aguapé, planta aquática semelhante a uma vitória-régia, mas de raio menos extenso. Tanto a vegetação da margem quanto a do interior do Igarapé Represa são recobertos por poeira avermelhada levantada pelo trânsito constante de

veículos pesados, médios e pequenos, já que funcionários da indústria passam ocasionalmente de moto ou em SUV's pelo Ramal.

**Foto 8** – Igarapé Represa



**Fonte:** Autor (2018)

No Igarapé Represa se tomava banho e se pescava há alguns anos. Com o alargamento do Ramal, a qualidade da água do Igarapé começou a decair, mas ainda assim se banhavam e pescavam no rio. Com o plantio de dendê ao redor, as coisas mudaram:

A gente veio pescar, aí meu primo foi lavar o rosto nessa água, eu disse pra ele não lavar, mas ele lavou e deu coceira no rosto dele, deu umas manchas, ele passou mal, eu disse que essa água não prestava mais pra banho, eles jogam muita química, cai tudo aí, não podemos fazer nada, isso é deles né? (entrevista com morador, realizada no dia 18/09/18)

Com o tempo, principalmente após a instalação da empresa e incidentes semelhantes, a frequência da pesca no igarapé caiu, mas até hoje há quem pesque ocasionalmente no Represa. Pontes Jr. cita um estudo executado pelo Instituto Evandro Chagas, realizado em 2014, quando se detectou contaminação por agrotóxicos em águas superficiais e sedimentos em 14 dos 18 pontos coletados no Baixo Tocantins, que é uma das regionalizações que abrange Acará. Segundo Pontes Jr., citando dados da ONG Repórter Brasil, em uma área de 166 mil ha de dendê se utilizaria, por ano, 332 mil litros de agrotóxicos (PONTES JR, 2017, pp. 78-80). Estes dados arremetem ao descrito com os corpos hídricos no Sítio Bom Jesus, relatados na sessão anterior.

Há caminhos dos dois lados do Ramal conforme se avança entre os dendezaís, para entrada de tratores e caminhões, assim como alguns *containers* no chão. Em um deles se

registrava o nome de uma das terceirizadas: sobre a tinta azulada escrevera-se “Rodonorte”. Há também algumas castanheiras que estão ao redor da Agrovila da Biopalma, a poucos quilômetros da indústria.

A Agrovila foi construída em uma área que anteriormente era fazenda, possivelmente do “Português” que era proprietário de muitas áreas na proximidade do Rio. Ela faz parte da territorialização da Biopalma, sendo um nó onde se recebe e envia mão de obra, alimentação e informação. Ainda que seja chamada Agrovila<sup>23</sup>, não se parece em nada com os projetos de colonização que receberam este nome no séc. XX e, entretanto, são possíveis conexões entre esta e a colonização, o “ocupar” o que já está povoado por gentes, mas também matas, animais, espíritos... Sobre estes, lembro de dois moradores que contaram terem sumido as matintas que por ali rondavam, e que os assustavam durante as “varridas” (caças) naquela área próxima ao Rio Acará<sup>24</sup>.

**Foto 9** – Agrovila da Biopalma



**Fonte:** Autor (2018)

<sup>23</sup> A expressão Agrovila foi um termo usado com certa constância no século passado na Amazônia. Do final do século XIX até pelos menos a primeira metade do Século XX, referia-se aos núcleos humanos que foram implantados, por exemplo, na Zona Bragantina do Estado do Pará, principalmente ao longo da Estrada de Ferro Belém-Bragança (Colônia do Prata, Apeú, Benjamim Constant...). A partir dos anos 70, o termo agrovila passou a ser utilizado para nomear projetos de colonização realizados pelo Estado e também por empresas em estradas recém-construídas, servindo com núcleos concentradores de mão-de-obra e de ocupação da terra. Atualmente o essa palavra continua sendo utilizada por camponeses para referir-se a povoados em alguns municípios do Nordeste do Estado Pará, como Castanhal e Santa Isabel do Pará.

<sup>24</sup> Este tema chamou muito a atenção durante as pesquisas em campo, mas infelizmente não conseguirei desenvolvê-lo aqui, sendo necessários mais trabalhos de campo e levantamentos bibliográficos sobre o tema. É importante, entretanto, situar isto como informação de campo que se insere no modo de vida enquanto cosmologia.

Contornando a Agrovila, acompanhado sempre pelo dendê que margeia o caminho, temos acesso ao Rio Acará, onde ficam balsas e a indústria, sempre processando óleo de palma e produzindo fumaça. Em uma balsa atracada na margem esquerda do Rio conta-se rapidamente 14 contêineres, além de um automóvel. Há outras balsas, que atravessam conforme chegam e vão as carretas com dendê. Seu tempo é este tempo, sem espera, apressado por demandas regionais, nacionais e globais. Os moradores da região são autorizados a atravessar nas balsas, sempre que uma ou duas carretas o fazem, sem pagar nada. Durante conversa com um funcionário da empresa, fui informado que a empresa proprietária das balsas soma milhares de reais ao dia e ao mês, tanto no transporte para a Biopalma quanto na travessia da sede de Acará em direção à Tomé-Açu. Também segundo informações de campo, esta empresa paga impostos ao município, o que seria uma das causas de não construção de ponte na travessia da sede de Acará para Tomé-Açu.

**Foto 10** - Balsas da empresa no Rio Acará

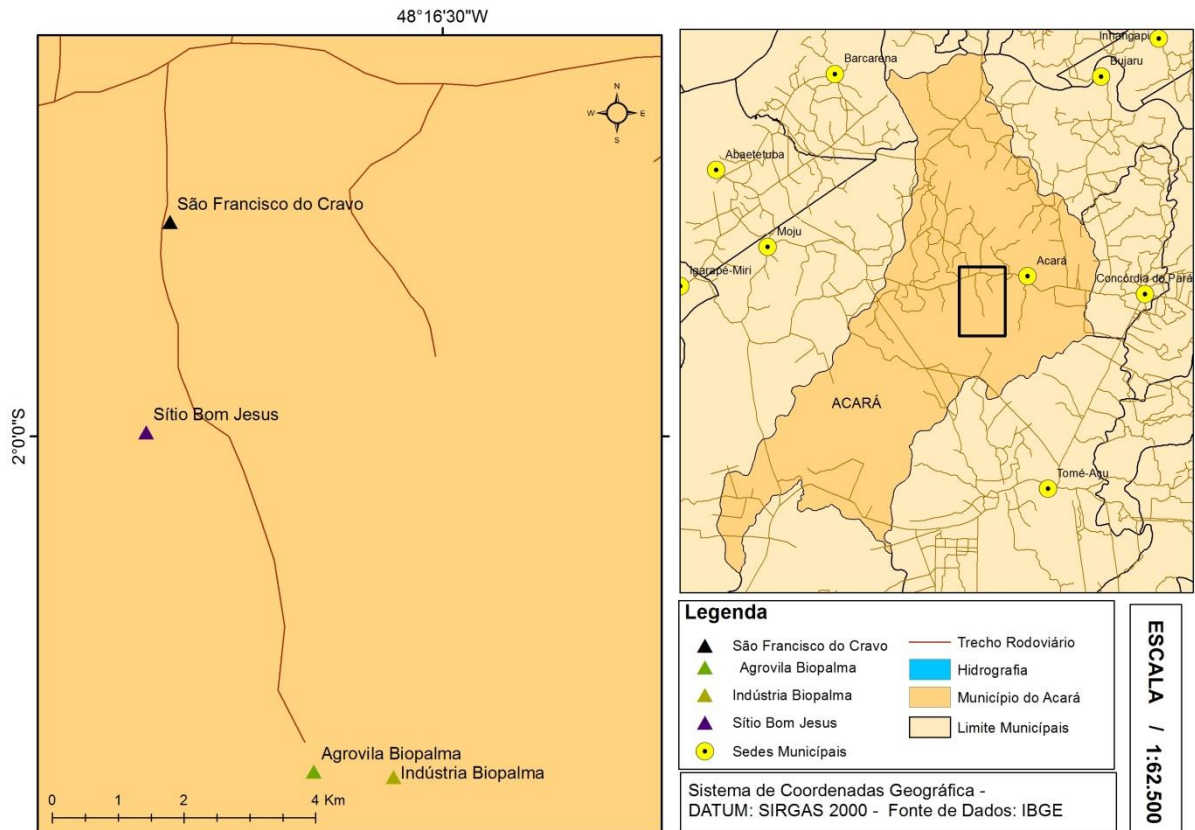


**Fonte:** Autor (2018)

Entre o Km 14 da PA-252 e a vila de Quatro Bocas, em Tomé-Açu, o Ramal do Cravo passou a ser designado por muitos como “Transbiovale”, ou “Ramal da Biovale”. Dona Natal, novecentenária, moradora desde a migração do outro Cravo de Bujaru para São Francisco do Cravo, enquanto debulhava feijão e dava entrevista comentou: “é Ramal do Cravo, porque a gente veio primeiro, a gente que mora aqui”. A observação da entrevistada nos arremete a

uma disputa, inclusive, toponímica, realçando diferenças: o mesmo Ramal, diferentes nomes e usos que se realizam nas práticas dos moradores e da empresa.

**Mapa 1 - Ramal de São Francisco do Cravo**



Fonte – Oliveira (2019)

Essa reestruturação do território e a consonante intensificação e aceleração dos fluxos teve efeitos combinados, desiguais e contraditórios. Quanto às comunidades, os efeitos da instalação da Biopalma variaram conforme a proximidade com os plantios, mas também conforme os processos que ali se colocaram. A Beira, por exemplo, viu surgir pequenos restaurantes, recentemente acompanhados por *kit-nets* que alojam alguns trabalhadores da Biopalma ou de terceirizadas que optam por ficar ali ao invés de ir para a sede do município ou retornar à suas cidades. A comunidade é um ponto de estacionamento de carretas transportadoras de óleo e cachos, sendo ponto de parada também de caminhoneiros vindos de diversos estados do Brasil.

A comunidade de São Francisco do Cravo, seu centro, digamos, teve como efeito principal a co-presença de material em suspensão, o barulho das carretas e ônibus, a lama no período chuvoso que precisam enfrentar os moradores no período chuvoso para ir até a Beira

comprar pão ou ir às escolas. Essa ida para a escola ocorre assim: o ônibus entra no Ramal para buscar crianças e adolescentes apenas do ensino fundamental, não sendo destinado aos estudantes do ensino médio. Estes, então, precisam se deslocar até a Beira para de lá terem acesso ao ônibus que se dirige para a sede do município, onde estão as escolas do ensino médio.

O trecho Monte Carmelo tem os efeitos ocorridos no centro de São Francisco do Cravo potencializados, seja pelas casas serem em geral mais próximas da margem do Ramal, pela distância que precisam percorrer até a Beira, ou ainda por estarem mais próximos dos plantios, com odores e insetos ocasionados pela monocultura ainda mais presentes.

Com tudo isto, mais uma vez lembro Oliveira (2004) e sua compreensão da produção do território como desigual, combinada e contraditória. Como se pode observar nas comunidades dentro de São Francisco do Cravo, as comunidades que formam a comunidade são complementares, formando uma unidade social que responde a pressões externas de forma diferenciada, já que esta pressão se faz sentir desigualmente (CASTRO e MARIN, 1999). A contradição ocorre por conta da territorialização da empresa que, ao se relacionar com estas desiguais formações, ao mesmo tempo que as pressiona na direção de transformações que visam facilitar sua territorialização (processo) as unifica sob o signo destas mesmas pressões.

## **2.5 A agricultura no município de Acará**

O agronegócio do dendê com sua planta industrial tem sua territorialização mais marcante nos monocultivos de palma, monocultivos estes que não deixam de ser agricultura. Mas a agricultura em Acará não está, evidentemente, resumida àqueles. Segundo membros da Secretaria Municipal de Agricultura, em entrevistas realizadas (setembro de 2018), há uma tríade de produtos prioritários na produção agrícola do município: mandioca, pimenta do reino e açaí (note-se a não referência ao dendê, ainda que lhes tenha perguntado sobre a agricultura em geral).

A essa tríade chamam “produtos prioritários”, presentes na maioria dos lotes e terrenos voltados para a pequena e média agricultura, por todo o município, além de se fazerem presentes em áreas de grandes proprietários, principalmente a pimenta. Ademais, se planta e colhe coco, limão, mamão, cacau, com volumes variáveis de produção, entre outras frutas que abastecem diariamente a feira no centro da sede municipal. Contudo, segundo as entrevistas, o peso comercial individual destas produções é baixo, dada a não exploração “sistemática” destas culturas.



Sobre as aspas, algumas considerações: por um lado, as condições técnicas de produção de grande parte do campesinato em Acará traz marcante adaptação, reverberando práticas ancestrais que corroboram elementos complexos como a estação lunar e mesmo aspectos cosmológicos – as condições sobremateriais que influenciam a produção da roça, como as energias de quem planta uma muda, as mãos de quem colhe e até mesmo a admiração de alguém por uma planta que coloca nela “mau-olhado”, tudo isto pode entrar no balanço produtivo. Assim, falar de exploração sistemática a partir de determinadas formas de avaliação e técnica deveria considerar esses elementos. Enfim, talvez as *limitações* da agricultura camponesa sejam condição própria de sua *permanência*, aproximando-me aqui da interpretação chayanoviana do balanço produção-consumo na unidade familiar camponesa (CHAYANOV, 2014).

Segundo as entrevistas na Secretaria de Agricultura do município, haveria uma quantidade razoável e uma diversidade de frutos e culturas agrícolas nos sítios, estando o gargalo na escala de produção: devido à individualização da produção, o campesinato encontraria dificuldades no acerto de contratos de escoamento para supermercados e indústrias, já que a escala fragmentada não compensaria os compradores diretos e sem intermediários; o que poderia substituir a figura do atravessador possibilitando o pagamento imediato aos próprios agricultores. O atravessador é quem geralmente vai na porta dos agricultores para comprar produtos agrícolas e revender no município ou na Região Metropolitana de Belém, especialmente Marituba, onde sai a PA-252.

Figura historicamente importante na Amazônia, o atravessador é personagem de diversos trabalhos acerca da agricultura e extrativismo na Amazônia. Em outra ocasião, abordamos o tema do atravessador correlacionando-o com a autonomia camponesa no controle ou não da circulação, descrevendo como o controle da produção e circulação pelo campesinato fez com que se elevasse a qualidade de vida do campesinato da comunidade de Areia Branca, em Santa Izabel do Pará (FERREIRA e AQUINO JUNIOR, 2015).

Generalizando, o atravessador é um homem adulto que possui transporte (carro, moto ou caminhão) e auferir renda ao percorrer comunidades camponesas ou extrativistas para comprar produtos e revender em centros urbanos, seja a comerciantes de feira, a redes de supermercados ou a empresas processadoras (o que tem ficado mais evidente atualmente na cadeia produtiva do açaí). As críticas centrais a estes personagens são de que muitas vezes pagam preços abaixo do que os agricultores solicitam, retirando parte da renda da terra dos produtores diretos, no caso as famílias camponesas. A renda retirada destas é então dividida entre o atravessador e os comerciantes que adquirem dele os produtos.

Na entrevista realizada na secretaria de agricultura um dos entrevistados fez considerações acerca dos atravessadores: estes não seriam os principais a lucrar ou que ganhariam mais dinheiro que o campesinato nas relações entre produção agrícola camponesa e comercialização em feiras, indústrias processadoras ou supermercados. Na realidade, a situação dos atravessadores seria a mais vulnerável entre os envolvidos pelo fato da variação de preços: “assim, se um produto está a cento e vinte reais, eu vou lá e compre por cem reais, não é certo que eu ganhe minha parte, pois quando eu chego pra vender, ele pode estar a oitenta (reais), e aí o meu lucro de vinte reais se torna um prejuízo de vinte reais” (Entrevista sec. Agricultura).

Contudo, na entrevista não se cogitou o efeito contrário: adquirir um produto, hortaliça, fruta ou grão, acumular e vender com preços em alta. Neste caso o mais beneficiado seria o atravessador, condensando renda da terra e possíveis excessos por demanda. A própria permanência destas práticas até a atualidade indica não só a viabilidade para quem a executa quanto ser atraente meio de obter renda.

Por outro lado, é importante citar que assim como o atravessador faz a chamada “compra na porta”, há um fenômeno paralelo de escoamento de produção em comunidades camponesas: a venda na beira da estrada, estratégia que tanto agricultores quanto seus parentes podem lançar mão para o escoamento e comercialização, para além das centrais de abastecimento (CEASA) e supermercados. No que se refere especificamente aos camponeses de São Francisco do Cravo, ocorre tanto a comercialização via atravessador quanto o transporte de alguns produtos para a sede do município diretamente realizado por membros da família, nos ônibus de circulação municipal, assim como envio de alguns produtos pela Alça Viária até a Região Metropolitana de Belém, inclusive se utilizando de vans - que algumas vezes tem espaços sem bancos para isto, como pude ver nas ocasiões em que me desloquei a Acará a bordo delas.

**Foto 11** – Comércio de produção camponesa na beira da estrada, na PA-252



**Fonte:** Oliveira (2018)

Assim, temos uma diversidade de produtos e estratégias de circulação e comercialização. Isto se soma à diversidade de sindicatos na sede do município voltados à população rural. Em campo e a partir de entrevistas, identificamos 3 sindicatos: o Sindicato Rural, o Sindicato da Agricultura Familiar (ligado à Central Única dos Trabalhadores) e o Sindicato dos Empregados Rurais de Acará, conhecido como Sindicato dos Trabalhadores da Biopalma (por ser formado hegemonicamente por estes). Na secretaria de Agricultura, questionando esta diversidade, a resposta foi de que os sindicatos atendiam muito mais a interesses privados, de grupos de poder, do que coletivos: “para quem está sendo bom? Para o agricultor é que não é”, comentou um dos entrevistados.

Nesse sentido, o aumento no número de sindicatos ao especificar os públicos como trabalhadores rurais ou trabalhadores rurais assalariados, estaria fragmentando os produtores e dificultando sua ação coletiva: “cada um tenta salvar a própria pele”, como disse um dos entrevistados. Para ele, esta diversidade compromete seriamente a criação de cooperativas, como a CAMTA, em Tomé-Açu, município vizinho a Acará<sup>25</sup>. Isto, somado ao “individualismo cultural”, como chamou um dos entrevistados na Secretaria de Agricultura, levaria o campesinato a uma relação em que “alguém piora para que alguém melhore” - o conhecido jogo de soma zero, da teoria dos jogos.

A cooperação camponesa, segundo as falas do pessoal da Secretaria de Agricultura, enfrenta a dificuldade de adquirir ossatura economicamente, qual seja, a produção em escala,

---

<sup>25</sup> A CAMTA, Cooperativa Mista de Tomé-Açu é conhecida por ter centenas de associados e ter atingido certo grau de verticalização da produção, como no caso da venda de poucas para redes de supermercados nacionais, além de exportar alguns produtos como o açaí e o chocolate para outros estados e países. Há vasta literatura sobre esta Cooperativa, incluindo pesquisas em curso no próprio PPGDSTU.

levando ao fenômeno de importação de produtos que são produzidos localmente: “enquanto importamos banana sabe de onde? Da Bahia, enquanto importamos a nossa produção vai saber até onde? Até a beira do Rio”, isto é, a feira da sede municipal, às margens do Rio Acará. Outro caso do tipo seria o abacaxi que se vende em uma rede de supermercados da RMB, que segundo os entrevistados, estaria sendo comprado do estado de Pernambuco e da Bahia, industrializado na CAMTA de Tomé-Açu e comercializado na rede.

Na entrevista com dois membros da Secretaria de Agricultura Municipal, outro tema considerado influente sobre a agricultura pequena e média foi o Programa Bolsa Família, que segundo um dos entrevistados estaria reforçando a acomodação e individualidade dos agricultores, já que o programa não seria acompanhado de programas diretos de incentivo à agricultura camponesa. Aqui, não foram citados programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para escolas públicas da rede municipal, programa este desenvolvido pelo Governo Federal. Em São Francisco do Cravo, ao serem perguntados sobre acesso a este programa, entrevistados falaram da dificuldade de lidar com a burocracia. Perguntados sobre assessoria da Sec. de Agricultura para acessar o PAA, relataram não haver, pelo menos para a sua comunidade.

Os entrevistados comentaram que a é significativa a comercialização dos “produtos prioritários” em Acará e com a RMB, mas a carência de articulação é uma ameaça à produção camponesa. Neste sentido, ainda que se possa auferir ganhos financeiros com este comércio dos chamados produtos prioritários, seu limite e perigo à reprodução camponesa estaria no fato de serem produções de safra, isto é, com ganhos periódicos e intervalos relativamente longos. Esta foi, segundo as informações, uma das causas principais de convencimento para que as famílias vendessem suas terras ou aceitassem o assalariamento pelo agronegócio do dendê.

Entretanto, mais uma vez coube a indagação sobre as ações do poder público municipal no fomento à criação de cooperativas, não sendo informada nenhuma experiência destas na secretaria de agricultura. Durante o campo na comunidade foram citadas somente as relativas ao Fundo Constitucional do Norte (FNO) que descreverei à frente.

Ademais, se a cooperação no interior das comunidades não é marcante ou pelo menos “sistemática”, não se pode dizer o mesmo da relação campo-cidade. O cotidiano da sede de Acará nos informa que a relação do urbano com campo se mostra todas as manhãs na feira municipal: ônibus, mulheres, crianças e homens que vêm até a sede para vender e comprar, fortalecendo o setor de comércio e serviços do município, que se mostra na quantidade de lojas e pequenos restaurantes, mas também no notável avanço do setor imobiliário hoteleiro,

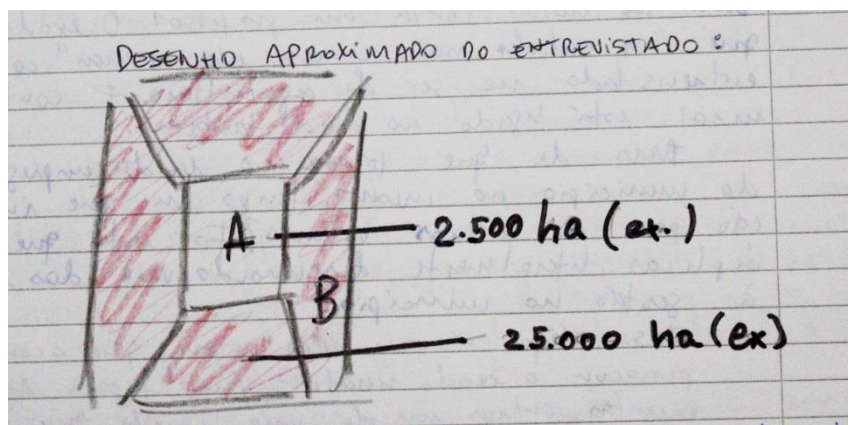
visível durante minha estadia, por exemplo, em obras de expansão em dois dos hotéis que estive alojado ao longo desta pesquisa. As portinhas (pequenas lojas geralmente de só um cômodo) com plaquinhas vermelhas anunciam o comércio de açaí, entre outros, paralelos à acumulação de serviços de saúde, bancário, educacional, etc. no centro urbano.

“Então chegam novos alunos, às vezes por semanas seguidas, que vão morar na periferia de Acará e estudar na escola em que dou aula”, comentou um professor (entrevista dia 6 de setembro de 2018). Com o êxodo rural, “a cidade não cresceu, ela inchou”, como observou um entrevistado na Sec. de Agricultura, que complementou “o êxodo rural está ligado ao dendê também” (entrevista dia 6/9/18).

Mas, afinal, de que forma o dendê emprega no interior de Acará e ao mesmo tempo influencia na migração campo-cidade? Foi isto que tentou nos explicar, literalmente desenhando, uma das pessoas ligadas à gestão do município:

Isso daqui é uma das coisas que aconteceu que provocou o êxodo rural. O que fez a empresa [...] e muitas outras, me dá uma caneta (pede a mim), que foi que elas fizeram? Eles chegam no município e compram logo o cartório, comprou o cartório. O teu terro é esse aqui (indica enquanto faz um desenho), se tu for vender a preço de mercado, ele vale dez mil (reais). A empresa vem e te oferece cem (mil). Ora, se tu tem uma mercadoria que vale de e te ofereço cem, tu vai pensar duas vezes se tu vende ou não vende? Tu vai vender! Tu pegando cem mil (reais), tu compra um terreno do mesmo tamanho do teu, lá na outra região, por dez mil e te sobra noventa mil (reais) para tu fazer o que tu bem entender. Só que aí, o que é que os cartórios fazem? O teu terreno que é de 25 (há), esse cartório transforma em 1.250 (há) e faz um documento só aqui (indica o desenho) e através desse terreno, eles vão expulsando o povo que tá por aqui (indica desenho), e com o teu que valia dez (mil), o do teu vizinho aqui do lado também valia dez (mil), eles vão dar quinhentos reais e ele vai ter que pegar esses quinhentos (reais). Quer dizer, isso daqui provocou o êxodo rural. Tá aí a nossa (incompreensível), ela foi criada nos anos (19)60, e aí era REASA, e hoje ela é Marborges, que chegou aí na época dos incentivos fiscais, que era na época da SUDAM, e a SUDAM financiava, bastava tu ter um bom projeto e um amigo dentro da SUDAM na época que o Jader Barbalho quebrou o Banco do Estado, a SUDAM, eles fizeram isso daqui (indica desenho), e aí aquele povo que produzia arroz, milho, feijão, açaí, mandioca e mandavam para cá, agora tá todo mundo qui na cidade, quer dizer, as cidades não cresceram, elas incharam né (entrevista 6/9/18).

### Croqui 3 – Esquema de usurpação 1



Fonte – Autor (2018)

Dado o nível de detalhamento na fala do entrevistado, considerei útil reproduzir esta extensa parte de sua fala. Ao ouvir sobre o processo de aquisição de terras por parte de empresas do agronegócio, lembro o relatório do procurador Nelson Medrado, divulgado pelo jornalista Carlos Mendes, apontando “conluio” da Secretaria de Meio Ambiente do estado (SEMAS/PA), o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e a empresa Agropalma para a apropriação de mais de 106 mil hectares nos municípios de Acará, Moju e Tailândia. O relatório, que incluía pedidos de providências por parte do Ministério Público, ficou inédito à imprensa paraense e ao público por quase um ano (entre julho de 2017 a março de 2018), e continha representação contra procuradores do Pará, incluindo Antônio Saboia Melo, ex-Procurador-Geral do estado. Entre as irregularidades que constam no relatório se inclui ainda um cartório fantasma e títulos definitivos nulos desde 2003 por decisão judicial, apresentados pela empresa como prova de sua propriedade sobre a terra<sup>26</sup>.

No relato do entrevistado aparecem ainda ligações entre setor bancário, poder público e empresas privadas de forma sistemática. Segundo ele, são processos que arremetem aos anos 1960 a 1990 e que continuam presentes na atualidade, como mostram as informações acerca do relatório do procurador exposto acima, marcados pela concentração fundiária com o Estado “pecando” por omissões e atos, mas também na base política de deputados em atuação ainda hoje.

Por outro lado, a sofisticação das formas de usurpação das terras não param por aí: o salário operou em muitos casos uma forma de arrendamento, segundo entrevistados na Sec. de

<sup>26</sup> O Relatório Medrado e o acompanhamento do caso da Agropalma é realizado no Pará pelo jornalista Carlos Mendes no site “Ver-O-Fato”, acessível pelo link X

Agricultura de Acará. Segundo eles, a falta de exatidão de muitas famílias camponesas quanto aos valores de produção, somada à intermitência das safras onde se encurta o “grosso” do ciclo produção-circulação-comercialização-renda, fez com que a opção de assalariamento se tornasse atrativa para muitos camponeses:

Aquele que ficou é hoje empregado de quem comprou a área dele, porque ele conseguiu convencer de que era melhor vender a terra, chegava lá e dizia ‘o que tu planta aqui’, ‘ah, uma tarefa de roça’, ‘e quanto tu ganha?’, ‘ah, eu não sei’, ‘então me vende a terra, continua morando aqui, e eu vou te pagar um salário’, então de proprietário ele virou inquilino. A empresa paga, assina a carteira, não tem arrendamento, o arrendamento já acabou aqui há muito tempo (entrevista do dia 6/9/18).

Dessa forma, a opção de assalariamento entra num feixe extenso de relações que passa pela educação formal, pela ausência de assessoria por parte da própria Sec. de Agricultura, aludindo inclusive a uma conversa com uma moradora da sede do município em 2015, quando iniciei esta pesquisa, na qual ela comentou que os empregos gerados por terceirizadas ligadas à Biopalma ou pela própria matriz foram bem recebidos pelo povo de Acará como alternativa a uma histórica dependência de grupos políticos/famílias que se alternam no poder, levando a casos de emprego ou desemprego de membros de pessoas conforme o grupo que estava no poder executivo e legislativo, numa relação estreita de apadrinhamento.

Entrementes, se a geração de empregos é uma das qualidades da empresa, as migrações como contrapartida expressam bem a fala de um dos entrevistados: “ela deu com uma mão, mas puxou de braçada”, que inclui não só a acumulação de terras como os prejuízos socioambientais, como comentou um dos funcionários da Sec. de Agricultura:

Alguns igarapés, chovia, o chorume ia para o igarapé. Teve vários desastres ecológicos, disenteria, vômito... Quando eles (empresa) tinham sede ali próximo da (incompreensível), não podia comer de tanta mosca... Em (19)97 nós nos reunimos, fomos lá. Chegamos lá, o cidadão não estava nem esperando, mas rápido mandou preparar um negócio fantástico, lá na sede da (incompreensível) na época era a Agropalma. Aí, quando um pessoa, um grupo conversava com a empresa, outros foram catar informação, e lá descobriram que o chorume de onde eles estavam jogando o bagaço, o resto, tava escorrendo para o igarapé, não sei o nome do igarapé, e morrendo peixe, morrendo e literalmente matando peixe e depois de um tempo começou a aparecer peixe morto no rio grande aqui, no meio do rio grande (Rio Acará). E pra eles aquilo era um negócio de nada, normal... Quer dizer, quantas pessoas viviam ali da pesca? Faziam seu trabalhozinho, a extração de madeira na época que ainda tinha madeira, agora não tem mais, e chegava do mato ia pescar, procurar alimentação... Quer dizer, a partir daquele momento ele deixa de ter esse alimento que pra eles era uma alimentação gratuita, oferecida pela natureza, e tinha que comprar. E onde está essa família hoje? Aqui na cidade (entrevista 6/9//18)

É o “inchaço” populacional que não foi simplesmente crescimento e que tem causado, segundo informações obtidas na sede do município, a crescente violência e marginalização. A *migração entre as margens*, do interior do município para as periferias urbanas é uma das

causas apontadas pelos moradores para o alto índice de assaltos e furtos. Enquanto andava naquele dia 6 de setembro pelo acidentado relevo da sede de Acará, comentava-se nas pequenas aglomerações de pessoas o assalto que acabara de acontecer, por volta das onze da manhã de uma quinta-feira, em um açougue. Enquanto permaneci na área urbana, não poucos conselhos me foram dados pelos proprietários de hotéis e por vendedores de refeições sobre ter cuidado ao transitar pela feira com câmera. Contudo, estes conselhos não ocorreram no início destas pesquisas, em 2015, assim como os relatos de assaltos na própria comunidade de São Francisco do Cravo.

O crescimento populacional desordenado no urbano e a violência não são os únicos aspectos que pude ouvir e ver durante estes três anos de pesquisa no município: na estadia em Acará, na sede, pude observar o grande número de adolescentes de ambos os sexos trabalhando em pequenos comércios, como vendedores nas ruas, restaurantes e mesmo hotéis. Mão-de-obra barata e com necessidades de ajudar na renda familiar, o trabalho infantil é a outra face do fenômeno do desemprego que se soma ao contexto nacional, mas adquire particularidades em cada parcela do espaço territorializado pelas relações de poder e de classe.

**Foto 12** - Obras na área central de Acará



**Fonte:** Autor (2018)

Neste contexto, o campo de Acará tem produzido alimentos e migrantes, numa intrincada relação: se reduz a produção de alimentos básicos consonante ao incremento do fluxo migratório campo-cidade, sendo que no solo urbano não há produção de alimentos (pelo menos pelas informações de campo). Assim, cresce a demanda enquanto a produção vai em



decréscimo, gerando fenômenos curiosos – e espantosos – como o foi o aumento do preço da farinha da mandioca por volta de 2013-2014.

Contudo, a relação campo-cidade, neste estudo, não se exaure nos fatos citados acima: há outro elemento agregador destas geografias: o sindicato.

## 2.6 Ação sindical: costura de resistências

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais Empregados(as) de Acará, com a maioria dos associados empregado na Biopalma, iniciou as atividades em fevereiro de 2016, tendo ligações com a FETAGRI e resultando de divisão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Acará, um dos dois sindicatos com base na agricultura familiar existente no município, ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ambos ficam no centro da sede municipal. Segundo o atual presidente, a motivação foi legal e se deu com fins operacionais, no sentido de atender a um público específico que ia se formando, isto é, a fundação do Sindicato está atrelada ao emprego de trabalhadores rurais na empresa de agronegócio do dendê Biopalma.

**Foto 13** - Sindicato dos Empregados Rurais do Município de Acará



**Fonte:** Autor (2018)

Após a consolidação dos plantios de dendê, a fase de colheita passou a ser administrada pela própria Biopalma, dispensando as terceirizadas e contratando uma parcela dos trabalhadores que passaram a estar vinculados diretamente à “empresa mãe”, como se referem os trabalhadores e pessoal do sindicato à empresa de agronegócio.

Ainda que tenham sido “fichados” na empresa, há uma divisão entre os empregados da Biopalma que se reflete na organização de trabalho e política dos trabalhadores: há os trabalhadores da *indústria* e os da *agrícola*, que de modo geral são os peões. Esta divisão se mostra não só nos locais de trabalho – planta industrial ou plantios -, ou ainda nos graus de formação escolar (ensino médio ou técnicos especialistas e graduados), mas na própria organização sindical (agrícolas de um lado, indústria em outro), além da jornada de trabalho e o desgaste daí consequente, do acesso a alojamento e alimentação durante o dia de trabalho, isto sem falar nos salários e status social.

A alimentação, aliás, foi um tema recorrente nas conversas com os camponeses e camponesas, trabalhadores ou ex-trabalhadores e famílias. No caso da relação empresa e empregado, desde 2015 há crítica recorrente à qualidade da alimentação dos peões, levando muitos pais de família a levarem marmitas para complementar ou substituir as refeições oferecidas pela empresa. Segundo muitos empregados da época das terceirizadas e da agrícola atualmente, a comida seria mal preparada e temperada, “uns pedaços de frango branco”, como relatou a esposa de um trabalhador ainda em 2015. Um ex-empregado relatou que muitos trabalhadores davam a comida distribuída pelas terceirizadas a pessoas de comunidades próximas aos locais de trabalho, alimentando-se de marmitas preparadas em casa e levadas a campo<sup>27</sup>.

Logo convertida em pauta pelo sindicato, a qualidade da alimentação passou a ser alvo de discussões nos acordos coletivos, que são negociados e fechados entre dezembro e fevereiro, ou seja, final de um ano e início de outro. Durante os campos de setembro de 2018, fui informado que naquele mesmo mês o sindicato, representantes da “empresa mãe” e da fornecedora de alimentos (terceirizada) haviam realizado uma fiscalização no local de preparação dos alimentos, na Agrovila. A Biopalma advogava que seu terceiro maior investimento é na área de alimentação, o que levou o sindicato a contrapor que o investimento não tem sido acompanhado de resultados à altura.

---

<sup>27</sup> De fato, há documentação sobre diversos casos em sites de consulta de processos jurídicos (como o jusbrasil.com) como um em que outra empresa, a Agropalma, foi condenada por condições degradantes de trabalho entre as quais a ausência de locais adequados para higiene, necessidades fisiológicas e alimentação. Neste processo, contudo, a condenação ocorreu com suspensão da indenização (!). Eis uma parte do processo : “a existência de instalações físicas precárias no local de trabalho é passível da adoção de medidas administrativas pelos órgãos competentes e participação do sindicato em defesa dos interesses dos trabalhadores”. Processo disponível em [http://www.tst.jus.br/noticia-destaque/-/asset\\_publisher/NGo1/content/agropalma-e-condenada-por-condicoes-degradantes-de-trabalho-em-plantacao-no-para?redirect=http%3A%2F%2Fwww.tst.jus.br%2Fnoticia-destaque%3Fp\\_p\\_id%3D101\\_INSTANCE\\_NGo1%26p\\_p\\_lifecycle%3D0%26p\\_p\\_state%3Dnormal%26p\\_p\\_mode%3Dview%26p\\_p\\_col\\_id%3D\\_118\\_INSTANCE\\_rnS5\\_\\_column-1%26p\\_p\\_col\\_count%3D1](http://www.tst.jus.br/noticia-destaque/-/asset_publisher/NGo1/content/agropalma-e-condenada-por-condicoes-degradantes-de-trabalho-em-plantacao-no-para?redirect=http%3A%2F%2Fwww.tst.jus.br%2Fnoticia-destaque%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_NGo1%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3D_118_INSTANCE_rnS5__column-1%26p_p_col_count%3D1)

As refeições são preparadas na Agrovila por uma equipe que trabalha ali mesmo em uma cozinha industrial. Por volta das 10 horas da manhã, as porções começam a ser enviadas para as 21 fazendas que compõem a agrícola, sendo o horário do almoço 12h00 ou 12h30.

Para o Sindicato, os cálculos nutricionais da alimentação fornecida pela empresa passam ao largo das refeições que vão para os peões, sendo analisada a qualidade dos alimentos que são servidos na própria Agrovila para o pessoal da indústria. Para estes, ao invés de marmitas, as refeições são *self-service* e a qualidade seria superior à enviada aos peões em campo. Esta situação chamou a atenção para as diferenças de tratamento que criam ou fortalecem divisões entre os próprios trabalhadores, emperrando a organização coletiva que se fragmenta em diferentes demandas.

Além das lutas pela alimentação nutritiva e saudável para todos os empregados, o sindicato tem enfrentado desafios impostos pela Reforma Trabalhista, sancionada em 2017. Para o presidente do sindicato, Antônio Pedro, a situação é a seguinte: “onde se consegue fazer acordo coletivo e convenção, com muita luta se conquista [direitos], onde não se têm esses dispositivos, esta opção, é perda total” (entrevista realizada no dia 11/09/18).

A “perda total” inclui o fracionamento de férias e a crescente rescisão de contratos sem presença da entidade sindical (homologação rescisória), quando ocorre de “o trabalhador sentar frente a frente com um RH [Recursos Humanos] e um advogado. Ele assim não tem opção”. Mesmo antes da Reforma Trabalhista, que alterou mais de 100 artigos da CLT, os trabalhadores assalariados do agronegócio do dendê sentiram na pele, no bolso e na dignidade o poder do capital e seus braços jurídicos: “alguns migraram das terceirizadas para a empresa-mãe, outros foram demitidos com muita perda de direitos”. Também ocorreu de perderem o plano de saúde na época das terceirizadas, ainda em meados de 2015. Isso, segundo um funcionário entrevistado em 2015, fora acordo coletivo entre representantes da empresa e empregados, com as opções de manter os planos e cortar pessoal ou abrir mão dos planos e manter o efetivo, ao que a solidariedade e o temor de perder empregos assalariados fez com que escolhessem abrir mão dos planos de saúde (AQUINO JUNIOR, 2016).

Segundo o representante da entidade sindical, a relação com a empresa atualmente tem prezado pela alteridade e pela busca de avanços nas negociações. Contudo, ele e outros membros da organização do sindicato vinham trabalhando anteriormente com trabalhadores do campo autônomos, e não assalariados empregados: “é uma realidade muito diferente da agricultura familiar. Primeiro, a agricultura familiar tem sua autonomia e o assalariado tem uma regra de emprego, tem toda uma norma”, comentou Antônio Pedro.

Esta autonomia “encurtada” dos empregados rurais tem levado a um aprender fazendo, mútuo, incluindo a preparação de novas lideranças, segundo as entrevistas feitas no sindicato. A entrada no mercado formal de trabalho por parte daqueles que eram autônomos em sua atividade produtiva tem no tempo um dos pontos de viragem mais significativos:

Tempo é uma questão muito delicada para esta atividade: se eu quero fazer uma assembleia, a empresa não impede que faça a assembleia, mas desde que não interfira na carga horária de trabalho, então eu tenho que fazer assembleia cinco da manhã, na hora do almoço... (Antônio Pedro, entrevista realizada no dia 11/09/18).

O tempo, para o assalariado, é regulado pelas horas de trabalho vendidas aos patrões, acionistas da sociedade anônima, diferente do camponês que dispõe mais livremente de seu tempo de trabalho. Aqui, entretanto, se faz necessário observar que o tempo da autonomia camponesa não se configura simplesmente com a livre disposição: o tempo de trabalho não é o horário de trabalho, atado ao relógio de alguém, mas possui limitações internas e externas.

Como já citado, o camponeses conjugam em seu tempo de trabalho elementos cósmicos, como a lua e as estações. No caso daquela, recordo que um dos primeiros moradores do Ramal de São Francisco do Cravo, ao ir mostrando seu lote, apontou uma pupunheira falando de sua altura (era bastante alta), mas que ela não dava frutos. Segundo seu Didão ela foi plantada em lua nova e isto fez com que crescesse rapidamente mas não viesse a gerar frutos ou gerar sempre uma quantidade aquém do esperado. Ele me apontou ainda um mamoeiro que estava na mesma situação. Tempo bom para plantar, segundo ele, é o de lua crescente, minguante ou cheia, “quando ela sai e se amostra”.

Ademais, o tempo de trabalho é ligado à sobrevivência do próprio camponês, naquilo que Chayanov designa equilíbrio dinâmico entre trabalho e necessidades da unidade familiar, que passa pelas condições naturais e pela situação do mercado (CHAYANOV, 2014, p.108). Esses saberes e práticas ficam em geral fora do controle do assalariado, ainda que seja este vinculado ao trabalho na agricultura, neste caso o agronegócio.

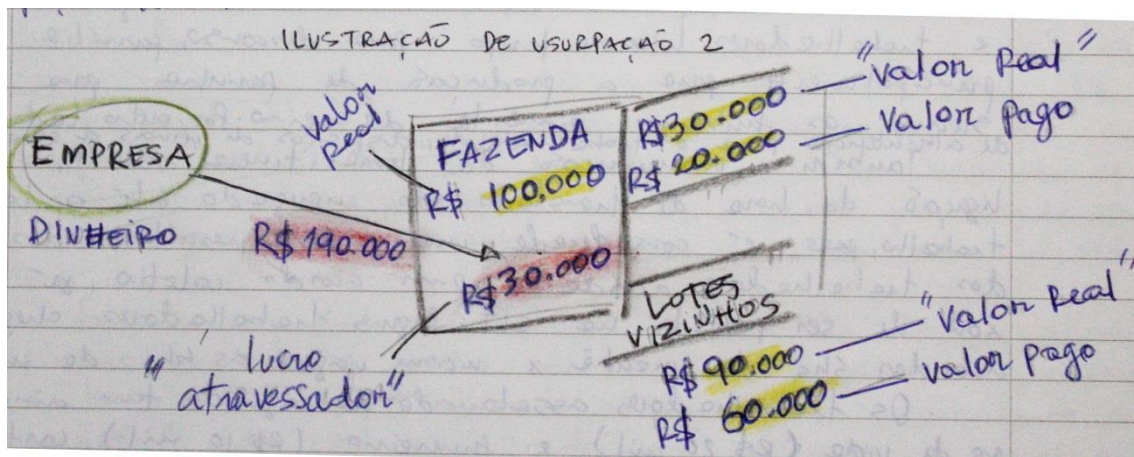
Enfim, voltando aos trabalhadores da empresa: além das divisões entre os vinculados à indústria e à agrícola, temos as terceirizadas que não estão vinculadas ao sindicato pesquisado. São terceirizados os setores de alimentação, transporte e segurança, configurando cinco grupos de trabalhadores vinculados diretamente à Biopalma, sem contar com os agricultores consorciados de Tomé-Açú e os que trabalharam para terceirizadas nas fases de preparação do solo, plantio, podas e primeiras colheitas: “tem muito processo contra terceirizada, muitas faliram, outras mudam de CNPJ”, comentou o presidente do sindicato.

Mas além do acompanhamento de trabalhadores, que papel tiveram os sindicatos antes e durante a instalação da empresa? O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que depois seria desmembrado em Sindicato da Pesca e Sindicato dos Trabalhadores Assalariados Rurais (segundo entrevista), teve uma ação importante no enfrentamento da especulação imobiliária, enviando inclusive uma moção ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que chamava a atenção para a forma de aquisição das terras destinadas ao monocultivo de dendê. Um dos membros do sindicato, à época, descreveu este processo:

Digamos aqui que eu sou o fazendeiro, digamos que eu tinha 1000 hectare pra vender pra Biopalma, então o que acontecia, a Biopalma dizia ‘olha, eu preciso de uma extensão maior, não dá pra ter essa área e ficar isolada’, aí esse fazendeiro, que ele fazia? Ele fazia a conversa com os agricultores aqui e que acontecia? Pra aumentar isso aqui, digamos que a Biopalma dava 30 mil [reais], tirava o dele e ganhava dez mil [reais], ele fazia a política de convencimento e a Biopalma pagava por tudo. O fazendeiro foi o atravessador e ganhou! Talvez se o sindicato não age, talvez você não encontrasse essas famílias [do Ramal] (entrevista em 11/09/18).

Esta estratégia de aquisição de terras, com os fazendeiros agindo como atravessadores de terras, ilustra bem a sofisticação da agroindústria e das formas de apropriação das terras, ou melhor, usurpação de territórios.

**Croqui 4** – Esquema de usurpação 2



Fonte – Autor (2018)

Uma das situações que o sindicato identificou em Acará neste período de “febre de terras” (para usar a expressão de Borrás Jr.) foi o de uma comunidade onde havia sido inaugurada uma escola de ensino fundamental e poucos meses depois, a dita escola foi fechada por conta da venda de terras ao redor do prédio, isolando-o no meio do dendezal. A escola do campo fechada teve no contraponto o aumento de matrículas nas escolas da sede do município: “quase toda semana era uma criança nova”, para lembrar o comentário de um

professor da rede municipal de ensino que dá aula principalmente em bairros periféricos de Acará.

O assalariamento teve ainda impactos na sociabilidade dos que permaneceram nas terras, já que a mão de obra local é composta principalmente por homens jovens. Estes não só se tornaram mão de obra a menos, integral ou parcialmente nas suas famílias, como também passaram a estar mais ausentes na vida das associações e movimentos sociais presentes nas comunidades, que perderam parte da “energia das gerações mais novas”, como comentou Antônio Pedro.

Os impactos alimentares no local e arredores também se fizeram sentir na produção e consumo de farinha de mandioca e mesmo de carne bovina, já que muitas fazendas se tornaram plantios de dendê. Isso, segundo um morador, levou inclusive ao fechamento de açougues que tinham base na produção local.

Com o enfrentamento se acirrando entre sindicato e os interesses da empresa, a situação chegou a ponto de se lançar mão da estratégia de cooptação de lideranças. Segundo um dos membros da linha de frente do sindicato, funcionários da Biopalma lhe procuraram para oferecer emprego, salário e “posições privilegiadas”, ao que ele recusou.

Atualmente, é considerada uma conquista importante o regime “4 por 4”, onde os trabalhadores da agrícola trabalham 12 horas por dia durante quatro dias seguidos, somando 48 horas e folgando outras 48 horas. Isso, segundo entrevistas no sindicato e com trabalhadores da empresa, liberou tempo para descanso, família e roça, principalmente para a produção de farinha para autoconsumo (mas também excedente) e pimenta do reino, durante as safras, com vistas ao comércio. Por outro lado, o regime de alternância priva o trabalhador do descanso nos finais de semana, já que os dias de trabalho mudam em cada ciclo, além de intensificar a exploração de sua força de trabalho, com impactos presumíveis no médio e longo prazos.

Também a manutenção da hora-itínera, isto é, a contabilização da hora de traslado do empregado até o local de trabalho, é considerada uma vitória resultante das lutas dos trabalhadores, obtida em acordo coletivo, já que deixou de ser prevista na CLT. Alguns trabalhadores chegam a acordar 3 horas da manhã e iniciam a viagem às 4H00. A hora-itínera tem rendido acréscimo salarial de R\$ 45,00.

Os trabalhadores assalariados da agrícola possuem seguro de vida (R\$ 20 mil) e funerário (R\$ 10 mil), cartão-alimentação no valor de R\$ 286, alimentação no local de trabalho com desconto no salário de R\$ 27,00/mês, sendo que o transporte que descontaria R\$ 60,00 tem ficado isento. O último aumento salarial foi 0,6% acima do mínimo previsto para

2018. Os trabalhadores têm direito ainda a bônus de produção, quando segundo o entrevistado se pode acrescentar até R\$ 1000,00 ao salário, conforme o esforço empregado e a qualidade dos plantios onde se colhe.

Até setembro de 2018, a Biopalma tinha 780 empregados, dos quais 533 estavam sindicalizados. Antes de descrever mais detalhadamente sua territorialização vamos acionar outro fator antecedente que influenciou e influencia na organização da comunidade e traz à baila a questão de empreendimentos agrícolas vinculados a políticas estatais, influenciando nas condições da comunidade anteriores à chegada da empresa.

## **2.7 Experiência e aprendizado: o caso do FNO**

A Biopalma é a primeira tentativa de monocultivo em Acará? Este tema foi abordado em conversas durante nosso terceiro ano de campo no Ramal do Cravo. Até então, não tinha conhecimento do FNO (Fundo Constitucional do Norte) em Acará nem entre as famílias que já vinha dialogando desde o início destas pesquisas. O que ocorre é que o fundo foi proposto em 1996 a agricultores dali. Esse tema será tratado aqui como parte das relações que se estabeleceram e se estabelecem na comunidade constituindo sua formação.

Os fundos constitucionais foram criados em 1988 com objetivo de destinar 3% do Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para investimento nos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No ano seguinte à sua criação, esses fundos foram regulamentados e assim oficializado o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). Os recursos do FNO, provenientes de 0,6% da arrecadação do IR e IPI, são ainda hoje administrados pelo Banco da Amazônia (BASA).

À época, foi fundada uma associação em São Francisco do Cravo, critério para acesso ao financiamento. Isto ocorreu com amplo apoio do poder público municipal, executivo e legislativo, segundo as entrevistas que realizamos.

Os recursos foram destinados a projetos de cultivo de coco. O objetivo, pelo que foram informados os agricultores que acessaram o fundo, era criar um pólo de produção e fornecimento do coco, o que desde aquele momento já era apontado como “vocação” para a região de Tomé-Açu (regionaliza o que abrange além deste, os municípios de Acará, Concórdia do Pará, Moju, Tailândia). Desde aqueles anos, como se vê, as palmáceas eram já a “voca o natural” para aquelas terras.

**Foto 14** - Coqueiro plantado em lote de agricultor fruto do FNO



**Fonte:** Autor (2018)

O que era aparentemente uma alavanca de desenvolvimento, entretanto, logo se demonstrou um engodo tremendo: chegaram mudas de coco, adubo e uma quantidade pequena de dinheiro nas mãos dos cravenses. As mudas vindas da Bahia chegaram já debilitadas e não se adaptaram ao clima tropical e úmido do Vale do Acará, o adubo se resumiu a cascas de cacau, e o pouco dinheiro que chegou até as mãos das famílias, naquelas condições, se converteu em dívidas em torno de vinte mil reais, das quais a maioria perdura até a atualidade.

Além disso, muitas outras associações em diferentes comunidades foram criadas, número que não sabemos ao certo. Moradores relataram que muitas destas eram administradas por vereadores da época e que o financiamento serviu de propaganda política do irmão de um deputado importante ainda hoje na política do estado, reeleito em 2018.

Pelos lotes que andei, principalmente no centro e na beira de São Francisco do Cravo, coqueiros esparsos testemunham aquilo que diziam os moradores: palmeiras de qualidade visivelmente baixa e quase sempre sem cocos. Contudo, se às palmeiras faltou produção, do FNO não faltaram frutos que chamam a atenção.

Em primeiro lugar, houve uma experiência negativa de organização da comunidade feita *por cima* e que possivelmente reflete ainda hoje na ideia que se tem sobre a associação de moradores, que tem pouca ou nenhuma ação efetiva, tendo menos influência na sociabilidade dos locais do que a coordenação da comunidade católica, por exemplo. Esta última tem na Pastoral da Criança uma atuação que já vem de longa data. Quanto ao associativismo, a falta



de ação em nível coletivo do campesinato local pareceu, nas entrevistas, andar paralela às lembranças do FNO (novamente a memória e território), a partir da identificação de alguns camponeses que tiveram acesso ao financiamento.

Nas decisões econômicas, pelo mesmo lado, podemos observar a imagem que se tem dos bancos por parte do campesinato: insegurança que se lhes apresentam os financiamentos e empréstimos. Nenhum dos entrevistados relatou estar pagando empréstimo (exceto os endividados no caso FNO) e muito menos ter obtido algum financiamento para incremento na produção. Evidentemente, isto tem relação com o acesso às instituições bancárias (na sede de Acará só encontramos um Banco do Brasil onde, após tantos assaltos, nem o saque de dinheiro é possível nos caixas-eletrônicos) e o nível de formalidade necessário para atender aos critérios de acesso.

Contudo, essa relação negativa com os bancos se relaciona também com a experiência de financiamento e dívida com que ainda hoje estão envolvidas famílias camponesas. A maioria dos financiamentos foi realizada em nome de homens, que anualmente vão renegociando-os e, entretanto, não há no horizonte a perspectiva de saldá-los, dado o volume das quantias necessárias para quitação das dívidas com o BASA.

Mas a experiência negativa pode ter tido impacto no fato de o campesinato prezar ainda mais pela propriedade da terra e pela manutenção do seu modo de vida, posto que estes foram colocados em xeque no contexto dos financiamentos. Se nem todos tiveram acesso ao FNO e algumas famílias estão endividadas até hoje, a experiência que se partilhou nas conversas entre moradores parece ter uma influência nada pontual, já que mesmo endividadas, muitas famílias optaram por permanecer trabalhando nos lotes e não vendê-los.

Quanto ao nível associativo e de resistência organizada, além das observações acerca da experiência do FNO, são interessantes as notas de J. Hébette que abrangem uma escala mais ampla:

O Nordeste do Pará, que compreende as microrregiões Bragantina, Guajarina e Salgado – onde, no final do século XIX, se formara o primeiro e mais significativo campesinato da Amazônia – foi um dos mais trabalhados pelas forças políticas conservadoras do Estado. Foi lá também que a Igreja católica melhor se estruturou, ganhando grande influência, mas sob uma hierarquia e um clero até hoje muito conservadores. Os sindicatos de trabalhadores rurais entraram no Pará a partir dessa vertente do MEB [Movimento de Educação de Base] e das Escolas Radiofônicas e o sucesso da colonização em fixar gerações de camponeses ao abrigo do latifúndio, não lhes proporcionou as mesmas condições de combatividade verificadas nas regiões novas. (HÉBETTE, 2004, p. 37)

A resistência organizada em S. Francisco do Cravo, assim, carrega como refluxo estes dois processos históricos distintos: 1) O trabalho em nível macro por parte de “forças políticas

conservadoras do Estado” que aponta Hébette e que pode arremeter à titulação da terra pelo INCRA sem conflitos, assim como a autorização inicial de ocupação da área por parte da administração municipal e; 2) A experiência do FNO, que trouxe particularidades como a organização de associações desde cima com vistas à obtenção de financiamento e propaganda de certos grupos políticos, apadrinhando recursos estatais, naquilo que a sociologia e história brasileiras consagraram no séc. XX sob a designação “patrimonialismo”.

## 2.8 A geografia da empresa Biopalma a partir dos sujeitos

Em 2011 a Biopalma, ainda com domínio acionário do Consórcio Brasileiro de Óleo de Palma (CBOP), intensificou a preparação da terra para os plantios. Alguns detalhes da empresa estão reproduzidos abaixo:

A Biopalma, ou Biovale, como é conhecida pela população de Acará e da região do Tocantis, chama-se Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento, Indústria e Comércio. É uma companhia de capital fechado, tendo por atividades principais o cultivo da palma de óleo e outras espécies vegetais e a extração, beneficiamento e comercialização de seus óleos. A sede da companhia está localizada no município de Belém-Pará (Av Alcindo Cacela, 1264 – Andar 13 – Umarizal). No Pará estão localizadas suas principais operações. A Biopalma é controlada pela Vale S.A. (“Vale”).

Sua trajetória inicia em 1º de maio de 2000, quando foi constituído o Consórcio Brasileiro de Produção de Óleo de Palma (CBOP), tendo a Companhia, como consorciada, a participação de 59%, e sendo nominada líder do Consórcio. A Companhia contribuiu com ativos e passivos para o consórcio, substancialmente representados por terras e cultura agrícola em formação. A outra consorciada era a Vale S.A., com 41% de participação, também contribuindo com seus ativos e passivos para o consórcio, substancialmente representados por cultura agrícola em formação e recursos em caixa (IOE, 2013:5).

No mesmo ano, já era considerável a repercussão na imprensa. As dimensões do projeto chamavam a atenção nacionalmente, como se vê em matéria do portal Terra (GASPAR, 2009), na aba “ciência e sustentabilidade”: “Projeto do Consórcio Brasileiro de Produção de Óleo de Palma - Vale/Biopalma prevê o plantio de 12,5 mil hectares da oleaginosa no centro-oeste do Pará em janeiro de 2011. Para tanto, a organização acaba de adquirir mais de 2 milhões de sementes pré-germinadas. A proposta do consórcio, que será o maior produtor de óleo palma das Américas, é a de ter 9,3 milhões de mudas plantadas em uma área de 60 mil hectares até 2013”.

Quase três anos depois, em 28 de janeiro de 2011, a Vale S.A. adquiriu o controle acionário da Companhia, por 173US\$ milhões (MÔNICA CIARELLI, 2011). Em 2012, a Biovale produziu 73 mil toneladas de Cacho de Fruto Fresco (CFF), produto agrícola extraído do Ativo biológico - termo usado por técnicos e imprensa especializada - iniciando suas operações de comercialização do mesmo ano, em maio, com produção de 14 mil toneladas de óleo de palma em bruto (DOE, 2/08/2013, p.1). (AQUINO JUNIOR, 2016, pp. 27-28)

Segundo o levantamento de Silva, Magalhães e Farias (2016), as terras apropriadas pela Biopalma são da ordem de 240 mil hectares, segundo registro no SIMLAM. Esta quantidade destoa da apresentada na literatura, o que será retomado no capítulo 2. Chamo a atenção,

destarte, para como esse desencontro de informações pode ser menos equívoco do que a própria dinâmica acelerada de apropriação de terras pelo agronegócio do dendê.

**Tabela 1** - Concentração de Terras no Vale do Acaraú, com destaque para a Biopalma.

Empresa	Área total cf. SIMLAM (ha)	Área de uso alternativo estimada cf. literatura (ha)	Área estimada cf. literatura, com reserva legal (ha)
Petrobrás	12.557,13	98.000,00	196.000,00
Biocombustível e Galp Energia			
Biopalma/Vale	240.690,22	80.000,00	160.000,00
ADM	sem informação	12.000,00	24.000,00
Agropalma	107.373,07	43.000,00	107.000,00
Marborges	17.782,59	6.000,00	-
Guanfeng Group	903,1553	-	-
Novacon	sem informação	2.500,00	-
Reflorestadora			

**Fonte:** Silva, Magalhães e Farias (2016), sem grifos no original.

Após a aquisição das terras de fazendas – lembrando que segundo informações de campo fazendeiros agiram como “atravessadores de terras” -, iniciou-se o piquetamento das áreas através de uma empresa terceirizada. Antes disso já havia sido realizado o aplainamento e limpeza das terras, desnudando-as do capim e possivelmente de vegetação secundária e capoeiras, que ainda podem ser vistas em fazendas da área que não foram convertidas em monocultivo de dendê. Este preparo da terra, chamado de “gradeamento”, foi realizado por tratores e trabalhadores que foram marcando os lugares das covas para os pés de palma, na metragem indicada pelos técnicos agrícolas da empresa.

Nessa fase, segundo um morador do Ramal que trabalhou em uma das terceirizadas, a passagem do ônibus para os campos da Biopalma era por volta das três horas da manhã e o retorno para casa se dava no início da noite, por volta das 18 horas. Devido à extensão e distâncias entre áreas em Acaraú, Tomé-Açu e Bujaru, a contratação de pessoal foi “harmônica” com o regime de trabalho: ambos marcados pela intensidade.

Com as covas demarcadas, iniciou-se a fase do plantio. Num primeiro momento, o plantio era feito em duplas: um trabalhador cavava a terra com enxadeco enquanto outro seguia depositando as mudas. A cada cova ou planta o trabalhador recebia 35 centavos (R\$ 0,35). Após um tempo, esses dois trabalhos passaram a serem acumulados por um trabalhador, recebendo 70 centavos por cada cova e muda plantada, acelerando o processo de plantio nas áreas.

Cornélio, que foi um dos trabalhadores dessa empreita, calcula que entre a fase do piquetamento e do plantio passou cerca de um ano. Ele foi um dos poucos trabalhadores residentes em São Francisco do Cravo que migrou para a Biopalma quando foram

dispensaram os peões das terceirizadas. Segundo sele, seu “fichamento” (assinatura de carteira) na empresa foi por conta de que “a gente tinha equipe que dava sangue”.

Segundo outro entrevistado que trabalhou e chegou a ser contratado diretamente pela Biopalma, não era bem assim: a avaliação de cada trabalhador era realizada por fiscais que nem sempre consideravam o desempenho produtivo. O morador da extensão do Ramal chamada Monte Carmelo contou que sua demissão ocorreu logo após retornar de férias, em razão de ter ficado “marcado” pelo fiscal de sua área após reprovar seu modo de dirigir críticas a um trabalhador, humilhando-o. O demitido teria no momento reclamado do tom e das palavras dirigidas pelo fiscal ao colega peão.

Antes de ser demitido, esse trabalhador executou tarefas pós-plantio, adubagem, coroa (limpeza da área ao redor da palma medida pelas extremidades dos ramos), rebaixamento e poda, tendo se dedicado efetivamente e executado com primor as tarefas. Ele lembrou ainda que uma equipe específica ficou responsável pelos “tratos culturais” (nome dado àquelas funções) das mudas de dendê que vieram da Malásia para testes de adaptação e produtividade. Afora estas espécies asiáticas, os plantios foram divididos basicamente em dois grupos: *virens*, de coloração mais clara, e *nigrense*<sup>28</sup>, com tons mais escuros.

As colheitas iniciaram em 2014, a produção sendo ainda bastante reduzida, segundo Cornélio. Em 2015, ele ascendeu de função e passou a trabalhar na área de logística. Inicialmente, ele e outros colegas mudaram de função na prática, mas no papel permaneceram como trabalhadores da agrícola. Somente após pressionarem a empresa sua função na carteira de trabalho foi alterada conforme os novos cargos.

Ainda que a área de logística tenha equipes ligadas diretamente à Biopalma, boa parte da circulação que entra e sai da indústria é terceirizada: nos 3 principais pólos de plantio, Tomé-Açú, Concórdia e Vera Cruz, operam as empresas Rodonorte e Conan, esta última responsável pela maioria das balsas e com sede no próprio município.

Cada equipe confere, documenta e libera de 40 a 60 contêineres por dia, num volume que varia entre 600 e 900 toneladas de cachos de fruto fresco (CFF). Cada container, que carrega 15 toneladas, pode custar entre R\$ 1.800,00 e R\$ 3.000,00. Entrementes, segundo o pessoal da indústria o desperdício pode chegar a 1/5 da produção. Mesmo com as perdas, a comercialização tem rendido lucros para os acionistas - ainda que se some às perdas de produção o contexto de retração da economia brasileira nos últimos anos. O acelerado fluxo dos caminhões-tanque com óleo de palma é um indício disso também. Em horários de pico

---

<sup>28</sup> Os termos foram empregados por um dos funcionários que trabalhou da época das terceirizadas até o contrato direto com a Biopalma, e estão grafados de acordo com sua expressão.

(final da manhã e tarde), algumas vezes a poeira nem “senta” entre um caminhão e outro, permanecendo muito material em suspensão no Ramal do Cravo.

**Foto 15** - Carreta transporta Óleo de Palma pelo Ramal do Cravo



**Fonte:** Autor (2018)

No Brasil, as empresas que compram o óleo de palma da Biopalma são dos estados de São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais. No estado do Pará, as empresas Mariza, de alimentos, e Natura, de cosméticos, são algumas das principais compradoras do óleo, segundo entrevistas com funcionários.

Assim, no estado se realiza algo além aquilo que Borrás Jr. et al. (2011) denominam “comodín”, que é a tríade alimento-forragem-combustível, pois se somam a estes os cosméticos, neste caso ligados a uma empresa de projeção nacional e internacional e com marca vinculada fortemente à “marca” sustentável.

Por outro lado, a produção de biodiesel segue inoperante, segundo entrevistados, pela impossibilidade de refino na indústria da Biopalma. As informações, ademais, são de que não há previsão para a construção da refinaria para produzir biodiesel, que de início foi a principal meta declarada da empresa Biopalma, com vistas ao uso deste nas frotas de trem de sua atual sócia majoritária, a Vale, para reduzir emissão de CO<sub>2</sub> e capturar este mesmo gás nos plantios (AQUINO JUNIOR, 2016). O refino que ocorre é feito em Moju, nas empresas Agropalma e Marborges, sendo o produto comercializado pelas mesmas, sem participação da Biopalma, que fornece apenas a matéria-prima.

O óleo de palma, por sua vez, não é o único produto processado na indústria da Biopalma: ali também se produz óleo de palmiste, que custa até o dobro do preço do óleo de

palma. Os dois produtos, óleo de palma e de palmiste, são transportados por carretas tendo como principal destino o terminal hidroviário de Vila do Conde, em Barcarena (PA).

O fluxo de carretas entre este e a empresa se intensifica bruscamente no chamado “período de exportação”. Enquanto em um dia comum as carretas uni, bi e tri-trem que atravessam o Ramal do Cravo transportando ou buscando óleo de palma são em número de 12 ou 16, no período de exportação este número sobe para 70 a 75 carretas/dia, durante 15 dias ininterruptos, 24 horas, tendo por destinos principais os mercados do EUA e da França.

A diversidade de destinos dos óleos de palma e de palmiste se complementa na mão de obra da indústria e da área agrícola da empresa. São trabalhadores de Barcarena, Belém, Castanhal, Abaetetuba, Tailândia, Tomé-Açú, Marituba, Benevides, Ananindeua, Igarapé-Açú, São Francisco do Pará, Curuçá e Bujaru, segundo as informações levantadas em campo. Como já se deve ter notado aqui, a mão-de-obra prevalente é masculina.

Boa parte destes trabalhadores retorna para casa ao final do expediente diário. Entretanto, alguns permanecem nas instalações da empresa, na Agrovila, próximo ao Rio Acará e à indústria. A Agrovila é rodeada com cercas de tela de alumínio, sendo que em cima a cerca é elétrica. Há guarita de segurança, refeitório e cozinha, arena de futebol de areia e acesso à internet no local, obtida por torres instaladas na área. A alimentação é feita na Agrovila, pela terceirizada Redox. O transporte também é realizado por uma terceirizada, a Revemar. Segundo informações de funcionários, são 3 ônibus para o pessoal da indústria e 7 para o pessoal da agrícola.

Foto 16 – Ônibus transporta funcionários enquanto crianças percorrem o Ramal



Fonte – Autor (2018)

O transporte dos resíduos é realizado por outra terceirizada, a Rodopalma, enquanto a refrigeração tem sua manutenção feita por uma empresa de Ananindeua, da qual não obtive o nome. A montagem é feita pelas empresas SS Locações, Mantec e Servitec, esta última de Barcarena. Pra fechar (literalmente) a segurança é prestada pela empresa Elite. Assim, temos em torno de uma dezena de terceirizadas nos mais diversos setores, fragmentando a força de trabalho da empresa e mostrando a complexidade de sua territorialização composta em diversas frentes e setores que garantem a produção e reprodução de sua territorialidade no cotidiano do Ramal e de outras áreas onde há monocultivos de dendê da empresa.

Aliás, as terras onde estão estes monocultivos que materializam a territorialização da Biopalma de forma mais evidente, formam um todo funcional que é formalmente fragmentado. São 21 áreas de plantio:

**Tabela 2 - Áreas de Plantio (fazendas) da Biopalma**

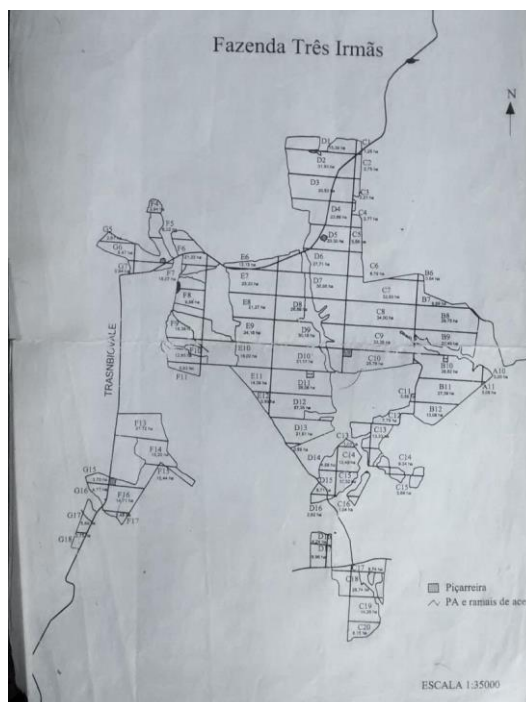
Vale verde (I e II)	
Solimões	
Ipitinga	
Eikawa (?)	Área da “Transbiovale”
Três irmãs	
Campo Belo (I, II, III e IV)	
Ilha Verde (onde do plantio das mudas da	
Malásia)	
São João	
NCR	
Itamaraty	Quatro Bocas (Tomé-Açú)
Vera Cruz	
Conquista (I e II)	
Paraíso	
Bonança	Ramal Sapucaia
Watanabe	

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de entrevistas (2018)

Questionando um dos trabalhadores de dentro da indústria da empresa acerca da razão e objetivo desta fragmentação das terras, ele respondeu “ser por questão de imposto”. Voltarei a este tema no capítulo 3. Por hora, um exemplo da fragmentação como estratégia de controle

dos territórios está abaixo: a Fazenda Três Irmãs, localizada em Tomé-Açu nas cercanias das TI's Turé-Mariquita I e II e Aldeia Nova:

**Foto 17** – Mapa de Fazenda Três Irmãs, da Biopalma



**Fonte:** Pessoa ligada à Empresa (2018)

Outra fonte comentou que as perspectivas de negócios para a Biopalma são melhores em 2019 e que tem diminuído a influência da Vale sobre a empresa, o que pode ter parte na imprevisibilidade da construção da refinaria de biodiesel.

Isso não necessariamente aponta que o agronegócio do dendê esteja num refluxo e que seja este trabalho uma leitura crítica atrasada quanto ao conteúdo que se propõe a abordar, qual seja, as disputas por terra e futuro. De fato, ainda que sejam já significativos os impactos do agronegócio do dendê nos territórios – incluído, digamos, o território acadêmico com o volume de pesquisas sobre o tema -, há muitos vetores em curso que tendem a impulsionar ou pressionar para a territorialização do agronegócio do dendê na Amazônia, intensiva e extensivamente.

Sobre isto, cabe citar que o governo Temer *quase* conseguiu realizar um acordo histórico com a União Européia, acordo este que tinha na agricultura e agroenergia um importante tópico. A última reunião que se teve notícia ocorreu paralela à reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) na Argentina, em 2017. É importante citar ainda



que há previsão de 90 milhões de reais para um novo Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia (MMA, 2018), advindo do Fundo Amazônia.

A tudo isto se some que o “evento” do agronegócio do dendê (para usar o termo de um importante pesquisador sobre o tema) vai muito além de si mesmo, isto é, há uma complexa rede de eventos, processos, uma constelação que está diretamente ligada não só com o dendê mas com processos mais profundos, conjunturais e estruturais, que pretendo desenvolver no próximo capítulo, para em seguida atar e desatar outros “nós” relativos a esta disputa.

### 3 O AGRONEGÓCIO DO DENDÊ EM ACARÁ: ANÁLISE SITUACIONAL

Vivemos o tempo do neoliberalismo. Este supõe uma forma específica de mundialização da economia que engendra uma relação contraditória entre Estados e empresas. Essa contradição é manifesta no fato de que as empresas para se mundializarem, necessitam do Estado nacional, que por seu turno precisa das empresas mundializadas para obter legitimidade na mundialização<sup>29</sup> (OLIVEIRA, 2016, p. 98-99).

O neoliberalismo incide também nas subjetividades, na razão: emerge o “sujeito empreendedor (de si)”, pleonasma que reflete de certa forma o nexos Estado-empresa onde cada vez mais este último se conformar em Estado empresarial (VECCHIONE-GONCALVES, 2017, p. 257), que significa uma hibridização da ação pública, em que “a prerrogativa de pensar o bem público e as funções políticas para proteger os comuns deixam de ser uma prerrogativa do direito público, para passar a arena do direito privado, relativizando a soberania popular da pior maneira possível” (idem, p. 264).

O esforço de compreender as disputas em torno da terra e futuro em São Francisco do Cravo passa por considerar essa hibridização. O que pretendo neste capítulo é uma aproximação à compreensão dos contextos e vetores que impulsionaram o agronegócio do dendê na Amazônia até sua chegada ao Ramal do Cravo. De forma específica, interessa compreender a conjuntura relativa ao tema deste trabalho. Se Hébette sugere que as comunidades camponesas não são autossuficientes (2002:198), importa olhar a conjuntura na qual se inserem suas relações desde um ponto de vista de média e larga escala que incide sobre a sua situação.

A Análise Situacional, no que tange à conjuntura, demanda a escolha de parâmetros, podem ser selecionados de acordo com sua relevância para o tema (MURRAY LI, 2014, p.19). Essa forma de análise supõe a superação de uma abordagem hierárquica dos espaços, assim como da figura de um indivíduo “universal”. O foco está em assuntos historicamente situados e “socialmente determinados”, diferenciados de acordo com classe, gênero, geração, entre outros (idem, p.18). Desde outro ponto de vista, Zizek também reconhece esse aspecto ao afirmar que “a ordem mundial hoje é uma totalidade concreta dentro da qual situações específicas exigem ações específicas” (ZIZEK, 2015, p. 130).

---

<sup>29</sup> Para uma discussão acerca da mundialização e da emergência do termo globalização, consultar Chensnais (1996) e Oliveira (2016), este último analisando especificamente a agricultura no interior deste período histórico a partir do Brasil.

A opção por essa forma de análise resulta do entendimento de que a conjuntura é dinâmica, mas não aleatória, criando caminhos de dependências (MURRAY LI, 2014, p.16). Ainda que a Análise Situacional seja um recorte no tempo, apoiando-se na leitura de conjuntura, esta não é necessariamente contingente: “todos os elementos que a constituem têm *histórias* e existem **configurações espaciais que tornam certos caminhos mais fáceis ou mais difíceis**”<sup>30</sup> (idem, p.150 – grifos meus).

Como a situação está inserida numa constelação de elementos, em uma conjuntura, entendo que essa constelação deve considerar além do neoliberalismo, outros processos que fazem parte do nosso contemporâneo, como a crise climática que tem se projetado em pautas de governos desde o último quarto do século XX, ganhando contornos mais consistentes em nosso século a partir das discussões mediadas pela ONU.

Além desse nível de análise, a metodologia utilizada dá suporte a um recorte diagonal que recupere a história e também dê margem a perceber que futuro está sendo construído. Neste interim, emergem questões tais quais: que caminhos são facilitados espacial e historicamente a partir das práticas em torno do neoliberalismo e da crise climática? Ou como se concebem as diferenças e assimetrias no interior destas políticas e processos econômicos? E ainda: como o governo brasileiro se movimenta e articula no que diz respeito a estes dois processos que fazem parte do contexto mundial na atualidade?

Uma primeira pista pode ser oferecida por Backhouse, para quem a expansão do óleo de palma na Amazônia trouxe já no feixe de políticas públicas e influência de mercados globais, considerações sobre os problemas da experiência de alguns países asiáticos como Malásia e Indonésia, que ocupam posições de topo na produção mundial de óleo de palma. Para contornar os diversos danos identificados naqueles países, o governo brasileiro teria optado por uma mudança (supostamente) *sustentável* de estratégia: fomentação da produção nas “áreas degradadas” e inclusão das populações locais (BACKHOUSE, 2013, p.5)<sup>31</sup>.

Neste capítulo, se pretende uma aproximação aos processos que permitiram e impulsionaram a implantação e expansão do agronegócio do dendê em Acará (PA), a partir das políticas de Estado (nível federal e estadual) e de dinâmicas em outras escalas, entendendo que “el territorio es en el capitalismo un elemento de disputa y de competencia” e que “(CECENÑA, 2008, p. 92), relacionando economia e política, disputas pela terra e futuro,

---

<sup>30</sup> Do original “all the elements that constitute it have histories and there are spatial configurations that make certain pathways easier or more difficult”.

<sup>31</sup> Maria Backhouse é uma das principais expoentes das discussões em torno do “green grabbing” (captura verde, em tradução livre), que serve de base ao trabalho de Silva e Magalhães (2017), que é uma das referências neste capítulo.

procurando elucidar ainda mais como esta opção sustentável tem pisado no chão de São Francisco do Cravo e possivelmente de outras comunidades-alvo da territorialização do agronegócio do dendê.

### **3.1 O governo federal: geopolítica externa e interna**

Pisar no chão do Ramal do Cravo, em Acará (PA), é sentir e enxergar uma transformação significativa e recente no uso da terra, mas também nas relações que se estabelecem entre as comunidades e o município, entre aquele e o Estado do Pará, o Brasil e o mundo. As mudanças territoriais resultam de uma miríade de processos que não estão contidos na experiência imediata, mas que podem ser lidos a partir de um ponto de referência, uma situação em que se materializa a feitura do território.

O papel desempenhado pelo Estado nas transformações aludidas não é desprezível. Na verdade, é fundamental - ainda que uma leitura estadocêntrica seja limitada -, na medida em que o próprio Estado se transformou e tem se transformado sem exaurir seu efetivo poder de ação sobre “seu” território, tanto no ordenamento jurídico e técnico quanto na planificação.

De qualquer forma, os pés na poeira do ramal, as entrevistas em baixo das árvores com os moradores, nas salas, no café e água compartilhados, pouco tem de perceptível com processos tão distantes, mas não menos efetivos. Em outras palavras: a situação a qual que busca abordar não pode ser explicada apenas pelos processos aparentes e presentes na mesma; é importante considerar o papel desempenhado por *outros* que são não necessariamente limitados ao contexto local. Estes “outros” se fizeram presente desde os primeiros campos: “tá trazendo desenvolvimento sim, pra eles lá”, como disse um cravense em 2015.

Assim, os processos que abordo aqui passam pelo entendimento da ação do Estado e por outros, como veremos neste capítulo. Se os espaços de decisão são distantes, as localizações e temporalidades podem ser bastante simultâneas: são vários poderes que acabam por atravessar os territórios, posto que cada território é concreto na medida em que é a síntese de múltiplas determinações (OLIVEIRA, 2003). Não é preciso ir longe no tempo para identificar alguns acontecimentos que têm impacto direto no ramal onde se desenrola esta pesquisa.

Em 2015, na Conferência das Partes (COP) da ONU, realizada em Paris, 190 países estiveram representados por governantes para tentativa de elaboração de um acordo global para prevenção-mitigação das mudanças climáticas em curso. A COP-21 terminou com um acordo que prevê o teto de até 2 graus Celsius de elevação da temperatura até 2100.

Instrumentos principais para alcançar esta meta e acompanhar resultados são as Contribuições Nacionalmente Determinadas (*Intended Nationally Determined Contribution* – INDC).

As INDC do Brasil estabeleceram as seguintes previsões: redução de 37% de gases do efeito estufa (*greenhouse gases* - GHG) até 2025, 43% até 2030, baseado nas emissões de 2005. Para alcançar esses números, o Governo brasileiro apresentou propostas no sentido de incremento de uso da bioenergia em 18% até 2030, dando destaque ao Etanol e ao **biodiesel** adicionado ao diesel comum. Até 2030 espera-se ampliar esse percentual para 45% no que se refere ao total matriz energética nacional, expandindo o uso doméstico de fontes não-fósseis através de incremento no uso de energia solar, eólica e biomassa.

No final de 2016, já sob intensas transformações na gestão interna e na política externa do país<sup>32</sup>, o Ministro de Minas e Energia (MME) anunciou a criação do Programa RenovaBio com vistas a “revitalizar o setor de biocombustíveis”, com o objetivo de: 1) aumentar a eficiência na produção e uso de biocombustíveis e 2) reconhecer que diferentes biocombustíveis contribuem de maneira diferente para descarbonização tal qual apresentada na COP-21 (BARROS, 2017). O programa foi apresentado como Medida Provisória (MP) e não prevê taxas por emissão ou subsídios para biocombustíveis. De acordo com o relatório de Barros, o RenovaBio é baseado no *California’s Low Carbon Fuel Standard (LCFS) Program and the U.S. Renewable Fuels Standard (RFS)* (p.3). O RenovaBio, segundo o mesmo autor, inclui a criação de Certificados por Emissão (CRE’s, na sigla equivalente do inglês), reforçando a passagem crise ambiental para crise climática e a redução desta a gases do efeito estufa (GEE).

O programa pode ser compreendido em uma trajetória mais extensa e já consolidada de incentivo à produção de biocombustíveis, notadamente etanol e biodiesel. O marco é o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), da década de 1970, resultante da crise do petróleo na época. Na década seguinte, 1980, foi lançado o Plano de Produção de Óleos Vegetais para fins Energéticos (PROÓLEO). Segundo Pires do Rio (2011, p.27), já se colocava naquela década o discurso da diversificação da matriz energética nacional, que incluía os biocombustíveis como opções, não apenas no sentido de abastecimento interno, mas também do mercado externo.

Ainda na segunda metade do séc. XX ocorre o primeiro plantio de dendê com objetivo comercial na Região Norte, datando de 1968 e sendo realizado em Benevides (PA), isto de

---

<sup>32</sup> Trata-se do governo PMDBista que assumira naquele ano o Governo Federal, trazendo uma série de reformas. Em se tratando da geopolítica brasileira, a revisão de prioridades (como o BRIC’S) e parcerias podem ser citadas como exemplo.

acordo com estudo da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), de 2003. Dois anos antes, em 1966, um cruzeiro desceu o Rio Amazonas por quase uma semana tendo na tripulação investidores, governadores, especialistas de organismos federais e delegações técnicas. Na ocasião foram apresentados 48 projetos entre os quais o de produção de óleos vegetais na Amazônia, projetos pertencentes e formulados pelo Banco da Amazônia (BASA, o mesmo do FNO) e a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), segundo o estudo de V. Loureiro (2004, p. 87). No discurso de abertura do cruzeiro, no Teatro Amazonas, em Manaus no Estado do Amazonas, o primeiro presidente da ditadura militar, Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) registrou: “são projetos reais, relativos a uma gama variada de oportunidades, que vão do fertilizante químico, fibras e óleos vegetais, serralheria, estaleiro, mineração, material de construção, em relação à indústria” (MINTER/SUDAM apud. LOUREIRO, 2004, p.87 – grifos meus).

Esta regressão temporal identifica algumas bases acerca da forma como a produção de biocombustíveis no Brasil ganhou relevância nacional no Século XX. Com o advento do Século XXI, a trajetória desse tipo de combustível ganha novo impulso com a criação do Plano Nacional de Produção do Biodiesel (PNPB), de 2005, considerado um marco no que tange à política nacional energética. Regionalmente, o acontecimento que sinalizou a importância do plano foi a vinda do então presidente Luiz Inácio da Silva, o “Lula” (presidente da República no período 2002-2006 e 2007-2010) a Tomé-Açú, em 2010, para o lançamento do Programa Nacional de Produção Sustentável do Óleo de Palma (PSOP), quando o próprio, de mãos na terra, plantou um pé de dendê.

Esse último acontecimento consagrou o que já vinha se consolidando com o “Polígono do Dendê”<sup>33</sup> no Nordeste do Estado do Pará. Marcava um período em que as atenções do Governo Federal vinham se voltando para uma questão bem mais ampla que a produção de biocombustíveis, respectivamente, a descarbonização da economia que englobava redução de emissões de GEE’s e captura de CO<sub>2</sub> (Dióxido de Carbono, reflorestamento), sob a argumentação de uma alternativa de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

Simbolicamente, um presidente plantando uma palmeira com vistas à produção de biocombustíveis na Amazônia representava que uma das regiões mais importantes do mundo,

---

<sup>33</sup> Por “polígono do dendê” entendo uma estrutura territorial-econômica-social e política, formada por plantios, homens e indústrias que está sobreposto aos municípios de Concórdia do Pará, Bujaru, Acará, Tomé-Açú, São Domingos do Capim e Tailândia. O “polígono” está situado na região onde o Zoneamento Agroecológico (ZAE) Dendê (2010) identificou condições edafoclimáticas favoráveis ao cultivo da palma de óleo, incluindo ainda vias de circulação com vistas ao escoamento por terra ou rios, além de uma porcentagem razoável de terras classificadas como “degradadas”.

um “Eldorado” nos termos de Becker (2009, p.35), estava chegando ao sonhado desenvolvimento sustentável. A região estrategicamente auxiliaria o Brasil na tarefa de diversificação de sua matriz energética, contribuindo para a redução de emissões e captura de carbono - o que na verdade já vinha ocorrendo pela via da própria densidade florestal que lhe marca a paisagem.

Se nos atemos a 2010, há um decreto que tem papel central no pacote de políticas Amazônia-agrocombustíveis: o Macrozoneamento Econômico-Ecológico (MacroZEE). Na parte I do documento, é sublinhada a soberania sobre a Amazônia:

O País está vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia e repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito da preservação, desenvolvimento e defesa da Amazônia. (BRASIL, 2010, p. 13)

A evocação da soberania é seguida do reconhecimento de necessário “novo paradigma para a região” que vise o uso de seu “inestimável capital natural” e “riqueza cultural”. O MacroZEE sublinhando o regional coloca-o na perspectiva geopolítica de uma “hegemonia do mercado mundial” sob controle do capital financeiro, evocando ainda a localização estratégica da Amazônia em relação aos EUA, Ásia (“sobretudo a China”) e à Europa, além da integração sul-americana (BRASIL, 2010, p. 14). A soberania evocada, estritamente no que toca os agrocombustíveis, pretende vaticinar ainda que as possíveis críticas contra *monocultivos na região mais biodiversa do mundo* não serão contadas ou terão pouco impacto na aplicação de políticas para desenvolvimentos desses monocultivos.

A valorização do “capital natural” e da “riqueza cultural” identificada no documento tem sua complementaridade nas observações de que a valorização da Amazônia decorre de um novo significado por ela adquirido, significado que comporta um duplo patrimônio: o de terras e o de capital natural (BECKER, 2009, p. 35). As políticas do Governo Federal estão inseridas, portanto, neste contexto: a geopolítica-soberania, desenvolvimento sustentável e valorização da Amazônia sob novos signos no plano internacional e nacional no contexto neoliberal intrincado com a sustentabilidade buscando uma racionalização do uso da terra, seu “reaproveitamento”.

Evidentemente, a ação estatal está correlacionada nesse caso com o contexto de descarbonização da economia<sup>34</sup>, tratado anteriormente de forma breve, no sentido de

---

<sup>34</sup> Para uma aproximação ao tema da “descarbonização da economia” no interior daquilo que se tem chamado Economia Verde ou Economia da Natureza, recomendo “Nova Economia da Natureza”, de Fatheuer (2014) e “Crítica à Economia Verde”, de Fatheuer, Fuhr e UnmüBig (2016). Sobre as discussões em torno da “métrica do carbono”, o trabalho de Moreno, Speich e Fuhr (2016) intitulado “A Métrica do Carbono: abstrações globais e epistemicídio ecológico”.

enfrentamento à crise climática em sua verve “gasosa”. Cabe retornar ao acordo de Paris e outros eventos referentes à governança global do clima.

A hipótese de conexão das agendas de combate à pobreza e climática é apresentada por Vecchione-Goncalves (2015). Para a autora, que tem acompanhado de perto e/ou através da análise de documentos relativos às mudanças climáticas produzidos por organismos da Organização das Nações Unidas (ONU), o financiamento ao desenvolvimento e o financiamento ao clima têm convergido nos últimos anos:

A referência no preâmbulo do Acordo de Paris à Agenda de Ação de Addis Adaba, resultado da Terceira Conferência de Financiamento ao Desenvolvimento, em especial ao seu objetivo 13 de escalar esforços para acabar com a fome e a desnutrição, expõe de maneira clara a intenção da canalização do fluxo de recursos para redução da pobreza e das desigualdades em conexão à agenda do clima (VECCHIONE-GONCALVES, 2015, p.2).

Esta convergência de agendas criou um quadro geopolítico em que o Brasil vinha se consolidando, podemos dizer, como vitrine: combate à pobreza e promoção de energias renováveis como motor do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento, entretanto, pode em sua definição e conceituação trazer muitos elementos próprios do neoliberalismo (competição, concepção do que seja racionalidade, financeirização...) devido a confusões (poderíamos dizer aberturas?) relativas ao que seja o próprio desenvolvimento. Isso somado à política externa que projetou o país para o globo e a importância que adquiriu o BRICS e o G-20, fez com que o Brasil ganhasse status considerável nas negociações em torno da agenda climática, até mesmo nas Conferências das Partes (COP's) da ONU, cimentando até então uma posição que vinha sendo construída desde a Rio-92<sup>35</sup>.

Mas por mais proeminência que o Brasil ou outro país possa ter em determinado organismo da governança climática global, ele é um Estado que é “parte”. E parte não é o todo. Tanto o Acordo de Paris quanto a agenda Addis Adaba combinam a ação estatal e financiamento com iniciativas e regulações que incluem o setor privado de forma considerável. O incentivo a Parcerias Público-Privadas (PPP), ou entre ONG's internacionais e Estados e/ou corporações, entram na governança global do clima, que apesar de ter sido ponto alto no Acordo de Paris (bastante celebrado internacionalmente), desconsidera as possíveis assimetrias que podem ser reforçadas ou mesmo criadas, como a geração de dívida ecológica e a dependência de cooperação tecnológica (VECCHIONE-GONCALVES, 2015,

---

<sup>35</sup> A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92 ou Eco 92, o ainda Cúpula da Terra) aconteceu no estado do Rio de Janeiro em 1992 nos dias 3 a 14 de junho. Entre os documentos elaborados na conferência, podemos citar a “carta da terra”, a “convenção sobre diversidade biológica” e a agenda 21.



p. 3), já que o neoliberalismo é um sistema onde a dívida se torna em certa medida “produtiva” de mais capitais, posto que a forma juro assume centralidade na reprodução do sistema<sup>36</sup>.

Pode soar pouco usual a abordagem de aumento ou criação de assimetrias, assim como as soldagens entre agenda climática e de combate à pobreza, ou ainda a geopolítica do clima baseados em relações Estados-Corporações-ONG’s, mas é exatamente sobre esses pontos que deveríamos focar as análises para compreensão do que está acontecendo em Acará, no Ramal do Cravo.

Os plantios de dendê em Acará não são executados pelo Estado (exceto o pé de dendê plantado pelo então presidente), mas mediados e incentivados via políticas públicas que visam a uma suposta “inclusão de produtores rurais” e desenvolvimento regional. Ora, se essas tarefas são executadas pela empresa e o Estado passa a incentivador, percebemos exatamente a consolidação da parceria público-privada como constituinte do “novo” desenvolvimento para a Amazônia. Os empréstimos subsidiados para estes empreendimentos, por sua vez, são pagos pelos contribuintes que compõem o Estado, socializando a dívida e financiamento sem que necessariamente os benefícios ocorram no mesmo sentido.

Se ampliarmos a escala um pouco e tratarmos de empresas que trabalham não só na contratação de trabalhadores (em geral, via terceirizadas, caso notado em Acará), mas também com sistemas de parceria, o aspecto supracitado se complementa com a dependência tecnológica, o pacote assistência técnica-sementes-insumos. Esse pacote se justifica pela *inserção* dos pequenos agricultores na *cadeia produtiva* regional e materializa “em baixo” as parcerias público-privadas como meios por excelência da inclusão social enquanto inclusão produtiva *a fortiori*, novamente com financiamento acumulado nas empresas que detém os “pacotes”.

Isso ocorre, segundo o MacroZEE, porque as cadeias produtivas na Amazônia precisam ser desenvolvidas, apontando a convergência entre esse desenvolvimento e o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC):

---

<sup>36</sup> Sobre o papel da forma juro no neoliberalismo e outras características econômicas deste, consultar Netto e Braz (2011). Para os autores, a forma juro é exemplar no caso do endividamento público, quando as dívidas assumem volumes tão estratosféricos que de impedimento acabam transformando-se em condição. Refletindo sobre a relação entre países ricos e suas instituições financeiras e os países pobres, na passagem do último quarto do séc. XX para cá, escrevem que “nestas condições, a dívida cresceu astronomicamente e aos credores não interessa senão o pagamento dos juros – seu total acumulado ultrapassa de longe a principal dívida” (Netto e Braz, 2011, p. 244). Em trabalho recente, Žižek (2015) observa que esse sistema da dívida está pulverizado no todo social, ou melhor, nos próprios sujeitos, argumentando que “o sujeito endividado faz dois tipos de trabalho: o assalariado e aquele sobre seu eu, que é necessário para produzir um sujeito capaz de prometer, de pagar dívidas” (ŽIŽEK, 2015, p. 55).

Utilização de biomassa como fonte de energia; aproveitamento de resíduos da cadeia madeireira e moveleira; fortalecimento da cadeia produtiva do ferro com ampliação do uso da biomassa de floresta manejada e investimentos para a produção de aço e não apenas ferrogusa (siderurgia mais limpa); obtenção de carvão a partir das cascas do coco babaçu; políticas de recuperação ambiental e de incentivo aos sistemas agrícolas e agroflorestais sustentáveis; implantação de uma indústria madeireira moderna; capacitação e fomento de formas alternativas de produção sustentável e oferta de serviços ambientais, são consoantes ao primeiro objetivo do PNMC fomento ao aumento de eficiência no desempenho dos setores da economia, na busca constante pelas melhores práticas e corroboram o caráter de articulação e de sinergia do MacroZEE com outras políticas públicas vigentes na Amazônia Legal (BRASIL, 2010, p.69 – grifos meus).

A convergência de estratégias MacroZEE e PNMC também é expressa quanto aos Zoneamentos Agroecológicos, “especialmente para culturas agroenergéticas” (idem). São essas convergências entre projetos e programas que nos demonstram a convergência entre a agenda do desenvolvimento e agenda ambiental.

A transferência de assistência técnica que acompanha muitas das ações supracitadas, por seu turno, não acontece somente entre empresas-Estado e campesinato, ou entre Norte e Sul (países ricos e pobres): em 2011, foi aprovada a MP do Executivo que autorizou a Empresa brasileira de pesquisa agropecuária (Embrapa) a operar em outros países, sendo que em 2012 possuía escritórios em Gana (Embrapa África), Panamá (Embrapa Américas) e na Venezuela. Essa internacionalização da empresa, autorizada por medida provisória transformada em lei, foi possível ainda pelo financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Internacional para Desenvolvimento Agrícola (FIDA), vinculado à ONU (SCHLESINGER apud. GUEDES, 2014, p.72).

É dessa forma que a projeção internacional do Brasil vai além da produção e comercialização de agrocombustíveis, porque há cooperação técnica, exportação de tecnologias, expansão de empresas estatais nacionais, aquisição e canalização de financiamentos regionais e internacionais. A soldagem entre as agendas é simultânea à soldagem desenvolvimento-neoliberalismo em sua face bancária.

No plano comercial, retornando a Acará, o dendê se insere tanto na parceria público-privada de recuperação de áreas degradadas da Amazônia (que é um dos serviços desenvolvidas pela Biopalma) quanto pelo “esverdeamento” da cadeia produtiva mineralógica, posto que o agronegócio do dendê tem como justificativa prioritária neste empreendimento a produção de agrocombustível para ser utilizado na frota de trens da empresa Vale. Em documento de 2012, a Vale assim apresenta a Biopalma:

Em mais um passo para associar investimentos diversificados a ações ambientais, em 1º de fevereiro de 2011 a Vale anunciou a compra da Biopalma da Amazônia S. A., no Pará. A empresa é produtora de óleo de palma, matéria-prima para a produção do biodiesel. **O destino principal do óleo era a produção desse combustível pela Vale para alimentar a frota de locomotivas da Estrada de Ferro Carajás, as máquinas e os equipamentos de grande porte das operações no Brasil, usando o B20** (mistura de 20% de biodiesel e 80% de diesel comum).

Os investimentos realizados na produção de biodiesel fazem parte da **prioridade estratégica da Vale em ser um agente da sustentabilidade global**, construindo, portanto, matriz energética com participação crescente de combustíveis renováveis. A Biopalma possui seis polos de produção em implantação na região do Vale do Acará e do Baixo Tocantins, ambos no Pará. Até 2013, serão 60 mil hectares plantados com dendê e 75 mil destinados à recuperação e regeneração de mata nativa. Em 2011 já eram 18.400 hectares plantados (VALE, 2012, p. 386).

Entretanto, como veremos a frente, a justificativa citada acima não se tem realizado. No plano geopolítico interno, por sua vez, as políticas referentes aos agrocombustíveis buscam, dentro do novo modelo previsto pelo MacroZEE, uma estabilização regional de ocupação e conciliação de interesses, de acordo com Brasil,

Um modelo que garantirá aos pequenos agricultores e empresários uma maior estabilidade e crescimento com base em melhor tratamento dos recursos por eles utilizados, no **momento em que a eles cabe papel importante** (BRASIL, 2010, p.15 – grifos meus).

Esta “conciliação” pode ser criticada em dois sentidos: pela consideração limitada das diferenças entre campesinato e agronegócio ou pela perspectiva negativa destas desembocando em sua superação ou recrudescimento pela integração. Raffestin, por exemplo, citando o mundialismo como proposta unitária, adverte que a supressão de diferenças condena ao enfraquecimento inevitável daquele, mesmo que se passe por um período de relativa eficácia (RAFFESTIN, 1993, p.132).

Por sua vez, o “momento em que cabe a eles papel importante” é o contexto atual em suas materializações temporais e espaciais, que se realiza no território que conjuga estes processos (Castro e Marin, 1999) e projetos, como vem ocorrendo em São Francisco do Cravo.

Para Andrade (2004, p.27), “a produção do território, e a sua integração política a um país, dependem da **ideologia política dominante**, do **momento histórico vivido** e das **disponibilidades de capital e tecnologia**”. Esses três aspectos estão esboçados aqui *grosso modo* como o neoliberalismo e desenvolvimento sustentável, a crise climática global e sua

governança e o agronegócio *high-tech* combinado com a exploração de terras e gentes “degradadas” (AQUINO JUNIOR, 2018). É sob essas condições que podemos entender a produção dos territórios no Ramal do Cravo, em Acará, argumentado, portanto, que o território é produto, não um *prius* ou *a priori* (OLIVEIRA, 2003) e reconhecendo que

É impossível, hoje, mais do que nunca, compreender o que se passa num lugar, e conseqüentemente, conceber e implementar políticas públicas adequadas, sem considerar os interesses e as ações conflituosas das diferentes escalas geográficas (BECKER, 2009, p. 21).

Contudo, reconhecemos que as ações não são somente conflituosas; elas podem possuir também convergências. É nesse *frame* que podemos compreender a Geopolítica do Brasil no que se refere aos agrocombustíveis e a Agenda Ambiental, no sentido geral.

### **3.2 O papel da conjuntura internacional: a crise de 2008 e as *commodities***

Uma compreensão das transformações territoriais ocorridas no Ramal do Cravo, a partir da chegada da Biopalma, demanda uma relação temporal que vá além dos elementos relativos à geopolítica do Brasil no sentido de governança interna e externa. Na realidade, o exercício aqui passa por uma espécie de “regionalização” – no sentido material e analítico: material na medida em que trata especificamente da empresa Biopalma em relação à Amazônia e à mineradora Vale, procurando agrupar e refletir sobre um conjunto de *commodities* prioritárias dessas empresas e as variações de preços daquelas, inseridas em processos globais mais ou menos recentes. Analítico no sentido de ir além de uma compreensão estadocêntrica não por princípio, mas como resultado de questões que surgiram durante a reflexão sobre os processos que permitiram e/ou potencializaram a implantação e expansão do agronegócio do dendê no estado do Pará, vinculando as variações de preço com estratégias que conjugam crise-oportunidades para setores do capitalismo.

O primeiro ponto é que a Biopalma tem como sócia majoritária a Vale, uma das maiores empresas mineradoras do mundo (junto à empresa transnacional Rio Tinto). A história da Biopalma S.A. Reflorestamento inicia-se em maio de 2009 segundo informações veiculadas na Imprensa Oficial do Estado (IOE, 2013). À época, foi constituído o Consórcio Brasileiro de Produção de Óleo de Palma (CBOP) composto pela Vale e pela Biopalma. Naquele ano, a Biopalma, que possuía 59% de participação no consórcio foi nominada líder do mesmo, tendo contribuído substancialmente com terras e cultura agrícola em formação. A outra sócia, a Vale S.A., possuía então 41% da participação, aplicando no consórcio recursos em caixa.

Interessante observar que naquele momento é possível distinguir uma divisão de trabalho entre Vale e Biopalma, a primeira com recursos financeiros e o segundo com terras.

A Vale, segundo informações divulgadas no site Valor Econômico<sup>37</sup>, anunciou em junho de 2009 o investimento de US\$ 305 milhões em seu projeto para a produção de biodiesel a partir da palma de óleo. “Desse total, segundo a companhia, US\$ 40 milhões serão desembolsados ainda em 2009” (CRUZ, 2009). Dois anos depois, em janeiro de 2011, a Vale adquiriu controle acionário do CBOP por US\$ 173,5 milhões (o que em valores da época, com dólar comercial em torno de R\$ 1,80, corresponderia a aproximadamente R\$ 277 milhões). O empreendimento já era então conhecido como Biopalma ou Biovale.

Naquele ano, a produção chegava a 43 toneladas de Cacho de Fruto Fresco (CFF). Após instalar indústria em Moju e dar início aos plantios em Acará, onde seria construída a segunda planta industrial, a Biopalma em 2013 estava presente em 4 municípios: Concórdia do Pará, Abaetetuba, Tomé-Açu e São Domingos do Capim.

Como já observado acima, o dendê se insere, do ponto de vista governamental, na estratégia de criação e fortalecimento de cadeias produtivas na região e na projeção internacional do Brasil enquanto promotor de energias sustentáveis, procurando entrelaçar as agendas de combate à pobreza e ambiental. No específico da Biopalma, a relação entre esta empresa produtora de óleo de palma (lembrem-se que de partida, seria uma empresa prioritariamente de biodiesel) e a empresa de mineração Vale suscita considerações sobre o contexto de emergência deste empreendimento com participação capital de uma mineradora, com investimentos notáveis na fundação da empresa e do controle acionário posterior. Esta relação possui um caráter instigador que procuramos elucidar, aproximando o foco dos atores privados.

Seria ocasional a relação entre a Biopalma e a Vale? Mineração e agrocombustíveis? Nas entrevistas realizadas durante os campos nas comunidades de Santo Antônio do Cravo e Ramal Bom Jesus, em 2015, muitos moradores se referiam à empresa como “Biovale”. Essa relação, além da fala deles, se mostrava nas placas de sinalização do Ramal do Cravo, quando abaixo das indicações de limites de velocidade, lombadas, etc. estava registrada a frase “Biopalma - uma empresa Vale”. Essas relações suscitaram inquietações durante a pesquisa no sentido do que se projetavam consonante os outros vetores, como políticas públicas, contexto internacional e governança climática. Nesse sentido, tomei como referência questões relativas ao financiamento: seriam só os subsídios estatais suficientes para explicar a

---

<sup>37</sup> “Vale compra Biopalma por US\$ 173,5 milhões”, artigo de fevereiro de 2011. Disponível em <https://www.valor.com.br/arquivo/172277/vale-compra-biopalma-por-us-1735-milhoes>

expansão do agronegócio do dendê na Amazônia? A conjuntura de governança climática seria capaz de explicar na totalidade a chegada da Biopalma à Acará e a formação do “Polígono do dendê”?

No decorrer daquele período até a conclusão deste trabalho, dois eventos foram incluídos nessa contextualização com objetivo de tentar sanar essas questões. O aumento no preço do petróleo (pico em 2008) e a crise alimentar de 2007, que teve impactos significativos nos preços de *commodities* alimentares. Quanto ao primeiro, constata-se que em janeiro de 2005 o preço do barril de petróleo bruto era de US\$ 42,97. Em julho de 2008, o valor do barril alcançou o pico de US\$ 132,83, superando em três vezes o primeiro período aludido.

Por sua vez, a crise alimentar (~2007) é interpretada por Daniel et al. (2011), como resultante do processo de crescimento da demanda, devido ao desenvolvimento de alguns países desde as décadas de 1980 e 1990. Para os autores, esse crescimento de demanda está ligado principalmente ao crescimento populacional e aumento de consumo *per capita* de alimentos (DANIEL et al., 2011, p.4). Silva, por outro lado, enumera 4 elementos que explicariam a crise alimentar: 1) crescimento econômico de países emergentes, 2) dependência da agricultura (adubos, fertilizantes e transportes) quanto ao petróleo, 3) expansão da agricultura e produção de biocombustíveis e 4) mudanças climáticas, que desencadearam problemas nas safras de vários países como China, Austrália e Índia (SILVA, 2010, p.4).

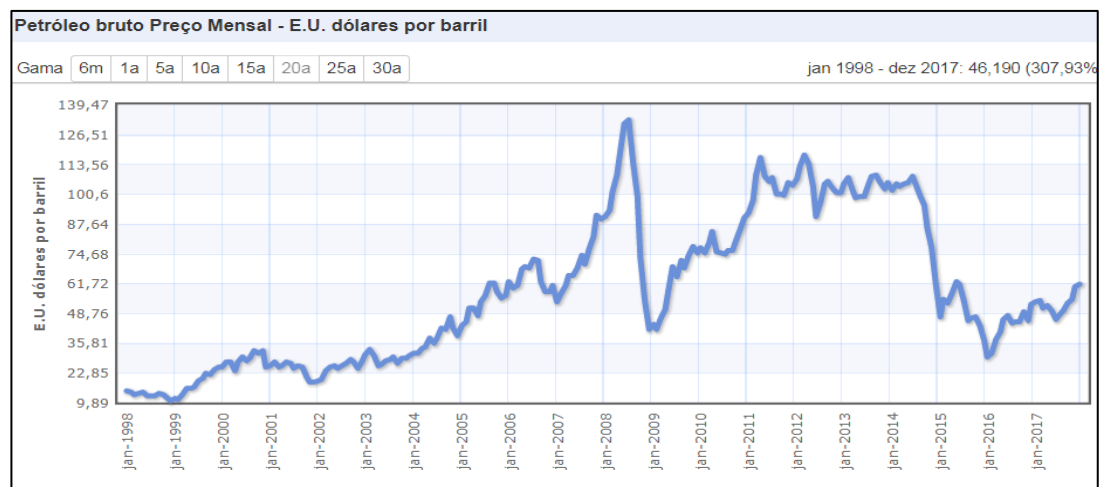
Oliveira oferece uma interpretação sobre a crise correlacionando-a com os agrocombustíveis: segundo sua leitura, a crise alimentar teria sido causada pela destinação do milho estadonidense, *commoditie* de circulação e peso globais, para a produção de agrocombustíveis, pressionando outros grãos como a soja, o trigo e o arroz e rebatendo em preços acrescidos pela demanda (OLIVEIRA, 2012, s/n).

Neste contexto de alta no preço de *commodities* de circulação mundial, há também a elevação no preço do minério de ferro, que vinha em ascendente desde 2005 quando a tonelada métrica seca estava custando US\$ 65. Em abril de 2008 chegou ao maior pico dos últimos vinte anos: US\$ 195,95.

**Gráfico 1** – Variação do preço de Minério de ferro entre junho de 2003 e janeiro de 2017

**Fonte:** Index Mundi - Thomson Reuters Datastream, World Bank (2018)

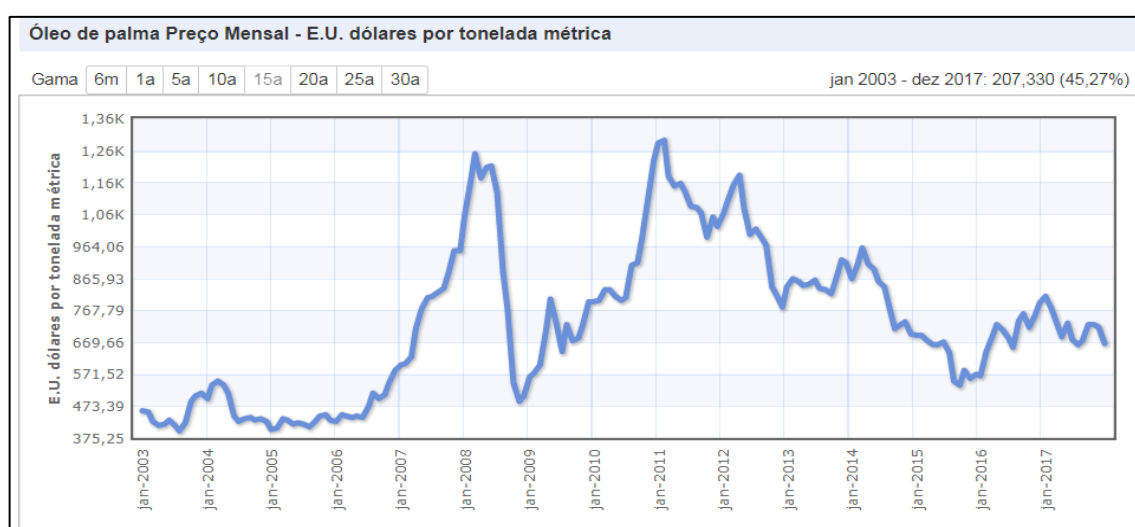
A alta no preço do petróleo, que impulsionou o interesse das elites produtivas e especuladoras no etanol, também pode ser colocada na equação da crise alimentar ao mesmo tempo em que adquiriu formalmente autonomia, sendo considerada genericamente como uma crise à parte. Esse contexto pode ter tido um considerável impacto sobre a decisão da Vale de investir na produção de agrocombustível na Amazônia. Considerando-se ainda a crescente pressão internacional por medidas ambientalmente “resilientes” ou mais eficazes do ponto de vista energético e de emissões de CO<sub>2</sub>, pode-se inferir que esta conjunção de fatores propiciou tanto o clima político quanto econômico (alta no valor do minério de ferro) para que a empresa investisse no setor de agrocombustíveis.

**Gráfico 2** – Variação do preço do Petróleo Bruto no período de janeiro de 1998 a janeiro de 2017

**Fonte:** Index Mundi - World Bank (2018)

Mas não só petróleo e minério de ferro são suficientes para explicar o ingresso da Vale no setor de produção de agrocombustíveis. O preço do óleo de palma também deve entrar na análise ao tratarmos das *commodities* no final da primeira década deste século. Tanto a alta no petróleo quanto nos alimentos, que incluem óleos vegetais, impulsionaram para cima o preço do óleo de palma: em março de 2008, o preço da tonelada métrica alcançou US\$ 1.249,00. Em 2011, ano em que a Vale passa a ter controle acionista sobre a Biopalma, este valor chegou a US\$ 1.292,00, e entre os dois períodos ocorreram consideráveis variações, como se pode ver no gráfico a seguir.

**Gráfico 3** – Variações no preço do Óleo de Palma no período entre janeiro de 2003 à janeiro de 2017



**Fonte:** Index Mundi - ISTA Mielke GmbH, Oil World; US Department of Agriculture; World Bank (2018).

Neste contexto, é possível compreender que a chegada da Biopalma à Acará é resultado de incentivos diretos do governo brasileiro *mas também* de uma conjuntura política e econômica favorável no que se refere às *commodities*, no sentido de estarem sobrevalorizadas e assim dar margem de caixa à Vale para investir no setor de produção de agrocombustível.

Se realizamos um rápido diálogo com Saturnino Borrás Jr. et al. (2011) acerca da noção de “comodín” - produtos de origem agrícola que não possuem destinação exata, variando de acordo com os valores da tríade forragem-alimento-energia -, damos conta de uma compreensão da Biopalma no interior do período de crise alimentar, enquanto empresa produtora de óleo vegetal passível de ser comercializado em diferentes mercados e setores, além da produção para a frota férrea da Vale, no médio prazo – o que se confirmou com o tempo, como abordado no final do capítulo anterior.



Oliveira (2012), ao apontar a correlação produção de agrocombustíveis-crise alimentar, coloca acima desta a própria incapacidade do capitalismo de prover equidade mínima na distribuição de alimentos para a humanidade, ainda mais sobre a hegemonia de uma elite especuladora orientada por objetivos de curto prazo auferidos nos lances de “mercados de futuro”, onde grãos são condições/oportunidades de enriquecimento rápido como qualquer outra mercadoria, racionalidade que passa ao largo dos rebatimentos na alimentação de milhões de pessoas.

Isto tudo ocorre projetando novas e velhas práticas que se territorializam, se materializam nos sistemas produtivo, de consumo e de circulação, como é o caso em São Francisco do Cravo. Como assinala Manuel Correia de Andrade, a transformação do território “nem sempre é comandada pelo país que detém a soberania do espaço em transformação, havendo, naturalmente, grande interferência internacional” (ANDRADE, 2004). Essa interferência deve dar conta dos *holders* que são corporações e empresas, além de Estados ou blocos de Estados sob a imbrincada relação que na prática deveria excluir uma compreensão simplista de atores autocontidos, isolados, que na realidade estão em constante relação sem que haja necessariamente a primazia de um sobre outro.

### 3.3 O papel do conhecimento e do fomento financeiro

Chesnais, em sua obra “a mundialização do Capital” alertou para um fato que ainda hoje é tratado como secundário: o papel do investimento em pesquisa por parte dos Estados no desenvolvimento de tecnologias apropriadas por agentes privados. No contexto de concorrência sistêmica, “a tecnologia é uma dimensão central de sua [dos grandes grupos industriais] atuação internacional” (CHESNAIS, 1996, p. 141). O autor utiliza dados do final da década de 1980 para constatar que os países da OCDE investiram 285 bilhões de dólares em 1988 em tecnologia, e que os EUA responderam por quase metade deste montante (48,4%), valor que é superado na atualidade individualmente pela China, que em 2018 investiu sozinha US\$ 370,6 bilhões, sendo o segundo país que mais investiu em pesquisa e desenvolvimento. Os EUA, que ocupou a primeira posição no ranking, investiu US\$ 476,5, segundo informações divulgadas no Fórum Econômico Mundial<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> “Brasil está em 9º na lista de países que mais investem em inovação”, matéria publicada na *homepage* da Época Negócios. No ranking, o Brasil ficou em 9ª posição, com investimentos da ordem de Brasil US\$ 42,1 bilhões, estando acima da Rússia, que no período analisado investira US\$ 39,1 bilhões. Matéria disponível em <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2018/12/veja-quais-sao-os-paises-que-mais-investem-no-motor-da-inovacao-brasil-esta-na-lista.html>

Dois fatores são sublinhados por Chesnais nas coalizões Estados-grupos econômicos a esse respeito: 1) a tecnologia como um campo que afeta a soberania dos Estados e 2) a tecnologia como “a tentativa de manter alguma função e algum papel perante o processo de mundialização por parte dos Estados” (CHESNAIS, 1996, p.144). Quanto à internacionalização da tecnologia, ele destaca cinco dimensões que incluem produção privada da tecnologia, alianças estratégicas entre grupos, patentes e elaboração de normas por grandes companhias, valorização internacional e “organização, em escala mundial, das atividades de **acompanhamento tecnológico e de aquisição de insumos especializados junto às universidades, aos centros de pesquisa públicos e às pequenas companhias de alta tecnologia**” (CHESNAIS, 1996, p.146 – sem grifos no original).

Compreendo as transformações que ocorreram entre o estudo e publicação de Chesnais e o período atual, incluindo a continuidade de mudanças nas funções e poderio estatal e o reforço da mundialização dependente da relação contraditória Estados-empresas, permanece atual o papel da produção de conhecimento e tecnologias por parte de órgãos e organizações interiores ao Estado, entre Estados ou em parceria com agentes privados, como demonstram os dados de 2018 supracitados.

Desse modo, o conhecimento que é produzido através de incentivo estatal direto ou indireto muitas vezes acaba por ser apropriado pelo não-público, *privando-o*, ainda que os recursos tenham origem exatamente no público e sejam controlados pelo Estado. Por outro lado, não custa lembrar que “o conhecimento e a prática que este funda é fonte inalienável de poder”, ainda mais em se tratando de uma sociedade que nada tem de harmônica e homogênea (PAULINO, 2008, p.201), o que vale evidentemente para a relação Estado-público-empresas e também para a tríade comunidade-empresa-Estado.

A produção de tecnologia e conhecimento por parte do Estado na prospecção de “vocações” meso e microrregionais para dadas atividades produtivas é evidenciada nos diferentes zoneamentos, que conjugam as tríades citadas acima. O MacroZEE, por exemplo, apresenta estratégias que, “indicando as formas de apropriação, uso da terra e dos recursos naturais mais adequadas para cada Unidade Territorial”, levem em consideração políticas “compatíveis” com as “características” de cada subespaço (BRASIL, 2010, p.152).

A escolha de quais políticas devem ser implementadas para serem “compatíveis” com características parece, de imediato, como uma relação natural. Sabemos, entretanto, o que em significado a maioria dos projetos baseados em “vocações regionais” para a Amazônia, da mineração às perspectivas de comércio de carbono. A naturalização da relação política-

vocação regional superfatura esta última em detrimentos do primeiro. Este não é um ponto marginal.

Para a “transição rumo à sustentabilidade” o macrozoneamento aponta a necessária organização de cadeias produtivas completas “dos produtos da natureza, com padrões do século XXI **apoiados na ciência, tecnologia e inovação** [CTI], aliada à mudança do quadro institucional” (BRASIL, 2010, p.137 – grifos meus). Então, a transição comportará uma bricolagem entre vocações regionais apoiadas pelas CTI’s que vêm “puxadas” pelas primeiras. Mesmo uma compreensão a partir da teoria dos sistemas evidencia o quão equivocada pode ser a ideia de causa-efeito, mesmo em se tratando de efeitos tecnológicos. Ainda que fizéssemos o caminho antropológico ao invés do “natural”, no que se refere à vocações, caminhos estabelecidos para o desenvolvimento ou algo do tipo, encontraríamos no Franz Boas de 1920 afirmações como

Enquanto nas ciências naturais estamos acostumados a considerar um dado número de causas e estudar seus efeitos, nos eventos históricos somos compelidos a considerar cada fenômeno, não apenas como efeito, mas como causa (BOAS, 2004, p. 46),

Ou ainda “uma rápida revisão de povos e tribos do nosso planeta mostra que os povos e tribos mais diversos em termos de cultura e linguagem vivem sob as mesmas condições geográficas” (BOAS, 2004, p.36). Só isto já colocaria sob suspeita alguns postulados da noção de vocação regional, seja para derivar tecnologia ou para naturalizar a política.

De qualquer forma, o conhecimento que produz documentos, discursos, “ciência-tecnologia e inovação” cumpre hoje papel destacado na economia no contexto neoliberal. Além do MacroZEE, há um conjunto de políticas públicas de produção do conhecimento que teve papel central na chegada e expansão do agronegócio do dendê na Amazônia. Essas políticas de incentivo institucional e de financiamento foram destinadas, por exemplo, à Embrapa, empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

No que se refere ao conhecimento, por exemplo, registra o MacroZEE a respeito da empresa:

*Softwares devem ser desenvolvidos para que o conhecimento das populações tradicionais seja sistematizado e ampliado a partir da construção de um banco de dados, obrigatoriamente considerando a repartição de benefícios. Nesta tarefa, os campi universitários, as extensões da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e outras instituições federais e estaduais devem assegurar a formação de núcleos de pesquisa nas cidades centro de rede. (BRASIL, 2010, p.56 – grifos meus)*

O mesmo documento registra que caberia à Embrapa e ao MMA (Ministério do Meio Ambiente) a integração entre Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) e Zoneamento agrícola, além de sugerir que as partes submetessem solicitação à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para cumprir tal objetivo, sendo que no MacroZEE isto já consta como “pré-aprovado” (idem) no que se refere àquela solicitação.

A Embrapa desenvolveu ainda os Zoneamentos Agroecológicos (ZAE), sendo alguns temáticos, entre os quais um volume sobre a palma de óleo, o ZAE-Dendê, tendo entre as especificações o potencial de áreas degradadas por município (EMBRAPA SOLOS, 2010). A empresa, em estudo produzido a partir de monitoramento por satélite, definiu que apenas 7% do território do bioma amazônico pode ser utilizado para fins agrícolas (BRASIL, 2010, p. 108). Tal estudo foi realizado através do programa Terra Class, de 2008, por meio de uma parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) levantando dados municipais e informações sobre o uso e cobertura da terra na Amazônia (CASTRO JUNIOR, 2012, p. 77).

A empresa esteve envolvida no primeiro plantio planejado de dendê, realizado no estado do Pará em 1968, concretizada pelo setor público por intermédio da SUDAM juntamente com dois centros franceses: *Institut de Recherches pour lês Huiles et Oleagineux* (IRHO) do *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement* (CIRAD), iniciativa considerada “marco para o desenvolvimento da cultura no Estado do Pará”, onde prevaleceu o investimento privado, enquanto no Estado do Amazonas prevaleceu o investimento público, liderado pela Embrapa (CASTRO JUNIOR, 2012, p. 45).

O monitoramento da participação da agricultura familiar via PNPB na produção total de biodiesel passou a ser realizado pela Embrapa (idem, p. 64), assim como o levantamento sobre as qualidades do dendê no recobrimento de áreas desmatadas e mesmo “preservação da floresta tropical úmida através da ciclagem e fixação de CO<sub>2</sub>” (idem, p. 80).

Na introdução do ZAE-Dendê há uma pista sobre como o Estado brasileiro, via Embrapa e MAPA, compreende a Amazônia e o zoneamento. Escreve na apresentação Avílio Antônio Franco, então superintendente da Área de Institutos Tecnológicos e de Pesquisa – AITP/FINEP/MCT:

Este livro é resultado de parte do apoio a uma **ação estruturante** para a Amazônia com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) com o objetivo de **criar bases científicas para a produção de biocombustível** nas regiões remotas de fronteira da Amazônia. (EMBRAPA, 2010, p. 9 – sem grifos no original)

“(…) Criar bases científicas para a produção”, “regiões remotas de fronteira da Amazônia”, “ação estruturante” são novidades de discurso? Quem conhece o que foi a segunda metade do século XX na região sabe que havia um discurso referente à necessidade imposta de produzir nas “remotas fronteiras” da Amazônia, que precisava ser “integrada ao país”. Portanto, frases deste talhe não são descobertas do léxico recente de intervenções diretas ou mediadas pelo Estado em consonância com empreendimentos privados na região.

Como argumentei em trabalho anterior (AQUINO JUNIOR, 2016) sobre o MacroZEE, observou-se uma série de relações de proximidade entre esse zoneamento e o projeto Radares da Amazônia (RADAM), que acabou ganhando versão para outras regiões do Brasil, no sentido de produção de conhecimento desempenhada pelo Estado com vistas ao desenvolvimento de empreendimentos estatais, mas também (e, dependendo do setor, principalmente) privados.

Fora isso, ainda sobre como o discurso de produção do conhecimento que se crê além ou aquém da política, é evidente que a expansão do dendê no Estado do Pará, e, portanto, na Amazônia, não ocorre em “regiões remotas de fronteira”, mas no *heartland* do estado, em uma das zonas de povoamento mais consolidado, com influências que arremetem à colonização ibérica no séc. XVI.

Retornando ao zoneamento, a Finep financiou o ZAE-Dendê, que foi liderado pela Embrapa e contou com uma ampla gama de apoio de instituições públicas e privadas<sup>39</sup>, incluindo ministérios, autarquias, universidades, institutos de tecnologia e mais quatro empresas privadas ligadas ao ramo do agronegócio do dendê. O objetivo geral do zoneamento foi “avaliar e espacializar o potencial das terras para a palma de óleo como base para o uso sustentável das terras em harmonia com a biodiversidade<sup>40</sup>” (RAMALHO FILHO et al. 2010, p. 20).

---

<sup>39</sup> Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM-CR/Manaus); Ministério do Meio Ambiente, através do IBAMA, da FUNAI e das Secretarias do Desenvolvimento Sustentável e de Biodiversidade; Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC/CEPEC); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (EMATER-RO); Fundação de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado de Roraima (FEMACT-RR); Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM); Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso (SEPLAN-MT); Diocese de Tabatinga-AM; Universidade Federal do Estado do Pará (UFPA); e as empresas Agropalma, Marborges, Yossan e Biofuels (RAMALHO FILHO et al., 2010, p.20).

<sup>40</sup> E como objetivos específicos a oferta de: a) subsídios para a reestruturação da matriz energética brasileira através da produção de biocombustível; b) alternativas econômicas sustentáveis aos produtores rurais da região, operando em agricultura empresarial ou familiar; c) oferecer uma base para o planejamento do uso sustentável das terras em consonância com a legislação vigente; d) propiciar o ordenamento territorial nas áreas desmatadas consolidadas e a consolidar da região amazônica em conformidade com o Zoneamento Ecológico – Econômico dos estados da região (ZEE) e e) fornecer bases para o planejamento de pólos de desenvolvimento no espaço rural em alinhamento com políticas governamentais.

Assim, constata-se que o ZAE-Dendê foi pautado em Parcerias Público-Privadas (PPP), sendo o público representado especialmente pela Embrapa e o privado pelas empresas produtoras de dendê. O investimento público na ação foi de R\$ 60 milhões. As pesquisas patrocinadas por este investimento foram voltadas para melhoramento genético, ampliação da produção de sementes, modernização e ampliação da infraestrutura física necessária à produção de plantas matrizes e conhecimentos, além de parcerias internacionais com instituições de excelência em palma de óleo (BRASIL apud. SILVA, 2014, p. 52).

Além do ZAE-Dendê, o Governo Federal lançou o Programa de Produção Sustentável do Óleo de Palma (PSOP), em 2010. Após criação desse programa, foram implantados sob liderança da Embrapa oito novos projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação. A referida empresa desenvolveu o Programa de Qualificação de Extensionistas na Cultura do Dendê, coordenado pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e com aporte financeiro do MAPA, tendo um investimento inicial de R\$ 300 mil, executado no período entre 2010 e 2011 (idem, p. 54).

Mas antes mesmo da publicação do ZAE-Dendê, no estudo “Projeto potencialidades regionais - Estudo de viabilidade econômica - Dendê” publicado em 2003 pelo Instituto Superior de Administração e Economia (ISAE) e lançado em parceria com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), já se defendia que o cultivo de dendê era sustentável. O argumento para o “enquadramento” (sic) do cultivo de dendê no “chamado desenvolvimento sustentável” seria:

O cultivo do dendê pode ser considerado como uma atividade em condições de preservar o meio ambiente sem fortes agressões à floresta nativa porque pode ser plantado em áreas alteradas, possibilitando um perfeito recobrimento dessas áreas quando adulto e, na fase jovem, pode ser associado à leguminosas de cobertura de solo. (ISAE/FGV/SUFRAMA, 2003, p. 2)

O estudo fornece informações detalhadas sobre a aptidão do solo amazônico para cultivo de dendezeiro (70 milhões de ha), dados atualizados da produção à época (39 mil ha, isto é, a área total plantada na Amazônia era menor que os monocultivos de algumas empresas individuais como a Biopalma) e específicos sobre o Estado do Amazonas (50 milhões de ha, que equivale a 71,4% do total). Com dados da produção mundial de óleos e gorduras de 1977 e 2000, quando a participação do óleo de palma passou de 8% para cerca de 19%, superando a soja no mesmo período, este estudo apresenta as seguintes motivações para o crescimento da participação e evolução da produção do óleo de palma no período: “forte apelo ecológico da cultura do dendê, dados **seus reduzidos níveis de impacto ambiental** e expressivos níveis de sequestro de carbono”, além da versatilidade e de ser substituto da gordura animal (idem, p. 4

– grifos meus). Como a citação indica, já ali se atava o “apelo ecológico” com o “sequestro de carbono”.

O estudo traz ainda informações prospectivas sobre mercados estrangeiros consumidores e orientações quanto à aquisição de mudas, recomendando que as mudas sejam obtidas “preferencialmente, **de um propagador fidedigno do ponto de vista fitossanitário, como a EMBRAPA** ou viveiristas particulares tecnicamente credenciados” (idem, p. 9 – grifos meus). Há uma descrição do processo produtivo etapa por etapa, levantamento sobre áreas potenciais para investimentos e incentivos fiscais e financeiros e, por fim, são expostos indicadores de viabilidade econômica.

No site da Embrapa (aba biblioteca), uma pesquisa sobre o termo “palma de óleo” localiza rapidamente 578 resultados. A tabela 1 apresenta informações organizadas a partir da página:

**Tabela 3** – Pesquisa sobre Palma de Óleo na biblioteca *on-line* da Embrapa

Tipos de publicação	Idiomas de publicações	Publicações por unidade (igual ou superior a 20)	Publicações por ano 1956-2017 (igual ou superior a 15)
<b>Anais e <i>proceedings</i> de eventos (5)</b>	Francês (1)	Acre (21)	1998 (16)
<b>Artigos de periódicos (43)</b>	Inglês (65)	Agroenergia (23)	2000 (17)
<b>Bibliografia (1)</b>	Outros (1)	Amapá (32)	2001 (15)
<b>Documentos eletrônicos (1)</b>	Português (511)	Amazônia Ocidental (55)	2007 (18)
<b>Folders (9)</b>		Amazônia Oriental (274)	2008 (20)
<b>Folhetos (109)</b>		Caprinos e ovinos (20)	2009 (20)
<b>Livros (9)</b>		Cerrados (22)	2010 (21)
<b>Mapas (1)</b>			2011 (30)
<b>Parte de livro (169)</b>			2012 (55)
<b>Separatas (220)</b>			2013 (53)
<b>Teses (11)</b>			2014 (53)
			2015 (50)
			2016 (74)
			2017 (53)
<b>Totais – 578</b>	<b>578</b>	<b>424</b>	<b>2000-2017 = 480</b> <b>1956-1999 = 98</b>

Fonte – EMBRAPA (site [www.embrapa.br](http://www.embrapa.br)), adaptado pelo autor (2018)

A partir dos dados expostos acima, algumas observações podem ser feitas sobre como a Embrapa está situada em relação à produção de conhecimento referente ao dendê, por demandas internas ao MAPA e também compreendendo a conjuntura temporal em que os números de inserem. Por exemplo: a produção bibliográfica apresentada abarca o período de 1956 a 2017, isto é, 61 anos. No que se refere ao último terço desse período, que corresponde *grosso modo* às décadas iniciais deste século, a produção bibliográfica representa 4/5 do total divulgado na biblioteca. Se situamos este cálculo entre 2000 e 2017, o percentual é expressivo: 83,04% do total.

A Embrapa Amazônia Oriental, por seu turno, participa com 47,4% da produção total dos estudos produzidos no que diz respeito ao dendê. Isso significa que apenas uma das 32 unidades da empresa produziu quase metade da bibliografia referente ao tema. Cabe salientar que o Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), vinculado a esta unidade em parceria com a UFPA, tem diversos trabalhos sendo orientados e desenvolvidos por professores e professoras do próprio núcleo.

Quanto aos projetos desenvolvidos pela Embrapa com foco na palma de óleo, obtemos as seguintes informações no site:

**Tabela 4** – Projetos desenvolvidos pela Embrapa acerca da Palma de Óleo

Nome do projeto	Objetivo	Período
<b>Bancos Ativos de Germoplasma de Espécies Florestais e Palmeiras</b>	Enriquecer, conservar, avaliar, caracterizar e documentar o germoplasma existente em Bancos Ativos e ou Coleções de Germoplasma de espécies florestais e de palmeiras para múltiplos usos. Com também, pretende-se caracterizar morfo-fisiologicamente frutos e sementes de espécies florestais nativas da região amazônica visando sua conservação em longo prazo para usos futuros	2009-2015
<b>Adaptação e aperfeiçoamento de protocolo para produção de sementes de Híbrido Interspecífico BRS Manicoré: dendê x caiaué</b>	Diagnosticar os principais fatores que podem afetar a qualidade e quantidade de sementes e desenvolver metodologia específica da Embrapa para a produção de sementes comerciais de BRS Manicoré.	2012-2014
<b>Produção e tecnologia de sementes de <i>Elaeis spp</i>: dendezeiro, caiaué e híbrido interespecífico</b>	Diagnosticar os principais fatores que afetam a qualidade e quantidade de sementes de <i>Elaeis spp</i> . (dendezeiro, caiaué e HIEs) e desenvolver metodologia específica da Embrapa para a produção de sementes germinadas dessas sementes	2014-2016



---

<b>Alterações nos Componentes Proteicos de Sistema Radicular de Dendzeiro acometidos pelo Amarelecimento Fatal</b>	Realizar análise de proteômica, transcriptômica e anatômica do sistema radicular dendzeiro acometidos pelo Amarelecimento Fatal (AF)	2015-2017
<b>Integração de processamento digital de imagens em fotografias e sistema especialista para diagnóstico de doenças em plantas no Brasil</b>	Desenvolver uma ferramenta integrando processamento digital de imagens em fotografias convencionais com um sistema especialista para realizar o diagnóstico de doenças em plantas de interesse comercial e social no Brasil	2015-2018
<b>Validação de tecnologia de produção de óleo de dendê para biodiesel por agricultores familiares no Amazonas</b>	Promover a fase <b>de implantação de 500 hectares de dendê na região de fronteira entre o Brasil, Colômbia e Peru</b> , nos municípios amazonenses de Benjamin Constant e Atalaia do Norte, através da produção familiar em módulos produtivos de cinco hectares, para produzir óleo vegetal com fins de uso energético/biodiesel.	2007-2008
<b>Melhoramento genético do dendzeiro assistido por biotecnologias visando aumento de produtividade, redução do crescimento e resistência ao amarelecimento fatal</b>	Desenvolver estratégias de seleção assistida formuladas a partir de informações geradas por estudos do genoma e de mapeamento de genes utilizando marcadores moleculares	2010-2014
<b>Estudo do Amarelecimento Fatal do dendzeiro (<i>Elaeis arotenoid Jacq.</i>) e estratégia de manejo</b>	Identificar a causa do AF por meio da avaliação de sua associação a diferentes fitopatógenos, tipo, textura e fertilidade de solo, nutrição e fisiologia do dendzeiro e condições topoclimáticas	2009-2012
<b>Melhoramento genético do dendzeiro assistido por biotecnologias visando aumento de produtividade, redução do crescimento e resistência ao amarelecimento fatal</b>	<b>Desenvolver e multiplicar em escala comercial</b> cultivares obtidas a partir da hibridação interespecífica entre o caiaué e o dendzeiro, que sejam resistentes ao AF, apresentem reduzido crescimento vertical do tronco e alta produtividade, <b>atendendo à demanda da dendecultura nacional e latino-americana</b>	2009-2011
<b>Polinizadores nativos da palma de óleo: seleção, identificação, especificidade e déficit de polinização do híbrido interespecífico</b>	Conhecer os insetos associados ao caiaué e aos híbridos interespecíficos (HIE)	2014-2016

---

<b>Varição no rendimento, na composição em ácidos graxos e no teor de compostos bioativos do óleo de palma produzido por clones F1 e RC1 em diferentes condições climáticas e locais de cultivo</b>	Cultivar óleos de clones de plantas F1 e RC1 em dois locais na Amazônia com condições ambientais distintas para avaliação quanto ao rendimento e qualidade do óleo, composição em ácidos graxos, e teor de arotenoides e tocoferóis.	2014-2016
<b>Recursos Genéticos de Palma de óleo e Caiaué: novas estratégias de conservação, avanço no conhecimento e uso sustentável da diversidade genética</b>	Formação de banco de dados moleculares, morfoagronômicos, formação das coleções nucleares e renovação dos Bancos Ativos de Germoplasma (BAG) de palma de óleo e caiaué, além da possibilidade de registro de genótipo tolerante ou resistente ao amarelecimento fatal.	2014-2018
<b>Melhoramento da palma de óleo para resistência ao amarelecimento fatal, alta produtividade e reduzido crescimento, por métodos clássicos, seleção genômica e biotecnologias (parceria com Marborges)</b>	Desenvolver cultivares interespecíficas de caiaué com palma de óleo que apresentem alta produtividade, resistência ao AF, porte reduzido e que não requeiram polinização assistida, empregando métodos que maximizem os ganhos genéticos, reduzam prazos e custos do programa de melhoramento genético	2014-2018
<b>Definição de padrão de identidade e qualidade, valor nutricional e aplicações do óleo do híbrido interespecífico de palma</b>	Melhoramento agrônomico de plantas de híbridos em cultivo na Embrapa e avaliar alternativas de uso do óleo para consumo direto em virtude de sua baixa acidez e maior valor nutricional, além de outras aplicações na culinária e na fritura.	2016-2019
<b>Identificação e manejo da diversidade fúngica associada às sementes de palma de óleo e híbridos interespecíficos</b>	Desenvolver um manejo fitossanitário dos fungos associados à cadeia de produção de sementes de palma de óleo e híbridos interespecíficos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	2013-2014
<b>Controle biológico da Podridão Basal (<i>Thielaviopsis paradoxa</i>) e Indução de Resistência em Palma de Óleo</b>	Selecionar pelo menos 02 agentes de biocontrole promissores no controle da podridão basal e 01 indutor de resistência com respostas favoráveis de alterações de padrões enzimáticos, características físicas e/ou bioquímicas em plantas ou mesmo redução da severidade da podridão basal	2014-2016
<b>Desenvolvimento e aplicação de estratégias para gestão do Portfólio de Palma de Óleo</b>	Identificação e proposição de <b>parcerias internas e externas à Embrapa aumentando a sinergia entre as Unidades e as instituições parceiras</b> , visando promover o avanço do setor relacionado à <b>cadeia produtiva do dendezeiro como um componente importante do agronegócio do Brasil.</b>	2016-2019

<b>Projeto Genoma da Palma de Óleo A_Plus: sequenciamento do genoma completo da palma de óleo (inserido no consórcio internacional “Oil Palm Genome Projects” – OPGP, coordenado pelo Cirad/França (Centre de coopération internationale en recherche agronomique pour le développement).</b>	Sequenciamento completo e a montagem do genoma da palma de óleo com cobertura mínima de 24X e a anotação dos genes da espécie.	2012-2014
---	--	-----------

---

**Fonte** – site da Embrapa, aba projetos – organização pelo autor (2018)

São listados 18 projetos que têm alguma relação com a pesquisa em torno do dendê. Longe de uma pormenorizada análise de cada um, podemos utilizar algumas informações descritas acima para aproximar-nos dos modos de ação e objetivos que evidenciam as relações entre produção do conhecimento por instituições públicas em parcerias com o setor privado no que diz respeito aos cultivos de dendê.

O 17º projeto da tabela acima, sobre gestão do portfólio da palma de óleo, objetiva identificar parcerias internas e externas à Embrapa, visando promover sinergia entre unidades da mesma e instituições parceiras, possibilitando avanços no setor de dendê “como um componente importante do agronegócio do Brasil”. Por aqui vemos que, por mais que a integração no campo das políticas públicas e a agroecologia seja citada no próprio zoneamento temático do dendê, o projeto anuncia o *enquadramento* principal destes cultivos: agronegócio.

A ideia de parceria aparece também no projeto “Melhoramento da palma de óleo para resistência ao amarelecimento fatal”, executado juntamente com a Marborges, empresa produtora de óleo de palma no Pará. E o projeto “Genoma da Palma de Óleo A\_Plus” faz parte das iniciativas ligadas ao consórcio internacional “Oil Palm Genome Projects”, coordenado pelo Cirad. O Cirad francês, como já vimos, está envolvido junto à Embrapa na primeira experiência de plantio comercial do dendê, em 1968, no Pará. Também já vimos como a Embrapa se internacionalizou por incentivo e com autorização legal do governo brasileiro. Assim, a sinergia ocorre pela importação e exportação de conhecimentos, processos que nem sempre ocorrem desvinculados em um mesmo projeto.

Os programas de melhoramento citados acima têm uma de suas localizações no Campo Experimental do Rio Urubu (AM). A Embrapa Amazônia Ocidental, responsável pelo banco de germoplasma ali localizado é a única empresa brasileira que detém as matrizes do programa de melhoramento genético, produzindo sementes comerciais germinadas de

dendezeiro para o mercado nacional, já tendo realizado exportações para outros países como Colômbia, Equador e Guatemala<sup>41</sup>.

Esses dados demonstram a proeminência da pesquisa agrônômica, expressa no volume e no encadeamento temporal no qual se captam mudanças, crescimentos, reconfigurações e localizações. Evidentemente, essa produção do conhecimento perpassa não só pela Embrapa; a mesma ganhou destaque aqui por publicitar informações acerca de referências bibliográficas e projetos executados e em andamento nos últimos anos, o que permitiu avariar levantamentos sobre produção de conhecimento pela via estatal a partir de uma empresa estatal ligada à agricultura<sup>42</sup>.

Compartilhando das ideias de Chaui de que “a ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, deixando de ser mero suporte do capital para se converterem agentes de sua acumulação” e que “a força e o poder capitalistas encontram-se no monopólio dos conhecimentos e da informação” (CHAUI, 1997, p. 4), relacionando isso com a formulação de mundialização elaborada por Oliveira (2015), de que há uma relação dialética entre Estados e empresas na mundialização, pude lançar algumas luzes sobre os processos de produção de conhecimento, as relações entre público e privada no financiamento e apropriação.

Por outro lado, os Estados não ficaram limitados a uma passiva recepção dos mandos e desmandos do poderio financeiro como interpretou Chaui (1997, p. 4), para quem o sistema de finanças “determina, diariamente, as políticas dos vários Estados”, de forma que “a transnacionalização da economia torna desnecessária a figura do Estado nacional como enclave territorial para o capital”. Como expõe a dialética Estado-empresas enunciada por Oliveira (2016), a dependência contraditória entre estes é fundamental na mundialização, no sentido não apenas de solapamento e destruição do Estado nacional, mas na necessidade contraditória de um “Estado forte” que garanta não só a propriedade, mas a apropriação e a produção de mais valia, através, por exemplo, de reformas. Essa dialética é assim apresentada por F. Oliveira:

A financeirização das economias e principalmente dos orçamentos públicos retira a autonomia do Estado; produz-se uma autonomização do mercado, que é o outro pilar

---

<sup>41</sup> Informação disponível no site da Embrapa, em <https://www.embrapa.br/busca-de-projetos/-/projeto/202664/adaptacao-e-aperfeicoamento-de-protocolo-para-producao-de-sementes-de-hibrido-interespecifico-brs-manicore-dende-x-caiaue>

<sup>42</sup> É importante ressaltar ainda que a tomada da Embrapa como exemplo central da produção de conhecimentos por parte do Estado, individualmente ou através de parcerias com outros governos ou empresas e grupos, não dá conta das diferenças internas à empresa, que tem tanto profissionais preocupados com a formulação de pesquisas e argumentos favoráveis ao agronegócio do dendê quanto os que buscam caminhos de conciliação entre a palma e outros cultivos através dos Sistemas Agroflorestais (SAF's), e os que tratam do tema com visível cautela e mesmo críticas. Portanto, dentro desta instituição há presença de diferentes visões sobre a palma de óleo.

da exceção. Mas a contradição está em que *tornado supérfluo pela autonomização, o Estado se funcionaliza como uma máquina de arrecadação para tornar o excedente disponível para o capital.* (2013, p. 72 – sem grifos no original)

Porém, adentrar mais a fundo nas questões Estado-mercado-mundialização não cabe neste escrito. A crise de 2008 e o socorro do governo dos Estados Unidos da América (EUA) a empresas privadas, incluindo estatizações; a geopolítica chinesa de base planejada-estatal – que inclui projetos e planos para a própria Amazônia<sup>43</sup> - e outros exemplos precisariam ser tomados e refletidos proporcionando um mosaico onde evidentemente soluções e argumentos fáceis não cabem.

Contudo, como já exposto acima, uma das formas de funcionalização do Estado para a acumulação na mundialização (além da produção de conhecimentos) é o financiamento: “tornar o excedente disponível para o capital” (OLIVEIRA, 2013, p. 72).

Um primeiro fato histórico significativo que conjuga a relação pesquisa-financiamento-Estado-empresas ocorreu em 1980, quando foi criado o Programa Nacional de Pesquisa do Dendê por conta da perda de safras desse cultivo ocasionadas por amarelecimento fatal (AF) e guias podres (CARVALHO, SILVA e NAHUM. 2014, p. 3935). Esse marco apresenta continuidades como aquela atestada por Santos acerca da Agropalma:

A participação da SUDAM na liberação de recursos do FINAM, foi fundamental para a afirmação da Agropalma, financiando os investimentos, expansão operacional e conclusão da verticalização do negócio de palma. O Banco Real S.A., o seu principal sócio, viabilizou um ritmo de investimentos suficientes para implantar o projeto de cultivo e industrialização do dendê. (SANTOS, 2008, p. 151)

Contemporaneamente, a produção de palma de óleo recebeu três instrumentos de financiamento do agora extinto MDA (2010): 1) PRONAF-eco, 2) PROPFLORA e 3) PRODUSA, com os respectivos grupos contemplados: agricultores familiares (1) cooperativas (2 e 3) e produtores rurais (2 e 3). Os limites de financiamento para cada instrumento foram R\$ 65 mil para (1), R\$ 300 mil para (2) e R\$ 400 mil para (3), com prazos de pagamento, juros e carências diferenciadas para cada instrumento. Esses dados podem ser visualizados na tabela 3:

**Tabela 5** - Programas de Financiamento do Dendê via MDA

<sup>43</sup> A título de indicação sobre a relação China-Amazônia, cabe citar o livro de Aguiar (2017) “A geopolítica de infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia brasileira.

	PRONAF-Eco	PROPFLORA	PRODUSA
Público	Agricultores familiares	Produtores rurais e cooperativas	Produtores rurais e cooperativas
Finalidade	Investimento, custeio e remuneração da mão de obra familiar	Investimento e custeio associado ao investimento	Investimento e custeio associado ao investimento
Limite do financiamento	R\$ 6.500 por hectare, limitado a R\$ 65.000 por beneficiário	Até R\$ 300 mil	Até R\$ 400 mil para projetos em áreas degradadas
Juros	Taxa efetiva de 2% ao ano	6,75% ao ano	5,75% ao ano para projetos em áreas degradadas
Prazo para pagamento	Até 14 anos	Até 12 anos	Até 12 anos
Carência	Até 6 anos	Até 6 anos	Até 6 anos

Fonte – SILVA (2016)

Em pesquisa sobre o PSOP, Silva (2016, p. 57) argumenta que a partir da criação desse programa, entre 2010 e 2014 o incremento anual de crédito para financiamento de produção de palma de óleo foi de 129%, além de incremento de 203% no crédito de reflorestamento, que é um dos serviços possíveis de ser desenvolvidos por médios e grandes produtores de palma, como é o caso da Biopalma.

Outro dado apresentado pela autora faz correlação entre municípios e financiamento para produção de dendê nos períodos 2000-2009 e 2010-2014. Os resultados para o primeiro período são de R\$ 6,9 milhões distribuídos entre 8 municípios e R\$ 101,3 milhões distribuídos entre 20 municípios para o segundo, um salto de mais de 14 vezes no valor de financiamento e mais de duas vezes no número de municípios participantes.

O levantamento traz os seguintes números sobre financiamento para produção de dendê em Acará, no período de 2010 a 2014: 2010 – R\$ 104,4 mil; 2011 – R\$ 64,6 mil; 2012 (quando iniciam as operações da usina da Biopalma) – R\$ 2,85 milhão; 2013 – R\$ 1, 52 milhão e 2014 – R\$ 1,53 milhão. Para reflorestamento, o financiamento foi de R\$ 16 mil em 2011; R\$ 2,2 mil em 2012 e R\$ 1,44 milhão em 2014 (sem dados sobre 2013).

No propalado período de crise iniciado em 2008 e que ganhou dimensões notáveis no Brasil a partir de 2014, houve retração do investimento no setor de agrocombustíveis. Entretanto, os montantes não são desprezíveis mesmo após 2014: o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) destinou R\$ 2,76 milhões em linhas de crédito em 2015 e R\$ 2,2 milhões em 2016 para projetos do setor.

Talvez a pergunta ocasional acerca desses quantitativos seja: o que eles nos dizem? Entretanto, estes números da economia, do conhecimento, da produção, do mercado, são nada

mais do que feitura humana e implicam nas relações sociais. Esses montantes podem revelar, mas podem ser um ardil no sentido de abstração. Em outros termos, os números auxiliam na compreensão, mas podem ocultar relações além do numérico, relações sociais.

Ademais, por uma lado eles revelam que uma quantidade notável de recursos públicos tem sido destinada para os agrocombustíveis (na verdade, para produtores, empresas), para a produção de palma de óleo e óleo de palma, com argumentos diversos: desenvolvimento, fortalecimento de cadeias produtivas, geração de emprego, integração, sustentabilidade, verticalização, enfim.

Contudo, que tal fazer uma pergunta menos ocasional: o que temos a dizer desses números? Mais ainda: o que os moradores do Ramal do Cravo têm a dizer sobre eles? Que mudanças esses financiamentos, conhecimentos, políticas e ações empresariais lhes têm causado? Quantitativamente, sim! Esse saber e dinheiro, como têm sido distribuídos direta e indiretamente? Mas também qualitativamente: o que melhorou? Os saltos na produtividade, o rastreamento de genoma, as parcerias com a França, a internacionalização de empresas públicas... Qualitativamente significam o quê para a população da comunidade e arredores? Se exigem mudanças da parte deles, adaptações, pois é o interesse nacional e o desenvolvimento que estão em jogo. Mas, quem joga o jogo? Quem demarca as linhas do campo e as regras? Há lugar para quem nesse campo? No terceiro capítulo, desejamos desenvolver mais essas reflexões.

### **3.4 Governo do Pará: que papel?**

A projeção internacional do tema produção de agrocombustíveis no Brasil não aconteceu apenas em conferências da ONU ou eventos similares. Em 2013 uma correspondência na Revista *Nature* chamou a atenção de pesquisadores e interessados no tema. Na publicação, enviada por pesquisadores vinculados ao Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), se sugeria ao Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA-PA) uma investigação completa sobre os efeitos sociais e biológicos da palma de óleo cultivada em Áreas de Proteção Permanentes (APP's). A sugestão publicada na referida revista tinha como objeto de questionamento a resolução nº 107, de 8 de março de 2013, do COEMA, que definia “os critérios para enquadramento de obra ou empreendimento/atividade de baixo potencial poluidor/degradador ou baixo impacto ambiental passíveis de dispensa de Licenciamento Ambiental (DLA)”. Argumentava-se na nota do MPEG que

Evidence from across the tropics (E. B. Fitzherbert et al. Trends Ecol. Evol. 23, 538–545; 2008) shows that oil-palm plantations have a considerable impact on the environment because they require substantial agrochemical inputs and host few native species. Therefore, oil-palm plantations must not be allowed to displace natural forest vegetation and should not count as a component of the legally required forest reserves on private land. (LEES e VIEIRA, 2013)

O contexto é pós-aprovação do Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) e a resolução do COEMA é pautada nas alterações referentes a culturas de baixo-impacto em áreas degradadas. A resolução do conselho definia como implementar o inciso 3º do artigo 66 do referido código, que abriu a possibilidade de mescla entre plantas nativas e plantas exóticas em até 50% de composição por parte dessas últimas para recuperação de áreas de Reservas Legais (RL's), transformando essas áreas – obrigatórias por lei - em áreas agrícolas (PACKER, 2017, p. 7).

Em trabalho sobre o Novo Código Florestal, Packer chama a atenção para a transformação da política pública em “contrato” entre Estado e agentes privados, de “compartilhamento de poder na regulação”, que desemboca no *Estado fornecendo incentivos aos agentes privados para que se cumpram as metas regulatórias*. Em outras palavras, na linha liberal de Adam Smith, os interesses coletivos (o público) seriam alcançados pelo interesse individual (PACKER, 2017, p. 20). Nesse caso, a *obrigatoriedade* da Reserva Legal passara a ser convertida em *incentivo*, ao abrir brechas para fazer desta área mais um meio de produção.

A regulação acerca do que se passa a considerar “cultura de baixo impacto”, por sua vez, influi diretamente nos empreendimentos que poderão ter acesso à Dispensa de Licença Ambiental (DLA). No caso da resolução do COEMA, esta dispensa contemplou a “agricultores familiares” que cultivassem dendê. O formulário para dispensa de DLA foi rapidamente disponibilizado no site da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA). “Essa conquista [foi] resultado do esforço realizado pela Câmara Setorial da Palma” (SAMPAIO, 2013). Nesta câmara estavam inseridos à época a Secretaria de Estado de Agricultura (SAGRI) e a Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa), além da Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma (Abrapalma). A decisão “beneficiou” agricultores que possuíam até 4 módulos fiscais. Segundo Sampaio (2013) “A meta agora, é conseguir que as médias grandes propriedades também sejam dispensadas da licença



ambiental para o cultivo do dendê”, incorporando ainda os pequenos produtores de arroz do Arquipélago do Marajó “que passam pelas mesmas dificuldades para obter licenciamento<sup>44</sup>”.

Além dos problemas apontados quanto reserva legal transformada em área produtiva e substituição e igualação de espécies exóticas às nativas, outro ponto de preocupação apresentado na nota encaminhada pelos pesquisadores do MPEG dizia respeito ao uso de agroquímicos nos plantios de palma evidenciados por outras experiências ao redor do globo, além de supressão de florestas nativas para aumento da área cultivada. Como observa a nota, quando o ZAE-Dendê (2010) foi publicado, o PSOP ainda não tinha sido aprovado como projeto de lei, criando um impasse jurídico no sentido tanto de controle da aquisição de terras desmatadas até 2007 quanto de supressão de vegetação nativa e plantio de palma de óleo. O Governo do Pará, então, estabeleceu o “Protocolo Socioambiental para a Produção do Óleo de Palma”, em 2014, que foi assinado no mesmo ano por 11 empresas.

O Protocolo Socioambiental não foi capitaneado pela SEMA (que deveria ter precedência nos assuntos ambientais), mas pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção (SEDIP). À SEMA coube estar entre as instituições que representaram o Governo do Estado do Pará. Além dela, SAGRI, Programa Municípios Verdes (PMV), Empresa Técnica de Assistência Técnica Rural do Estado do Pará (EMATER), ABRAPALMA, Instituto de Terras do Pará (ITERPA), Federação de Agricultura do Estado do Pará (FAEPA), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Banco da Amazônia SA (BASA) e Banco do Estado do Pará (Banpará) constam como signatários do termo de adesão que foi disponibilizado às empresas. Este termo também ganhou uma versão para instituições financeiras e para municípios. No documento digitalizado que tivemos acesso (em anexo no final deste escrito), uma das testemunhas é Roberto Yokoyama, da Dendê do Pará SA (DENPASA).

As competências das instituições que constam no protocolo estão especificadas na cláusula terceira. Algumas atribuições foram:

- PMV: apoiar pequenos produtores a inscreverem-se no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e apoiar com recursos do Fundo Amazônia, junto à SEMA, capacitação de órgãos municipais para licenciamento das atividades relativas ao cultivo de palma.

- ITERPA: realizar ou apoiar georreferenciamento das propriedades de agricultores familiares nos municípios da região do ZEE e agilizar o processo de legalização e titulação

---

<sup>44</sup> No Marajó tem sido explorados principalmente por empresários do agronegócio do arroz os campos alagados que compõem extensas áreas do arquipélago.

das propriedades dos agricultores e empresas integrados no cultivo de palma, incluindo redução de taxas.

- SEMA: capacitar sindicatos, federações e prefeituras para elaboração do CAR.
- EMATER: garantir assistência técnica a agricultores familiares integrados, podendo também atuar na cultura da palma de óleo e emitir declaração de aptidão ao PRONAF, além de elaborar o CAR para os agricultores em seu território de atuação.
- SEDIP: promover a articulação e parceria entre as secretarias de estado coordenando as ações do grupo de trabalho (ITERPA, SEMA, EMATER, PMV e SAGRI). Além disso, estabelecer com a ABRAPALMA o plano estadual de atração de novos negócios.

Este último objetivo, da SEDIP, está no objetivo do protocolo listado como “parceria institucional entre o poder público e a iniciativa privada” para criação de condições que viabilizassem “execução de ações conjuntas voltadas ao desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva da produção do óleo de palma” (cláusula primeira).

Glass, em artigo publicado no site Repórter Brasil em 2010, isto é, antes desta edição do referido protocolo (assinado em 2014), informa que 12 empresas aderiram ao protocolo: Novacon Reflorestadora Indústria e Comércio de Madeiras Ltda, Consórcio Brasileiro de Produção de Óleo de Palma (Biovale) (sic), Agroindustrial Palmasa S/A, Dendê do Tauá - Dentauá, Dendê do Pará S/A - Denpasa, Galp Energia - Portugal, Marborges Agroindústria S/A e Petrobrás Biocombustível (GLASS, 2010). A autora inclusive descreve as diretrizes do Protocolo. A possível explicação para isso está no mesmo texto:

De acordo com Márcia Tagore, da Secretaria de Programas Estratégicos do Estado do Pará, o protocolo não tem valor legal e é um “acordo de cavalheiros”, mas poderá resultar em vantagens fiscais e de acesso a políticas públicas aos signatários. Critérios de adesão e monitoramento do compromisso deverão ser estabelecidos nos próximos meses, complementa (GLASS, 2010).

O depoimento da representante da Secretaria de Programas Estratégicos do Estado traz uma informação curiosa: um “acordo de cavalheiros” que “poderá resultar em vantagens fiscais e de acesso a políticas públicas aos signatários”. *Acordo à época sem valor legal como possível acesso à vantagens fiscais e acesso à políticas públicas*, entre “cavalheiros”.

No mesmo ano de publicação do artigo de Glass, no dia 10 de outubro, a Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), informou que:

Art. 1º Fica diferido o pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS incidente nas operações internas com dendê, realizadas pelo produtor, com destino aos estabelecimentos relacionados no art. 2º (Diário Oficial do Estado-DOE, 15/10/2010, p. 1).

Os grupos e empresas beneficiados foram: Consórcio Brasileiro de Produção de Óleo de Palma (CBOP), Biopalma da Amazônia S/A Reflorestamento, Indústria e Comércio e Vale S/A (idem, p. 1-2), formalmente empresas diferentes mas que agiam em consonância. O documento determina “diferimento” quanto à aquisição de bens imóveis (ativo imobilizado – capital fixo) se as transações forem interestaduais ou internacionais (p. 2). Essas vantagens, entretanto, poderiam ser revogadas “na hipótese de descumprimento da legislação que rege a matéria” (p. 2). Nos campos realizados em 2015 e 2018 no Ramal do Cravo questionei aos moradores sobre as fiscalizações, se haviam sido solicitados a dar informações a respeito da atuação da empresa Biopalma nas localidades. Nas ocasiões, nenhum dos entrevistados citou alguma fiscalização.

Na última reunião de 2017 da Câmara Estadual da Palma foi apresentado um relatório produzido pelo Centro Internacional de Pesquisa Florestal (CIFOR) avaliando o PSOP. Segundo a apresentação, “a introdução da nova cultura não causou alterações no estilo e modo de vida dos agricultores paraenses” (ABRAPALMA, 2017). A matéria vinculada no site da Abrapalma registra o comentário de Roberto Yokoyama – testemunha no Protocolo Socioambiental da Produção da Palma de Óleo: “Faltam políticas públicas para a produção de biodiesel no Pará para que possamos atender a demanda nacional futura por B20. Para isso teríamos que ampliar a área plantada em 300 mil hectares e ter preços mais atrativos, seguramente subsidiados”. A SAGRI, representada por Giovanni Queiroz, na ocasião “assumiu o compromisso de estar na linha de frente de ação, pois sua bandeira, segundo ele, sempre será o produtor” (idem, grifos meus). Nestes trechos são evidenciados os futuros que se pensam e estão se construindo no presente.

As projeções do agronegócio do dendê em 2018, segundo a Abrapalma, foram de incremento na produção nacional da ordem de 2% até 2020 e 4% até 2030. Segundo a essa associação, em 2018 o consumo interno deveria estar em torno de 562 toneladas. A partir de 2019 o país deverá alcançar a autossuficiência, segundo a mesma.

A partir dos fatos supracitados podemos compreender o argumento de Loureiro de que a hegemonia dos grupos representantes do Capital se exerce de duas formas: 1) sobre o conjunto da sociedade, “com propósito de concretizar seus interesses sociais” e 2) pelo controle que exerce sobre o aparato jurídico e burocrático do Estado, “mobilizando-o em seu favor” (LOUREIRO, 2004, p. 232).

A primeira forma de hegemonia, que ocorre sobre a sociedade, se manifesta neste caso no fato de que há uma década seria improvável imaginar plantio de dendê no nordeste

paraense – excetuando, claro, os documentos e estudos que já prospectavam e justificavam esta expansão desde a segunda metade do século passado. Coube ao Estado e à iniciativa privada formular políticas, programas e legislação que favorecessem a “arrancada” do dendê. A justificativa deste monocultivo como integrador da sociedade, interesse ambiental e vetor de desenvolvimento foi repetida *ad nauseam* em diversas oportunidades, a partir de justificativas ditas políticas e técnicas.

Quanto à segunda forma de hegemonia, exercida sobre o Estado e seu aparato jurídico *a fortiori*, podemos citar como exemplo os agricultores integrados que ganharam proeminência na legalização de seus lotes, no acesso à assessoria técnica para cultivos, em linhas de financiamento específicas, legislação permissiva para inclusão de plantas exóticas definindo-as como “de baixo impacto” e podendo estar incluídas nos percentuais de Reserva Legal, além do amplo apoio no registro do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Os agricultores integrados são parte da manifestação da hegemonia dos grupos representantes do Capital sobre o Estado, leia-se grandes produtores, já que estes se beneficiam desta e de outras regulações criadas/alteradas/suprimidas pelo Estado no que se refere ao agronegócio do dendê.

Nessas duas formas de hegemonia se assenta “um projeto social de grupos e classes privilegiados que é mostrado como beneficiando toda a sociedade” (LOUREIRO, 2004, p. 232), projeto esse que procura impor ao conjunto da sociedade “suas concepções de mundo, suas aspirações políticas e sociais”. Essas concepções do mundo se manifestam em discursos e práticas que podem operar como “formas aparentes”, insuficientes para dar conta de atingir o âmago da questão do Estado, sendo, no entanto, vetores de processos reais, incidindo sobre situações que vão expressando a essência da atuação do próprio Estado (HÉBETTE, 2004, p. 356).

Assim, os planos executados em torno do agronegócio do dendê no Pará, em Santo Antônio do Cravo, apelam para a imagem do “novo”, de integração e desenvolvimento sustentável, focando nas mudanças com relações a projetos anteriores. Como comentou uma professora ligada à Embrapa sobre o ZAE-Dendê, este zoneamento traria a novidade de procurar evitar que o financiamento fosse destinado a especuladores que atuariam em áreas inaptas para a produção de dendê. De fato, essas formas de atuação engendram “(...) mudanças [que] são reais”, mas “elas, na verdade, não afetam a linha fundamental de atuação do Estado” (HÉBETTE, 2004, p. 345). E por quê? “Pois isso originaria uma mudança na composição das classes e frações de classe que sustentam o Estado” (idem, p. 358). A engenharia dessas formas, tal como o postulado do *Il Gattopardo*, são para que tudo mude para permanecer.

É pertinente questionar o que emerge sobre esta engenharia epistêmica-política-jurídica-econômica-produtiva, enfim territorial. Que processos permanecem ou aparecem (as continuidades e descontinuidades que alude a Análise Situacional) e quais suas implicações para o presente e futuro da região, que concretamente no caso deste estudo é apreendida a partir da pequena São Francisco do Cravo, em Acará (PA).

Os indicativos de acesso às políticas de fomento financeiro direto (via investimentos e linhas de crédito), os políticos, empresários e técnicos devotados a desenvolver com os moradores os monocultivos expressam um conjunto que *inclui*, mas que no essencial é uma elaboração externa, “por cima” – como já fora o caso do FNO, que traz novidades sem afetar o âmago dos projetos de ampla escala e do desenvolvimento ancorado no crescimento econômico estritamente capitalista e, portanto, não contrário aos grandes proprietários de terras e corporações, concentrador de terra e renda.

### 3.5 Uso da terra: questões estruturais

Números de hectare, variações nos preços de *commodities*, investimentos anuais, custo de projetos de pesquisa, número de publicações, regulações federais e estaduais... Tudo isso exprime dimensões e volumes de processos desencadeados a partir de escalas, objetivos e interesses diversos que muitas vezes se supõem coletivos. Entretanto, há no *assentamento* destes e outros números aqui tratados um processo mais *superficial*, no sentido de estar próximo ao chão: na realidade, os processos no chão enquanto tal. Trata-se do uso da terra, uma forma de materialização central destes processos.

Ainda que os valores do óleo de palma variem, que os investimentos sejam acrescidos ou diminuídos, que as flutuações e o destino da economia tenham ficado mais nublados desde a crise de 2008, há um fato estrutural que se refere ao agronegócio do dendê na Amazônia, neste caso São Francisco do Cravo, que é como se modificaram os usos da terra, enfim como ficaram as relações entre as pessoas e a terra. No sentido percentual e também pessoal, comunitário e territorial, que é (também) o quê, como e quem pode usar a terra e nela permanecer.

No que tange ao estrutural, avaliando 17 relatórios sobre as condições e tendências do acúmulo de terras (“acaparimiento de tierras) em 17 países da América Latina e Caribe, produzidos por encomenda da *Food and Agriculture Organization (FAO/ONU)*, Borras Jr et al. (2011) elaboram uma classificação com quatro principais “rotas” do uso da terra:

A) De produção de Alimentos à produção de cultivos de comodín/alimentos.

B) De produção de Alimentos à produção de produtos não alimentares/alimentos.

C) De produção de produtos não alimentares à produção de cultivos de comodín/alimentos.

D) De produção de produtos não alimentares à produção de produtos não-alimentares.

Os autores e autoras chegam a desenvolver mais esta classificação, colocando gradações internas. Mas para nossa análise, por hora, são suficiente os quatro tipos. No caso do Ramal do Cravo, podemos constatar basicamente os padrões B e D: transformação de terras que produziam alimentos em terras produtoras de cultivos não-alimentares e de terras que produziam produtos não-alimentares em terras que continuam a produzir produtos não-alimentares, considerando-se que o óleo de palma é “comodín” e que seu consumo enquanto alimento é indireto.

No primeiro caso, citamos os lotes de agricultores camponeses adquiridos por fazendeiros e outros proprietários de terra no período anterior a 2010, cientes da possível instalação de empresas interessadas no cultivo de palma (AQUINO JUNIOR, 2016). Quanto ao padrão D, pode ser constatado principalmente a partir da conversão de fazendas - e outras terras que estavam na espera de possíveis especulações na área -, em produtoras de agrocombustível biodiesel.

Os padrões B e D, assim como os demais, devem ser analisados de acordo com suas possíveis interrelações, ou seja, os fatores e as bases de sua interconexão (BORRAS JR et al., 2011, p. 38). As interrelações, por sua vez, exprimem tanto condições conjunturais que procuramos desenvolver acima quanto processos de cunho estrutural.

Os processos estruturais estão ligados a câmbios recentes no sistema alimentar e energético, inseridos na base da justificação para empreendimentos como os plantios de dendê da Biopalma em Acará. Alimentos e energia são produtos básicos para o sistema capitalista, assim como o são para a vida humana. As relações entre alimentos, energia no sistema capitalista, no entanto, são aparentemente entre preços, estabelecidos no mercado e/ou por iniciativas políticas: são relações entre mercadorias. Como observa Taussig (2010:25), “uma sociedade baseada no sistema de mercadorias produz necessariamente tal objetividade fantasmagórica e, ao fazê-lo, obscurece suas raízes, isto é, a relação entre pessoas”.

Quando se argumenta então que esses padrões devem ser analisados em suas interrelações, são as relações entre as pessoas que deveriam ser observadas e sentidas. Suas interrelações significam que a mudança de um padrão a outro pode interferir no uso da terra *por outrem, pelo outro*. Perguntamos, neste sentido, com Borrás Jr et al. (2011, p. 40): quais as direções das mudanças nas relações sociais em torno da propriedade da terra? Propriedade,

pois sabemos que no capitalismo, a terra é mercadoria, e salvo procedimentos empreendidos pelo Estado que podem passar por relações não-mercadoológicas (pelo menos de maneira imediata, como a desapropriação para fins de reforma agrária, sem pagamento de multa, ou o uso de terras públicas para este fim), a propriedade é adquirida no mercado pela compra de mercadorias. Mas novamente: este mercado é talhado na relação entre as pessoas, sujeitos.

Neste ínterim, para refletir sobre o tema dos “retos de la tierra”, novamente o autor elabora um quadro com quatro classificações: Redistribuição, Distribuição, não-Redistribuição e Reconcentração. A primeira tem a ver com a redistribuição do poder e riqueza que proporciona a terra (principalmente através da desapropriação para fins de reforma agrária); a segunda refere-se à distribuição de terras utilizadas anteriormente, sem confisco e com pagamento pela aquisição para distribuição (reforma agrária que passa pelo mercado); o terceiro caso é, basicamente, a manutenção do *status quo* e suas principais características: desigualdade e exclusão baseadas na terra.

No caso do Ramal do Cravo, das comunidades de Humaitá, Santo Antônio do Cravo e Bom Jesus, entretanto, consideramos a quarta classificação pertinente: reconcentração.

La naturaleza que define a la (re)concentración es que, si bien hay una transferencia de la riqueza y el poder basados en la tierra, el acceso a la tierra y el control sobre ella se concentra aún más en manos de las clases sociales y grupos dominantes: las clases con tierras, los capitalistas, las compañías, el Estado o cualquier otro grupo comunitario dominante, como los líderes de cabildo. (BORRAS JR, 2011, p. 42)

Não só a reconcentração da propriedade ocorreu no Ramal de Acará: houve um processo de cercamento de terras anteriormente consideradas livres, onde se podia caçar, obter madeira, fins recreativos, etc. Os moradores do Ramal não têm a opção de integrar-se à empresa, que é outra forma de traslado do domínio - que Oliveira (2004) identifica como monopolização do território, onde se mantém a propriedade, mas não o domínio sobre o território. De qualquer forma, o que é central nessa classificação é que os beneficiários são as classes sociais ou grupos dominantes, incluso o Estado (BORRAS JR et al., 2011, p. 42), mais no sentido de afirmação de poder e importância do que diretamente econômico, haja vista a angariação de impostos sobre o agronegócio do dendê eivada de abdições por parte daquele.

Em análise situada na Amazônia, Silva, Magalhães e Farias (2016) defendem que os mecanismos de apropriação da terra e reconcentração, no caso do agronegócio do dendê, estão ancorados em um tripé sociotécnico: o ZAE-Dendê, a integração de agricultores familiares<sup>45</sup> à cadeia agroindustrial e a recuperação de áreas degradadas (SILVA, MAGALHÃES e

---

<sup>45</sup> Mantivemos o termo da autora, e não campesinato, que é o conceito utilizado neste trabalho.

FARIAS, 2016, p. 165). Este último argumento não é menos importante que os demais, ainda que em geral seja analisado como “fato dado”, resultante de estudos técnicos.

A noção de áreas degradadas está inserida no único mercado institucionalizado pelo governo brasileiro no que se refere ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que é relativo aos projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL). Como atesta o Decreto que institui o MacroZEE:

Em termos florestais somente são elegíveis neste mecanismo atividades de projetos que desenvolvam novos estoques florestais via atividades de reflorestamento ou florestamento em áreas que já foram desmatadas antes de 1989, seja para fins de produção de madeira ou para restauração de áreas degradadas. (BRASIL, 2010, p. 22)

No mesmo documento, é apresentado o “grande espaço para que as comunidades e localidades amazônicas se beneficiem do MDL para geração de desenvolvimento sustentável”. Os exemplos apresentados para tanto são a geração de energia renovável em assentamentos e os projetos florestais de recuperação de áreas degradadas. Áreas degradadas são ainda relacionadas no MacroZEE com a necessidade de intensificação de pesquisa por jazimentos minerais não-metálicos, barateando a recuperação (‘correção’) do solo (idem, p. 54); aplicação de pesquisas “num cenário de incertezas em relação às mudanças do clima” onde se sugere a criação de um programa de recuperação de áreas degradadas: “Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento lidera os esforços do Governo Federal para elaborar e implementar um vigoroso programa de recuperação de áreas degradadas na Amazônia” (idem, p. 61). Essas áreas ganham destaque na síntese da estratégia geral do Macrozoneamento (idem, p. 62), visando contribuir para “o objetivo de eliminação da perda líquida da área de cobertura florestal no Brasil até 2015, do PNMC” (idem, p. 69).

Até mesmo o projeto “Um Bilhão de Árvores”, do governo do Pará, incorpora a ideia de recuperação de áreas degradadas em parceria com corporações como a Vale, que já participava da iniciativa de recuperação pela “terceirização da planta do dendê” (sic) com agricultores familiares (BRASIL, 2010, p. 80). A terceirização registre-se, aparece aqui no campo relacionada à inserção na cadeia produtiva de forma clara e evidente.

Assim, a recuperação de áreas degradadas aparece mais de uma dezena de vezes no MacroZEE. Para Saturnino Borrás Jr,

Uno de los supuestos fundamentales en la narrativa mundial sobre el acaparamiento de tierras es que la solución de las crisis convergentes de alimentos, clima, energéticos y finanzas radica en la existencia de **reservas de tierras agrícolas en todo el mundo, tierras —marginales, desocupadas, subutilizadas y disponibles** (Borrás y Franco, 2010a y 2010b). Se da por supuesto que al tomar esas tierras para resolver las crisis y promover la acumulación de capital (a) no se desplazará a una gran cantidad de personas dada la mínima o nula población en esos espacios; (b)



implicará una adquisición sencilla dado que la mayoría son propiedad del Estado; y (c) dará por resultado un beneficio para las sociedades dado que las tierras marginales se convertirán en recursos productivos y generarán medios de subsistencia y empleos en las comunidades locales. **Dependiendo de la combinación de factores considerados, se estima que la reserva de tierras en el mundo es, por lo menos, de 445 millones de hectáreas.** (2011, p. 14 – sem grifos no original)

Silva, Magalhães e Farias (2016, p. 182), citando Backhouse, descrevem o “polêmico conceito” de “áreas degradadas” como “uma forma pós-moderna de apropriação da terra e dos recursos naturais, por meio do controle e uso da terra pelo agronegócio”. Becker, por seu turno, classifica o Nordeste do Pará como uma macrorregião de povoamento consolidado, cabendo às políticas públicas dar suporte “à intensificação das atividades dinâmicas e não predatórias e à **recuperação de áreas alteradas** por desmatamento e criação extensiva ou abandonadas” (BECKER, 2009, p. 146-147, grifos meus). As áreas alteradas, para a autora, podem cumprir duas importantes tarefas: “a) acolher iniciativas de reforma agrária que se beneficiariam da acessibilidade e proximidade a mercados; b) estancar a expansão da soja pela floresta, atraindo os grandes produtores por meio de concessão de terras”.

Como constatamos ao longo destes anos de trabalhos de campo e do levantamento de documentos e trabalhos de pesquisa sobre a área do Ramal do Cravo e o polígono do dendê, foi tomada a segunda opção de forma praticamente unívoca. Bem pouco de reforma agrária, muito de reconcentração (o padrão D citado acima). A tomada destas terras e sua conversão em áreas supostamente mais produtivas pretende resolver as crises (alimentar, energética, ambiental) e promover a acumulação do Capital, auxiliando na resolução da crise econômica com a abertura de novas áreas de investimento sob a justificativa de subutilização (MURRAY LI, 2014, p. 13) diante da desconfiança dos *players* na financeirização. A acumulação do Capital que deve ser promovida, no nível do discurso inclui a inserção do camponês na cadeia produtiva, cimentada na aliança Estado-empresas para combate à pobreza, desde a dialética entre aqueles sublinhada por Oliveira (2016) até o “contrato” exposto por Packer, no nível regulatório (2015).

É sob estes horizontes que podemos ler o MacroZEE como promotor de um modelo “que impulsionará a organização de índios [sic], de pescadores e de populações tradicionais e camponesas, que conhecem a região, mas que necessitam de escala mínima de produção e de acesso ao mercado” (BRASIL, 2010, p. 15). Cabe a esse modelo garantir aos “pequenos agricultores e empresários uma maior estabilidade e crescimento com base em melhor tratamento dos recursos por eles utilizados, no momento em que a eles cabe papel importante” (idem). A cidadania virá pela inserção no mercado, pelo fortalecimento das *cadeias*

*produtivas*, pelo aumento da produção que o Estado alude no nível federal e municipal – afinal, a escala de produção não foi um tema de destaque na fala do pessoal da Secretaria de Agricultura de Acará?

Sobre as opções técnicas e/ou políticas, mesmo no MacroZEE é admitido o caráter mais político do que técnico do zoneamento, que vem a ser “instrumento não de exclusão de qualquer ator, mas sim de compatibilização entre eles” (idem). É a nova estrutura de governança que não exclui, mas nem sempre clarifica como será realizada a distribuição do que será produzido, da riqueza, ou mesmo as assimetrias que podem se manter sob uma forma de relação política que pretende dissipar os conflitos ou atenuá-los, muitas vezes contornando-os.

Assim, a interrelação entre A, B, C e D do modelo de Borrás Jr et al. (2011) é reduzida a uma relação onde podem “desaparecer” relações de poder nos territórios em nome da cooperação, uma relação de soma positiva (*win-win*) que não deixa claro como ocorre de fato a distribuição dos ganhos e riscos envolvidos na relação, enfim, as assimetrias e poder que podem ser reproduzidas sobre essa generalidade da teoria dos jogos.

A conjuntura apresentada ao longo deste capítulo fez com que a atração de investidores fosse considerável: Silva, Magalhães e Farias (2016 pp. 191-192) constatam que as empresas do agronegócio do dendê que atuam na microrregião de Tomé-Açú possuíam em 2016 o equivalente a 16% do território total da área. A aquisição deste volume de terras, entretanto, “ocorreu na contramão do previsto no ordenamento jurídico”, evidenciando ilegitimidade na incorporação das terras por empresas nacionais e transnacionais do agronegócio do dendê.

Para se ter ideia, basta recordar os dados de que a previsão de área que a Biopalma deve manter propriedade é de 160 mil ha, quando se prevê em lei que transações acima de 500 ha devem passar por aprovação de órgão federal. Em pesquisa realizada no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), gerenciado pelo INCRA, no ano de 2015, Silva, Magalhães e Farias (2016, p. 190) constaram que só uma empresa obtivera certificado do INCRA em observância aos preceitos legais, de acordo com o Decreto nº. 4.449/002.

É alarmante a informação que Silva et al. apresentam em seu trabalho, de que

Por meio de pesquisa efetuada junto ao SIMLAM Público no dia 07/05/2015, identificou-se 105 (cento e cinco) imóveis pertencentes a Biopalma, com área equivalente a 112.451,96 hectares, distribuídas pelos municípios da Amazônia Paraense situadas na faixa preferencial para a expansão dos plantios de dendê. Entretanto, 54 dias após a primeira consulta ao sistema detectou-se um aumento abrupto do número de imóveis rurais registrados em nome daquela companhia, passando de 105 para 238, o que representa um crescimento de 126,67%. Em consequência desse fato, o montante de área apropriada pela Biopalma cresceu 114,14% neste curtíssimo espaço de tempo, totalizando 240.690,22 hectares. (SILVA, 2016, p.176)

A estes fenômenos “regulados”, incentivados, desenvolvidos pela iniciativa privada e pelo Estado motivados na busca pelo Desenvolvimento Sustentável (SILVA, MAGALHÃES e FARIAS, 2016, p. 189; BRASIL, 2010), questiono o que se pretende sustentar ou transformar?

Os processos supracitados, evidentemente trouxeram novas dinâmicas aos territórios das comunidades avizinhas pelos plantios de dendê ou áreas de influência destas empresas. Com São Francisco do Cravo não foi diferente. De fato, para os que venderam seus lotes aos fazendeiros que os “atravessaram” à empresa, podemos citar a despossessão argumentada por Silva et al. (2016). Entretanto, tanto para estes quanto para os que ficaram no Ramal, a despossessão não se encerrou “em si mesma” (com licença da tautologia), mas engendrou novas formas de dependência e opressão (DARDOT e LAVAL, 2017, p. 242). É nesse sentido que convidamos a ir além dos processos denominados “despossessão” e “espoliação” ou “expropriação”, entendendo que “compete tanto à crítica teórica quanto à ação rearticular os processos de apropriação e opressão, e não dissociá-los” (idem, p. 241).

De forma sintética, podemos compreender que as relações de dependência que emergiram da venda de terras por parte de famílias camponesas se deram, por exemplo, a partir da migração urbana, levando-as a um atrelamento maior aos serviços públicos, assim como da necessidade de aquisição de alimentos no mercado; alimentos que anteriormente contavam com a participação da produção cultivada nos lotes destas mesmas famílias.

Para o grupo que permaneceu, sem vender as propriedades, as terras que eram anteriormente de propriedade de moradores do Ramal, da cidade de Acará ou mesmo da RMB (como era o caso de sítios voltados a lazer de famílias de classe média) passam a ser controladas por uma empresa de capital misto (nacional e internacional), que tem sua sede na capital do Estado. Sendo assim, a negociação de quaisquer termos que se relacione a afetações na vida individual ou comunitária, por conta da atividade da empresa, passa a ser cada vez mais objeto de processos jurídicos, nos quais o campesinato pode contar com defensores públicos (dependência do Estado) ou eventualmente com um advogado, enquanto a empresa conta com escritórios de advocacia. Como se registrou em uma fala de 2015, de um morador de São Francisco do Cravo,

Quem sofre é quem não vendeu a terra pras empresas... Ela trouxe benefício, mas... não dá pra plantar nada. Ela num ponto ajudou muito mas no outro destruiu [...] lá eles tamparo o igarapé e dissero “só podemos cavar um poço pra você”. [Se tiver reclamação] **por exemplo tu vai no começo do verão, vão te mandar pra outro, depois pra outro... Até chegar no último chegou o inverno.** (entrevista em setembro de 2015 – grifos meus)

Para as famílias camponesas que têm membros trabalhando para a empresa, as instâncias de evocação de direitos passam a ser entre o sujeito (o trabalhador), um grupo de sujeitos (o sindicato) e uma empresa que também não está localizada no município. No caso dos trabalhadores de terceirizadas, a empresa é tanto mediadora entre empregados contratante de serviços (a “empresa-mãe”) quanto mediada pelos próprios interesses de manutenção de contrato. Quanto aos processos jurídicos de quaisquer ordem, estes passam pela figura do advogado ou defensor público, opção que pode ser estreita no caso dos valores necessários para a contratação de magistrado para atuação em caso individual.

A dependência crescente do aparato jurídico do Estado que leva Silva, Magalhães e Farias (2016, p. 192) a questionar se este continuaria atuando como indutor do conflito com suas tentativas contraditórias – e muitas vezes pouco efetivas – de conciliação de interesses, ou se haveria “permeabilidade institucional para ampliar a participação da sociedade civil na construção de possibilidades que valorizem a diversidade social e cultural das localidades”, pode ser posta à prova a partir da realidade de que as elites políticas não são apenas “testas de ferro” do capital, mas “participam e contribuem em seu próprio nível e nas práticas correntes, legais ou ilegais, para a grande simbiose entre capital e Estado, transformado em grande empresa” (LAVAL e DARDOT, 2017, p. 143). Isso fica muito claro, por exemplo, nas movimentações da Câmara Setorial da Palma.

Desta forma, o entendimento de “Leonel” de que o agronegócio do dendê em Acará “trouxe desenvolvimento sim, pra eles lá” deveria ser compreendido não apenas referindo-se à empresa, mas também ao Estado que continua defendendo estes empreendimentos no plano doméstico e internacional como promotores do tão afamado Desenvolvimento Sustentável.

Foi a cena de pai e filho, encharcados, que encontrei no trabalho de campo em 2017, enquanto estes procuravam resolver o problema do poço que abastecia a família. Foi a realidade sensível dos insetos peçonhentos que mal permitiam que pudéssemos conversar com as pessoas do Ramal, durante este campo, uma das “novidades” que apareceram na ocasião e que não havia experimentado anteriormente. O odor constante e forte de químicos foi outra novidade, que literalmente deixou marcas nas duas pesquisadoras que estavam comigo neste campo e em mim, os três entrando pela noite com fortes dores de cabeça, dores estas relatadas em outros trabalhos referentes ao agronegócio do dendê (PONTES JUNIOR, 2017; GLASS, 2011).

Diante dos impasses entre a relação campesinato – agronegócio enquanto produtores de territórios específicos e, até certo ponto, excludentes, questionamos qual o lugar do

campesinato? Será mais um programa a prever seu desaparecimento? Será a tentativa de uma reprodução subordinada ao capital via inclusão? Diante da saída dos problemas alimentares e energéticos do globo pela via da (re)apropriação privada “terras degradadas” o lugar do campesinato no tecido social será integrar-se aos empreendimentos que serão beneficiados por políticas públicas e movimentos de mercado para aproveitarem estas terras? Será que “eles” continuarão se desenvolvendo enquanto o campesinato será resguardado em sua reprodução numa escala ordenada e controlável para o equilíbrio do próprio sistema.

Se o espaço é de manutenção pela integração, que é outro nome para reprodução subordinada, exemplar no trabalho de Martins (1995), fica latente a questão da política *enquanto tal*. Assim, se as terras degradadas/marginais/improdutivas são eleitas tecnicamente, o levantamento destas terras tem papel central na figura do Estado e seu corpo técnico-jurídico, não alheio a relações de poder.

El papel del Estado como facilitador de los tratos sobre tierras es, casi siempre, fundamental para el proceso. Esto es evidente en cinco funciones diferentes aunque relacionadas para facilitar los tratos sobre tierras que sólo el Estado puede desempeñar. Todos los Estados están aplicando iniciativas políticas y administrativas sistemáticas en torno al concepto de —tierras marginales disponibles!: (i) creación/justificación; (ii) definición, reclasificación, cuantificación; (iii) identificación; (iv) adquisición/apropiación; y (v) reasignación/utilización de dichas tierras para transformarlas de recursos escasos controlados legalmente por el gobierno nacional en contrapartidas para nuevas inversiones a gran escala en tierras. (BORRAS JR et al., 2011, p. 8)

A criação e justificação, definição e ressignificação têm implicado no incremento do mercado de terras (*fiebre de tierras*) em nível global, além de incentivar a apropriação privada a partir do e para o privado, com papel determinante do representante da coisa pública, que é o Estado, transformando-se cada vez mais em grande empresa (DARDOT e LAVAL, 2017, p. 143; OLIVEIRA, 2016).

A territorialização e monopolização do território pelo agronegócio parte de um agente unitário apoiado por políticas públicas buscando reduzir diferenças (integração econômica) sem tocar a fundo na questão das assimetrias (de poder, o *como* se distribui os ganhos do suposto *win-win*), desconsiderando que “toda perda de diferenças é uma perda de futuro para as coletividades mais ou menos grandes” (RAFFESTIN, 1993, p. 104).

A imperiosa (ou seria imperialista?) necessidade de desenvolvimento pode existir para muitos moradores que viveram décadas ao revés de políticas públicas que lhes trouxessem algum benefício. Por outro lado, a cosmologia que está ancorada na terra de Santo Antônio do Cravo é outra: “nós que se dissemos pobre, porque dão esse apelido, não tem jeito, mas nós somos rico”, como disse uma entrevistada em 2015. Como observa Murray Li (2014, p. 56),

muitas vezes o preço da autonomia por parte destas populações é o estigma e o baixo status social.

Simbolicamente, o início das operações da empresa foi coincidente com o alargamento do Ramal, que foi nivelado por máquinas pesadas para que pudessem circular os ônibus e caminhões da Biopalma, além de beneficiar os moradores dali. O alargamento do Ramal foi alargamento de fluxos de veículos, informações, trabalhadores, relações. Um alargamento que integrou o Ramal a novos fluxos.

Por outro lado, o alargamento de certa forma condensou o campesinato: “tamo cercado de dendê, só aquela bolinha”, como relatou Jovanina em 2015. Uma condensação territorial enquanto material e social: o lugar de subordinado, de beneficiado acessório, com ramal alargado e energia elétrica coincidindo com a instalação da empresa. Quanto ao acesso à água, a empresa pode adquiri-la do Rio enquanto a população continua adquirindo de poços tubulares, com acréscimo dos riscos de contaminação de corpos hídricos por agroquímicos verificados por estudos empreendidos na região<sup>46</sup>.

A novidade da integração não desfaz o estrutural de reprodução de assimetrias. A terra é condição *sine qua non* da reprodução camponesa e da produção agroindustrial. O destino da terra está apontando, pelo que pudemos verificar, majoritariamente em um sentido, desembocando na tentativa mais ou menos anunciada de subordinação ou mesmo solapamento da diversidade em nome da “integração”, sem contar aquela como “portadora de potencialidades de um outro devir” (PAULINO, 2008, p. 201). A conjuntura que daí tem emergido não é nem aleatória nem radicalmente contingente, seu presente incide no futuro:

I don't claim to know the future. To analyze a conjuncture is to make a cut through history at one point in time. Nevertheless, a conjuncture isn't radically contingent: all the elements that constitute it have histories and there are spatial configurations that make certain pathways easier or more difficult (MURRAY LI, 2014, p.150).

No “fim das terras” (*land's end*), é importante lembrar que nós não podemos viver suspensos em árvores (idem, p. 179), o que parece ficar em suspenso quando se incentiva o uso intensivo e extensivo da terra privando o público, mesmo no que se refere a áreas de reserva que até então podiam ser caminhos, atalhos ou provedoras de frutas e lenha pra o campesinato. O novo do agrocombustível ancorado no moderno agronegócio é sujeito a críticas: “a realidade o agronegócio nada mais é do que a reprodução do passado. Aliás, desde

---

<sup>46</sup> O Instituto Evandro Chagas divulgou em 2014 estudo que avaliou uma área de 840 quilômetros quadrados, no Baixo Tocantins, detectando a contaminação por agrotóxico utilizado no cultivo de dendê em 14 dos 18 pontos coletados (PONTES JUNIOR, 2017).

o ano de 1.500, eles dizem que irão desenvolver o Brasil através da exportação de mercadorias da agropecuária” (OLIVEIRA, 2007, p.148-149).

O “velho” do campesinato, por seu turno, é desejoso de futuro e a história nos mostra as lutas que tem realizado para se manter enquanto tal, ao mesmo tempo em que se transforma em sua diversidade. O futuro do campesinato passa pela abertura do tempo e do espaço, que para ele é terra onde planta e exerce seu trabalho, sua autonomia, sua utopia, “o ideal da terra como liberdade [...], ideal utópico, não compreendido por muitos intelectuais” (OLIVEIRA, 2016:14). Sobre estas disputas continuo a exposição no próximo capítulo, procurando apresentar alguns aspectos e aprofundar outros já citados ao longo deste escrito.

#### 4 TERRA E FUTURO EM DISPUTA EM SÃO FRANCISCO DO CRAVO

Após uma reflexão sobre a conjuntura que situou o agronegócio do dendê em São Francisco do Cravo, trazendo à baila diferentes processos e escalas com vistas a evitar uma abordagem estadocêntrica (poderia-se dizer “federalcêntrica”, por muitos pesquisadores situarem apenas no governo federal brasileiro o fator decisivo para processos mais ou menos recentes de territorialização do agronegócio do dendê no Nordeste Paraense), este capítulo busca encadear os capítulos anteriores de forma a evidenciar alguns elementos que permitem identificar como tem se dado as disputas em torno da terra e futuro em São Francisco do Cravo.

Tenta-se manter uma relação mais próxima entre diferentes escalas que expressam interesses de classe e que perpassam racionalidades, modos de vida, e que se manifestam não apenas em “perspectivas”, mas também no trabalho propriamente dito, neste caso, as agriculturas em disputa sobre uma base comum: a terra.

Como venho argumentando, os projetos que são apontados como alternativas para o desenvolvimento regional, dado seu volume e intensidade, sua territorialização, constituem apropriações, concentrações e rotas de terras que incidem sobre a reprodução camponesa, já que há interrelação entre os diferentes usos da terra (BORRAS JR. et al., 2011), que por sua vez conjugam despossessão e novas dependências (DARDOT e LAVAL, 2017), desembocando na facilitação ou dificuldade de caminhos (MURRAY LI, 2014) para o futuro.

Tendo claro que “há uma concepção do mundo implícita em toda previsão” (GRAMSCI apud. KONDER, 2018, p. 140), este capítulo permanece buscando uma aproximação a estas concepções do mundo que não são abstratas, mas se materializam na feita do território enquanto processo e memória (CASTRO e MARIN, 1999) que constitui diferenças portadoras de outros devires (PAULINO, 2008, p. 201). Assim também, as previsões se materializam em *destinações* que podem apontar em sentidos de maior distribuição da terra ou reconcentração desta.

##### 4.1 Agriculturas: o trabalho materializado sobre uma “base” limitada e suas disputas

A descrição da etimologia da palavra “agricultura” no Dicionário Houaiss (2011) é relativamente lacônica: “latim *‘agricultūra, ae’* agricultura, trabalho do campo, etc.”. Na enciclopédia *on-line* Wikipedia, resultado de contribuições de pessoas de diversas áreas de conhecimento e do globo, etimologia da apresentada é a seguinte:



O prefixo *agro* tem origem no verbete latino *agru* que significa "terra cultivada ou cultivável".

A palavra "agricultura" vem do latim *agricultūra*, composta por *ager* (campo, território) e *cultūra* (cultivo), no sentido estrito de cultivo do solo (WIKIPEDIA, 2019).

Cultivar a terra foi a atividade que, aprendemos desde a educação formal básica, teve papel fundamental – senão a própria condição – de mudança do padrão de reprodução humana das constantes migrações até o sedentarismo, sendo desenvolvida ao longo de milhares de anos (MAZOYER e ROUDART, 2010). Domesticção de plantas seguida por domesticção de animais: prática distante historicamente e tão próxima na feitura da geografia dos grandes centros urbanos ainda hoje, seja pelo avizinhamto dos campos cultivados ou da agricultura orgânica urbana que vem ganhando proporção em alguns países – a dialética que Lefebvre (2001, p. 178) denominou “ruralização da cidade” simultânea à urbanização do campo.

Enfim, a agricultura atravessa nossa história não apenas fixando plantas, animais, mas também a humanidade. Esta fixação é temporal e espacialmente relativa, tendo se alterando ao longo do tempo. Mas os períodos extensos permitiram a vivência coletiva com influências notáveis na formação e divisão dos trabalhos no interior da família, desdobrando-se para a sociedade e suas complexas relações entre sujeitos, classes e modos de vida.

Evidentemente, essa complexidade se instala no interior da própria agricultura, que se constitui concretamente como agriculturas: trabalhos na terra que também são trabalhos da terra e ecossistêmicos. As formas desse trabalho se diversificam em técnicas e em condições edafoclimáticas a quem a humanidade tem de se adaptar, mas também em formas de apropriação, de propriedade, de cosmologia, de fins.

Essa diversidade complexa, por outro lado, encontra um limite material: a própria terra. Dito de outro modo: a diversidade que constitui as agriculturas tem seu limite no ecúmeno. Se a agricultura é o trabalho na terra, então, precisamos complementar que, desde um ponto de vista geográfico, o trabalho é tanto portador de características sociais macroestruturais (como a divisão social do trabalho) quanto de valores culturais diferenciados, isto é, a agricultura enquanto trabalho na/da terra contempla formas específicas de materialização, que são as territorialidades. Assim, o que se está argumentando aqui é que a feitura do território enquanto efeito material das lutas de classe pela socialização da natureza (OLIVEIRA, 2003) constitui-se também de especificidades que englobam memórias e processos (MARIN e CASTRO, 1999). Desta forma, entendo que o concreto não se contém em limites e parâmetros teóricos, mas é produto de relações complexas, é síntese de relações contraditórias que abarcam partes para além de costuras lógico-lineares ou enquadramentos teóricos ideais.

Sob este entendimento, discorrer sobre agricultura implica correlacionar trabalho humano, classe e cultura, somando-se a isto aquilo que se convencionou chamar natureza ou terra em sua diversidade constituinte<sup>47</sup>. Sobre esta posso citar, por exemplo, questões relativas ao solo e acesso a corpos hídricos superficiais diferenciadas no Cravo de Bujaru e em São Francisco do Cravo em Acará, ou as condições diferenciadas entre os cultivos de palma na Indonésia e no Nordeste Paraense, exemplos que indicam condições sociais e edafoclimáticas diversas.

Discorrer sobre estas diversidades é também discorrer sobre as disputas e as assimetrias que são geradas em seus interstícios. Se o trabalho é a ação humana onde estes e estas “se autoproduzem-se e autoconstituem-se” (NETTO, 2015, p. 61; 64) e não somente uma mercadoria (MARTINS, ANO, p. 31), como ocorre na agricultura o processo de trabalho, que exprime e manifesta que formas de ser no mundo, posto que “o trabalhador não pode criar nada sem a natureza, sem o mundo exterior sensível”? (MARX, 2015, p. 306).

Na comunidade pesquisada não há aquilo que podemos dizer sujeito na fronteira entre assalariamento e trabalho autônomo camponês, já que em São Francisco do Cravo não há sistema de parceria. Assim, o trabalho na agricultura tem uma pequena, quase irrisória parcela de pessoas ligadas à empresa, ainda que este número já tenha sido maior em um momento anterior. Destarte, não se pode negligenciar que os trabalhadores que se mantêm com a produção nos lotes, na comunidade, lançam mão de outras fontes de renda (aposentadoria, trabalho acessório, parentes no setor público...), como já foi exemplificado aqui.

Outrossim, se entre a agricultura empresarial e a desenvolvida nos lotes há uma pluralidade, esta pode, entretanto, ser delineada em algumas características marcantes indicadas pela pesquisa em campo.

Em relação à biodiversidade, já exemplificamos a situação do sítio do Ramal Bom Jesus, cercado pelo dendê, demonstrando inclusive por imagens o contraste entre monocultura e a biodiversidade no lote camponês. Assim, as diferenças se expressam mesmo na composição da paisagem, a olho nu.

Evidentemente, há que se considerar que a monocultura preserva biodiversidade nas áreas de Reserva Legal. Isto, porém, é válido em sentido pontual e apresenta limites se consideramos que a biodiversidade se insere num contexto complexo e integrado, sistêmico, podemos dizer. A manutenção de floresta em pé, assim, ocorre tanto nos monocultivos da

---

<sup>47</sup> Claro que “natureza” e “terra” são categorias e conceitos de diferenciações notáveis, seja pela primeira ter presença em discussões da biologia à filosofia, seja pela terra mesmo englobar em muitos casos o planeta ou parcelas constituídas por corpos hídricos, florestas, sentidos, etc.

empresa quanto nos lotes de São Francisco do Cravo, entretanto, para estes esta preservação se refere a valores e práticas de seu modo de vida, enquanto para aquela as áreas de RL constituem-se basicamente em cumprimento da legislação.

Aqui aparece um primeiro limite do “olho nu”. De fato, o agronegócio do dendê se trata de um grande projeto “verde”. Mas é importante ter em conta a questão desta prática agrícola em relação à agricultura camponesa no que se refere aos insumos. Sobre este aspecto, observam Mazoyer e Roudart

A ideia, comumente admitida, segundo a qual o melhor meio de responder às necessidades futuras da humanidade seria estender ao planeta o gênero de agricultura motorizada, grande consumidora de nutrientes minerais, desenvolvida nos países industrializados há meio século, é também uma concepção enganosa (MAZOYER e ROUDART, 2010, p. 41-42).

Afora isto, os autores supracitados constatam que a maioria da agricultura praticada no globo não corrobora com a tese de que o vetor predominante do trabalho na terra estaria sendo marcado pelas máquinas e outros aspectos *high-tech*. Segundo Mazoyer e Roudart, se houvesse um esforço global de mecanização e tecnificação da agricultura nos marcos do que é a agricultura industrializada, seria necessário um investimento de bilhões, em volume superior ao PIB de muitos países. Os autores comentam ainda que o investimento para transição das práticas agrícolas chamadas muitas vezes “tradicionais” à agricultura “moderna” é praticamente irrealizável, ao que complementam que a chamada agricultura moderna está “muito longe de ter conquistado o mundo” e que “as outras formas de agricultura continuam predominantes e ocupam a maioria da população ativa dos países em desenvolvimento” (idem).

De qualquer forma, como vimos, os autores indicam que a transição entre agriculturas outras ao que se convencionou chamar “agricultura moderna” passaria pelo financiamento.

Em escala nacional, é possível levantar – o que já foi feito em parte – indagações relativas a este tema. A experiência que tivemos conhecimento em São Francisco do Cravo foi a do FNO. Seu legado são coqueiros sem cocos e dívidas frutificando juros, inadimplência produzida de que fala Costa (2012, p. 64-65) ao citar que “o tradicionalismo tecnocrático tem estatuto político”. O financiamento agrícola também chegou ao Ramal pela empresa Biopalma, que teve acesso a linhas de recurso para produção de dendê e para reflorestamento. Dados relativos aos anos 2010-2014 em Acará somam um montante de aproximadamente R\$ 5,16 milhões.

Evidentemente, há variações no preço da *commoditie* óleo de palma no mercado global, assim como “gargalos” produtivos e de circulação. Mesmo assim, o investimento no setor por

parte do Estado brasileiro é expressivo, ainda mais se comparado à ausência de programas que atendam, que *cheguem* (e aqui vale demais a geografia no sentido físico e social) até as comunidades, que também sofrem com variações no preço da pimenta, da mandioca, assim como gargalos de escoamento, além dos impactos por conta da instalação de monocultivo extenso em áreas nos seus arredores.

Sobre o tema financiamento neste trabalho, talvez fique um pouco mais claro a opção pela categoria camponês em detrimento da agricultura familiar, aquela primeira enfatizando o caráter classista. O camponês não é um “agronegócio”, não apenas pelas linhas de financiamento, pelo grau de técnica, insumos e financeirização de sua agricultura; poderia alegar-se que as escalas variam, mas ao fim e ao cabo tanto o agronegócio quanto o camponês teriam vantagens específicas e riscos a correr. Contudo, aqui a classe transparece enfaticamente, de modo que “é verdade que vivemos numa sociedade de escolhas arriscadas”, mas “alguns de fato escolhem, enquanto outros se arriscam” (ZIZEK, 2015, p. 208). Como demarcado por um camponês da comunidade, há um “eles lá”, mesmo que estejam também ali ao lado territorializados. E o nível destes riscos varia muito para o agronegócio e o camponês.

Valeria lançar neste debate duas questões: com os respectivos investimentos ou a ausência deles para o agronegócio e para o camponês, que ganhos sociais e que problemas cada qual apresenta à sociedade regional? Coloque-se nesta conta pelo menos dois elementos: alimentos e agrotóxicos. A agricultura camponesa utiliza pouco ou nenhum agrotóxico na produção das culturas prioritárias: mandioca, açaí e pimenta. No caso de frutas vendidas em feiras próximas e distantes, o uso destes químicos é inexistente, pelo que pude pesquisar em campo. Já o agronegócio do dendê é reconhecido pelo uso de insumos e agrotóxicos, entre os quais a citação recorrente do uso de “roundup”, cujo princípio ativo é do componente endossulfan, proibido nos EUA, na UE e em outros países – e que recentemente foi bombardeado com provas científicas e julgamentos condenando-o como cancerígeno. Em campo fui informado por ex-funcionários que era comum a aplicação do “roundup” nos campos de dendê, principalmente nas fases iniciais. Não deixa de ser impactante que mesmo empresas do setor de cosméticos, que consomem óleo de palma, possam estar distribuindo produtos com resquícios deste agrotóxico.

Por outro lado, é importante considerar a **biodiversidade** enquanto imbuída de caráter social, sustentação e sustento, já que

A crise da biodiversidade não é apenas uma crise do desaparecimento de espécies que têm o potencial de criar dólares para as grandes empresas, servindo de matéria-prima industrial. É, mais fundamentalmente, uma crise que ameaça os sistemas de

sustentação da vida e o sustento de milhões de pessoas do Terceiro Mundo. (SHIVA, 2003, p. 89)

A biodiversidade, como atenta Shiva, refere-se não apenas á espécies florestais e á fauna, mas também à sociedade. É uma bio-diversidade que incorpora de formas de vida que incluem o social, o humano nesta diversidade. É importante, então, assumir a heterogeneidade que incorpora “diferenças na natureza dos agentes” (COSTA, 2012, p. 81). Por sua vez, esta diversidade analiticamente pode ser abordada a partir de categorias marcantes, com diferenças internas sem que percam feições que as tornam perceptíveis, notadamente no caráter produtivo. É assim que podemos apreender a dinâmica agrária da Amazônia “a partir do movimento interno e das interações competitivas e cooperatvas entre *duas* formas de produção, a camponesa (ou familiar) e a patronal”. Essa heterogeneidade de naturezas se dá em interações competitivas e cooperativas sobre uma base material limitada, em disputa, territorializada e territorializando-se por relações de classe e cultura, já que o poder é talhado por estas duas. A agri-cultura, neste interim, expressa a *cultura* talhada por processos históricos<sup>48</sup> (BOAS, 2004, p. 45) e o *trabalho*, sendo este como que uma *metáfora* em seu sentido lato, isto é, *transporte* de uma forma de cultura inscrita sobre a terra e a natureza, os campos no interior de relações que vão além das subjetividades individuais; relações estruturais, digamos.

As disputas entre agriculturas são, assim, disputas entre concepções de natureza diversas que se manifestam em tantas outras práticas, sobre um elemento *natural* dotado em muitos casos de influência humana. E, entretanto, este mesmo elemento permanece natural no sentido de não ser produzido em sua totalidade pela humanidade. Se falar de territórios é fazer referência a limites (RAFFESTIN, 1993, p. 153), falar de terra-território arremete de certa forma o próprio limite destes limites em disputa.

Na pequena comunidade abordada neste trabalho, observamos processos locais não em antagonismo, mas rebatendo fluxos e refluxos de processos em diversas escalas, já que sua população camponesa partilha aquela condição ambígua de ser “sujeito e objeto dos movimentos contraditórios de produção do território” (PAULINO, 2008, p. 213). Esta população não está, assim, isolada, mas na relação com outras classes, modos de vida, racionalidades e teleologias, que se lhes apresentam e influem na produção do território, no interior e ao redor da comunidade. Como tenho insistido, estas relações muitas vezes

---

<sup>48</sup> Na passagem aludida, Boas está comentando a história cultural, enfatizando que ela “se apresenta para nós como um problema histórico” (BOAS, 20004, p. 45). Em outra passagem da obra citada (“Antropologia Cultural”), o próprio Boas vaticina que “os fenômenos culturais são de tal complexidade, que me parece duvidoso que se possa encontrar qualquer lei cultural válida” (idem, p. 107), com o que estou de pleno acordo.

assumem o caráter de conflito, sendo que sua materialização mais evidente em São Francisco do Cravo é a agricultura, as agriculturas que também são *formas de ser e de pretender ser-permanecer, permaculturas, trocas e assimetrias que se reproduzem recuando e avançando no concreto de cada território em disputa, sendo produzido e destruído, inscrito na terra.*

As agriculturas em disputa, camponesa e empresarial, carregam características relativamente marcantes, principalmente no que se refere à sua reprodução e sustentabilidade. Para Paulino a agricultura capitalista

remete à perspectiva do crescimento econômico por meio do fortalecimento dos potenciais não explorados, leia-se expansão de mercados, fato explícito no paradigma da tecnificação agrícola, que mais recentemente evoluiu para o apelo da “industrialização sustentável da agricultura”, cândido termo em tempos de assédio da biotecnologia (PAULINO, 2008, p. 220).

A agricultura camponesa, por sua vez, portaria as bases e práticas de “uma agricultura generosa e incluyente, autônoma ante os cartéis, parcimoniosa para com os bens e recursos” (idem). Ambas as agriculturas estão presentes em São Francisco do Cravo, perfazendo geografias – sendo inscritas na terra.

Estas inscrições são as territorializações, diversas não somente na cabeça do empresário do agronegócio e do camponês, mas em suas formas de lidar com a produção e seus produtos – práticas, com efeitos para a coletividade dada a limitação de sua “base” de produção comum (ecúmeno). Ainda que sejam agriculturas, é necessário ressaltar que “o ‘produto’ desejado não é o mesmo para a agroindústria e para o campesinato: que partes de um sistema agrícola serão tratadas como ‘indesejáveis’ depende da classe e do gênero” (SHIVA, 2003, p. 93). Se para Vandana Shiva, à época do livro citado, esta dependência estava atrelada ao Primeiro Mundo e Terceiro Mundo, no contexto atual acrescento ser uma dependência que se realiza entre mundos-cosmologias que compartilham o ecúmeno e entretanto, podem diferir muito entre si. Há dependências em disputas co-dependentes da terra, disputas estas que se dão no presente com vistas à reprodução, sendo que esta reprodução hegemônica do agronegócio, quando ampliada, implica no mais das vezes reduzir as possibilidades de outras reproduções, como exemplificado no modelo de “rotas de terra” de Borras Jr. et al. (2011).

Em sentido paralelo, por exemplo, Monteiro (2017) trabalha com o par trajetória estruturada-trajetória estruturante para dissecar os impactos do agronegócio do dendê no Vale do Acará. Escreve ele que “a então trajetória estruturante do dendê sucede-se como trajetória estruturada” (MONTEIRO, 2017, p. 274). Longe de ser apenas um jogo de palavras, de tempos verbais, o autor evidencia que o agronegócio do dendê não apenas se apropria de

condições edafoclimáticas e sociais, mas as reestrutura para permanecer, incidindo diretamente na formação regional, já que torna-se a maior área de plantio de monocultura no Estado do Pará, ocupando 200 mil ha (idem, p.2 73) ou, pelos dados de Silva, Magalhães e Farias (2017, p. 190), “379.306,17 (trezentos e setenta e nove mil, trezentos e seis hectares e dezessete ares), equivalentes a 16% do território dos municípios que compõem a microrregião de Tomé-Açu”.

Enfim, valeria dar um passo a mais na análise de Monteiro (2017), reiterando que esta trajetória estruturada permanece estruturante, isto é, seu grau de influência em outras trajetórias, para usar a terminologia do autor, é significativo, pelo menos por dois motivos.

Em primeiro lugar, ainda que o agronegócio do dendê esteja inserido em fluxos financeiros relativamente voláteis, impactando no avanço ou não de sua territorialização produtiva, estes mesmos fluxos não dizem respeito apenas a preços, grau de exploração de cultivos, mas a empregos. Se estes regridem obedecendo a demandas globais de mercado – o que não é desprezível -, significa para a empresa perda de lucros (já que pode interferir em sua capacidade de apropriação de mais-valia), mas para os trabalhadores do Biopalma significa diretamente estar desempregado em um contexto em que o mercado de terras sofreu alterações potentes, lançando para cima o preço das mesmas, que poderiam nesse caso ser adquiridas para expansão da agricultura camponesa ou de sua reterritorialização.

Em segundo lugar, os efeitos deste empreendimento e de outros na região amazônica ainda estão por ser avaliados em seus rebatimentos no fluxo hídrico, por exemplo, mas também em processos erosivos que foram condições (estruturantes) para a própria territorialização do agronegócio do dendê. Um exemplo: o solo utilizado para plantio de capim com vistas à criação bovina é bem diferente do solo compactado pelo dendê: a conversão destes para outros usos relativos à agricultura não é nada desprezível ao se refletir sobre usos futuros da terra.

Por esses motivos entendo que o território enquanto processo dialético de criação e destruição, luta de classes pela apropriação contínua da natureza (OLIVEIRA, 2003), não chega realmente a ser estruturar deixando de ser estruturante. É um par dialético, e isto muda bastante como se avaliam estas trajetórias, aqui tratadas como disputas pela terra e futuro. Então, porque os zoneamentos, projetos e reordenamentos influem na própria feitura do território, ainda que muitas vezes busquem ancorar-se sobremaneira em características “naturais” deixando na sombra o social em seu viés conflitivo, político, constituinte? Não é uma estratégia própria da luta contínua pela apropriação contínua da natureza mesma em condições desiguais, combinadas e contraditórias?

A “tomada de decisão” de *managers* das empresas de agronegócio do dendê e do campesinato não são abstratamente pautadas no “senso prático do agente” (MONTEIRO, 2017, p. 278). O leque de opções varia enormemente em cada situação concreta (CASTRO e MARIN, 1999). Além do mais, enunciar que estas decisões se fazem considerando as *necessidades* enquanto “subjetividade” e *oportunidades* enquanto “objetividade” (idem) pode limitar nossa compreensão ao tratar abstratamente categorias que atravessam estas, como sustentabilidade, agricultura e populações, já que nem toda necessidade é subjetiva no caso da reprodução social de famílias e classes. E muito menos as oportunidades são fatos “dados” que se *gerenciam* passando ao largo dos traços relacionais e de poder que dispõem as mesmas.

Assim, não é que simplesmente a “trajetória estruturante” do agronegócio do dendê cria um “legado tecnológico, institucional e de *habitus* que leva a uma nova situação de continuidade” (MONTEIRO, 2017, p. 281), posto que estas trajetórias desembocam em efeitos materiais imediatos: alimento, acesso à água de qualidade, respeito a condições básicas da dignidade humana como respirar um ar limpo e inodoro. Ou a “nova continuidade” não teria efeitos sobre isto?

A agricultura como trabalho na terra constitui de fato “sensos práticos”, desde que assumamos com isto que o senso da empresa é a produção de dividendos para seus acionistas, enquanto para o campesinato é a reprodução da família. Uns querem reproduzir expropriação de mais-trabalho enquanto outros querem reproduzir sua família e seus modos de vida. A agricultura como trabalho na terra é assim o “senso prático” da terra de trabalho e da terra de negócio (MARTINS, 1991).

É neste íterim que devemos acrescentar à ideia de que “alta rentabilidade do empreendimento potencializa os interesses econômicos das corporações que se sobrepõem à exposição a riscos ambientais, sociais e econômicos” (MONTEIRO, 2017, p. 280) que estes riscos diferem muito para quem os vivencia através de multas – quando aplicadas – ou da pele, esta exposição a riscos e danos.

Assim, entendo que as condições e processos são experimentados de forma não só diversa para a agricultura da empresa e a agricultura camponesa, mas que essa diversidade pode constituir-se em antagonismo, disputa, na medida em que as margens de manobra para manutenção da propriedade ou posse da terra variam entre as duas, assim como o trabalho e seu sentido, inserindo-se em concepções de natureza muitas vezes divergentes. Esta divergência, aliás, não está restrita a noções cosmológicas e de classe, mas pode se demonstrar até mesmo na ideia de parcelamento e propriedade, como é o caso da estratégia de



“contra-cercamento” observada no Sítio Bom Jesus e descrita no capítulo 1, onde o parcelamento da terra não opera meramente como fracionador, promovendo individualização, mas como vetor de propriedade comum calcada nas relações familiares camponesas.

#### **4.2 Quando nomes não são somente nomes: questões de *designação* e *destinação* de terras**

Em 2015, quando esta pesquisa teve início como Projeto de Iniciação Científica de um aluno no penúltimo semestre de geografia, o horizonte era de um semestre para exercitar observações de campo, aprofundar leituras sobre questão agrária e adquirir experiência sob orientação de uma professora que já há alguns anos se debruçava sobre o tema do agronegócio do dendê.

O ponto de viragem que provocou o prolongamento de lá até esta dissertação estava literalmente sinalizado numa placa. Nela dizia: “Biopalma – Uma empresa Vale”. No interior de Acará, num ramal de chão batido, uma empresa ligada a uma mineradora. Por quê? E mais: como um projeto desse porte convivia com situações degradantes relatada por ex-funcionários e outros moradores de São Francisco do Cravo? Por fim, mas não menos importante: como a agricultura camponesa e o agronegócio do dendê, nesta relação, consolidavam não apenas uma disputa por território, mas literalmente por terra – esta entendida como condição para a produção e reprodução, como futuro.

Logo após o primeiro campo, ao retornar, a pesquisa bibliográfica chegou ao Macrozoneamento Econômico-Ecológico da Amazônia Legal, MacroZEE, decreto n. 4. 297, de 10 de julho de 2002, isto é, primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Seu artigo 2º refere que

O MacroZEE da Amazônia Legal tem por objetivo assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento regional, indicando estratégias produtivas e de gestão ambiental e territorial em conformidade com a diversidade ecológica, econômica, cultural e social da Amazônia (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2002).

O MacroZEE foi documento de base para iniciativas posteriores do Governo Federal, como o ZAE-Dendê realizado pela Emprapa, e o PSOP. Os três têm como campo comum a enunciação da produção sustentável como objetivo alvejado. Vejamos como o autor principal caracteriza o ZAE-Dendê:

Constitui-se, assim, em uma contribuição efetiva para apoiar o Programa de Produção Sustentável da Cultura da Palma de Óleo, recentemente lançado pela Presidência da República, o qual visa incentivar, ordenar e fomentar a expansão

dessa oleaginosa no Brasil, com especial referência à Amazônia. (RAMALHO et. al, 2010, p. 12)

O MacroZEE e o ZAE-Dendê compartilham também como elemento fundamental na estratégia de produção sustentável do óleo de palma o uso de áreas antropizadas, denominadas também áreas degradadas. Na apresentação, por exemplo, escreve o diretor-presidente da Embrapa, Pedro Antônio Arraes Pereira, que

Esta obra resulta de projeto estratégico em boa hora amparado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e sua Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Seus achados científicos e tecnológicos apoiam o Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo, que carrega vívidas esperanças de recuperação de **áreas degradadas da Amazônia Legal, com inegáveis impactos positivos na melhoria de renda das comunidades de agricultura familiar e no saldo das emissões de carbono.** (idem, p. 7 – grifos meus)

Como já citado, a soldagem entre as agendas de desenvolvimento e ambiental vem se tornando cada vez mais evidente, o que aparece na fala de Pedro Pereira. Por seu turno, o MacroZEE apresentava ciência de que à época somente o mercado institucionalizado com anuência da ONU e do governo brasileiro era o que lidava com Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), que em termos florestais elegia apenas áreas já degradadas com vistas ao desenvolvimento de novos estoques florestais. Vejamos o que diz o decreto:

Portanto, há um grande espaço para que as comunidades e localidades amazônicas se beneficiem do MDL para geração de desenvolvimento sustentável, com projetos, por exemplo, de geração de energia renovável em assentamentos, assim como projetos florestais **de recuperação de áreas degradadas.** (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010)

Talvez nesta passagem esteja o exemplo mais acabado das relações entre este documento e o dendê em Acará: geração de energia renovável e projetos florestais de recuperação de áreas degradadas. Evidentemente, já citamos anteriormente que a Biopalma continua sem previsão da construção de indústria própria para refino do óleo de palma. A questão energética, assim, pode comprometer este paralelo. Contudo, o financiamento reforça esses dois eixos (energia e recuperação de áreas degradadas), como situamos no capítulo II, levando ao entendimento de que a estratégia discursiva de alusão a energias renováveis, balanço de carbono, descabornização, etc. tivesse um peso notável no acesso ao financiamento estatal. O apoio do Estado a este empreendimento, por outro lado, se deu na regulamentação das condições de acesso a terra e sua aplicabilidade, o que passou pela designação de “terras degradadas”.

No que tange a estas últimas, queremos aqui aprofundar a reflexão entendendo que a designação e destinação dessas áreas porta tanto um caráter técnico (crático?) e político, isto é, se designa pelo nome para se designar para o uso, isto é, destinando-as<sup>49</sup>.

Mas o que são “áreas degradadas” para o MacroZEE e para o ZAE-Dendê? Vamos ao primeiro: “áreas degradadas” são citadas como passíveis de “aproveitamento energético de fontes não tradicionais” como a biomassa resultante “de florestas energéticas” (p. 54); como objetos de um possível “programa de recuperação de áreas degradadas” no âmbito do MAPA (p. 61); como importantes para “eliminação da perda líquida da área de cobertura florestal no Brasil até 2015, do PNMC” (p. 70); sendo ainda

**Traço marcante do nordeste do Estado do Pará, as áreas degradadas pelo uso inadequado da agricultura e da pecuária**, para abastecimento de Belém e das áreas produtoras de seringa, desde a época do *boom* da borracha, são hoje foco de atração para plantações de dendê que, iniciadas com a Agropalma, registram a implantação de uma nova empresa, a Biopalma, com essa finalidade (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010, p. 78 – grifos meus).

As áreas degradadas no MacroZEE são citadas também como necessitadas de “um novo olhar”, podendo *inclusive* (sic) ser aproveitadas para a produção de alimentos (idem, p. 86). O Zoneamento define ainda que “as políticas de recuperação ambiental e de incentivo aos sistemas agrícolas e agroflorestais sustentáveis devem ter como foco prioritário as grandes áreas desmatadas e degradadas existentes”.

Uma passagem interessante do documento é quando se relacionam essas áreas com a necessidade de exploração mineral, quando se conjuga agricultura com atividade minerária:

Considerando, também, a existência de milhões de hectares em pastagens degradadas na região, verificamos que uma política de incentivos à expansão da agricultura em áreas de pastagens degradadas, que o Brasil ainda não tem, é de suma importância. Para tanto, **a exploração dos jazimentos de rochas calcárias e fosfatadas presentes na região pode contribuir para uma maior eficiência e consequente aumento da produtividade agrícola** (idem, p. 108 – grifos meus).

Além disso, essas áreas poderiam ser objeto de “recolonização animal” (p. 143), sendo quantificadas no documento com o total de 4.211.455 ha para pastagens degradadas (o que corresponde ao território da Suíça ou duas vezes o território de Israel), com participação de 37% da agricultura familiar (p. 150).

---

<sup>49</sup> Neste sentido, estou de acordo com Acserald para quem os zoneamentos carregam esta ambiguidade entre técnico e político ao mesmo tempo em que “as representações do território para fins de zoneamento procuram fragmentar o real para melhor defini-lo, descrevê-lo e, em definitivo, orientar sua apropriação” (ACSERALD, 2000, p. 8).

Como se calcularam isto ou de que metodologia ou dado se lançou mão para chegar a este número não fica claro no decreto, ainda que possamos supor pela parceria e pelas citações recorrentes que sejam dados do IBGE.

Já o ZAE-Dendê traz a noção de áreas degradadas na pequena lista de “impactos ambientais”, seus dados constituindo “opção de reflorestamento para áreas desmatadas ocupadas com terras degradadas ou com grau avançado de esgotamento” (p. 66), constando ainda na “proposta de exploração sustentável” como alvo de recuperação (p. 81), sendo vantajosas para a implantação de dendê (p. 127). Citando outros autores, registra o zoneamento que

Smith et al. (1992) afirmam que a cultura da palma de óleo é recomendada para a reabilitação de áreas degradadas em regiões tropicais, citando o caso de regiões da África e da Ásia (Sumatra/Indonésia), onde a palma de óleo está sendo cultivada com sucesso em **áreas abandonadas, degradadas e dominadas por *Imperata cylindrica*** (RAMALHO FILHO et al. 2010, p. 127).

Assim, no exemplo citado áreas degradadas entram no mesmo rol que “áreas abandonadas”, exemplo que soa estranho se consideramos que a maioria dos empreendimentos do agronegócio do dendê na Amazônia tem se situado no Nordeste Paraense, zona de ocupação antiga e densa, das mais populosas da região. As práticas de cultivo de dendê em áreas degradadas são ainda relacionadas a experiências de consórcio com banana e mandioca, na Costa do Marfim e na Venezuela (p. 131).

Contudo, novamente, não é citada metodologia sobre como se define o que se está referindo enquanto área degradada. Seria o Zoneamento o próprio sistematizador destes estudos, informações e classificação? Se sim, não se descreve a metodologia no ZAE-Dendê (fotometria, análises por satélite, uso de fontes secundárias, estudos anteriores, trabalhos de campo, etc.).

Evidentemente, numa primeira aproximação à noção de “áreas degradadas”, haveríamos de concordar que sejam áreas sem caráter produtivo ou de caráter produtivo irrisório, com pouca biomassa e possivelmente pobre de condições físico-químicas do solo que atendam a requisitos para a produção de biomassa.

Bertha Becker, em 2010, publicou um texto sobre o tema intitulado “Recuperação de Áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo de palma de óleo (Dendê)?”, colocando o cultivo de dendê como possibilidade de recuperar áreas desflorestadas e promover o desenvolvimento regional (BECKER, 2010, p. 2). Antes de seguir no diálogo com este texto, um adendo: como a transcrição do próprio título sugere, Becker aborda a categoria “áreas desflorestadas” e não “áreas degradadas”. Duas observações acerca desta

diferença: a primeira é que não encontramos, como já dito, um conceito ou metodologia que seja diretamente citada no MacroZEE e no ZAE-Dendê acerca do que sejam áreas degradadas. Em segundo lugar, ainda que o nome varie, duas destinações coincidem para ambas as noções: o de **produção** ou melhoria desta e o de **reflorestamento**.

Enfim, na parte em que trata dos riscos do cultivo de dendê na Amazônia, Becker cita a possibilidade de que estes cultivos acabem por não se restringirem a áreas já desmatadas. A autora traz um trabalho de Butler e Lawrence que alerta para a derrubada e exploração de madeira como possibilidade de captação de recursos pelas próprias empresas para investimento no cultivo – lembrando, inclusive, a prática histórica no Brasil de associação exploração madeireira/implantação de pastagens. Além disso, Becker traz dados da Malásia acerca da perda de biodiversidade, citando estudos “afirmando que na península Malásia descobriu-se um declínio de 77% das espécies de pássaros e 83% das borboletas em plantações de palma”, sendo que as plantações de palma conteriam atualmente “apenas 15% das espécies vegetais e animais encontradas nas florestas nativas”. Cita ainda estudos que apontam riscos do uso de agrotóxicos e fertilizantes para a biodiversidade aquática (BECKER, 2010, p. 7).

Mas a autora não vai até aí e traz trabalhos de pesquisadores brasileiros. Eis a citação:

Outra é a opinião de pesquisadores brasileiros. Do ponto de vista biológico, o dendê é uma cultura pouco impactante em áreas florestais. A variedade híbrida hoje cultivada é capaz de manter os ciclos biogeoquímicos similares aos da floresta, minimizando a erosão, o escoamento superficial da água e a emissão de gás carbônico, além de **demonstrar potencial de reabilitação de áreas alteradas através de seu sistema radicular** (INPA, apud Repórter Brasil, 2008). Ainda que não se possa descartar a criação de certos poluentes no processo de beneficiamento do dendê, cultivos perenes como o dendê, o cacau e a seringueira, quando plenamente estabelecidos têm condição de proteger o solo contra a erosão e de criar condições para fixação de determinados elementos da fauna (Homma, A. K. O. et al, 2000). E, apesar de ser uma espécie exótica, o perigo de que o dendê se torne uma invasora e avance sobre a floresta é mínimo – por ser uma planta heliófila dificilmente sobrevive em ambientes sombreados da floresta e exige determinadas condições para germinar (Valois, A, e CNPq, apud Repórter Brasil, 2008).

Como se vê, Becker traz informações do INPA que argumentam o potencial do dendê para “reabilitação de áreas alteradas”, não desflorestadas nem degradadas, mas alteradas. Exploraremos isto mais adiante. Antes, vamos à associação entre PPSPo e ZAE-Dendê, explicitado pela autora nos seguintes termos:

No caso em pauta, da plantação de dendê, importante subsídio é constituído pelo Zoneamento Agroecológico, como instrumento do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo (PPSPo) (Governo Federal, sem data) (Figura 2). A delimitação das áreas aptas ao cultivo foi uma das medidas do PPSPo mediante a elaboração do Zoneamento Agroecológico do Dendezeiro para as Áreas Desmatadas da Amazônia Legal (ZAE), realizado pela Embrapa Solos em 2008. O ZAE teve como foco as áreas desmatadas da região segundo o PL que obriga a produção a se

restringir nessas áreas. O somatório da área autorizada para a cultura, segundo condições de solo e clima, e que foram antropizadas até 2008, (excluídas todas aquelas com restrições legais e ambientais), corresponde a 31,8 milhões de hectares, número bem superior ao que vem sendo difundido na literatura científica (BECKER, 2010, p. 10).

Novamente aqui, citando trabalhos de outros pesquisadores e/ou órgãos, Becker trata de “áreas desmatadas” e “áreas antropizadas”, chegando a um número do ZAE-Dendê que identifica e orienta o cultivo de dendê para uma área de total de 31,8 milhões de hectares (diferente dos dados citados anteriormente acerca do próprio ZAE-Dendê sobre áreas aptas para cultivo). Antes de prosseguirmos valer uma observação acerca da noção “área antropizada”. No trabalho da geógrafa, essa noção é posta senão como equivalente, muito próxima de “área desflorestada”, deixando na penumbra as relações antrópicas com a natureza pautadas na preservação, como o são em muitas comunidades no interior da Amazônia. É perigoso o possível equívoco, como se “alteração” fosse sempre uma “degradação”.

Enfim, já no final do artigo a autora lembra um Projeto de Lei que prevê a proibição em todo território nacional de que se derrubem vegetações nativas para o cultivo de palma, assim como sejam proibidos licenciamentos ambientais de indústrias que utilizem como insumo dendê cultivado em áreas não indicadas pelo Zoneamento da Embrapa. Escreve ela:

Como o ZAE utiliza imagens de 2008<sup>50</sup>, o mapa de áreas antropizadas fica congelado naquele ano, proibindo qualquer nova área de ser incorporada à produção. O governo federal acredita que tais medidas antecipam em meia década os compromissos que os consumidores mundiais de derivados da palma de óleo assumiram voluntariamente em fóruns internacionais” (PPSPO, Governo Federal, sem data, citado por BECKER, 2010, p. 10).

Então, Becker chega finalmente ao Macrozoneamento Econômico-Ecológico da Amazônia Legal (MZEE), estabelecendo este como

Uma orientação para diferentes usos da terra na Amazônia Legal: **recuperação de áreas degradadas no arco do povoamento consolidado**; nas áreas de fronteira agropecuária onde é pertinente a promoção da exploração madeireira manejada, bem como da produção de alimentos; atividades capazes de atribuir valor econômico à floresta em pé no coração florestal, até o momento reconhecidas nos serviços ambientais, extrativismo de ponta, turismo, energia solar (BECKER, 2010, p. 11 – grifos meus).

A autora, então, identifica o dendê como “importante alternativa para o desenvolvimento regional por seu papel potencial positivo na recuperação de áreas desmatadas, geração de renda e empregos”, além de influir na “diversificação da produção,

---

<sup>50</sup> Becker dá uma pista da metodologia do ZAE-Dendê aqui: uso de imagens. Seria fotometria? Aérea ou de Satélite? Em alguns grupos de discussão, especula-se que Bertha Becker teve papel fundamental na formulação do MacroZEE.

bem como para substituir a importação e produzir energia renovável” (BECKER, 2010, p. 12). Enfatiza a gravidade do desafio de conter o cultivo de dendê em “áreas já desmatadas”, considerando-se que “O Zoneamento Agroecológico (ZAE) da Embrapa, focalizou corretamente as áreas desmatadas da Amazônia, nela identificando as que são aptas em solos e clima para a produção do dendê” (idem, p. 13). Assim, o zoneamento do dendê teria nas áreas desmatadas, alteradas ou degradadas um destino certo para expansão dos monocultivos, realizando desenvolvimento sustentável.

Outro autor oferece um interessante debate sobre estas noções relativas a noções como “terras sem povoamento”, de “caráter produtivo irrisório ou inexistente” e que passaram por alterações significativas, “áreas alteradas”. Trata-se de Costa (2012) que opera a noção de *capoeiras*, a partir de dados dos Censos Agropecuários realizados pelo IBGE – ainda que problematize algumas vezes o cálculo desses dados. Em primeiro lugar o autor distingue duas perspectivas acerca das capoeiras: uma que as entende e apresenta como resultados da insustentabilidade de certas formas de agricultura; outra que busca sublinhar aspectos positivos acerca da formação e papel das capoeiras.

A primeira interpretação se sustentaria tendo como exemplo paradigmático o Nordeste Paraense, onde a agricultura de corte e queima, mas também empreendimentos agropecuários de ampla escala, teriam fracassado, sendo as “terras abandonadas” (que já apareceu nesta sessão em citações acima) ou “capoeiras” seu resultado mais emblemático, restando a estas parcelas da região a opção de exploração madeireira. O autor cita entre os defensores desta tese Schneider, Arima, Veríssimo, Barreto (estes do Imazon), Margulis, Chomtz e Thomas (COSTA, 2012, p. 80).

Na segunda perspectiva, desenvolvida “com pesquisas botânicas, biológicas e agronômicas realizadas também na mesma região Bragantina, no Nordeste Paraense”, a tese é que as capoeiras seriam “soluções tecnologicamente consistentes” uma vez que detém “grande capacidade de deter os efeitos de lixiviação e de manter as propriedades físicas e mecânicas do solo”. Esta tese seria reforçada pela constatação de que “estatisticamente, em uma perspectiva histórica, não se verificava a queda na produtividade da *shifting cultivation* [agricultura de corte e queima] da região”, de modo que as crises cíclicas de rentabilidade que se observavam “foram mais de natureza socioeconômica do que tecnológica” (HURTIENE apud. COSTA, 2012, p. 80). Nessa perspectiva, o autor destaca Vieira, Kato e Vielhauer.

Costa afirma que observações mais localizadas e temporalmente delimitadas apontam naquela região “diversas trajetórias de intensificação por produtividade da agricultura”. Sob esse contexto, o autor defende diante dos autores da primeira perspectiva que “o aumento da

extensão e do tempo das capoeiras pode significar a outra face de dinâmicas positivas, pode ser sinal de um processo de desenvolvimento ascendente, em perspectiva econômica”, de modo que as *capoeiras velhas* “podem derivar de processos de intensificação da agricultura e, assim de dinâmicas adaptativas em que uma agricultura economicamente mais eficiente superou sistemas extensivos” (idem).

Costa argumenta aos autores em torno da segunda perspectiva que as capoeiras têm duas posições em relação à agricultura de corte e queima: “ou elas são seus produtos que se tornaram partes constitutivas, ou elas são produtos de sua negação” (idem, p. 81). Sobre isto, há similaridade em uma passagem do trabalho de Mazoyer e Roudart:

As outras formas de agricultura [em oposição à chamada agricultura moderna] continuam predominantes e ocupam a maioria da população ativa dos países em desenvolvimento. É claro que entre essas agriculturas, as mais prejudicadas e as menos produtivas são inevitavelmente marginalizadas, mergulham na crise e são eliminadas pela concorrência das agriculturas mais poderosas. Mas aquelas que têm os meios para subsistir e progredir, revelam uma criatividade imensa e continuam a desenvolver-se segundo seus próprios caminhos. É um erro considerar essas agriculturas tradicionais e imutáveis, diferentes daquelas praticadas nos países desenvolvidos. Elas estão em transformação contínua e participam da criação da modernidade (MAZOYER e ROUDART, 2010, p. 42).

Assim, ambos os autores concordam no caráter de transformação e adaptação das agriculturas ao longo do tempo, conforme contextos histórica e espacialmente determinados, o que relativiza o senso comum quanto à agricultura tradicional enquanto apegada e atada a um momento histórico anterior, meramente memorial e não *realmente* coetâneo, deixando escapar que o território onde ela se realiza porta um caráter processual (CASTRO e MARIN, 1999).

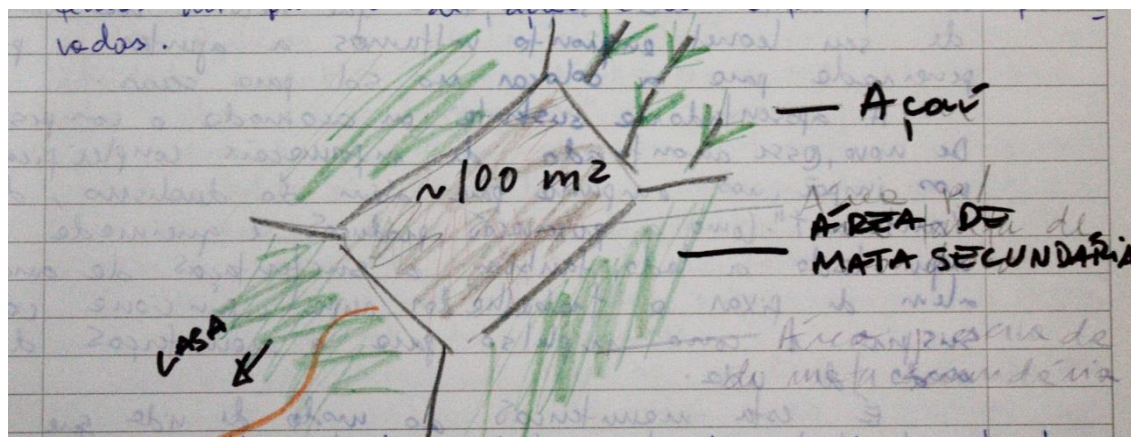
Em diálogo com o Censo Agropecuário de 1995-96, Costa comenta que foram duas categorias utilizadas que “compõem todas as terras sobre as quais se encontravam vegetações secundárias – precisamente as capoeiras”, sendo elas “Área utilizada em Descanso” que comporta todas as áreas de pousio de até quatro anos e “Áreas agricultáveis não Utilizadas”, que no momento do Censo se encontravam fora e uso por mais de quatro anos.

Na ocasião do Censo supracitado os valores apresentados para a região Norte somaram o total de 4,5 milhões de hectares (lembrem aqui os dados do ZAE-Dendê), sendo 1,1 mi/ha correspondentes às áreas utilizadas em descanso e 3,4 mi/ha às áreas agricultáveis não utilizadas. As áreas de pousio, segundo estes dados, estariam distribuídas entre agricultura camponesa e patronal na relação 0,7 e 0,4 respectivamente; e 1,5 e 1,9 milhão para as áreas fora de uso (COSTA, 2012, p. 83). Havemos de ponderar, destarte, que o tempo de pousio é variável de acordo com a cultura trabalhada e que “a área que se decide manter como capoeira é resultado de uma produção própria da capoeira”, produção esta que “tanto pode ser de um



certo volume de biomassa, como de um certo conjunto de funções, tais como fornecer lenha, fornecer madeira para tutorar pimenta-do-reino ou para construção civil”, ou ainda “para sequestrar carbono e manter a biodiversidade” (idem, p. 83-84).

**Croqui 5** - Área da roça de Leonel e arredores



Fonte: Autor (2018)

Sobre o último aspecto citado, cabe memorar que no primeiro dia do período mais extenso que estive em campo, em setembro de 2018, fui até a roça da família que me recebeu em sua casa para a queima da área já desmatada, com cerca de 100 m<sup>2</sup>. Naquela ocasião, me chamou a atenção o percurso até o local: o caminho entre uma mata relativamente densa e sombreada, que perdia densidade sem poder ser considerada capoeira pelos aspectos da paisagem ao redor da área de queima, tendo no lado direito um açailal intercalado por outras árvores, como pés de caju, rico em serrapilheira, plantas pequenas, insetos como borboletas e pequenos besouros. Enquanto começavam a atar fogo com palhas secas de açai na área, lembrei da terra preta que se busca produzir com a queima de áreas para plantio nas roças também de minha cidade natal, sendo a queimada não um processo meramente de desmatamento, mas com vistas à produção de terra apta para a mandioca. Além disso, desde um ponto de vista sistêmico, me indaguei as relações entre as três áreas: açailal, roça de corte e queima e mata densa. O camponês proprietário me informou ali que aquela área estava em descanso já há alguns anos e que havia outras áreas que entrariam em pousio com o uso daquela, em ciclos de cinco anos ou mais.

**Foto 18** – Caminho até a Roça

**Fonte:** Autor (2018)

Como descrito no capítulo 1, o campesinato no Ramal do Cravo em Acará tem como produtos prioritários a mandioca, o açaí e a pimenta-do-reino. Mas isto não esgota a biodiversidade dos lotes no que tange a frutas, pequenas criações, madeira e remédios da terra. Retomando uma leitura sistêmica, ou melhor, ecossistêmica, e assumindo a importância do extrativismo para a comunidade de São Francisco do Cravo, seja para consumo ou comércio com o centro urbano de Acará e em menor escala com a RMB, devemos ponderar que a terra-propriedade não é necessariamente a mesma terra de uso. Novamente Costa (2012, p. 208) oferece um aporte acerca deste campesinato atrelado ao que chama “paradigma extrativista”. Ele lança mão da designação “territórios operacionais” para dar conta desse não-encerramento no interior da propriedade, entendendo que “as áreas que detêm os recursos naturais manejados pelos seus sistemas produtivos não se limitam à extensão fundiária dos

estabelecimentos: eles invadem (sic) funcionalmente matas, se entrecruzam nos rios, em suas várzeas e lagos”.

Ora, é somente assumindo a complexidade - a constelação de elementos que compõem e são produto das relações produtivas e políticas -, que podemos vislumbrar com mais acuidade o que significa designar terras como *improdutivas*, *degradadas*, *subutilizadas*, *capoeiras*, posto que estas designações, com suas respectivas metodologias, são determinantes não apenas para fins de classificação, mas de destinação nas políticas públicas, linhas de financiamento, projetos privados e estatais, ou a junção destes nas propaladas Parcerias Público-Privadas (PPP's).

**Foto 19** – Açaizal ao lado da roça em chamás



**Fonte:** Autor (2018)

Novamente a designações citadas nesta sessão, ainda que justifiquem o caráter de baixa ou inexistente produção destas áreas, passam ao largo da própria legislação brasileira no que tange ao Estatuto da Terra e suas previsões para desapropriação de áreas para a Reforma Agrária. Não se tem notícia de que alguma dessas “áreas degradadas” e “sem uso” tenha sido desapropriada após estes zoneamentos para permitir naquela parcela do Estado a reprodução camponesa, garante da produção de alimentos básicos da dieta amazônica. Nos documentos e trabalhos aqui consultados, exceto por Costa (2012), se passa ao largo de discussões mais profundadas sobre a utilidade das áreas degradadas para a economia regional e seus diversos sujeitos e classes, generalizando “não uso” e “subutilização” para áreas semelhantes na fotometria e nos Censos Agropecuários, mas de natureza, uso e destinação que podem ser

bastante diversas. Generalizações a despeito do investimento nos zoneamentos como o MacroZEE e o ZAE-Dendê.

Ao se desconsiderar o potencial de restituição florestal destas áreas, como adverte Costa (2012, p. 209), se desconsideram outras possíveis destinações àquelas áreas, para além do monocultivo em larga escala cancelado como reflorestamento pela Sema-PA, como vimos no segundo capítulo. É sob esta lógica que também podemos observar com o autor a trajetória decrescente da agricultura camponesa centrada no agroextrativismo: entre 1990 e 2006 esta caiu 5% no Nordeste Paraense. E ainda faltam os dados mais recentes do Censo Agropecuário, para termos uma noção mais aproximada dos processos em curso nesta parcela da Amazônia.

O paradoxo é que os zoneamentos citados, ao se utilizarem das noções “terras degradadas” ou semelhantes, deixam no mais das vezes escapar a sua própria razão nominal de inovar no trato do ecológico, agroecológico, deixando em segundo plano ou pano de fundo relações sistêmicas entre estas terras e a economia regional, notadamente no seu papel quanto à agricultura camponesa e patronal (para usar os termos de Costa) em suas diferenças. E daí, acabam por defender a monocultura como opção hegemônica para uso dessas áreas no contexto de “esverdeamento do desenvolvimento” em uma região *biodiversa* como é a Amazônia. Como Shiva (2003, p. 93) escreve, os produtos desejáveis dependem de classe e gênero, e a estes produtos correspondem designações/destinações de meios produtivos para alcança-los.

Os efeitos dessa designação de terras objetivada por classificações estatais se fazem sentir nas comunidades. Que o digam as famílias que tiveram igrejas, casas, sítios e caminhos cercados pelo dendê. Se a proposta dessas classificações, dessas designações e destinações têm realmente o objetivo de fomentar novas formas de conhecimento que pautem o produtivo, devemos ponderar que os cálculos de anos, quantidades produzidas, quantidades de hectare, enfim, o numérico e matemático que sustenta e exprime essas classificações deveria ser problematizado no contexto de que “se se quer mudar um modelo de desenvolvimento, tem-se de mudar o poder que o sustenta” (CASANOVA, 2006, p.18), neste caso o poder de ciências pautadas nas técnicas e exatas (estrito senso) sobrepondo-se à leituras que levem em conta dimensões humanas, sociais e políticas, cosmológicas.

Dever-se-ia dessa maneira recolocar o problema do desenvolvimento econômico no bojo ou no interior da economia política, do qualitativo (política) que deveria sobrepor o quantitativo (economia), já que esta última é produto de relações humanas que vão além dos cálculos. Ora, estas disputas pela terra colocam o problema dos limites da própria terra. Sobre

este aspecto, Murray Li (2014, p. 179) defende que o fim das terras coletivas, além daquelas aptas ao cultivo, demanda um novo conhecimento e uma nova política.

O que Costa (2012) apresenta e interessa a este trabalho vai ao encontro àquela afirmação de Casanova (2006, p.272) de que “máquinas e matemáticas podem ser dominadas pelas organizações sistêmicas e anti-sistêmicas em meio a turbulências e situações distantes do equilíbrio”. Costa procura interpretar desde a economia política o lugar das capoeiras na produção regional, problematizando sua produção, seu papel e assim indicando possibilidades de designação que considerem o complexo em que elas se inserem do ponto de vista social e ecológico, relação esta que deveria ser a razão de ser dos zoneamentos (ACSERLALD, 2000, p. 12). Como isso nem sempre é considerado, essas situações “distantes do equilíbrio” citadas por Casanova parecem caminhar em progressão no sentido de garantir a concentração e mesmo fomentá-la.

Em meio a essas situações distantes do equilíbrio que marcam o período atual na transição (?) para o desenvolvimento sustentável, uma questão importante é: quando ocorre a erosão das escolhas e se chega a um ponto de compulsão (MURRAY LI, 2014, p. 148), dificultando aspectos da vida nesta parcela da Amazônia em nome do “interesse geral” e do desenvolvimento sustentável? Que escalas agem nesse mesmo sentido para beneficiar esta parcela do ecúmeno? As terras degradadas daqui tornadas produtivas implicam uma produção para quem? Para onde? E que terras restam ou vão sendo abertas para a reprodução camponesa? Que esforços de designação e destinação são feitos para aquelas palavras cada vez mais esquecidas no léxico dos *players* estatais e privados, como a reforma agrária e a justiça social? Seriam estas desnecessárias ou contra o desenvolvimento sustentável? São perguntas que vale refletir, ainda que não possa responder a elas todas agora. Por outro lado, é neste agora que se faz o amanhã. Sobre a noção de terras subutilizadas, Murray Li (2014, p. 13) alerta para o fato de que “Notion of wilderness are still deployed by contemporary development planners, who see frontier space as ‘underutilized’ resources that should be put to efficient and productive use and devise schemes to attract corporate investors”. Assim, o aproveitamento dessas áreas parece abrir caminhos para novos investidores subordinando ou solapando as condições de reprodução camponesa: a situação distante do equilíbrio parece ser mais que situação, estrutura, no que tange ao social.

E o papel do Estado na designação e destinação dessas áreas?

El papel del Estado como facilitador de los tratos sobre tierras es, casi siempre, fundamental para el proceso. Esto es evidente en cinco funciones diferentes aunque relacionadas para facilitar los tratos sobre tierras que sólo el Estado puede desempeñar. Todos los Estados están aplicando iniciativas políticas y administrativas sistemáticas en torno al concepto de —tierras marginales

disponibles: (i) creación/justificación; (ii) definición, reclasificación, cuantificación; (iii) identificación; (iv) adquisición/apropiación; y (v) reasignación/utilización de dichas tierras para transformarlas de recursos escasos controlados legalmente por el gobierno nacional en contrapartidas para nuevas inversiones a gran escala en tierras (Borras Jr et al., 2011, p. 8).

É interessante observar que a citação acima vem de um estudo sobre “acaparamiento” de terras, capturas de terras na América Latina e Caribe, o que insere questões de designação de terras num contexto mais amplo de estrutura agrária global e do papel do Estado neste contexto.

No caso deste trabalho, devemos considerar que a Biopalma tem capital estrangeiro em sua composição acionária, além de ser uma empresa ligada à empresa Vale e ter como horizonte se tornar a maior produtora de agrocombustível (óleo de palma?) da América Latina. Sua territorialização no Ramal do Cravo, entretanto, seria questionável sem a chancela dos zoneamentos e financiamentos estatais. Como a própria Vale ao apresentar o papel da Biopalma registra,

Todas as áreas utilizadas no cultivo do dendê são mapeadas e demarcadas pelo Governo Federal como áreas degradadas. Como parte da estratégia da Vale, a Biopalma vai contribuir para a preservação de áreas verdes e a recuperação de áreas deterioradas (VALE, 2012, p. 386).

Assim, as capoeiras em sua função complexa são colocadas sob o guarda-chuva de “áreas deterioradas” na citação acima. E isso permite questionar: a inexactidão no trato dessas áreas é um problema ou uma estratégia? Não seriam essas “aparentes fragilidades e contradições da política amplinada” na verdade “a força de estabilização de um sistema de amarras múltiplas”? (MASCARO, 2017, p. 72-73). Ainda sobre as questões relativas à terra, o paradoxo é que se “a terra na Amazônia não perdeu seu valor de compra. Pelo contrário” (PEREIRA e AFONSO, 2017, p. 185), a valorização da terra – economicamente – e da região – estrategicamente, globalmente – não tem implicado ou se realizado concomitante à valorização dos povos da Amazônia que veem suas vidas sendo degradadas por projetos de aproveitamento da *degradação* não apenas de áreas, mas das vidas e biodiversidade, como ocorre muitas vezes no caso do agro do dendê.

Em meio a estas áreas degradadas – aproveitadas ou reproduzidas? - o campesinato vai pagando o preço da autonomia: estigma e baixo status social (MURRAY LI, 2014, p. 56). Diante das limitações de acesso à terra, a competição transborda da relação entre comunidade e empresa para se instalar no interior da própria comunidade. Se torna cada vez mais lugar-comum as demandas de que as populações do campo que trabalham na agricultura sejam resilientes diante da conjuntura global de crise ambiental e climática (VECCHIONE-

GONÇALVES, 2019, p. 5), resiliência que contrasta com a dureza de medidas estatais e ações orquestradas por elites nos territórios para apropriação de terras e pelos efeitos socioambientais.

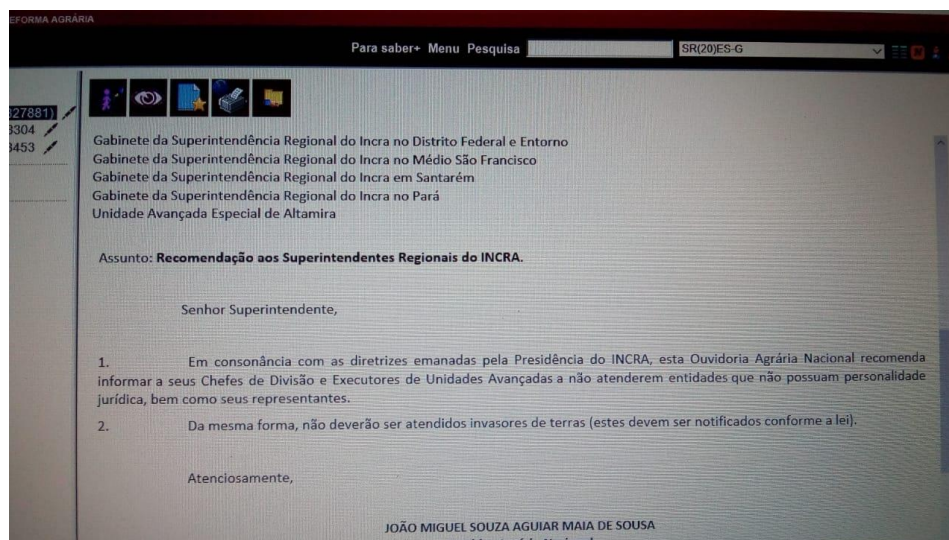
Nesse contexto, a valorização da terra, seu “valor de compra”, tem muitas vezes solapado valor de “troca” das gentes e recursos naturais<sup>51</sup>. Sobretudo, acentuado depois do início da crise neoliberal de 2008, aparece o valor de uso em seu movimento contraditório de se liberar das amarras legais para realizar mais-valia, desembocando na flexibilização em diversas frentes (com a soldagem ambiental-agrário exemplificada, por exemplo, no CAR), enfeixando para melhor progredir. Justo a isto vai a necessidade de endurecimento da legislação sobre a propriedade, sua garantia, *o liberalismo liberado pela regulação* (VECCHIONE-GONÇALVES, 2019, p. 5). Como adverte Mascaro, essa garantia da propriedade é a própria razão do Estado: “o aparato estatal é a garantia da mercadoria, da propriedade privada e dos vínculos jurídicos de exploração que jungem o capital e o trabalho” (MASCARO, 2017, p. 18).

É nesse contexto que a regularização fundiária toma a dianteira das discussões e demandas do “agrário” soldada com a regularização ambiental na quase totalidade das projeções e análises intersetoriais Estado-empresas. Quanto à Reforma Agrária, o memorando circular n. 234/2019/OAN/P/SEDE/INCRA, enviado pelo responsável pela Ouvidoria Agrária Nacional aos Chefes de Divisão e Executores de Unidades Avançadas não é somente *sintomático* ou marginal, mas claro como o dia:

---

<sup>51</sup> Aliás, a diferença entre Recursos Naturais e Recursos Humanos muitas vezes se esvai, ainda mais com a ideia-força “capital humano”: tudo passa a ser recurso. Para quê ou para quem, o terreno vai ficando mais nebuloso para o senso comum. E mesmo para muitos acadêmicos.

Foto 20 – Mensagem de ouvidor agrário nacional a superintendente do INCRA



Fonte: reprodução

Mas não só a nota aponta como tem se dado as relações terra-regularização fundiária e ambiental-direito: como exposto no primeiro capítulo, as terras da Biopalma estão parceladas em fazendas. Becker em seu trabalho sobre a pertinência dos monocultivos de dendê na Amazônia descreve entre os riscos os seguinte:

Políticas Públicas e Riscos Ambientais. Parte considerável de pesquisadores concordam que as políticas públicas têm um papel central na trajetória do cultivo do dendê.

Há aqueles que são contra a implantação desse cultivo, porque ele arrefeceria o avanço das conquistas que vem sendo feitas para proteção do meio ambiente (Butler and Laurence, 2008).

É evidente que, se não houver medidas adequadas, políticas destinadas outros setores que não diretamente ao dendê podem estimular o avanço desse cultivo para além das áreas desmatadas e, assim, ampliar o desflorestamento. O que pode ser facilitado com a implantação de estradas e hidrelétricas previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e na Iniciativa para Integração Regional Sulamericana (IIRSA), que envolvem o coração florestal.

O problema se tornará bem maior com a aprovação de certos itens da proposta de revisão do Código Florestal em debate no Congresso Nacional, tais como: **i) a dispensa da Reserva Legal em propriedades até 4 módulos fiscais, e a dispensa de recomposição da vegetação em áreas ilegalmente desmatadas até 2008 que podem ampliar sobremaneira a área do cultivo, na medida em que um imóvel pode ser desdobrado por seu dono em vários 4 módulos fiscais. Muitos proprietários no Pará, interessados no dendê, já estão desdobrando suas terras em módulos menores** (BECKER, 2010, p. 7 – sem grifos no original).

Este tema foi, à época das discussões acerca do “Novo Código Florestal”, um dos motivos centrais na elaboração e defesa no âmbito do STF das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 4901, 4902, 4903 e 4937 em que a Terra de Direitos atuou como *Amicus Curiae*, junto com organizações como a AAT (Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia), a ABRA (Associação Brasileira de Reforma



Agrária); a DIGNITATI Assessoria Jurídica Popular; com o INGÁ (Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais); e com a FASE (Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional). Especificamente, se questionou a desobrigação da restauração das áreas de reserva legal inferiores aos marcos legais dos imóveis rurais de até 4 módulos fiscais, de forma a contabilizar a área existente até julho de 2008 (art. 67 da Lei 12.651/2012) (PACKER, s/d, p. 7). Como vimos no capítulo 1, esta desobrigação rendeu a polêmica nota de técnicos do MPEG na *Nature*.

Na Amazônia a estratégia de parcelamento, por sua vez, não consistiria em uma novidade gestada no agronegócio do dendê. Como observa Torres, Doblas e Alarcon, ainda à época da federalização de faixas de terras (Decreto nº 1.164/1971), seguida de ações discriminatórias como a lei nº 6.383/1976, procurou-se estabelecer mecanismo para legitimação de posse produtiva das áreas, desde que não ultrapassassem 100 hectares, “que expressam ocupações essencialmente camponesas”. Contudo, escreve Torres que

Esse dispositivo legal não impediu que outros grupos avançassem sobre largas extensões de terras, buscando legitimação por meio de processos que demandavam “regularização fundiária”, instaurados junto ao Incra em toda a Amazônia. O procedimento repetia a receita já usada em Mato Grosso para a grilagem de terras: **a grande apropriação era fracionada em diversos lotes menores que o limite constitucional e, para cada um dos lotes, abria-se um processo independente no Incra, com distintos “laranjas” como requerentes** (TORRES, DOBLAS e ALARCON, 2017, p. 16 – grifos meus).

É sobre estes processos que Regina Bruno (2002) defende que as designações latifundiários e empresários são complementares. Se acumulam processos de ponta no que se refere à tecnologia (empresariado *high-tech* do agro) e se aguçam as pontas de processos históricos de derrocamento do público e de apropriação pautada em crimes (formação e reprodução de latifúndios). No caso do Agronegócio do dendê, vimos que a Biopalma também tem lançado mão da estratégia de parcelamento, ainda que não se possa afirmar categoricamente os interesses de tal prática. Contudo, o trabalho de Silva, Magalhães e Farias (2017) e os processos jurídicos citados anteriormente e que envolvem a Agropalma, maior empresa do setor no estado, nos alertam sobre a importância de acuidade na avaliação desses aspectos.

A territorialização do agronegócio do dendê, segundo esta pesquisa, conjuga então o oportunismo quanto a políticas públicas de destinação de terras, financiamento públicos para seus empreendimentos e práticas “consagradas” historicamente de apropriação indevida de terras, como a falsificação de títulos. No caso da Agropalma, atualmente com cerca de 130 mil hectares bloqueados, os processos incluíram a criação de um cartório de fachada em

Acará (MENDES, 2018). A noção de áreas degradadas e suas congêneres opera nesse contexto como poderosa estratégia de aparentar opções técnicas na política e destinar terra para empreendimentos de monocultivo agroecológicos (não é este o nome do zoneamento do dendê elaborado pela Embrapa?). Assim, ao situar a inclusão social abstratamente como produto do desenvolvimento desses empreendimentos, se esquece que a inclusão (a “novidade”) tem quase sempre ocorrido *a posteriori* das negociações, dos acordos. Então, se a “deliberação sobre fins” é “essencial a qualquer atividade política genuína” (DARDOT e LAVAL, 2017, p. 286), há de se perguntar o lugar da política nessas destinações.

Enfim, há de se acrescentar que a territorialização do agronegócio do dendê não esteve restrita aos levantamentos sobre áreas degradadas. A Biopalma também encomendou estudos sobre os territórios onde pretendia se instalar, como veremos a seguir.

#### 4.3 Diagnóstico territorial: Prospecções de antemão e contramão no Ramal

O território não é uma categoria/conceito unânime nas ciências que o abordam, como a biologia, a geografia, a ciência política, a sociologia, etc. Assim, o que se entende por território e como ele é apresentado passa por questões epistemológicas, que são questões políticas traduzidas em seus próprios termos (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 26). A empresa “Diagonal”, que tinha como frase-marca em 2016 “transformação de territórios” atualmente acrescentou a esta frase “na virada sustentável”. Ela foi contratada pela Biopalma para realizar um “diagnóstico territorial” enredando vários municípios do Nordeste Paraense: Abaetetuba, Acará, Aurora do Pará, Bujaru, Concórdia do Pará, Igarapé-Miri, Moju, São Domingos do Capim e Tomé-Açú. O que há de comum nestes municípios, além da proximidade locacional, é a “aptidão” para cultivo de dendê. Como se sabe, há em todos eles monocultivos de empresas como a Marborges, ADM, Agropalma e Biopalma atualmente.

A Diagonal tem no seu portfólio trabalhos realizados no Brasil e em outros países da América Latina, além da África, sendo uma de suas clientes a Vale<sup>52</sup>, tendo escritórios em São Paulo, Recife e Moçambique, sendo propriedade de Álvaro Jucá, irmão do ex-senador Romero Jucá, do MDB-RO<sup>53</sup>.

<sup>52</sup> Eis alguns dos clientes listados no site da empresa além da Vale: BID, Bunge, CPTM, Dersa, Ecovias, Infraero, Kinross, Odebrecht, Petrobrás, Fundação Roberto Marinho, Sabesp, Transnordestina, Transpetro, *UN Habitat*, Banco Mundial.

<sup>53</sup> Informações de Lucas Ferraz publicadas na Agência Pública, na matéria “Jucá, o tricoteiro de quatro agulhas”, onde há informações sobre a delação de 77 executivos da Odebrecht que citam Jucá. Como se viu acima, a empreiteira é uma das clientes da Diagonal. Disponível em <https://apublica.org/2017/04/juca-o-tricoteiro-de-quatro-agulhas/>

O Diagnóstico foi uma espécie de prévia que visou levantar informações (em alguns momentos quase cirurgicamente) para que o planejamento de instalação da Biopalma fosse o mais possível embasado. Nesta sessão irei, num primeiro momento, expor alguns dados que traz o diagnóstico, para se ter uma ideia da ação da empresa e da situação do município antes da instalação desta, notadamente no que toca às *fragilidades* que permitiram uma territorialização daquele volume, com extensos monocultivos e o plano de tornar a Biopalma uma das maiores produtoras e processadoras de palma da América Latina.

Chama atenção o nível de descrição do diagnóstico, se utilizando de dados do IBGE e de entidades como a “JFMG – Comunidade de empresas do Brasil”, Associações dos municípios em foco e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Há diversos levantamentos no interior do diagnóstico entre os quais um sobre a “Proporção de Funcionários Públicos da Área de Assistência Social sobre o Número Total de Funcionários Públicos da Administração Direta e Indireta”, com dados do IBGE acessados em outubro de 2011, onde se lê que

- [O] número de funcionários da Assistência Social em Acará, Moju, Tomé-Açu, Igarapé-Miri e Aurora do Pará é proporcionalmente inferior aos demais municípios brasileiros
- Percentagem de funcionários contratados sob “regime flexível” (somente comissionados, sem-vínculo permanente e estagiários) estava acima da média nacional em 4 dos municípios (Aurora do Pará, Bujaru, Igarapé-Miri e Tomé-Açu).
- Número de funcionários da Assistência Social Abaetetuba, São Domingos do Capim, Concórdia do Pará e Bujaru é proporcionalmente maior do que dos demais municípios brasileiros (DIAGONAL, s/d, p. 57 – sem grifos no original).

Os dados do diagnóstico levam a inferir que havia uma preocupação acerca da abrangência dos serviços de Assistência Social nos municípios. Acará aparece neste tópico como proporcionalmente inferior aos demais municípios no acesso a estes profissionais na rede pública. Este interesse pode indicar um meio de identificar vulnerabilidades sociais nos municípios.

Ainda na sessão “Assistência Social” apresenta-se no diagnóstico a estimativa de famílias, população e porcentagem de atendidas pelo Programa Bolsa Família, com Acará figurando com 6.459; 28.743 e 53,7%, respectivamente, ao que se complementa “Indivíduos dependentes do Bolsa Família proporcionalmente maiores (sic) que a média nacional” (idem, p. 56).

Há no diagnóstico também um levantamento intitulado “Conselhos Municipais e Organizações da sociedade civil presentes nos municípios”, onde se numeram: associações comunitárias de classe, igrejas e templos, sindicatos, cooperativas, número de conselhos,

conselhos ativos e conselhos com representação paritária. Esses dados indicam uma preocupação prévia com a presença e densidade destas organizações. Recomenda o diagnóstico: “Indica-se a avaliação e promoção do diálogo com essas instituições, quando do desenvolvimento de ações na região” (DIAGONAL, s/d, p. 59), recomendação que parece ser orientada pela moderna estrutura de governança pautada na inclusão dos *holders*. Ademais, se percebe que o diagnóstico não só levantou informações ou as sistematizou, mas trouxe também indicativos de ação.

Não pretendendo uma descrição exaustiva do diagnóstico, pode-se acrescentar que nele constam levantamentos sobre rede de transportes e infraestrutura em geral, violência e tráfico, acesso a energia elétrica, saneamento, esporte e lazer, “organização e ordenamento territorial” onde se leem trechos como “Sedes municipais situadas às margens de vias de circulação fluvial (“período dendrítica”) e rodoviária (período dos GPIs)” e “ausência de Unidades de Conservação” (idem, p. 36), uma sessão relativamente extensa sobre matriz produtiva dos municípios, etc.

Dois tópicos merecem um pouco mais de atenção. A matriz FOR (Fragilidade, Oportunidade e Riscos) traz dados sobre a educação nos municípios:

**Tabela 6 – Matriz FOR**

MATRIZ FOR				
Fragilidades	Oportunidades	Riscos		Diretrizes
		Para a VALE	Para a região	
Percentual de não alfabetizados bastante acima da média brasileira	Existência de rede de ensino voltada à Educação de Jovens e Adultos.	Dificuldade na comunicação com a população	Dificuldade em usufruir de oportunidades de ampliação de renda gerada por novos empreendimentos na região	Apoiar ações voltadas a reforçar atividades do EJA. Comunicação com a população precisa associar imagens às mensagens escritas. Apoiar a integração dos Conselhos Municipais de Educação, Tutelar e da Criança e do Adolescente para as ações que se façam necessárias.
Em torno de 50% dos alunos tem mais idade do que a esperada para a série/ano que cursa.	IDEB supera as metas projetadas	Dificuldades de capacitação de parceiros	Constrangimentos aos aproveitamentos das oportunidades geradas pelo empreendimento.	Estimular a parceria dos governos locais com outras esferas (públicas e privadas) para a realização de cursos de EJA, profissionalizantes presenciais ou à distância.
A oferta de ensino médio não atende a demanda e entre 10% e 25% abandonam a escola.	Mais de 60% dos estudantes do ensino médio são aprovados	Dificuldade de profissionais capacitados para o empreendimento	População jovem deixar a região em busca de educação profissional	Estabelecer parcerias e apoiar o desenvolvimento de cursos ligados ao empreendimento
Baixa diversidade de cursos universitários existentes nos polos locais. Cursos não atendem os interesses do empreendimento. Infraestrutura insuficiente.	Os cursos universitários, em pólos de EAD, estão formando professores. Presença de instituições de ensino superior (UFPA/IFPA/UFRA) com as quais se podem estabelecer parcerias	Contraste negativo frente às necessidades de ambiente rural com eficiência logística demandada pelo empreendimento	Ambiente pouco estimulante para o ensino e a aprendizagem	Apoio a melhoria da infraestrutura existente também por meio de captação de recursos em linhas de financiamento. Apoiar as Secretarias de Educação no aprimoramento da gestão
Infraestrutura das escolas insuficiente, agravando-se para área rural	A maior parte dos estabelecimentos de ensino encontra-se na área rural, (podendo estar próximo aos agricultores parceiros). A avaliação da gestão educacional dos municípios apresenta aspectos com pontuação muito satisfatória – especialmente nos municípios de concórdia do Pará, Bujaru e Tomé-Açu			

**Fonte:** Diagonal (s/d), grifos meus.

A matriz destaca a educação sob viés voltado ao empreendimento da Biopalma e a visão da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como ferramenta importante para atender a “eficiência logística demandada pelo empreendimento”.

Que tal um diagnóstico desde São Francisco do Cravo? A análise situacional, por seu turno, aponta a necessidade de evidenciar os sujeitos não abstrata ou estaticamente, mas como compreendem suas próprias vidas, suas esperanças e medos e seus projetos sociais e políticos (MURRAY LI, 2014, p. 6). Assim, sobre educação, cito a entrevista com uma jovem estudante de São Francisco do Cravo reproduzida a seguir (entre colchetes registro minhas falas para melhor representar o fluxo do diálogo):

Acho bom essa experiência deles, que é maior do que a nossa, porque a gente não tem (fala sobre os mais velhos). A gente estuda, mas não é um estudo bom, bom, bom... [e tu achas melhor a experiência deles que o estudo?]. Pelo Acará é, porque o estudo daqui, estudando mesmo só por estudar, se a gente não for sair daqui nada acontece... **[Que perspectiva tem pra um jovem de Acará?]** Não tem (entrevista realizada em setembro de 2018 – grifo meu).

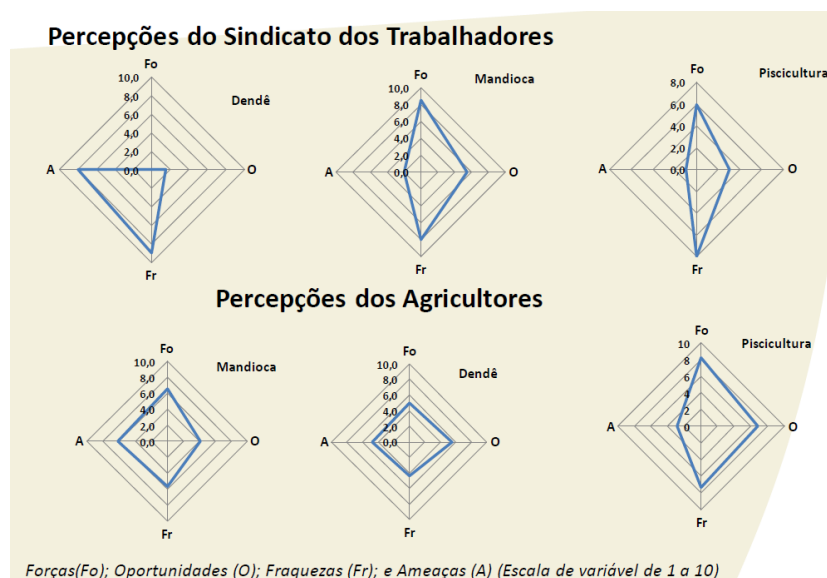
Isto nos provoca sobre os efeitos na educação no município onde se instalou este projeto de desenvolvimento sustentável enquanto *novidade* no município. O que nossos trabalhos de campo apontam, contudo, é a dura experiência que continua marcando os estudantes do interior para que sigam na trajetória de aprendizagem. Durante os 15 dias que estive na comunidade, em novembro de 2018, mais de uma semana foi de ausência da circulação de ônibus escolares para buscarem as crianças do fundamental menor. Duas semanas depois, por telefone, fui informado que ainda não havia normalizado o transporte dos estudantes do fundamental para a Beira, onde está uma escola.

Além disso, todo este último período que estive em Acará, havia uma intensa discussão e paralisações, greve, por conta do atraso salarial de professoras e professores do município. Quanto aos alunos do ensino médio, como é o caso da entrevistada, não têm acesso a transporte no Ramal do Cravo: precisam se deslocar até a Beira, de bicicleta ou moto, para de lá tomarem ônibus em direção à sede de Acará.

Preocupa observar nestes fatos a perpetuação da precarização da educação que acaba por reproduzir desigualdades estruturais não só no acesso ao mercado de trabalho, mas da própria consciência social, política e ambiental. No que se refere aos estudantes do ensino médio é agravante que o governo do estado, responsável por este nível de ensino, legisle abrindo mão de impostos de circulação (ICMS) enquanto priva estudantes da comunidade de condições mínimas de continuidade nesta etapa tão necessária da educação formal. Eis um elemento do diagnóstico da educação em São Francisco do Cravo que esta pesquisa apresenta que não aparece nos zoneamentos, diagnósticos encomendados pela Biopalma, e mesmo em muitas pesquisas sobre agronegócio do dendê. E por que falar sobre educação? Ela é fundamental nas disputas por terra e futuro.

Voltando ao Diagnóstico, a sessão temática que versa sobre economia traz representações gráficas em forma de espectro acerca de culturas como a mandioca, a piscicultura e o dendê, divididos por *percepção* dos sindicatos dos trabalhadores e dos agricultores:

**Figura 1** - Percepção do sindicato dos trabalhadores e dos agricultores de Acará



**Fonte:** DIAGONAL (s/d, p. 30)

Os espectros demonstram a sofisticação do diagnóstico territorial elaborado pela Diagonal, oferecendo informações privilegiadas à Biopalma sobre aspectos nevrálgicos não só dos dados tangíveis, mas também perceptivos e prospectivos, já que uma das pontas dos quadrantes acima trata de “oportunidades”. Esse é um dos momentos em que o grau de sofisticação do diagnóstico da Diagonal aparenta superar os levantamentos do próprio IBGE – que, diga-se de passagem, deve sofrer cortes de orçamento para o censo já neste ano de 2019.

A questão é que a empresa assume os dados como *dados*, como ponto de partida para elaborar estratégias de implantação e expansão de seus negócios, seus cultivos. Quanto à sociedade, especificamente às esferas municipal e estadual, é importante tomar os dados em perspectiva regressiva, histórica, assim como diagnosticar os desdobramentos que levaram estes dados a se tornarem realidade e irem conformando trajetórias de diversos seguimentos sociais, como em São Francisco do Cravo.

A educação a partir das falas da jovem cravense novamente podem ser colocadas como percepção e “oportunidades”. Sua entrevista oferece uma visão das condições de acesso e manutenção desta etapa escolar e as *perspectivas* de uma jovem estudante do interior de

Acará cercado por um dos maiores empreendimentos do setor de agrocombustíveis da América Latina, com amplo apoio de poderes executivos e legislativos nas escalas federal, estadual e municipal.

[Nunca te falaram assim na escola: estuda se não vai trabalhar na roça?] Até hoje ainda falam, ainda escuto, o professor fala bastante.

[Já sofreu algum preconceito por morar aqui, ser do interior?] Já, falam bastante, que a gente mora na poeira e essas coisas assim. As pessoas mesmo da cidade falam, dali da vila, que moram na beira da pista. Falam da poeira. Se a gente vai daqui e pega poeira, chega só poeira pra lá, começam a falar. [E a educação daqui, o que tu achas?] Mais ou menos. É uma educação meia péssima, tem vez que não passa o ônibus, o prefeito não paga, aí fica difícil. Sempre tem que ir lá pra entrada. [E quem não tem moto, como é que vai?] De carona, de bicicleta. [E o ônibus que leva as crianças?] O horário não dá, o ônibus passa cedo na entrada (entrevista realizada em setembro de 2018).

“O horário não dá” e a ausência de transporte no interior do Ramal de São Francisco do Cravo contrasta bruscamente com as carretas, vans, carros particulares (entre os quais muitos SUV’S) e ônibus que diariamente, do alvorecer até a noite, circulam buscando e levando produtos e pessoas para a Biopalma. O horário que não muitas vezes parece o tempo que não dá, a história que não dá, os futuros que não há, precisam ser reduzidos a somente um futuro possível: “se os primeiros ‘cercamentos’ incidiam sobre o espaço, hoje a concentração da propriedade atinge o tempo” (DARDOT e LAVAL, 2017, p. 498). E mesmo assim o campesinato resiste.

Na terra dura que algumas vezes também não dá, os moradores e moradoras da comunidade vão teimando como teimam os mecanismos de solapamento de sua autonomia e as injustiças contra sua dignidade. Sobre estes aspectos é que autores como Macedo e Sousa (2015) classificam o *boom* do agronegócio do dendê no Nordeste Paraense como “novos projetos, velhas práticas”, sustentando a tese de que “expansão do cultivo do dendê, na região, relança antigos mecanismos de expropriação e subordinação a estes sujeitos” (idem, p. 304).

Registre-se que essa “expropriação e subordinação” dos sujeitos ocorre não só quando a terra. Antes de encerrar este trabalho, acredito ser de valia citar alguns casos que ilustram extremos destas disputas em torno da terra e futuro, nas proximidades de São Francisco do Cravo, e em memória a quem tombou diante da violência. Porque as disputas muitas vezes desembocam em caminhos que se fecham em definitivo aos sujeitos. Vamos então a esta constelação de elementos para uma visão mais ampla das disputas pela terra em curso no Pará.

Dados levantados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) revelam que o Pará liderou, em 2017, o *ranking* de assassinatos por conflitos no campo, com quase 1/3 (30, 98%) do total nacional. Se os dados de 1985 a 2017 são expostos, o Pará lidera o *ranking* de massacres no

campo brasileiro, com 26 casos e 125 mortes, que correspondem a 55,31% e 56,05%, respectivamente, sendo que 20 desses massacres ocorreram no sul e sudeste paraense (CPT, 2017).

A política de implantação e expansão do agronegócio do dendê no *core* paraense se dá, geograficamente, no sentido inverso da localização da maioria dos conflitos e massacres que ocorreram no estado. Entretanto, aquela territorialização não se realiza sempre pacificamente – e mesmo legalmente, se consideramos o que já foi exposto acima -, já que esta não advém sobre uma superfície vazia, lisa, mas em uma área de ocupação consolidada, impondo dinâmicas que transformam comunidades, municípios e região, gerando desenvolvimento desigual, combinado e contraditório ao expandir relações capitalistas no campo e na cidade.

Entre os casos de conflito por terra que levaram à morte de pessoas do Acará, temos quatro casos: Artêmio Gustmão, conhecido como seu Alaor, da comunidade de Macaranduba, em 2014; o assassinato de dois irmãos de Alaor em 2013<sup>54</sup>; e o caso de Nazildo dos Santos Brito, na comunidade Roda D'Água<sup>55</sup>.

Nazildo foi assassinado no Ramal da Roda D'Água, a caminho do Quilombo Turé III, zona rural de Tomé-Açu. O Quilombo fica entre Tomé-Açu e Acará e ficou conhecido após seus moradores, junto com o povo tembé (TI Turé-Mariquita), ocupar as instalações da Biopalma em 2015. Por essa ocupação Nazildo e outras pessoas respondiam a processos judiciais. Ele era alvo de oito processos, “sendo acusado de crimes de turbação (perturbação), invasão, ameaças, furto e roubo impetrados pela empresa Biopalma da Amazônia S/A, subsidiária da Vale, na Comarca de Acará” (BARBOSA, 2018). Nazildo foi assassinado no dia 14 de abril de 2018, com tiros na costela e na cabeça, por volta das 19H30 de um sábado. Chama a atenção ele ter, quatro anos antes de ser assassinado, registrado boletins de ocorrência na Polícia Civil de Acará.

Aliás, é significativo e sintomático que o dia de seu assassinato coincida com o dia em que, quatro anos antes, ele havia solicitado proteção ao Ministério Público Federal em Belém, isto é, 14 de abril de 2014. Catarina Barbosa (2018), que reportou o caso, reproduz a fala de uma liderança do Quilombo Turé III:

Laelson de Souza afirma que ele era muito ameaçado. “Uma vez um fazendeiro tentou tacar fogo na casa dele. Em outra fizeram uma emboscada pra ele na estrada. O cabra fechou o caminho e foi pra cima dele, mas ele era corajoso. Botou o homem pra correr. Tudo isso que eu estou contando era avisado pra polícia, pro Ministério

<sup>54</sup> Informações do Diário On-line (DOL), disponíveis em <http://www.diarioonline.com.br/noticias/policia/noticia-292547-.html>

<sup>55</sup> Informações do jornal on-line “A nova democracia”, disponíveis em <https://anovademocracia.com.br/noticias/8585-pa-lideranca-quilombola-assassinada-em-acara>



Público Federal”, diz o agricultor, que também é liderança da Comunidade Turê III (BARBOSA, 2018).

A jornalista apurou com o MPF e o Ministério Público do Pará outras informações graves que envolvem o assassinato de Nazildo e expressam a atenção que muitas vezes recebem as lideranças populares por parte das autoridades:

À reportagem, o MPF disse, em nota, que o pedido de proteção de Nazildo gerou o documento nº 1.23.000.000158/2014-33. “Após análises das representações dos ministérios em Belém e em Brasília, a instituição considerou que a competência para atuação no caso não era federal, e sim estadual. Por isso, em 14/04/2015 o caso foi declinado para o Ministério Público do Estado do Pará por meio de ofício enviado ao procurador-geral de Justiça” – se passaram 15 meses de quando Nazildo pediu a proteção.

Procurada, a assessoria do Ministério Público do Estado do Pará explicou que a Promotoria de Justiça de Acará recebeu em 30 de abril de 2015 o ofício da Promotoria de Justiça de Acará recebeu, em 30 de abril de 2015, o ofício do MPF. “No dia 7 de maio de 2015, a Promotoria de Acará determinou a delegacia de polícia do Acará obtivesse mais informações sobre o que havia sido registrado no B.O. Reforçou que, caso não tivessem sido adotadas providências, que fosse instaurado, imediatamente, o procedimento policial cabível, sem prejuízo das medidas cabíveis contra o Delegado que não cumpriu com suas obrigações a época” [...].

A nota do MPPA encerra dizendo que “em 25/06/2015, a delegacia de Acará informou que não existe procedimento relacionado ao boletim de ocorrência, porém, informa que irá instaurar o inquérito policial devido. Em buscas nos arquivos da Promotoria de Acará não consta nenhum outro expediente registrado por Nazildo dos Santos Brito, sobretudo referente a ameaças” (BARBOSA, 2018).

Já os Boletins de Ocorrência registrados por Nazildo expressam muito bem a complexidade dos conflitos fundiários na área: ele fora ameaçado publicamente durante uma reunião após anunciar que houvera solicitado fiscalização junto a DECA (Delegacia de Conflitos Agrários – Polícia Civil), IBAMA, DEMA (Delegacia do Meio Ambiente) e SEMA contra extração ilegal de madeira na área. Segue um trecho do BO escaneado:

**Imagem 5** - Trecho do Boletim de Ocorrência registrado por Nazildo em 2015

<b>Dados da Ocorrência</b>	
Especialização do Fato:	Crimes Contra a Pessoa
Data e hora do Fato:	28/02/2015 10:15:00
Endereço:	Rua Principal, RODOVIA PA-252, KM-14, RAMAL TRANSBIOVALE Complemento: COMUNIDADE TURÉ III, ZONA RURAL, ACARÁ/PA. Fundos: Pefimetro: ; Bairro: Zona Rural. Localidade: Acará - Acará / PA

Relato da Ocorrência

O relator acima citado, na qualidade de Presidente Interino da Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes de Quilombola do Alto Acará (AMARQUALTA), composta por 06 (seis) comunidades, veio a esta Delegacia de Polícia Civil do Município de Acará/PA, para informar que em data e hora sobreditas, durante reunião, o relator informou aos associados que havia solicitado fiscalização junto a DECA, IBAMA, DEMA e SEMA, para fiscalizar o desmatamento ilegal e prevenir o tráfico de entorpecentes. Nesta ocasião o nacional ALTAIR AMARAL, falou "É, eu tenho uma 20, se a fiscalização entrar aqui eu te mato", textuais. A ameaça foi presenciada por diversas pessoas, entre elas JOSÉ RENATO GOMES DE GUSMÃO, conhecido por "RENATINHO", primo de ALTAIR, GETULINO VILELA TAVARES, coordenador de meio ambiente da associação. O relator esclarece que ALTAIR AMARAL e seus familiares, estão introduzindo pessoas que não são remanescentes de quilombola na área da associação (AMARQUALTA), com o propósito de extrair madeira para vender para madeireiros. Os moradores da associação não denunciam ALTAIR AMARAL e seus familiares, por medo de sofrer represália e até mesmo ser morto, pois os mesmos são contumaz em assassinar pessoas. Diante disto, o relator solicita providências. Registra-se para as devidas providências.//////////

Fonte: reprodução – disponível *on-line*<sup>56</sup>

Ainda que não se queira entrar numa discussão extensa sobre o caso de Nazildo, antes de partir para o caso Alaor vale observar a extração ilegal de madeira e a prática de ocupação de território quilombola com este fim. No Boletim é citado nominalmente Altair Amaral. O nome registrado para localização no boletim também lembra uma discussão levantada anteriormente, sobre a designação do Ramal no Km 14 da PA-252, registrado como "Transbiovale" no documento. Barbosa reproduz ainda a fala de uma liderança indígena envolvida na ocupação da Biopalma e companheira de Nazildo nas lutas pela terra:

Desde 2012, os índios Tembê da Turé-Mariquita tentam obter compensações e ações de mitigação para os impactos que sofrem com as atividades da Biopalma, mas pouco foi conquistado desde então. "Nós até fizemos um acordo que envolvia a questão do saneamento, mas tudo foi meio vago. Eles [a Biopalma] não cumprem o acordo feito junto com a Funai, organizações quilombola e MPF e isso acaba gerando novamente a expectativa de um novo conflito. A nossa situação com a Biopalma é muito complicada", afirma Paratê Tembê (BARBOSA, 2018).

No mesmo ano que Nazildo dava entrada no pedido de proteção para garantir sua integridade física, Alaor foi degolado e esquartejado, em 5 de julho. Dois de seus irmãos já haviam sido assassinados em 2013. Alaor era coordenador da comunidade Maçaranduba, que vinha em processo de titulação como território quilombola na justiça estadual, processo este que vinha sendo questionado pela Biopalma (DOL, 2014). A comunidade, localizada entre Acará, Tomé-Açú e Tailândia tinha outros moradores ameaçados. Antes disso havia denúncias da Associação de Moradores dos Quilombos do Alto Acará (AMARQUALTA) contra extração ilegal de madeira, assim como denúncias de membros da comunidade contra

<sup>56</sup> O Boletim de Ocorrência está disponível em [https://drive.google.com/file/d/1v8xFWXWDez17P2j\\_CuvxDeRWKmlac8c9/view](https://drive.google.com/file/d/1v8xFWXWDez17P2j_CuvxDeRWKmlac8c9/view)

uma operação policial abusiva, cujo processo vinha sendo acompanhado pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, pela ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública (Segup) e pelo movimento Quilombola Malungo, o que mostra a evidência dos conflitos que vinham se estabelecendo ali.

Esses casos nos mostram que a interpretação de que o Nordeste Paraense é uma “área consolidada” tem limitações, já que os conflitos ainda se fazem presentes sem que hajam ações estruturais e estruturantes que coíbam essas práticas criminosas e violentas encampadas geralmente contra camponeses, quilombolas e indígenas.

Esses casos conjugam diversos processos que envolvem madeira, monocultivos, organizações sociais e entes públicos, refletindo de certa forma as diversas frentes de grandes empreendimentos na Amazônia, num eixo que conjuga mineração, silvicultura, energia, agronegócio... Os caminhos que vão sendo abertos têm muitas vezes resultado no encadeamento e fechamento de horizontes de trabalho, respondidos pelo esforço de organização sindical dos trabalhadores empregados rurais, pela luta por autonomia para as populações locais, assim como por reconhecimentos de territórios previstos em lei (terras indígenas e territórios quilombolas) ou a manutenção de condições para as populações presentes naqueles territórios.

Pela sua evidência, revelada na própria intitulação “grandes projetos”, a cartografia da ação das elites econômicas e políticas é relativamente fácil de se mapear. Se quisermos acrescentar a esta cartografia os “invisíveis” camponeses e camponesas, que produzem a maioria dos alimentos consumidos pela população, não há um vetor significativo e localizável destes. Podemos citar alguns projetos de assentamento do INCRA no sul, sudeste e oeste do Pará, além do papel desempenhado pelo Nordeste Paraense na produção agrícola para o estado. Paradoxalmente, os conflitos crescentes que tiveram um pico em 2017, revelam uma presença ativa desta classe na luta pela sua reprodução, contradizendo sua invisibilidade.

É importante sempre ressaltar que esta “invisibilidade” tem efeitos muito além do lugar dos camponeses nos discursos e documentos. A invisibilização, que ocorre tanto pela ignorância quanto pela visibilidade que decreta simultaneamente seu fim, age fechando o cerco, buscando borrar as “caligrafias sangrentas” que constituem a produção do território, a luta pela terra:

Cadáveres degolados, carbonizados, ensanguentados, desfigurados. São práticas que tem como propósito fazer com que as pessoas saibam, mas também vejam, elas mesmas, com seus próprios olhos os recados dos grandes proprietários rurais escritos com caligrafias sangrentas (PEREIRA e AFONSO, 2017, p. 187).

Esta caligrafia está nos exemplos supracitados e também nos corpos de crianças atazanadas e marcadas pelos mosquitos que proliferam no período chuvoso, na poeira em seus rostos e roupas ao cruzarem com a passagem de apressados transportes da empresa, na lama de seus pés descalços ou em seus calçados, na coceira no rosto lavado no igarapé Represa... Uma caligrafia que escreve e reescreve na boca de uma jovem perguntada sobre as perspectivas de um jovem de São Francisco do Cravo: “não tem”. Mas também uma caligrafia escrita na luta pela terra, no migrar para permanecer, na recusa a vender os lotes, em tantas coisas presentes neste escrito ou verificáveis apenas pelo contato, pelo encontro com os cravenses e tantas outras comunidades.

Eis o diagnóstico do território em diagonal conjugando historicidade e territorialidades, disputas. Vamos especificar, a seguir, alguns desdobramentos em curso que incidem nos futuros possíveis para Acará e a comunidade de São Francisco do Cravo.

#### **4.4 Desdobramentos dos “nós” em São Francisco do Cravo**

Como exposto ao longo deste trabalho, o agronegócio do dendê em São Francisco do Cravo se coloca, no sentido macro, na correlação entre questão energética e crise climática. Ainda que atualmente a produção da Biopalma esteja voltada principalmente para a produção de óleo de palma, e não agrocombustíveis, entendo com Borrás Jr et al. (2011) que o dendê é *commodin*, destinando-se tanto à forragem animal, alimento humano e agrocombustível, de acordo com questões geopolíticas e econômicas. Sobre a crise climática, Riego (s/d) alerta que “los informes científicos sobre el cambio climático son cada vez más pesimistas y señalan que las decisiones que tomemos ahora mismo determinarán el momento en que se produzca el llamado ‘no retorno’”. O que tenho tentado expor ao longo deste trabalho é que este “não retorno” se projeta para além do câmbio climático, materializando-se nas disputas por terra que são disputas por futuro.

Assim, há que se considerar que o chamado “não-retorno” climático, ocasionado por “decisões que tomemos agora”, vale não apenas para o avanço do alterações de ordem pluviométrica, de temperatura e de nível do mar (“naturais”), mas possui efeitos sociais imediatos entre os quais os apresentados aqui no contexto da comunidade de São Francisco do Cravo, com desdobramentos posteriores “estruturantes” (MONTEIRO, 2017, p. 274).

São Francisco do Cravo se vê enredada *em* e *entre* diversos nós: as camponesas e camponeses, as famílias, as empresas, os governos (suas diversas esferas e poderes), a população urbana do município e arredores, os trabalhadores terceirizados, as crianças que

trabalhavam no hotel e aquelas que não têm ônibus para ir até a escola. Há também outros *nós*, que são expressos na reprodução das desigualdades no campo da educação e dos direitos, nas políticas para a agricultura camponesa e o agronegócio, nas relações contraditórias da população local com o empreendimento, no círculo vicioso da violência resultante da periferização.

Assim, a comunidade localizada entre as margens do Rio Acará e da PA-252 é, com licença de Guimarães Rosa, a terceira margem: o progresso chegou com o alargamento do Ramal, a energia elétrica, os contratos de emprego; mas também chegou com a poeira dos carros que vem e vão, os insetos no inverno, a lama no verão, o desemprego após o período de instalação, a possível contaminação da água, os poços que secam, o odor dos agroquímicos. São Francisco do Cravo é como a roça de Jovanina uma encruzilhada, resistindo na precariedade que é ao mesmo tempo os caminhos que se abrem. E que se fecham.

Em uma tarde, visitando uma das idosas da comunidade, quis também ouvir uma jovem, sua neta, naquela família extensa de 26 pessoas no lote. Ela pouco quis falar. Algumas de minhas perguntas deixaram mais reticências que respostas. Eu queria saber o que ela, como jovem, esperava. Eu lhe perguntei “que perspectiva tem pra uma jovem, um jovem de Acará?” e ela respondeu “não tem”.

Naquela jovem, na sua fala, aparecem as margens no interior desta comunidade marginalizada, integrada e excluída simultaneamente do que se prometeu e se fez. Uma comunidade que não é “tradicional”, mas moderna, se como moderno entendemos com Martins (2017) ser o possível que não se realizou.

[Nunca te falaram assim na escola: estuda se não vai trabalhar na roça?] Até hoje ainda falam, ainda escuto, o professor fala bastante.

[Já sofreu algum preconceito por morar aqui, ser do interior?] Já, falam bastante, que a gente mora na poeira e essas coisas assim. As pessoas mesmo da cidade falam, dali da vila, que moram na beira da pista. Falam da poeira. Se a gente vai daqui e pega poeira, chega só poeira pra lá, começam a falar. [E a educação daqui, o que tu achas?] Mais ou menos. É uma educação meia péssima, tem vez que não passa o ônibus, o prefeito não paga, aí fica difícil. Sempre tem que ir lá pra entrada. [E quem não tem moto, como é que vai?] De carona, de bicicleta (entrevista em setembro de 2018, colchetes são falas minhas).

É a comunidade onde os ônibus fazem mais de uma dezena de viagens por dia para levar peões para a “rural” da empresa – os da indústria geralmente vão de van – que vê seus jovens sofrerem levando no rosto, nas roupas e nos pulmões a poeira de quem percorre de moto, de bicicleta o Ramal. Percorrer para chegar pelo menos à Beira. Poeira vermelha que se tornou *marcante* após a chegada do desenvolvimento verde.

Entre a rodovia e o Rio o território efeito e condição da luta de classes vai se fazendo em processos vagos, desiguais, ora acelerados como no início desta década, ora se arrastando pela indiferença das autoridades locais ao destino daquela comunidade. Uma comunidade que migrou para permanecer trabalhando na terra e vivendo nela e dela. A indiferença, contudo, não condiz com a importância daquelas agricultoras e agricultores, como observa Leonel:

Olha a cesta básica, tem a farinha, tem o arroz, tem feijão, tem o tomate, tem a batata, tem tudo, mas daonde vem? Do campo, né? É do campo que vem. E o governo não dá assistência pro campo. O agricultor trabalha todo dia abundantemente pra viverem bem na cidade, né?

**A base, a sustentabilidade tá nas nossas mãos, no pequeno agricultor, e nós somos abandonados, desprezados** (entrevista em setembro de 2018 – grifos meus).

Mas como abandonados e desprezados se o progresso chegou? Chegou com as mudas mapeadas geneticamente, desenvolvidas por institutos de pesquisa brasileiros e franceses, na racionalidade dos plantios, nos drones que sobrevoam a área, no diagnóstico territorial, na emergência de uma gigante do setor. Em baixo de uma árvore, o entrevistado comenta uma lembrança – estas que fazem parte do território (MARIN e CASTRO, 1999):

Eu falei pro secretário de agricultura se não mandava arar um pedaço de chão pra mim, uma tarefa, esse pedaço daqui, “mas aí tá pouco”, eu ia plantar uma maniva, um feijão, aí ele me escreveu, me agendou lá. Rapaz, passou tempo eu ligava pra ele, “vai se resolver, quando o trator sair do prego vou mandar aí”, aí depois parou um cara numa moto aí, a mulher tava até pro retiro, aí ele disse “olha, o secretario mandou eu passar aqui contigo pra olhar a capoeira que eu venho quebrar de amanhã em diante pra ti”, aí eu fiquei até alegre, aí ele disse “olha, aqui vai levar cento e poucos litros de óleo”, aí eu disse “tem que dar o óleo?” e ele disse “não, tem que comprar o óleo e pagar minha diária, e me dar alimento” então eu disse “meu patrão, então muito obrigado, eu vou no de costume, e roço, faço derrubada e queimada, não tenho como investir. Aí vai dizer ‘rapaz, tentamos te ajudar’, mas aí a máquina vai lá, passa três, quatro dias com arado na terra dos fazendeiros (entrevista em setembro de 2018).

É um progresso que chega nos tratores, mas estes tratores não percorrem igualmente todos os caminhos. E a diferença destes caminhos não é meramente física. É social, cultural, de classe. Os tratores facilitam ou não o plantio, assim como os caminhos que eles abrem ou trabalham podem ser facilitados ou dificultados (MURRAY LI, 2014, p. 150).

Quando olhamos para São Francisco do Cravo e suas famílias, as camponesas e camponeses, as crianças que brincam de pescar no rio intermitente ou torrando castanhas no final da tarde entre palhas secas, nos perguntamos se o alargamento do Ramal facilitou seu caminho ou apenas os espremeu entre os pés de palma. Quem sabe as duas coisas. O Ramal alargado é um mesmo caminho que se experimenta de forma diferente pela empresa e pelos camponeses. E não só diferente. É desigual de acordo com as relações de poder econômico, político, e de acordo também com as relações com a terra, dos pés de açaí nos quintais à

planta industrial. As condições de circulação e o papel do Estado em meio à reprodução de desigualdades não é exclusividade do Ramal do Cravo: em entrevista a Macedo e Sousa enquanto pesquisavam sobre agronegócio do dendê, um morador de Nova Esperança, nas margens da PA 140 (Concórdia do Pará), relatou que

Tamo aqui abandonado a mais de 30 anos, e agora a gente vê o governo investindo pesado nessa empresa que tá aqui. Já cansei de distribuir ou ver estragar minha colheita porque não tem transporte, o preço do transporte não me deixa levar o produto para a cidade, e agora tá todo mundo acreditando que vendendo ou plantando dendê a gente vai melhorar de vida. [...] O certo era o governo investir no pequeno que tá aqui, que produz pra gente come. Tô vendo o dia que não vai ter mais mandioca. Aqui só alguma família não compra o que podia produzir. Só sei que é que tem muita gente vendendo terra, mais tarde vai sofrer, vai chorar (MACEDO e SOUSA, 2015, p. 315-316).

No território que vai se fazendo e desfazendo, a lógica linear e/ou dual é possível, mas pode ocasionar equívocos sobre os efeitos que se sobressaem no processo de implantação e expansão do agronegócio do dendê. É necessário assumir que o desenvolvimento do capitalismo é também o desenvolvimento de novas formas de pobreza (MURRAY LI, 2014, p. 8), com a desigual distribuição dos custos e retornos do crescimento e “produção desnecessária de inadimplência” (idem, p.185; COSTA, 2012, p. 65), caso evidente no FNO-coco em São Francisco do Cravo. Este desenvolvimento também chega até as relações que se desenvolvem no interior de comunidades onde a racionalidade capitalista não se tornou hegemônica. Mas essa racionalidade não necessariamente se hegemoniza. Um exemplo disso foi que no percorrer dos lotes durante os trabalhos de campo ao longo desta pesquisa, só uma vez encontrei uma placa relacionada à propriedade.

A placa está no sítio Bom Jesus, vizinho dos monocultivos de dendê. Segundo seu Adelfermo, o motivo da placa foi que alguns trabalhadores da “rural” da empresa vinham invadindo suas terras e apanhando açaí. Sobre isto, é importante lembrar uma das reclamações mais frequentes dos trabalhadores de campo da empresa: a alimentação. Na placa do sítio o contorno de novas relações estabelecidas na comunidade.

A não existência de cercas nos lotes também fez com boa parte do campesinato de São Francisco do Cravo deixasse de criar suínos. Segundo Joana (entrevista em novembro de 2015), algumas famílias da comunidade, incluindo a dela, criavam suínos. Ela abandonou a criação por conta dos lotes não serem cercados, e como avizinhava com o dendenzal, fora

advertida por um funcionário que se um porco de sua propriedade estragasse um pé de dendê, seria multada em 12 mil reais.

**Foto 21** – Placa “Não entre sem permissão” no Sítio Bom Jesus, vizinho dos monocultivos de dendê



**Fonte** – Autor (2018)

Se para Adelermo e família o avizinhamento da empresa e seus plantios fez com que precisasse colocar uma placa reforçando a propriedade do lote, nem todos foram afetados desta forma. No caso dos camponeses que venderam ou tiveram suas posses espoliadas, o que ocorreu pode ser categorizado como “desposseção”, mas esta ideia deveria ser acompanhada por um acompanhamento das novas formas de dependência e submissão que daí emergem (LAVAL e DARDOT, 2017, p. 141-142), seja no que toca a alimentação, a autonomia do trabalho, as condições de reprodução social, a saúde e cuidado, etc.

No caso da alimentação, registre-se que a farinha para o campesinato tem um peso simbólico notável. Não poucas vezes em campo ouvi que “comprar farinha não dá” e “comprar farinha é uma vergonha”. Outras dependências podem ser acentuadas, como aquelas do sistema público de saúde sem amparo da medicina de quintal, da terra; da segurança pública nas periferias urbanas marcadas pelo desemprego e subemprego, acentuados pelas migrações campo-cidade, ainda mais se “a cidade não cresceu, ela inchou”.

No bojo destes processos os desdobramentos da separação camponeses-terra, ainda que com incontáveis particularidades de cada situação, podem ser resumidos entendendo que “essa separação não é somente desposseção, pois introduz uma nova relação de dependência e submissão e, com essa relação, uma mudança geral de vínculos sociais”, mudança esta que



compreende identidades e subjetividades (LAVAL e DARDOT, 2017, p. 142). Separação inserida em contextos macro de ajuste do neoliberalismo que ocorre muitas vezes lançando mão de forças extraeconômicas, “como o financiamento estatal, rearranjos jurídicos na legislação pertinente ou violência” (BACKHOUSE, 2013, p. 9), já que estes ajustes são justificados por razões de mudanças climáticas. Por sua vez, “a economia do clima é economia financeira e financista, e depende da regulação primeira dos Estados” (VECCHIONE-GONÇALVES, 2019, p. 9). O Estado assim aparece como um nó na dependência crescente do campesinato quanto a serviços públicos, paralela (mas não equidistante) ao apoio financeiro e regulatório prestado pelo mesmo Estado a empreendimentos como o agronegócio do dendê.

Estes processos de espoliação e novas dependências não ocorrem linearmente: mesmo quando a empresa do agronegócio do dendê abre novos postos de trabalho direta ou indiretamente e este esquema (re)força o surgimento do trabalhadores livres – dos meios de produção -, simultaneamente se fornecem elementos e insumos que fortalecem a reprodução familiar camponesa, seja pela experiência de assalariamento e retorno ao trabalho autônomo na terra; pela entrada de recursos derivados da circulação de dinheiro mesmo nas periferias, onde as famílias que migram passam a consumir o que não mais produzem com participação da produção local; pela contratação de mão-de-obra parcial para pequenos trabalhos agrícolas por parte dos assalariados, etc. E isto porque “o assalariado não deixa do lado de fora do local de trabalho os seus valores morais, seu senso de justiça, sua relação com o coletivo e seus mais diversos pertencimentos sociais” (DARDOT e LAVAL, 2017, p. 512).

Então, se o desenvolvimento e feitura do território compreende processos combinados, desiguais e contraditórios que se territorializam nas relações de classe, o que politicamente poderia ser proposto positivamente, além das críticas aqui desenhadas e exploradas? A inclusão social produtiva não é, de fato, talvez a única forma de manter parcelas da população do campo no campo, aumentando rendimentos e circulação de dinheiro nos recônditos da Amazônia? No final, a maioria dos casos de transição de propriedade da terra não ocorreu de forma contratual e legal, ainda que tenha havido “excessos” ou “efeitos marginais” desta política produtiva, que é o agronegócio do dendê na Amazônia? Não estaria ocorrendo realmente a chamada “situação de triplo ganho” onde o setor produtivo do agronegócio do dendê, a proteção ao meio ambiente e o desenvolvimento rural seriam igualmente beneficiados? (BACKHOUSE, 2013, p. 4).

Ao falar de terra e futuro em disputa é importante citar que naquilo que chamamos *designação de terras* e a consequente destinação destas, notadamente no MacroZEE ou ZAE-

Dendê, mesmo na suposta interface entre agronegócio do dendê e inclusão de agricultores, não se colocou em nenhum dos documentos que parcelas destas terras poderiam ser utilizadas pelos camponeses, para onde poderiam seguir para se reproduzir com a propriedade da terra e dos meios de produção, com o trabalho familiar, com sua autonomia, territorializando-se.

Já que estamos abordando as disputas que ali se realizam, estendendo diversas vezes a análise no sentido meso e macro para questionar o futuro que vai se construindo para o campesinato amazônida, cabe citar como o estado do Pará tem pautado o agronegócio do dendê, sob que argumentos, justificativas e projeções. Para isto, há a iniciativa “Pará 2030”, que nos fornece uma prospecção distendida pelos próximos dez anos, pelo menos. Na aba “palma de óleo” do *site* Pará 2030, a descrição oferecida é

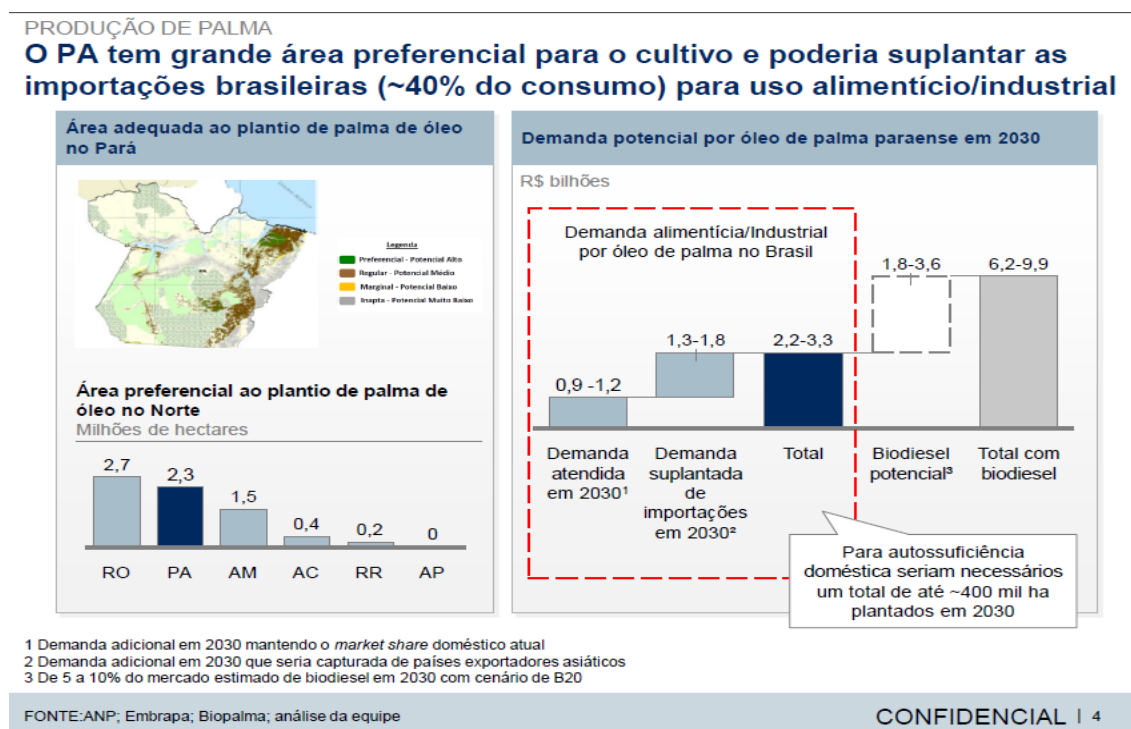
Existem cerca de 170 mil hectares plantados de palma de óleo no Estado do Pará, que produzem cerca de 380 mil toneladas de óleo bruto por ano (mais de 90% da produção nacional e cerca de 60% do consumo do Brasil). Este é um setor de grande criação de empregos, além de ter potencial tanto em óleo para fins alimentícios/industriais e quanto para biodiesel (PARÁ 2030).

Já no “Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará – Plano de Trabalho Palma de Óleo”, apresentado em 2016<sup>57</sup>, a projeção para a autossuficiência nacional demandaria aproximadamente 400.000 ha plantados, sendo o Pará apresentado como o segundo estado da Amazônia com área mais extensa apta aos cultivos de dendê. O *slide* com estes dados é reproduzido abaixo:

---

<sup>57</sup> Disponível em <http://para2030.com.br/wp-content/uploads/2017/08/Palma-de-%C3%93leo.pdf>

**Imagem 2** – Slide do “Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará – Plano de Trabalho Palma de Óleo”



**Fonte** - Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará – Plano de Trabalho Palma de Óleo (2016)

Em primeiro lugar, a soma das áreas preferenciais ao plantio da palma de óleo no Norte soma, segundo o plano estratégico, 7,1 milhões de hectare (quase o dobro do ZAE-Dendê), cabendo ao estado de Roraima a maior parcela (2,7 mi/ha) e ao Pará a segunda posição (2,3 mi/ha). Só esses dois estados, caso fossem utilizadas a totalidade das chamadas áreas aptas, dariam conta de suprir a demanda nacional multiplicada por 15 vezes. No canto inferior do *slide* há em letras maiúsculas “confidencial” e as fontes utilizadas são não o ZAE-Dendê, diretamente, mas a Agência Nacional de Petróleo (ANP), a Embrapa e a Biopalma (!). Essas informações foram analisadas por uma equipe cujo nome não consta no documento. Apesar da cobertura e precisão dos dados, contudo, em nenhum dos documentos supracitados da Agenda Pará 2030 se apresenta o tema geração de empregos.

Como se vê, a demanda potencial por óleo de palma produzido no Pará em 2030 tem como projeção mais baixa 0,9 bilhões de reais e como melhor projeção 9,9 bilhões de reais, valores notáveis pelo volume e elasticidade.

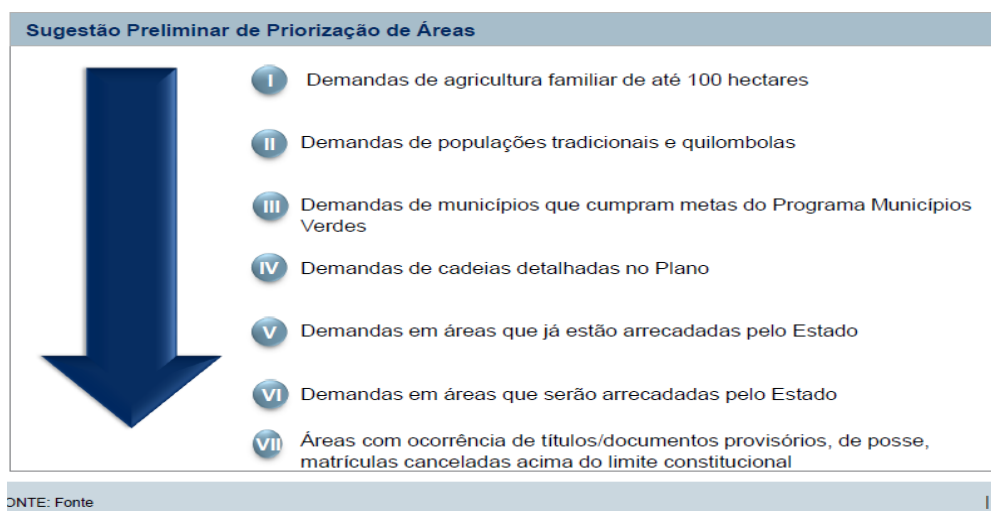
No site da agenda, na sessão “o que precisa pra dar certo?”, há dois pontos: “Logística apropriada para o setor, com profissionais qualificados por assistência técnica e pesquisa aplicada na produção” e “Simplificação e desburocratização dos processos de regularização

fundiária e licenciamento ambiental” (PARÁ 2030). A logística, geograficamente, passa pela facilidade de acesso a insumos assim como o barateamento do escoamento da produção. A formação da mão-de-obra qualificada é um tema sensível se damos conta das condições educacionais do município de Acará nos últimos anos, não acompanhada de sinalização e muito menos de medidas efetivas de melhoria e desenvolvimento previstas no *site* da Agenda. Quanto à assistência técnica para o empreendimento, assim como a pesquisa aplicada, pude apresentar diversos pontos aqui e discutir o investimento de recursos públicos em pesquisas muitas vezes apropriadas pelo setor privado.

As questões fundiária e ambiental, por seu turno, parecem cada vez mais convergir em bricolagem. A câmara setorial da palma provavelmente continuará articulando a “desburocratização” - e aqui valeria questionar como o suposto “excesso de burocracia” tão criticado pela Câmara e diretamente pelas empresas permitiu que a maior empresa do setor no nordeste paranense, a Agropalma, conseguisse adquirir milhares de hectares ilegalmente e produzir por tantos anos nestes, além dos próprios dados de Silva, Magalhães e Farias (2017) que apresentam a discutível aquisição de volumes extensos de terra sem consentimento do Congresso Nacional, ao arripio da lei.

O “Plano Estratégico da Palma de Óleo”, por sua vez, é ainda mais descritivo nas iniciativas que devem ser tomadas para “destravar” o setor, sendo elas: A) Regularização Fundiária; B) Regularização e Licenciamento Ambiental; C) Formação, capacitação e Assistência técnica e Extensão Rural; D) Pesquisa e Desenvolvimento; E) Certificação/Premiumização e; F) Logística e Infraestrutura. Não sendo esta ocasião para uma descrição pormenorizada do plano, sublinho alguns pontos: o ponto A é o mais extenso, com 18 pontos de “Ação Transversal”, além de trazer uma sugestão preliminar acerca da priorização de áreas, reproduzida abaixo:

**Imagem 4** – Slide do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará



**Fonte** - Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará – Plano de Trabalho Palma de Óleo (2016)

O fluxograma apresentado prioriza a demanda da agricultura familiar, colocando-a no topo. Caberia aqui uma referência ao trabalho de Torres, Doblaz e Alarcon (2017) sobre as conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense, trazendo análises acerca da questão fundiária na Amazônia que interessam a esta pesquisa. No referido trabalho, destaco dois temas: a transição do combate à grilagem para o combate ao desmatamento e ênfase na regularização fundiária (TORRES, DOBLAS e ALARCON, 2017, p. 26), já foi abordado anteriormente aqui; e a constatação pelos autores de que o Programa Terra Legal poderia atender, proporcionalmente, mais pequenos ocupantes de terras do que grandes proprietários (85% e 6%, respectivamente). Contudo, quando se colocou na conta a distribuição, a proporção se inverteu para 63% e 18%, respectivamente (p. 30). Assim, quando aparece no final do fluxograma as “áreas com títulos provisórios, de posse, matrículas canceladas acima do limite constitucional”, caberia analisar não somente a ordem dos fatores, mas a distribuição das terras entre as situações citadas, posto que os processos de regularização podem estar permitindo a permanência e até mesmo legitimando a concentração fundiária sob o pretexto de estar “incluindo” a população regional. Aliás, isto vale não só para a regularização fundiária, mas para todos os “temas transversais” elencados: de que forma se distribuem os ônus e bônus de uma ação estatal desta envergadura?

No tema D aparece no topo da página “melhoramento genético da palma”, ao que se seguem quatro tópicos: 1) Definir melhores cultivares para as diferentes regiões do Pará; 2) Aumentar a resistência à déficit hídrico; 3) Aumentar a produtividade da palma e; 4) Aumentar resistência a pragas como o Amarelecimento Fatal. Embaixo deste tópico, em

“outras pesquisas”, aparece então “Viabilizar cultivos intercalares ou associados, nas diferentes fases do cultivo”. Desta forma, questiona-se a *sustentabilidade* destes empreendimentos no que se refere à dieta e suas correlações com a cultura e identidade regional. Como se vê, o aspecto desse monocultivo continua deixando *em baixo* formas mais biodiversas de produção. As questões são: em nome de quê e de quem?

Estes “que” e “quem” são *nós* que chegam a São Francisco do Cravo ou dali retiram recursos naturais e financeiros. O que fica para os “nós” que compõem aquela população e para a população regional é uma pergunta que vale a pena insistir, já que há muito de recurso e esforço estatal para que estas iniciativas possam *desenvolver-se* na região.

O apoio é tanto que uma passagem do plano traz a seguinte observação: “A regularização ambiental é considerada lenta e complexa no Brasil e no Pará, o que atrasa a aprovação de novos projetos **e empresários acabam se arriscando e operando sem licença**” (PLANO... 2016, grifos meus). A passagem, *per si*, não necessita de muitos comentários além do que ela mesma explicita. É essa situação que nos parece estrutural que Torres, Doblaz e Alarcon (2017, p. 1) descrevem como um “aparato jurídico-político para garantir a proliferação do latifúndio”, para em seguida afirmarem que seu estudo pretende “demonstrar como e porque o crime é tão compensatório” (idem, p. 3). Novamente, ainda que seja um estudo focado no sudeste do Pará, estas afirmações dão o que pensar a este que escreve e a situação analisada, assim como os comentários de Loureiro (2004) sobre a hegemonia de grupos privados exercida sobre a sociedade através do aparato estatal. A hegemonia desses grupos é exercida na atualidade sob roupagens técnicas, sóciotécnicas como diriam Silva, Magalhães e Farias (2017).

Uma das justificativas candente nos discursos acerca dos benefícios do dendê é que ao ir ganhando o campo da soja, isto significa menos áreas e maior produção de óleo vegetal. E nesta justificativa há contornos técnicos, cálculos, etc. Mas é necessário destacar que as condições edafoclimáticas para um e para outro monocultivo variam, notadamente no que se refere ao solo e ao regime pluviométrico. Como já foi descrito em diversos trabalhos, alguns citados aqui, o dendê no mundo está associado a baixas latitudes, à zona tropical, que por sua vez oferece condições privilegiadas para o desenvolvimento e manutenção da biodiversidade. Do ponto de vista do ecúmeno, o recebimento dominante de energia por esta zona tem efeitos ecossistêmicos globais. A soja, por seu turno, tem uma distribuição latitudinal mais ampla. Se realmente se quer fazer escolhas pautadas na técnica, é preciso considerar este aspecto pouco citado na disputa palma de óleo-soja.

A disputa entre ramos produtivos concorrentes que se projetam na Amazônia (o agronegócio do dendê no *core* do Pará e a soja entrando pelo sudeste e sudoeste, formando como que uma pinça) precisa ser colocada ainda em termos mais concretos no interior do desenvolvimento sustentável e da questão energética com os agrocombustíveis. Para a produção destes há um processo de insumo-consumo energético que nem sempre é balanceado no sentido de incorporar, por exemplo, o quando os insumos podem fomentar o prolongamento da indústria petroquímica, de compostos a embalagens de produtos utilizados, além do uso de energia e emissão de CO<sub>2</sub> para a circulação do produto agrocombustível. Assim, a proposta do agrocombustível a partir do dendê, como energia verde e renovável, pode passar ao largo de uma visão mais abrangente acerca do volume e natureza do consumo energético atual. Agrocombustíveis vindos da soja e dendê se enquadram na energia renovável de biomassa. Sobre esta forma de energia, Porto-Gonçalves oferece um agudo apontamento, citando

As limitações da energia da biomassa para mitigar o aquecimento global. Afora a idéia, simplória, de que possa haver uma única solução para um problema de tal magnitude e complexidade, várias têm sido as análises que apontam o delírio dessa tese, entre outras pela impossibilidade de haver terras suficientes para atingir a demanda de energia, que continua crescendo. Esse é um problema que passa longe dos que estão mais preocupados em aproveitar a oportunidade para fazer bons negócios com a demanda crescente de energia do que resolver o problema do aquecimento global (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 331).

Afora isto, como já observamos em outro momento (AQUINO JUNIOR, 2016), é de se pensar a contribuição da Amazônia às energias renováveis (que incluem formalmente hidrelétricas) em uma década onde foi implementado um projeto como a UHE de Belo Monte, o que por si só recomendaria no campo do planejamento e da divisão nacional/territorial do trabalho/produtiva uma reflexão e discussão acerca da posição que a Amazônia ocupa na atualidade - e que tem ocupado há mais de 500 anos, de prestadora de serviços a outros lugares e grupos dominantes, hegemônicos, sem uma reversão a sua população à altura dos custos socioambientais para esta parcela do país e do globo.

Demanda-se da população regional, do campo e da floresta, resiliência. E das gentes, rios e terras a contribuição à necessária “virada ecológica” da “economia de baixo carbono”, com uma inclusão onde “ninguém será deixado para trás”, discurso recorrente nas conferências de clima da ONU ao que se deveria acrescentar: “Ninguém será deixado para trás - a não ser que os custos de oportunidade, os chamados riscos, façam com que alguns soltem a mão de muitos” (VECCHIONE-GONÇALVES, 2019, p. 6). Percorrer o interior de Santo Antônio do Tauá ou de algumas áreas de Igarapé-Açú é um excelente meio de

compreender melhor o que é esgotamento de ciclo no caso do dendê, após o período de 25 ou 30 anos. O que é largar as mãos de muitos e as terras esgotadas, lotear para novos condomínios ou imobilizar a estrutura fundiária no sentido produtivo para especular com o que para muitos é oportunidade de trabalho, autonomia, alimentos.

No interior dos tantos processos aqui descritos que influem a feitura do território em São Francisco do Cravo, materializando disputas em torno da terra e futuro, vão sendo gestados caminhos que alargam e estreitam a reprodução camponesa, com rebatimentos que extravasam as comunidades para a sociedade regional. Por mais que nesse feixe de relações se incluam escalaridades hegemônicas e poderosas, como a governança climática global, a economia via financiamentos estatais e recursos de empresas transnacionais, os compromissos firmados na ONU e projetos legislados sendo aplicados, ocorre que as resistências manifestam-se em diversas formas, desde os conflitos mais evidentes até a teimosia camponesa em mudar para permanecer. Invisibilizar quem está ali, quem permanece, não é neste trabalho uma opção.

O que se está dizendo é que ainda que os vetores que são motrizes da instalação e expansão do agronegócio do dendê na Amazônia, no Nordeste Paraense, em São Francisco do Cravo, sejam poderosos, hegemônicos, eles não ocorrem simplesmente *descampenizando* o campo e *proletarizando* suas populações, como possam advogar alguns autores como Nahum e Santos (2016). Os efeitos são tremendos, mas não são a “pá de cal” sobre o campesinato que vem abrindo caminho na história, entre Ramais alargados e em encruzilhas. É preciso, dadas as perspectivas de expansão do agronegócio do dendê, tratar este problema, estas disputas, como *em curso*, já que o território não é *prius* ou *a priori* (como podem supor os planejadores que trabalham com a noção de “terras degradadas” e ordenamento territorial), mas efeito das lutas de classe, seu produto (OLIVEIRA, 2003), sendo o território um processo (CASTRO e MARIN, 1999). Já se vai, para algumas localidades, mais de uma década de “expansão” do agronegócio do dendê. As comunidades camponesas realmente desapareceram neste tempo? Os desempregados das empresas ligadas ao agronegócio desaprenderam a usar a terra ou foram dominados por uma nova racionalidade imposta de cima? Resta a passividade e o desaparecimento “mais dia, menos dia” dos camponeses? E o quanto essa história de fim do campesinato é nova?

Entendo que é uma disputa em que caminhos são facilitados ou dificultados, mas sem teleologias que permitam *determinar* desde agora o resultado. Tratar esta disputa como acabada ou quase acabada, com o “desaparecimento” do campesinato, é aceitar pragmaticamente como dado o que é um processo em curso, político, territorial. O que se



coloca em disputa no que tange ao agronegócio do dendê e a noção de “terras aptas” é algo em torno de 120.000 km<sup>2</sup> para o Pará e quase 300.000 km<sup>2</sup> quadrados para a Amazônia Legal, pela classificação de terras preferenciais e regulares para o cultivo, como mostra a tabela apresentada no ZAE-Dendê (RAMALHO FILHO, 2010, p. 60).

**Tabela 7** – Áreas das classes de zoneamento para para a produção da palma de óleo

**Tabela A - 3** - Áreas das classes de zoneamento para produção de palma de óleo, sob o nível de manejo B<sup>31</sup>, por Estado da Amazônia Legal.

CLASSE	PREFERENCIAL (P)			REGULAR (R)			MARGINAL (M)			INAPTA (IN)			ÁREA EXCLUÍDA*		ÁREA ESTUDADA DO ESTADO
	hectares	km <sup>2</sup>	%	hectares	km <sup>2</sup>	%	hectares	km <sup>2</sup>	%	hectares	km <sup>2</sup>	%	km <sup>2</sup>	%	
AC	416.037	4.160	2,53%	1.087.772	10.878	6,63%	913,32	9	0,01%	306.879	3.069	1,87%	146.026	88,96%	164.142
AM	1.461.375	14.614	0,94%	889.466	8.895	0,57%	8.337	83	0,01%	415.517	4.155	0,27%	1.531.447	98,22%	1.559.194
AP	20.334	203	0,14%	137.844	1.378	0,96%	11.205	112	0,08%	125.232	1.252	0,88%	139.868	97,94%	142.813
MA	0	0	0,00%	246,96	2	0,00%	109.515	1.095	0,39%	10.090.105	100.901	36,21%	176.691	63,40%	278.689
MT	203.959	2.040	0,23%	6.779.357	67.794	7,50%	786.999	7.870	0,87%	12.806.582	128.066	14,18%	697.591	77,22%	903.361
PA	2.327.674	23.277	1,87%	10.448.374	104.484	8,37%	345.718	3.457	0,28%	9.926.744	99.267	7,96%	1.017.253	81,53%	1.247.738
RO	2.720.638	27.206	11,45%	2.755.935	27.559	11,60%	550.294	5.503	2,32%	1.834.577	18.346	7,72%	158.976	66,91%	237.590
RR	187.409	1.874	0,84%	218.712	2.187	0,98%	207.898	2.079	0,93%	144.684	1.447	0,65%	216.715	96,62%	224.302
TO	0	0	0,00%	0	0	0,00%	0	0	0,00%	2.949.021	29.490	10,62%	248.133	89,38%	277.623
TOTAL	7.337.426	73.374		22.317.707	223.177		2.020.879	20.208		38.730.565	387.305		4.345.652		5.049.716
%AM.L			1,45%			4,42%			0,40%			7,67%			86,06%

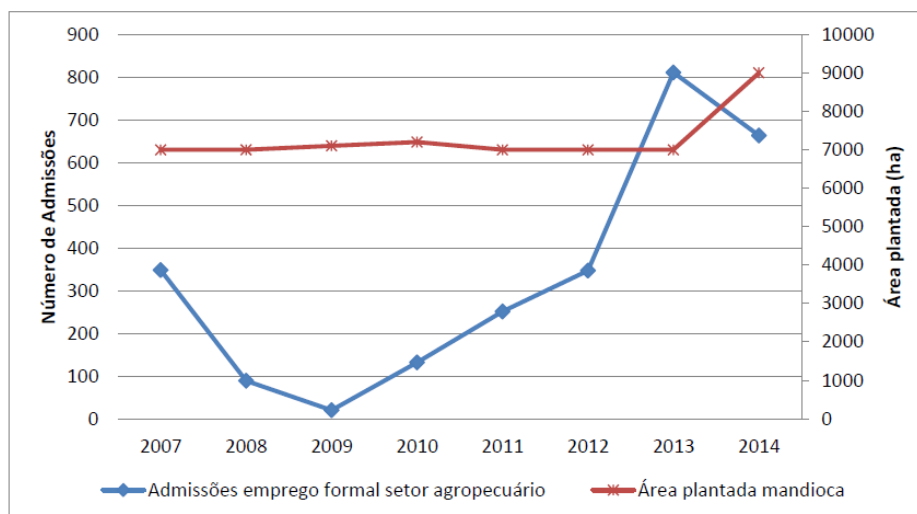
Fonte: Ramalho Filho (2010, p. 61).  
 Nota: Áreas consideradas aptas para o cultivo da palma de óleo, classes P (preferencial) e R (regular), totalizam 29.655.133 ha (296.551 km<sup>2</sup>) ou 5,87% da Amazônia Legal.  
 \* Área de Proteção Ambiental, Terras Indígenas e Áreas Não Desmatadas.  
 AM.L = Amazônia Legal

Fonte: Ramalho Filho (2010)

A nível de comparação, a área preferencial e regular para a produção de dendê no Pará corresponde praticamente ao território da Coreia do Norte, com seus 120.538 Km<sup>2</sup>. Para a Amazônia, as duas classes de terras para produção de dendê correspondem quase ao território da Itália, que se estende por 301 mil Km<sup>2</sup>, território mais extenso que o do Reino Unido (242, 5 mil Km<sup>2</sup>) e mais de três vezes superior ao território português (92 mil Km<sup>2</sup>).

Ao cruzar os dados referentes ao emprego formal no setor agropecuário em Acará e área plantada da mandioca, Silva (2016, p. 72) apresenta um pequeno panorama de que o campesinato, longe de estar em vias de extinção, apresenta uma retomada da produção da mandioca – posto que esta lavoura temporária tem predominância camponesa em todo Nordeste Paraense.

**Gráfico 4** - Área plantada da mandioca x admissões emprego formal setor agropecuário do município do Acaraí (2007-2014)



Fonte – Silva (2016, p. 72)

Como demonstram os dados levantados em entrevista e outras fontes ao longo deste trabalho, a partir de 2012-2013 com o início das operações da Biopalma muitas terceirizadas iniciaram o período de dispensa do pessoal que fez o preparo do solo e os primeiros plantios. O gráfico, se cruzarmos com o recorte temporal e espacial aqui focado, demonstra uma queda no número de empregos formais que Nahum (2016; 2017) caracteriza como camponeses “descampenizados”, visto que passaram a trabalhar formalmente para empresas. Entretanto, há indicação de aumento da área plantada de mandioca, o que pode estar demonstrando uma retomada das atividades dessa mão-de-obra liberada dos empregos formais de volta ao trabalho nas terras de sua propriedade ou de familiares. A mandioca não é só *produção*, mas parte constituinte do imaginário camponês, de sua socialização, mesmo entre as crianças. O desenho abaixo foi feito por Vitor (9 anos) quando pedi a ele para desenhar o lote onde vive com os avós e irmão.

Foto 22 – Desenho do lote da família Chaves



Fonte: Caique, 9 anos.

Outrossim, mesmo que a proletarização venha ocorrendo de forma potente, é equivocado lhe dimensionar como processo hegemônico consolidado a ponto de portar “mudanças estruturais que são advindas da lógica do dandê” (CARVALHO, NASCIMENTO, NAHUM, 2014, p. 3937). Ora vejamos os dados referentes ao último censo agropecuário realizado pelo IBGE para o município de Acará:

Tabela 8 – Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em Acará

✓ PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS <span style="float: right;">▲</span>	19.142			pessoas
> COM LAÇO DE PARENTESCO COM O PRODUTOR	17.612			pessoas
> SEM LAÇO DE PARENTESCO COM O PRODUTOR	1.530			pessoas

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE)

Ora, sabendo-se que os laços de parentesco do trabalho no campo tem ampla relação com o campesinato, como demonstra parte da bibliografia aqui apresentada, havemos de inferir que há uma notória diferença entre o pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor, isto é, familiares, e os sem laço de parentesco, mão-de-obra contratada. Afora isso, é notável também o número de pessoas ocupadas na segunda categoria se correlacionamos com os investimentos feitos na área, no agronegócio do dendê, sob a justificativa de geração de emprego e renda. Há geração de emprego, mas o balanço investimento-retorno social parece indicar sensíveis limitações enquanto se encaminha a primeira década de instalação do “novo” agronegócio do dendê, pós-2008.

Isso porque, como tem sido aqui apresentado, o campesinato que disputa a terra e o futuro no interior das relações com a empresa e o Estado carrega caráter classista, inserido num modo de produção que atravessa as relações sociais. Mas a dimensão de classe é complementada pelo caráter particular de ser amazônica, das memórias e processos que incidem na feitura do território, do trabalho, da relação com a terra. Como observa Konder (2018, p. 142-143), “a luta de classes não desaparece, mas as formas pelas quais ela se realiza vão deixando de ser imediatas e diretas, vão se tornando indiretas, sinuosas”, passando “por conflitos deslocados do campo das contraposições nítidas e explícitas para o campo das manobras hábeis e sutis”.

Sobre essa observação de Konder, aliás, se situa o *problema-limite* do diálogo entre a concepção de território de Oliveira (1999) e de outros trabalhos aqui trazidos, como o de Castro e Marin (1999) e de Almeida (2006; 2012): se no capítulo 1 se apresentam as razões do diálogo, enfatizando a *práxis* como comum a estes trabalhos, é de se registrar certos limites (para alguns, “cercos”) teóricos entre concepções ora calcadas no materialismo dialético, ora nas ciências de cunho mais antropológico/cultural e memorial-social. Ora, o diálogo, pelo que tentei apresentar ao longo do trabalho, se deu em razão da própria situação analisada: as necessidades de dar conta das disputas por terra enquanto meio de produção e relações sociais, culturais, artifício da própria análise situacional que abre portas para hibridizações e novas combinações de perspectivas e métodos (PÉREZ e CANNELLA, 2016, p. 11).

Assim, se teoricamente há contradições não desprezíveis entre as “perspectivas e métodos” sobre o território, o tema do trabalho agiu no sentido de borrar estas fronteiras através da *práxis* da pesquisa e da busca por novos conhecimentos (MURRAY LI, 2014). Se mesmo assim há (e haverá) quem critique tal hibridização, creio não ter sido ela prejudicial ao tema da pesquisa e ser efeito da pedagogia do território enquanto dialético e processual, irreduzível a uma chave teórica – o que contradiria a própria dialética em nome de algum leito

de Procusto. Esse diálogo não quer ignorar a contradição, mas assumi-la positivamente no conceito, situando aquele como resultado dos trabalhos de campo.

Enfim, entre estas sutilezas e meandros vai sendo produzido o território, nas disputas por terra e futuro. Essas disputas passam pela mediação ativa do Estado, notadamente em suas políticas de destinação de terras, que passam por classificações, legislações, fomento, etc. Neste sentido, a palavra *destinar* (derivada de “destino”) é reveladora quanto ao tema em tela: a terra e o futuro em disputa. Um *destino* contingente, mas não aleatório. A quem e para quem se destinam as terras deveria ser assunto nosso enquanto sociedade, enquanto Amazônia. Ao falar de territórios, diversidade e assimetrias, Murray Li (2014, p. 124) sublinha: as desigualdades econômicas estão relacionadas com a compra e venda de terras.

A questão é: o quanto o agronegócio do dendê, resultado da ação privada com amplo apoio estatal, ao ser implantado, além de compactar o solo, erode as escolhas do campesinato, as possibilidades destes disporem da terra (idem, p. 148). Mais diretamente, no futuro em disputa a partir das terras, o fim das terras é para quem? As disputas por elas se constituem como? O que pode estar se encerrando neste fim?

## **5 EM BUSCA DO *CONCRETO* NAS DISPUTAS POR TERRA E FUTURO: À GUIA DA CONCLUSÃO**

No chão de São Francisco do Cravo pisam pessoas, projetos, expectativas e se materializam processos. Eles vêm do Cravo de Bujaru, da Alça Viária, de escritórios em Belém, de reuniões de acionistas em algum lugar do globo, da “rational choice” a partir de tendências nas bolsas de valores, do BNDES, das memórias dos primeiros migrantes repassada às novas gerações. Naquele chão se planta mandioca, dendê, ingazeiro, sarnambi, açai e cupuaçu. Naquele chão estão os pés de peão roxo para espantar mal-olhado. Escalas, elementos, processos e níveis de complexidade que tentei dar conta minimamente ao longo deste trabalho.

Ele foi escrito ao longo de três anos, desde o segundo semestre de 2017. Momentos de escrita prolongada, momentos intensos de produção e revisão. Ele também foi escrito desde o segundo semestre de 2015, quando iniciei nos trabalhos de campo. Porque no chão de São Francisco do Cravo também eu pisei, aprendi, convivi. Foi ali que comecei a entender que as disputas pela terra que ali ocorriam, consonantes a territorialização do agronegócio do dendê, constituíam-se em disputas pelo futuro da comunidade e, por isso, da Amazônia.

O agronegócio do dendê, enquanto projeto de desenvolvimento sustentável movido pela iniciativa privada e pela ação estatal em escalas diversas, muitas vezes continua se caracterizando como que por um pacto de elites para o “dendêenvolvimento”, quando o futuro dos sujeitos é pautado pelo capital (AQUINO JUNIOR, 2016) e onde há desigual distribuição dos custos e retornos do crescimento (MURRAY LI, 2014, p. 185).

Um dos fortes vetores para a territorialização desse agronegócio vem da noção de terras degradadas, operada pelo Estado enquanto argumentação para apropriação das terras, apoiando-se numa suposta “situação de triplo ganho”, isto é, “um cenário em que setor de óleo de palma, proteção ao meio ambiente, assim como desenvolvimento rural sejam igualmente beneficiados”. Entretanto, tal situação tem se realizado mais “intensifica[n]do um fenômeno que há décadas tem tido lugar na região: o controle sobre acesso à e uso da terra através do agronegócio transnacional” (BACKHOUSE, 2013, p. 6). É por isso que, “desprovido de suposições teleológicas e cenários otimistas *win-win*, o fim das terras é um lugar profundamente perturbador” (MURRAY LI, 2014, p. 173). A comunidade, como esse lugar/território, provocou muitas das questões que tentei aqui abordar. Os limites da abordagem se dão tanto porque a realidade é maior que a teoria, quanto porque a disputa está em curso, talvez agora mesmo enquanto você lê.

O desenvolvimento alvejado pelas inúmeras políticas públicas tem ocorrido em São Francisco do Cravo nas melhorias de condição de trânsito no ramal de acesso à comunidade, na energia elétrica, no assalariamento de pessoas que consomem no comércio local. E, entretanto, esse desenvolvimento vem acompanhado de novas formas de pobreza (idem, p. 8) e de precarização com relação ao passado.

A análise situacional incentiva a analisar mudanças e permanências (CLARKE apud. PÉREZ & CANELLA, 2013, p.2), sendo as mudanças referidas da seguinte forma por um cravense: “dormia aí com essa janela aberta, naquele tempo não tinha energia, agora não, seis horas, seis e meia, é tudo trancado”. Quanto às permanências, as velhas práticas de superexploração do trabalho, de mecanismos de apropriação da terra pautados na ilegalidade, o descaso com a educação da população rural são exemplos. Riqueza e novas formas de pobreza: produção contraditória do território.

A precarização das condições de vida, da bio-diversidade, passa por diversos níveis, dos mais simbólicos até os mais cruentos. Assim está sendo escrita a história do agronegócio do dendê na Amazônia, entre o vermelho da poeira levantada pelo desenvolvimento que *atravessa* a comunidade e o vermelho dos que continuam morrendo nas disputas pela terra. e também no vermelho-roxo-preto do vinho de açaí que se bate para consumir depois do almoço.

Assumindo com Hébette (2004, p. 31) que “a história do povo camponês que deve inspirar a reflexão sobre a ‘questão agrária’”, o convite é analisar o tema a partir dos subalternos, dos pequenos (TORRES, DOBLAS e ALARCON, 2017, p. 6-8), para daí elaborar uma reflexão que contemple e analise os modos pelos quais a constelação de elementos forma uma situação (MURRAY LI, 2014).

A situação, como tentei tratar, é uma especificidade em relação à aspectos conjunturais e estruturais. Por estes últimos, por exemplo, é importante indagar a partir de São Francisco do Cravo como o sistema econômico vigente não só permite como reproduz a concentração de terras que emperra muitas vezes a própria economia, “gerando cadeias viciosas que se supõe-se afetar o desenvolvimento de um modo geral” (PAULINO, 2015, p. 9).

Por outro lado, se a concentração vai em ascendente, emperrando contraditoriamente o desenvolvimento capitalista, o que pode explicar a reprodução aparentemente equilibrada ( a despeito dos massacres e conflitos, considerados “marginais”) da agricultura camponesa no contexto das assimetrias que atravessam a questão agrária? Paulino escreve que

Segundo Ploeg (2008), a tradição fundada no controle sobre o fazer institui um saber orientado para a produção de instrumentos e processos técnicos inovadores, no sentido da eficácia, contrários à padronização própria dos artefatos mercantis. Trata-

se de uma engenhosidade fruto da diversidade que emana da realidade específica a cada unidade de produção o que, segundo o autor, estaria na raiz dos processos de recampanização verificados na Europa e em outras partes do mundo.

No caso brasileiro, tudo isso concorre para um processo de recriação do campesinato eivado de contradições (Oliveira, 2003; Shanin, 2008; Fernandes *et al.*, 2010), porque a despeito das interdições mencionadas, a participação proporcional da família nos trabalhos agrícolas aumentou no intervalo dos dois últimos levantamentos do censo: o segmento passou de 76,9% para 77,3% do conjunto, embora tenham se perdido 979.022 ocupações familiares (PAULINO, 2015, p. 19).

Então, se o campesinato tem enfrentado dessa forma os processos acima descritos, qual o problema? Entendo que seja continuar apostando em uma resiliência solapada por cima (ações estatais e privadas de projetos) e por baixo (encarecimento do solo devido à concentração, sem falar de processos físico-químicos). Uma encruzilhada do presente que vai talhando o futuro que se disputa na e pela terra, enquanto caminhos são facilitados e dificultados.

Retornando ao diálogo com Almeida (2012, p. 67), que desde uma inspiração em D. Bensaid comenta a ocorrência de uma hierarquização dos territórios, acrescentaria que esta hierarquização é sempre uma hierarquização entre sujeitos, manifesta de forma majoritária nas classes. Resumidamente, penso que a hierarquização dos territórios é uma hierarquização das classes que produzem e se reproduzem nas terras-territórios.

A hierarquização pela qual passa São Francisco do Cravo no contexto de desenvolvimento e intensificação (palavra que entendo ser mais reveladora que “avanço” neste caso) das relações capitalistas nos arremete a outro comentário, de C. Walter, para quem “a superação do capitalismo necessita, ao mesmo tempo, a superação da colonialidade que, sempre, o acompanhou” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 106). A colonialidade, como a história demonstra, é sempre uma relação de alteridades radicalizada na produção e exploração de assimetrias que podem desembocar na subjugação e extermínio. Colonialidade que muda para permanecer, como no caso da criação vertical de Agrovilas.

Neste lastro, o “Estado territorial” assume papel central, posto que é a “forma geográfica de organização do poder desde o século XIV e consagrada pelo Tratado de Westfalia (1648)”, se conformando “enquanto uma hierarquia política e espacial, com a *escalaridade do poder*”, como observa Porto-Gonçalves (2015, p. 26 – grifos meus). Aqui, parece inescapável o argumento de Mascaro (2017) sobre a relação Estado-classe expresso em tantos exemplos, pois a colonização e a subjugação de territórios, sujeitos e natureza não é meramente manifestação do caráter de certos homens (quase sempre são homens, não?), mas objetivam a reprodução de relações que garantam a produção de mais-valia como possibilidade de mais-poder num sistema que permite tal correlação. Nesse interim, aliás, as



parcerias público-privadas (PPP's) seriam exemplos significativos no sentido macro e conjuntural como respostas à crise climática e combate à pobreza, ganhando contornos na situação estudada no sentido de uma “inclusão social” pautada hegemonicamente pelo econômico e produtivo, pela subordinação.

A relação de alteridades que produz o território é, sobretudo, uma questão de diferenças que concretamente se manifesta o mais das vezes em assimetrias, antagonismos de classe. Ora, se os territórios podem ser entendidos como relação de poder, como produto destas, o poder se distribui e se realiza não somente de diferentes formas (sociais, identitárias, cosmológicas...), mas propriamente como diferentes poderes, com formas e práticas que atravessam e extravasam o poder estatal para se constituir em poderes de quem *pode*: quem pode ficar, quem pode sair, quem pode continuar, quem pode mandar, quem pode trabalhar na autonomia ou na subordinação, quem pode comprar, quem pode... existir. Poderá Vitor apanhar ainda o açáí no lote, com a certeza de que os corpos hídricos que alimentam a palmeira estão sãos?

**Foto 23** - Victor no pé de açáí



**Fonte:** Autor (2018)

Em São Francisco do Cravo pude ver um pouco quem e como pode: o Ramal que se abriu foi um *caminho* que quando alargado alargou e estreitou outros caminhos. A terra que se disputa nos meandros da feitura do território é um caminho que se faz, que se toma de alguém, se toma com alguém e se forma com alguém. Um caminho para “chegar lá” pelo

espaço-tempo. O caminho de quem muda para permanecer: entre Cravos (Bujaru-Acará), entre margens (rodovia-rio). O território é luta de classes prenhe de história passada e feita do futuro. É *práxis*.

Ao mesmo tempo, o território é pedagógico, não por ser um objeto que se anima e ensina, mas por ser produzido por intrincadas relações que demandam, se queremos o mais possível compreendê-lo, lançar mão de ferramentas, categorias e teorias que possam aproximar-nos da totalidade contraditória que o constitui. Aqui cabe fazer eco a Netto (2018, p. 86), quando este escreve “contraposições teóricas só são solucionáveis praticamente”. Por isso, penso que o território é *práxis* não só enquanto processo, memória (CASTRO e MARIN, 1999) e história materializada e materializando-se, simultânea criação-destruição-recriação (OLIVEIRA, 2003); o território é *práxis* enquanto pesquisa. Enquanto as transformações que a própria pesquisa pode demandar. É por isso que também quem pesquisa e escreve é *sujeito*.

Os horizontes de quem encampa as disputas por terra e futuro obviamente diferem. A diferença e alteridade se tornam problemáticas quando um quer poder *mais* (mais-poder) sobre e contra os outros: do colonialismo à subordinação do trabalho dos sujeitos e de seu modo de vida, a alteridade quer constituir-se como dominação.

Mas se “a história real se desenrola, pois, no claro-escuro do percebido e do concebido” (MARTINS, 2017, p. 125), o que se pode fazer? Ora, essa mesma história “é vivida e, em primeira instância, decifrada no cotidiano” (idem). O cotidiano de São Francisco do Cravo é onde se revela o claro da história, ao mesmo tempo em que a sombra projetada por outras escalas e territorializações deve ser considerada. Pois se o território é a dialética, a unidade contraditória (OLIVEIRA, 2003), a história também o é (MARTINS, 2017, p. 125).

Sem saídas fáceis para essa produção do território e da história, das disputas por terra e futuro, se faz necessário ter em vista a totalidade. E assumir o enfrentamento político a essas questões genuinamente, isto é, a deliberação sobre fins (DARDOT e LAVAL, 2017, p. 286). É preciso pautar a questão da destinação “à montante”, não só “à jusante”, quando é preciso se adaptar e ser resiliente. É preciso retomar a “arte da política” que “reside em insistir numa demanda particular que, embora profundamente realista, perturbe o próprio cerne da ideologia hegemônica” e, assim, “implique uma mudança muito mais radical, porque talvez definitivamente viável e legítima, mas de fato impossível” (ZIZEK, 2015, p. 129).

Não são legítimas as reclamações pelas condições do ramal do Cravo, a falta de assessoria técnica, de financiamento, de assessoria técnica, de equipamentos, de água de qualidade, de reconhecimento pela importância do trabalho camponês que coloca comida nas mesas dos acaraenses e mesmo de moradores da RMB? Ao que parece, o quanto são legítimas

é também o quanto parecem distantes, impossíveis de serem satisfeitas. São demandas que vem de antes e que já estão depois do agronegócio do dendê na comunidade, na região.

Como conclui Chesnais (1996, p. 320), a mundialização deixa pouca margem de manobra para soluções reformistas, sejam elas por “salpicos de medidas sociais” com vistas a aumentar demanda ou medidas contra o desemprego, já que se soergue a mobilidade volátil de capitais e processos como matriz fundamental da mesma mundialização. Assim, as disputas por terra e futuro, notadamente no que se refere à limitação do acesso à terra por parte de populações que nela sustentam seu trabalho e modo de vida, exige um novo conhecimento e uma nova política (MURRAY LI, 2014), assumindo a crise ambiental, política e econômica em seus enlaces com a própria política e economia hegemônicas, ou seja, a impossibilidade de reformas que mantenham o “estado de coisas” que gerou a própria crise (MASCARO, 2017, p. 127).

Sobe esse “estado de coisas” aludido por Mascaro, as PPP’s, por exemplo, são tratadas em muitas análises como novidades, como ótimas notícias. Entretanto, a forma que elas vem se realizando não é apenas a confirmação histórica do pacto de elites que se manifesta na hegemonia de classe no interior do Estado (LOUREIRO, 2004)? A ideia de “cadeias produtivas regionais” citada no MacroZEE não é ela mesma vetor da ponte destruída na Alça Viária por uma balsa com rejeitos de dendê na madrugada do dia 6 de abril? Sem idealismos, a história vai se revelando no cotidiano...

O Ramal do Cravo que alargado simultaneamente estreita não está distante da ponte que cai. E a ponte foi derrubada por uma balsa de rejeitos que, pelo que se tem notícias, vinha da Biopalma e havia sido vendida a um terceiro, que por sua vez havia negociado a carga com a Jari celulose. No mês de defesa dessa dissertação, abril de 2019, foram bloqueados das duas empresas R\$ 185 milhões. Eis um trecho da decisão judicial:

A ré Biopalma da Amazônia S/A - Reflorestamento Indústria e Comércio não possuía licença específica para emitir nota fiscal, mas, mesmo assim, vendeu cerca de 1.800 toneladas do subproduto “bucha de dendê”, que tinha como destinatário final a empresa Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A [...]. Além disso, [o demandante] destacou que a operação fluvial foi iniciada no porto da Biopalma e tinha como destino as instalações da Jari Celulose (MENDES, 2018).

Assim vai se fazendo a história, o futuro que se talha a partir do cotidiano. A territorialização do agronegócio do dendê envolvida na derrubada de uma ponte que custara milhões de reais, recursos públicos. E Nazildo morto, os tembés sendo processados. Uma ponte derrubada tem o mesmo rigor que um ramal fechado por manifestantes? Como a polícia trata cada um dos réus, assim como a justiça? Como isso ocorre se, alegam os membros da

Câmara setorial da palma, há na verdade um excesso de burocracia? Se no Brasil de 2019 se repete aos quatro ventos que há muita burocracia nas questões ambientais e que elas emperram o desenvolvimento do país, uma ponte derrubada não atrapalha esse desenvolvimento? Onde estão os pronunciamentos?

Quem vai até o Ramal de São Francisco do Cravo e ouve suas moradoras e moradores? Suas expectativas e avaliações sobre o empreendimento ali instalado com notáveis benefícios estatais nos níveis federal e estadual? A dialética de produção do território permite desvelar essas *resiliências impostas* desde cima em nome do bem comum no contexto de crise climática, econômica, ambiental. E, entretanto, esse “bem comum” anunciado tem se materializado em benefícios pontuais para muitos e vultuosos para uns poucos.

E como o campesinato de São Francisco do Cravo avalia isso tudo?

Eu tenho fé em Deus, eu peço uma melhora, uma condição de trabalho, uma condição de vida pra cá, uma condição da agricultura que nós estamos precisando, e só Deus pode nos ajudar, porque candidatos daqui... quero condições melhor pra nós todos (entrevista em setembro de 2018).

“a gente quer produzir, mas não tem condição. O homem com fome, ele vai conseguir trabalhar?” (entrevista em setembro de 2018).

O campesinato é classe e modo de vida por ter traços de pensamento coletivo, sua sociabilidade marcada pela família e comunidade: “quero condições melhor pra nós todos”. Isto talha suas relações sociais, cosmológicas e políticas, resguardando, evidentemente particularidades. Concretamente, a passagem desse campesinato à integração (caso de muitas comunidades no polígono do dendê, ainda que em número não tão significativo) ou à proletarização deveria ser avaliada confronte o grau de autonomia do trabalho e as condições anteriores de desenvolvimento deste desde a relação com o aparato estatal e com entes privados. Essa passagem, porém, deveria ser ainda analisada no interior da volatilidade do emprego formal em tempos neoliberais (estruturalmente) e na precarização de direitos trabalhistas em curso no Brasil. Não é suficiente incluir o campesinato com discursos e cenários abstratos. No claro-escuro da feitura da história, é importante estar eles participando e o mais possível esclarecidos – o que não implica formação da parte de técnicos ou pensadores, mas acesso irrestrito a informações e análises diferenciadas.

Por fim, a passagem para a proletarização, para a cidade, para a parceria ou qualquer outra passagem deveria ser uma opção concreta e não resultado de pressões resultantes da omissão de serviços públicos, da ação estatal deliberada em favor de empreendimentos privados de larga escala, da negligência quanto a fiscalização e condições infraestruturais e culturais de reprodução do campesinato, não só enquanto modo de vida que manifesta

diversidade, mas como classe importante na produção de alimentos saudáveis e baratos, no equilíbrio demográfico campo-cidade, em práticas que resultam de experiências e conhecimentos ancestrais, na relação com a natureza pautada na criatividade *pari passu* à continuidade, isto é, a busca por manter condições que permitam a reprodução daquela como garante de sua reprodução, em relações sociais com traços de solidariedade que gera complexas relações econômicas.

Como dissertação gestada na linha de pesquisa “Estado e políticas públicas”, refletir sobre o papel do Estado no interior das disputas por terra e futuro é trazer à luz questões propriamente políticas, já que “o neoliberalismo não é uma retirada do Estado da economia, mas um específico modo de *presença* do Estado na economia” (MASCARO, 2017, p. 118). Em diversas passagens desse trabalho busquei apresentar como tem se dado essa presença.

Por outro lado, o político não se exaure no Estado. Se o político, como defendem Dardot e Laval (2017) é tomar parte, este trabalho é político: é um eco do pedido de “condições melhores para nós todos”. E esses nós são os nós da região, da comunidade, são “nós” teóricos, nós que se manifestam e se resolvem pelas práticas. É preciso coragem política para o enfrentamento a esses “nós”, para que não se constituam em sufocamento da bio-diversidade, os outros nós, *nosotros*.

Trazer à baila o político se dá neste trabalho em vista de que as alteridades em suas diferenças não se constituam ou sejam reforçadas enquanto assimetrias, colonialismo, subjugação. Dialeticamente, o trato diferenciado entre sujeitos e coletividades diversas é condição para que não haja progressivamente assimetrias políticas e econômicas entre sujeitos e grupos. De fato, “Construir autonomía es sujetizarse; es construir una territorialidad propia; es entender el territorio como la conjunción de la tierra y el cosmos, de la historia y la cultura, de todo lo que hace y ha hecho posible la vida, un cierto tipo de vida, una vida con historia” (CECEÑA, 2008, p. 92). E a história não pode ser restrita a memórias e passado: a história é a realização da existência, é prenhe de futuro: “o presente é contraditório, está sempre sobrecarregado de passado, mas ao mesmo tempo está sempre grávido das possibilidades concretas de futuro” (KONDER, 2018, p. 131).

No contexto de interdependência crescente entre as alteridades, conformando o complexo social, apostar na equidade e na política como deliberação necessita uma busca de idealismos que, com palavras agradáveis, não tem encontrado respaldo em grande parte das práticas, como é o caso das discussões na ONU em torno da governança climática global, que é uma importante justificativa para políticas implementadas por governos brasileiros em vista do agronegócio do dendê. É preciso ter em vista que “en la competencia internacional hoy la

apropiación de territorios es un elemento fundamental” (CECEÑA, 2008, p. 92), e que por mais justas e corretas que possam ser as intenções, elas se dão nos meandros de relações econômicas e políticas que as extrapolam e, nos mais das vezes, as desfiguram: é o caso do ciclo de carbono justificando empreendimentos *dessa natureza* enquanto as comunidades experimentam no ar o odor de agrotóxicos e a poeira vermelha levantada por carretas e ônibus, por vezes em ritmos quase inacreditáveis, como no “período de exportação” referenciado no primeiro capítulo.

A autonomia, neste contexto, não deveria estar restrita à inclusão social via mercado, uma autonomia que adote a racionalidade capitalista como início e fim, demarcando de partida *o que pode*. Não deveria soar tão estranho, então, que “el planteamiento de la autonomía supone una ruptura con la concepción occidental/capitalista del mundo sobre la que se organiza el sistema en su conjunto” (idem, p. 91). Ou a autonomia não pode ultrapassar certas conveniências/convenções/conversões sociais?

Radicalizar a política é, então, assumir de partida o debate sobre fins: não só o que fazer *depois* do fim das terras, ou como acelerar ou postergar o propalado fim do campesinato, mas discutir que fins sociais, políticos e econômicos justificam essas mesmas políticas. Essas destin-ações.

Só posso ser imensamente grato às camponesas e camponeses e a todos os moradores e moradoras de São Francisco do Cravo, que me permitiram tomar parte em seu caminho, e a quem tomou o caminho de feitura e leitura deste trabalho. O chamado é político: tomar parte. Oxalá, tomar parte seja defender partes para todos e mesmo o fim das partes pelo todo que ansiamos, *nós, as pessoas comuns que fazem o comum*. Oxalá seja tomar parte para pôr em comum!

Neste sentido, as diferenças deveriam caminhar no sentido de promoção da equidade ao invés de reproduzir e fomentar assimetrias, na concentração de renda e de terra, enquanto os prejuízos são prontamente socializados, para não dizer que muitos deles estão distribuídos de forma diametralmente oposta quanto aos concentradores de terra e renda: as rotas de concentração (BORRAS et al., 2011) são os caminhos que têm sido facilitados (MURRAY LI, 2014).

Isto parte da ideia de que as diferenças são prejudiciais, ou que pelo menos devem ser controladas e submetidas, subordinadas a uma racionalidade (capitalista) e racionalização (ordenamento territorial). É fundamental que as diferenças sejam compreendidas como positivas, “portadoras de um outro devir” (PAULINO, 2008, p. 201), permitindo que a janela do futuro seja acessível – através da terra – aos diferentes, especialmente aos pequenos que

experimentam na trabalhosa abertura de sendas na história pelo trabalho na/da terra tantas e sistemáticas opressões. A janela para o futuro é a foto de crianças abaixo: plural que a pressa pode deixar escapar. Olhar atentamente é ver as mãos, as mãos que querem também ser parte. A janela entreaberta está se abrindo ou fechando? E nossas mãos empurram ou fecham essa janela? Na casa de madeira, quem sabe algumas daquelas primeiras árvores da época da “mata brava”. Mata brava passou, tempos bravos não. Só resta sublinhar o poeta: “A compaixão dos oprimidos pelos oprimidos é indispensável. Ela é a esperança do mundo” (Brecht).

**Foto 24** – Crianças da comunidade de São Francisco do Cravo



**Fonte** – Autor (2015)

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Desenvolvimento Sustentável: qual a estratégia para o Brasil?**. In: *Novos Estudos*, n. 87, pp. 97-113.

ABRAPALMA. **Reunião Da Câmara Estadual Da Palma**. Disponível em [www.abrapalma.org](http://www.abrapalma.org). Acesso em janeiro de 2018.

ACSERALD, H. O zoneamento ecológico-econômico e a multiplicidade de ordens socioambientais na Amazônia. Belém: *Novos Cadernos NAEA*, V. 3, N. 2 - P. 005-015 DEZ. 2000.

AGUIAR, D. **A geopolítica de infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2017.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Os quilombolas e a Base de lançamento de foguetes de Alcântara. Laudo antropológico, vol. 1**. Brasília: Edições Ibama, 2006.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”**. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, Jan./Abr. 2012.

ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. 2ª ed. São Paulo : Hucitec, 2004.

ANDRADE, M. de. **Paulicéia Desvairada**. São Paulo: Novo Século Editora, 2017.

AQUINO JUNIOR, P. O. C. de. **Agronegócio do dendê e campesinato: terra e futuro em disputa**. Orientadora: Cátia Macedo Oliveira. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Plena em Geografia) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, 2016.



AQUINO JUNIOR, P. O. C. de. Agronegócio do dendê: ponderações sobre a totalidade e o papel do Estado. In: CASTRO, E. M. R. de. ALVES, S. R. (Org.). **Anais do II Seminário Internacional América Latina: política e conflitos contemporâneos**. Belém: NAEA, 2017. pp. 64-76.

AQUINO JUNIOR, P. O. C. de. **Aproximações a uma Economia Política da terra na Amazônia**. Dossiê: Conjuntura política e crise ambiental na América Latina: o local, o regional, o global. Boletim Geocrítica Latino-americana. N° 01, out, 2018. pp. 32-37.

AQUINO JUNIOR, P. O. C. de. Agronegócio do dendê: ponderações sobre a totalidade e o papel do Estado. In: CASTRO, E. M. R. de. ALVES, S. R. (Org.). **Anais do II Seminário Internacional América Latina: política e conflitos contemporâneos**. Belém: NAEA, 2017. pp. 64-76.

AQUINO JUNIOR, P. O. C. de. Aproximações a uma economia política da terra. In: **Dossier: Coyuntura política y crisis ambiental en América Latina: lo local, lo regional, lo global**. Boletín Geocrítica Latinoamericana, n° 01, octubre, 2018. pp. 30-35.

BARROS, S. **Brazil – biofuels anual**. USDA Foreign Agricultural Service – Global agricultural information network. Public distribution, 9/15/2017.

BEATTIE, J. **Introdução à Antropologia Social**. São Paulo : Editora Nacional, 1977.

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BIOFUTURE PLATFORM. **Creating the Biofuture: A Report on the State of the Low Carbon Bioeconomy**. Disponível em <http://funag.gov.br/loja/download/creating-the-biofuture-a-report-state-low-carbon-bioeconomy.pdf> (acesso em 12/12/2018).

BIOPALMA. **Relatório de sustentabilidade 2016 Biopalma da Amazônia S.A.** Disponível em <https://www.biopalma.com.br/pdf/relatorio-sustentabilidade-2016.pdf>

BOAS, F. **Antropologia cultural**. CASTRO, C. (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BORRAS, S. M. FRANCO, J. KAY, C. SPOOR, M. **El acaparamiento de tierras en América Latina y el Caribe visto desde una perspectiva internacional más amplia**. 2011 - Borrador. Disponível em [https://www.tni.org/files/download/borras\\_franco\\_kay\\_spoor\\_lac\\_land\\_grabs\\_spanish\\_nov\\_2011.pdf](https://www.tni.org/files/download/borras_franco_kay_spoor_lac_land_grabs_spanish_nov_2011.pdf)

BRASIL. **Decreto nº 7.378, de 1º de dezembro de 2010. Aprova o Macrozoneamento EcológicoEconômico da Amazônia Legal MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências**. Brasília, DF, dez. de 2010.

BRUNO, R. A. L. **O ovo da serpente. Monopólio da terra e violência na Nova República**. Campinas: UNICAMP, 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, 2002.

BRUNO, R. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In: MALUF, R. S. FLEXOR, G. (Org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. - 1. ed. - Rio de Janeiro : E-Papers, 2017.

CALABI, D. INDOVINA, F. Sobre o uso capitalista do território. In: **Archivio di studi urbani e regional**. Veneza, ano IV, n. 2, junho de 1973 (mimeografado).

CARVALHO, A. C. A. de. NASCIMENTO, E. N. NAHUM, J. S. A dendeicultura e sua expansão no estado do Pará: uma interpretação geográfica do evento. **Anais do VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales**. pp. 3929-3941.

CASTRO JUNIOR, A. G. de. **Biodiesel do Dendê: um estudo de viabilidade econômico-financeira no Estado do Pará**. Dissertação. Mestrado Profissional em Agroenergia, Escola de Economia de São Paulo, 2012.

CHAMBOULEYRON, R. **Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açaí, 2010.

CHAUI, M. **Neoliberalismo e universidade**. Conferência proferida na abertura do seminário: “A Construção Democrática em questão” no dia 22 de abril de 1997, no Anfiteatro de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH-USP. Mimeo.

CHAYANOV, A. V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: CARVALHO, H. de. (Org.) **Chayanov e o campesinato**. São Paulo, Expressão Popular, 2014.

CHESNAIS, F. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLARKE, A. **Frequently asked questions**. Disponível em: <http://clarkessituationalanalysis.blogspot.com.br/Blog>, “Situational Analysis” - FAQ, 2005. Acesso em 20/3/2018.

COEMA/PA. **Resolução Coema n. 107, de 8 de março de 2013**. Disponível em <https://www.semas.pa.gov.br/2016/07/18/resolucao-coema-n-o-107-de-8-de-marco-de-2013>. Acesso em 4/4/2018.

CRUZ, P. **Vale investe US\$ 305 milhões em biodiesel**. 24/06/2009. disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/450286/noticia.htm?sequence=1>. Acesso em 1º de fevereiro de 2018.

DANIEL, L. P. et al. **A análise da recente alta internacional dos preços das commodities alimentares**. Previsão e mudança estrutural. Revista de Política Agrícola, ano 20, n.4, 2011.

DARDOT, P. LAVAL, C. **Comum. Ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DIARIO OFICIAL DO ESTADO. Caderno 7, p.5 02/08/2013. Disponível em <http://www.ioepa.com.br/pages/2013/2013.08.02.DOE.pdf>. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/issue/view/6465>>.

ÉPOCA NEGÓCIOS. Brasil está em 9º na lista de países que mais investem em inovação. Disponível em <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2018/12/veja-quais-sao-os->

[pais-es-que-mais-investem-no-motor-da-inovacao-brasil-esta-na-lista.html](http://pais-es-que-mais-investem-no-motor-da-inovacao-brasil-esta-na-lista.html). Acesso em 22 de mar. de 2019.

FATHEUER, T. FUHR, L. UNMÜBIG, B. **Crítica à Economia Verde**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016.

FATHEUER, T. **Nova Economia da Natureza. Uma Introdução crítica**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

GLASS, V. **Dendê na Amazônia: novos projetos, alerta permanente**. 3 de junho de 2010. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2010/06/dende-na-amazonia-novos-projetos-alerta-permanente/>>. Acesso em: 22 set. 2015.

GUEDES, A. C. F. **Adesão de famílias camponesas à produção da palma de óleo nos municípios de Moju e Concórdia do Pará: estratégia de parceria AGROPALMA e BIOPALMA**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – UFPA, Belém, 2014.

HÉBETTE, J. Contemporaneidade do Campesinato na Amazônia Oriental. In: HÉBETTE, J. MAGALHÃES, S. B. MANESCHY, M. C. (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002.

HÉBETTE, J. MOREIRA, E. S. A marcha do trabalhador do campo rumo à cidadania. Domínio da terra e estrutura social no Pará. In: HÉBETTE, J. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo sobre o campesinato na Amazônia**. Vol. 4. Belém: EDUFPA, 2004.

HÉBETTE, J. **O Estado e os movimentos migratórios**. In: Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol. 1. Belém: EDUFPA, 004.

HÉBETTE, J. Parentesco, vizinhança e organização profissional na formação da fronteira amazônica. In: HÉBETTE, J. MAGALHÃES, S. B. MANESCHY, M. C. (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002.

IMPrensa Oficial do Estado. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ, 02 de agosto de 2013. Disponível em

<http://cdn.ioepa.com.br/portal/edicoes/download/1400>>. Acesso em 15 ago. 2015.

IMPrensa Oficial do Estado. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ, 15 de outubro de 2010. Disponível em:

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/25364998/pg-1-executivo-2-diario-oficial-do-estado-do-para-doepa-de-15-10-2010/pdfView>. Acesso em: 22 set. 2015.

INDEX MUNDI. Disponível em: [www.indexmundi.com/](http://www.indexmundi.com/). Acesso em 1º de fevereiro de 2018.

INFOPLEX. Home. Disponível em: [infoplex.com.br](http://infoplex.com.br). Acesso em 11 mai. 2016.

INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA – ISAE/FGV. **Projeto de potencialidades regionais – Estudo de viabilidade econômica – dendê**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior / Superintendência da Zona Franca de Manaus SUFRAMA, 2003.

KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LEFEBVRE, H. A “práxis”: a relação social como processo. In: FORACHI, M. M. MARTINS, J. de S. (Org.). **Sociologia e Sociedade. Leituras de introdução à Sociologia**. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1977.

LESS, A. C. VIEIRA, I. C. G. **Correspondence**. Nature, vol. 497, 9/5/2013. Disponível em <https://www.nature.com/articles/497188c?foxtrotcallback=true>. Acesso agosto de 2017.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia. Estado, Homem, Natureza**. Belém : CEJUP, 2004.

MACEDO, C. O. SOUSA, R. B. **Novos projetos, velhas práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas**. In: Revista Tempos Históricos, Paraná, vol. 19, 1º Semestre de 2015.

MARCOS, V. de. Agricultura e mercado: impasses e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo latino-americano. In: PAULINO, E. T. FABRINI, J. E. (org.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular : UNESP, 2008.

MARIN, R. A. CASTRO, E. R. **Comunidades negras rurais: domínio de um conhecimento praxiológico**. Belém: Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.

MARTINS, J. de S. **A socioabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Contexto, 2017.

MARTINS, J. de S. **A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil**. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 6, 1995, pp. 1-25.

MARX, K. **Para a crítica da Economia Política** (Coleção “Os Pensadores”). São Paulo: Abril, 1999.

MARX, K. **Cadernos de Paris e Manuscritos Econômicos-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LIMA FILHO, P. M. CARDOSO, L. F. C. ALENCAR, E. **Festas de santo, território e alianças políticas entre comunidades quilombolas de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil**. In: Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 13, n. 1, p. 109-128, jan.-abr. 2018.

MENDES, C. **É um escândalo: procurador de justiça aponta conluio de Iterpa, SEMAS e PGE a favor de fraudes da Agropalma**. Disponível em [www.ver-o-fato.com.br](http://www.ver-o-fato.com.br) (publicado em 5/5/18).

MENDES, C. **Juiz Raimundo Santana manda bloquear R\$ 185 milhões de Biopalma e Jari, enroladas na destruição da ponte do Moju**. Disponível em <http://www.ver-o-fato.com.br/2019/04/juiz-raimundo-santana-manda-bloquear-r.html>. Acesso em 11 de abril de 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Política de biocombustíveis prevê expansão sustentável do setor energético.** Disponível em <http://www.mma.gov.br>. Acesso em 15/12/2018.

MINISTÉRIO DO MINAS E ENERGIA. **Análise de Conjuntura dos Biocombustíveis.** 2018. Disponível em [http://epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-167/Analise\\_de\\_Conjuntura\\_dos\\_Biocombustiveis-Ano\\_2017.pdf](http://epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-167/Analise_de_Conjuntura_dos_Biocombustiveis-Ano_2017.pdf) (acesso em 12/12/2018).

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Amazônia Legal terá R\$ 90 milhões para ZEE.** Disponível em [http://www.mma.gov.br/informma/item/15281-amaz%C3%B4nia-legal-ter%C3%A1-r\\$-90-milh%C3%B5es-para-zee.html](http://www.mma.gov.br/informma/item/15281-amaz%C3%B4nia-legal-ter%C3%A1-r$-90-milh%C3%B5es-para-zee.html) (acesso 7/12/2018).

MORENO, C. SPEICH, D. FUHR, L. **A Métrica do Carbono: abstrações globais e epistemicídio ecológico.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016.

MURRAY LI, T. **Land's End – Capitalist Relations on na Indigenous Frontier.** Duke University Press – Dyrhan and London, 2014.

NAHUM, J. S. SANTOS, C. B. dos. CARVALHO, A. C. A. de. **Dinâmicas da agricultura familiar com cultura do dendezeiro no município de Moju, na Amazônia paraense.** Belém, Novos Cadernos NAEA, v. 20, n. 3, p. 161-180, set-dez 2017.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. **A dendeicultura na Amazônia paraense.** Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 20, n. 2, p. 281-294, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

NETTO, J. P. Apresentação. Marx em Paris. In: MARX, K. **Cadernos de Paris e Manuscritos Econômicos-filosóficos de 1844.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica da razão dualista / O ornitorrinco.** São Paulo : Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, A. U. de. **Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI.** Texto apresentado na mesa-redonda “Perspectivas da Geografia Agrária” do II Simpósio Nacional

de Geografia Agrária/ I Simpósio Internacional de Geografia Agrária, novembro de 2003 (mimeo).

OLIVEIRA, A. U. de. **A fronteira amazônica Mato-grossense: grilagem, corrupção e violência**. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

OLIVEIRA, A. U. de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

OLIVEIRA, G. M. T. da S. **Comércio de produção camponesa na beira da estrada, na PA-252**. 2018. 1 fot. 16:9.

OLIVEIRA, C. **Ramal de São Francisco do Cravo**. 2019. Escala 1:62:500.

PACKER, L. A. Lei Florestal 12.651/12 - Avanço do direito civil-proprietário sobre o espaço público e os bens comuns dos povos. Terra de Direitos, 2017. Disponível em [Terradedireitos.org.br/acervo/relatórios-e-pareceres/lei-florestal-1265112-avanco-do-direito-civilproprietario-sobre-o-espaco-publico-e-os-bens-comuns-dos-povos/22553](http://Terradedireitos.org.br/acervo/relatórios-e-pareceres/lei-florestal-1265112-avanco-do-direito-civilproprietario-sobre-o-espaco-publico-e-os-bens-comuns-dos-povos/22553). Acesso em 24 ago. 2017.

PASSOS, B. **Maré Grande no Vale do Acará**. Acará: Edição do autor, 2002.

PAULINO, E. T. **Território e campesinato: da teoria à práxis**. Terr@ Plural, Ponta Grossa, v.2, n.1, 2008.

PAULINO, E. T. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, E. T. FABRINI, J. E. (org.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular : UNESP, 2008.

PEREIRA, A. dos R. AFONSO, J. B. G. Conflitos e violência no campo, na Amazônia brasileira. In: CANUTO, A. LUZ, C. R. da S. ANDRADE, T. V. P. (Coord.). **Conflitos no campo – Brasil 2017**. Goiânia: CPT Nacional, 2017.



PÉREZ, M. S. CANNELLA, G. S. **Situational Analysis as na avenue for Critical Qualitative Research: Papping Post-Katrina New Orleans**. In: *Qualitative Inquiry* XX(X) 1–13, April 9, 2016. Disponível em: [qix.sagepub.com](http://qix.sagepub.com) (acesso em 10/18)

PIRES DO RIO, G. A. Escalas de política energética: o programa nacional de biodiesel. In: ARACRI, L. A. S & BERNARDES, J. A. **Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia**. Rio de Janeiro. Arquimedes Ed/CNPQ/UFRJ: 2011.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

PONTES JR, F. **Povos da floresta: cultura, resistência e esperança**. São Paulo: Paulinas, 2017.

PONTES JUNIOR, F. **Povos da floresta: cultura, resistência e esperança**. São Paulo : Paulinas, 2017.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Espaço e poder em questão: uma perspectiva desde a subalternidade. In: MITIDIERO JUNIOR, M. A. GARCIA, M. F. VIANA, P. C. G. (org.). **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. São Paulo : Outras Expressões, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO PARÁ. PLANO DE TRABALHO – PALMA DE ÓLEO. Disponível em <http://para2030.com.br/wp-content/uploads/2017/08/Palma-de-%C3%93leo.pdf>. Acesso em 22 jan. 2019.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo : Ática, 1993

RAMALHO FILHO, A. et al. **Zoneamento agroecológico, produção e manejo da cultura de palma de óleo na Amazônia**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010.

RELATÓRIO APONTA QUE FUTURO DEPENDE DE BIOCOMBUSTÍVEIS. MMA.

Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/15307-relat%C3%B3rio-aponta-que-futuro-depender-de-biocombust%C3%A9veis.html> (acesso em 12/12/2018).

SANTOS, N. R. **Reestruturação produtiva e desenvolvimento regional: estudo de caso sobre a Empresa Agropalma S.A.** Dissertação (mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Belém: PPGDSTU/NAEA – UFPA, 2008.

SILVA, E. P. da. MAGALHÃES, S. B. FARIAS, A. L. A. de. **Monocultivos de dendzeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia Paraense.** Campo-Território: revista de geografia agrária. Edição especial, p. 165-195, jun.-2016.

SILVA, R. N. da. **O programa de produção sustentável de óleo de palma (PSOP) e o campesinato amazônico: o caso do município de Acará/PA.** Dissertação (Mestrado) – UFPA/NAEA, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2016.

SILVA, R. N. da. **O Programa de Produção Sustentável do Óleo de Palmas (PSOP) e o campesinato amazônico: o caso do município de Acará/PA.** Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2016.

SILVA, W. J. F. **A crise dos alimentos em 2007 e suas implicações para o mercado internacional.** Encontro de Ensino, pesquisa e extensão da faculdade Senac, 2010.

TAUSSIG, M. T. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul.** São Paulo : UNESP, 2010.

SOUSA, R. B. e MACEDO, C. O. **Comunidades Camponesas no Nordeste Paraense: o caso de São Judas e Cravo.** In: Geografia (Londrina) v. 20.

TORRES, M. DOBLAS, J. ALARCON, D. F. **“Dono é quem desmata”. Conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense.** São Paulo: Urutu-Branco ; Altamira : Instituto Agronômico da Amazônia, 2017.

VALE. **Nossa história 2012**. Disponível em [http://www.vale.com/PT/aboutvale/book-our-history/Documents/livro/Vale\\_Livro\\_Nossa\\_Historia\\_cap10.pdf](http://www.vale.com/PT/aboutvale/book-our-history/Documents/livro/Vale_Livro_Nossa_Historia_cap10.pdf). Acesso em: 20 mar. 2019.

VECCHIONE-GONCALVES, M. **Grupo Carta Belém avalia acordo da COP 21**.

Publicado em 16/12/2015. Disponível em

<http://terradireitos.org.br/2015/12/16/grupocartadebelemaavaliaacordodacop21/>. Acesso junho de 2017.

VECCHIONE-GONCALVES, M. **A Razão que (des)Humaniza e o Desafio de Ser Humano no Mundo Neoliberal - Resenha Crítica: DARDOT, P.; LAVAL, C. A Nova Razão do Mundo - Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. Belém: Novos Cadernos NAEA, vol. 19 n.3, pp. 255-270.

VECCHIONE-GONÇALVES, M. **Mercantilizar para implementar: o diálogo de Alto Nível sobre Financiamento na COP 24 como alegoria do planejamento do desenvolvimento global**. Belém: Paper do NAEA 397, Novembro de 2018.

WESTPHALEN, A. L. **Vale compra Biopalma por US\$ 173,5 milhões**. Site Valor Econômico, disponível em <http://www.valor.com.br/arquivo/172277/vale-compra-biopalma-por-us-1735-milhoes>. Acesso em: 12/10/2015.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: (Org.) WELCH, C. A. et. al. **Camponeses brasileiros, vol. 1 – Leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

ZIZEK, S. **Problema no Paraíso: do fim da história ao fim do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

## **REFERÊNCIAS SECUNDÁRIAS (CABANAGEM)**

GUEDES, A. da S. **As fontes de informação significantes para a construção da representação mental e social da Cabanagem no Estado do Pará (Brasil)**. (tese de doutorado) Porto : FLUP, Universidade do Porto; Universidade de Aveiro, 2011

DI PAOLO, P. de. **Cabanagem. A revolução popular da Amazônia.** Belém : CEJUP, 1986.

RAIOL, D. A. **Motins Políticos – ou a História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835.** (3 volumes). Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

ROCQUE, C. **Cabanagem. Epopeia de um povo.** Belém: Imprensa Oficial, 1984.

## ANEXOS

## ANEXO 1 – PROTOCOLO DE INTENÇÕES SOCIOAMBIENTAL DA PALMA DE ÓLEO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

### PROTOCOLO DE INTENÇÕES SOCIOAMBIENTAL DA PALMA DE ÓLEO

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE CELEBRAM ENTRE SI, O ESTADO DO PARÁ ATRAVÉS DA SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INCENTIVO À PRODUÇÃO (SEDIP), SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA (SAGRI), SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE (SEMA), PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES (PMV), EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER), ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE ÓLEO DE PALMA (ABRAPALMA), INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ (ITERPA), FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ (FAEPA), SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL (SENAR), BANCO DA AMAZÔNIA (BASA), BANCO DO ESTADO DO PARÁ (BANPARÁ) E DEMAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS QUE DECLARAREM ADESÃO A ESTE PROTOCOLO, MUNICÍPIOS DO ZODENDÊ QUE DECLARAREM ADESÃO A ESTE PROTOCOLO E DEMAIS EMPRESAS DE PALMA ATUANTES NO PARÁ QUE DECLARAREM ADESÃO A ESTE PROTOCOLO.

O ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, através da SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INCENTIVO À PRODUÇÃO (SEDIP), órgão da administração pública estadual, inscrita no CNPJ nº 14.012.055/0001-26, com sede no CIG - Centro Integrado de Governo, situado na Avenida Nazaré, nº 873, Bloco anexo, 3º andar, doravante denominada simplesmente por SEDIP, neste ato representado por seu Secretário Especial, o Sr. DAVID ARAÚJO LEAL, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 272.616.037-91, RG nº 3002828 SSP/RJ, residente e domiciliado nesta cidade, da SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA (SAGRI), órgão da administração pública estadual, inscrita no CNPJ nº 05.054.945/0001-00, com sede na Travessa do Chaco nº 2232 – Marco, CEP: 66.090-120, Belém-PA, doravante denominada simplesmente por SAGRI, neste ato representado por seu Secretário, o Sr. ANDREI GUSTAVO LEITE VIANA DE CASTRO, brasileiro, casado, CPF nº 607.681.182-04, RG Nº 2807820, SSP/PA, residente e



## GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

brasileiro, casado, CPF nº 019.680.712-20, e RG nº 1723 - OAB/PA, residente e domiciliado nesta cidade; do **BANCO DA AMAZONIA S.A (BASA)**, empresa de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº 04.902.879/0001-44, com sede em Belém-PA, na Avenida Presidente Vargas nº 800, doravante denominado simplesmente por BASA, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. **VALMIR PEDRO ROSSI**, brasileiro, casado, CPF nº 276.266.705-91 e RG nº 50080445-8, residente e domiciliado nesta cidade; do **BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A (BANPARÁ)**, sociedade de economia mista integrante da Administração Indireta do Estado do Pará, com sede na Av. Presidente Vargas, n.º 251, Comércio, Belém-PA, CEP 66010-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.913.711/0001-08, doravante denominado simplesmente por BANPARÁ e neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, o Sr. **AUGUSTO SERGIO AMORIM COSTA**, brasileiro, casado, inscrito sob o CPF nº 175.597.902-9 e RG nº 6077.804-PC/PA, residente e domiciliado nesta cidade; e demais instituições financeiras que declararem adesão a este protocolo e Municípios do ZEE que declararem adesão a este protocolo.

CONSIDERANDO que a atividade da produção de óleo de palma pode vir a desempenhar papel relevante no cenário econômico dos municípios paraenses, contribuindo significativamente para a redução das desigualdades sociais no estado;

CONSIDERANDO a demanda crescente do mercado mundial por óleos vegetais para fins alimentícios, cosméticos ou geração de energia (biocombustíveis), produzidos de forma ambientalmente correta;

CONSIDERANDO que as empresas projetam a inclusão de famílias de agricultores familiares integrados em projetos de plantio de palma de óleo nos municípios do ZODENQZ, e que são necessárias medidas com vistas à adequação fundiária e ambiental de suas propriedades rurais;

CONSIDERANDO que medidas de grande alcance social exigem a repartição de responsabilidade entre agentes públicos e privados, através de parcerias, cujo objetivo é o desenvolvimento rural sustentável, e a consequente melhoria das condições ambientais, da qualidade de vida da população atida ao incremento da produtividade e competitividade da economia paraense;

Resolvem firmar este PROTOCOLO SOCIOAMBIENTAL DA PALMA DE ÓLEO, mediante as cláusulas e condições seguintes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente Protocolo de Intenções tem por objeto estabelecer parceria institucional entre o poder público e a iniciativa privada, visando criar condições que viabilizem, de forma objetiva e transparente, a execução de ações conjuntas voltadas ao desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva da produção do óleo de palma, especialmente no que se refere à produção integrada de pequenos produtores da agricultura familiar.

3



## GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

domiciliado nesta cidade; da **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE (SEMA)**, órgão da administração pública estadual, inscrita no CNPJ nº 34.921.763/0001-68, com sede na Travessa Lomas Valerianas, nº 2717, bairro do Marco, CEP 66.095-770, Belém-PA, doravante denominada simplesmente por SEMA, neste ato representada pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente, Sr. **JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES**, brasileiro, casado, CPF nº 039.809.872-72 e RG nº 3207441, SSP/PA, residente e domiciliado nesta cidade; do **PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES (PMV)**, instituído pelo Decreto Estadual nº 54, de 29 de março de 2011, com sede Rua dos Mundunucus, Nº 2313, CEP: 66033-718, Bairro Batista Campos - Belém - PA, doravante denominada simplesmente por PMV, neste ato representado por seu Secretário Extraordinário de Estado para a Coordenação do Programa Municípios Verdes, Sr. **JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO**, brasileiro, casado, advogado, CPF nº 271.230.652-04 e RG nº 1950423-SSP/PA, residente e domiciliado nesta cidade; da **EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO PARÁ (EMATER)**, entidade de administração pública estadual, inscrita no CNPJ nº 05.402.797/0001-77, com sede na BR-316 KM 12, Marituba-PA, doravante denominada simplesmente por EMATER, neste ato representada por seu presidente, o Sr. **HUMBERTO BALBI REALE FILHO**, brasileiro, casado, CPF nº 088.276.842-72 e RG nº 2103139 -SSP/PA, residente e domiciliado na Cidade Nova 5, WE 26, casa nº 651, Bairro: Coqueiro, Ananindeua - PA, CEP: 67133090, da **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE ÓLEO DE PALMA (ABRAPALMA)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 17.211.234/0001-80, com sede na Av. Governador Magalhães Barata, 651, Edifício Belém Office Center, sala 617, São Braz, Belém/PA, neste ato representada por seu Presidente, o Sr. **MARCELLO SILVA DO AMARAL BRITO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 065.621.628-07 e da Cédula de Identidade RG nº 1.2181.395/SSP-GO, residente e domiciliado na rua Dr. Gabriel dos Santos, nº 541, 9º andar, Higiêntópolis, São Paulo/SP, CEP. 01.231-011, da **FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO PARÁ (FAEPA)**, instituição privada, CNPJ nº 04.676.437/0001-16, com sede na Travessa Doutor Moraes, 21 – 8º andar, doravante denominada simplesmente por FAEPA, Belém-PA, neste ato representado por seu Presidente o Sr. **CARLOS FERNANDES XAVIER**, brasileiro, casado, CPF nº 017.341.485-00 e RG nº 5765193-SSP/PA, residente e domiciliado nesta cidade; do **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL (SENAR)**, empresa privada, inscrita no CNPJ nº 04.309.367/0001-42, com sede na Travessa Doutor Moraes nº 21, 7º andar, Belém, PA, doravante denominada simplesmente por SENAR, neste ato representado pelo seu Superintendente, o Sr. **WALTER CARDOSO**, brasileiro, casado, CPF nº 019.505.172-68 e RG nº 1732-D CREA-PA, residente e domiciliado nesta cidade; do **INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ (ITERPA)**, entidade de administração pública estadual, inscrita no CNPJ nº 05.088.455/0001-60, com sede na Rua Farinhas de Brito, 56 - São Braz, Belém-PA, doravante denominado simplesmente por ITERPA, neste ato representado por seu presidente, o Sr. **CARLOS ALBERTO LAMARÃO CORRÊA**,

2



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

- necessários a sua execução;
- b) Promover a articulação e parceria com os Municípios que aderirem este PROTOCOLO, para o desenvolvimento de ações afins com o objeto do presente Protocolo;
- c) Promover a articulação junto à EMATER, visando à emissão de DAP's e CAR's validados pelo MDA para acesso às linhas de financiamento;
- d) Promover articulação junto à EMATER/PA para prestação de assistência técnica rural aos produtores rurais integrados no projeto de produção de óleo de palma nos estabelecimentos rurais nos municípios da Região do ZEE;
- e) Fornecer ou apoiar na aquisição de mudas, sementes e insumos para diversificação de produção rural dos agricultores parceiros, a fim de garantir a segurança alimentar dos habitantes da região do ZEE;
- f) Apoiar os planos de negócios e comercialização da produção rural dos agricultores dos municípios da Região do ZEE;
- g) Promover ações voltadas à organização e associação dos produtores;
- h) Participar do grupo de trabalho voltado à análise, revisão e criação e termos de referência, procedimentos ou normas para o setor da palma;
- i) Através da Câmara Estadual da Palma de Óleo, acompanhar o cumprimento do presente protocolo mediante a solicitação de informe aos seus participantes.

3.3. Compete à EMATER:

- a) Garantir a prestação de serviço de assistência técnica a toda produção rural integrado ao projeto de produção de óleo de palma dos agricultores familiares, podendo também atuar na cultura da palma de óleo;
- b) Emitir Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP's) e elaborar Cadastro Ambiental Rural (CAR's) para os agricultores em seu território de atuação;
- c) Promover treinamentos e/ou cursos de capacitação aos agricultores parceiros para manutenção e tratos culturais das principais culturas agrícolas praticadas na Região do ZEE;
- d) Participar do grupo de trabalho voltado à análise, revisão e criação e termos de referência, procedimentos ou normas para o setor da palma.

3.4. Compete à SEMA:

- a) Emitir, nos termos da lei, licenças ambientais para o plantio de palma em propriedade ou posse dos agricultores parceiros;
- b) Habilitar e capacitar as Secretarias Municipais de Meio Ambiente das prefeituras da Região do ZEE, para emissão de licenças e autorizações ambientais após a celebração de convênio com o Estado;
- c) Capacitar sindicatos, federações e prefeituras para elaboração do Cadastro Ambiental Rural – CAR, a ser validado pelo Estado ou pela União;
- d) Participar do grupo de trabalho voltado à análise, revisão e criação de termos de referência, procedimentos ou normas simplificadas tais como: Outorgas, LAR, LI, LO e LP, para o setor da palma;
- e) Apresentar ao Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA) as proposições de termo de referência, procedimentos ou normas, visando à regularização na forma de resolução para o setor da Palma.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Parágrafo Único: O objeto descrito acima será implementado mediante a assinatura dos instrumentos legais cabíveis entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS OBJETIVOS

São objetivos do presente Protocolo:

- a) Estimular a produção sustentável de óleo de palma, de modo a elevar a sua inserção de forma competitiva nos mercados local, nacional e internacional, através da ampliação, integração e aperfeiçoamento dos processos de geração, difusão e transferência de tecnologias que possibilitem a sustentabilidade econômica, social e ambiental da cultura da palma de óleo nos municípios de acordo com o ZEE Estadual;
- b) Contribuir para a geração empregos diretos e indiretos envolvidos na produção rural e beneficiamento industrial, gerando renda no campo e nas sedes dos municípios, e contribuindo para a fixação do homem na produção rural, evitando o efeito "conutação" e êxodo rural;
- c) Incentivar o aproveitamento de subprodutos da produção do óleo de palma;
- d) Garantir a assistência técnica aos agricultores familiares integrados no cultivo da palma de óleo;
- e) Apoiar a produção, manutenção e comercialização de culturas de subsistência voltadas à segurança alimentar dos habitantes dos municípios e das comunidades dos agricultores integrados no cultivo da palma de óleo;
- f) Apoiar a formalização de associações ou cooperativas de agricultores para viabilizar aquisição de insumos e equipamentos, o escoamento da produção, a comercialização da produção em escala comercial de culturas produzidas em consórcio com a palma de óleo;
- g) Apoiar a capacitação dos agricultores;
- h) Apoiar iniciativas de educação;
- i) Estimular a melhoria da qualidade de vida dos agricultores, através de melhoria na habitação, saúde, segurança pública, lazer, cultura, saneamento básico, estradas e acesso a rede elétrica;
- j) Apoiar a regularização fundiária e ambiental das propriedades ou posses dos agricultores integrados no cultivo da palma de óleo, assim como o manejo sustentável de suas reservas legais e áreas de preservação permanente.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS COMPROMISSOS DOS SIGNATÁRIOS

3.1. Compete à SEDIP:

- a) Promover a articulação e parceria com as secretarias de estado coordenando as ações objeto do grupo de trabalho (ITERPA, SEMA, EMATER, PMV e SAGRI) voltado à análise e revisão de termos de referência, procedimentos ou normas para o setor da palma;
- b) Estabelecer com a ABRAPALMA o plano estadual de atração de novos negócios.

3.2. Compete à SAGRI:

- a) Coordenar as ações objeto deste protocolo e prestar apoio técnico e institucional



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

- 3.8. Compete ao SENAR:
- Promover capacitação sobre gerenciamento econômico e financeiro para os agricultores familiares;
  - Promover cursos e treinamentos para os agricultores familiares sobre: gestão de resíduos, redução de desperdícios no campo, aplicação correta de defensivos agrícolas, educação ambiental, etc.;
  - Promover cursos de alfabetização jovem e adulta para os agricultores de comunidades parceiras, e em outras atividades de educação formal ou informal, com vistas à formação de mão de obra local para os empreendimentos agroindustriais;
  - Promover treinamentos e/ou cursos de capacitação aos agricultores parceiros para manutenção e trato culturais das principais culturas agrícolas praticadas na Região do ZEE.

3.9/Compete ao BANCO DA AMAZÔNIA e ao BANPARA:

- Conceder financiamentos às famílias de produtores rurais, associações e cooperativas, através das várias linhas de financiamento disponíveis para produção de palma de óleo e demais culturas agrícolas da região do ZEE;
- Agilizar o processo de concessão de financiamentos;
- Formar um comitê em conjunto com a ABRAPALMA para analisar casos especiais de concessão de créditos ou quitação de dívidas, a fim de habilitar agricultores aos financiamentos;
- Apoiar a constituição de associações ou cooperativas de agricultores familiares, auxiliando na concessão de financiamento para estruturação das mesmas;
- Criar mecanismos para facilitar o pagamento do financiamento dos agricultores;
- Capacitar sobre dinâmica financeira aplicada aos financiamentos concedidos pelo banco aos agricultores.

Parágrafo único: Este protocolo admite a outras instituições financeiras manifestarem sua adesão aos compromissos mediante a assinatura do Termo de Adesão constante do Anexo I.

3.10. Compete à ABRAPALMA, por meio de seus Associações e às demais empresas de Palma atuantes no Estado do Pará que declararem adesão a este protocolo:

- Implementar um sistema integrado de produção podendo envolver pequenos e/ou médios e/ou grandes produtores rurais da Região do ZEE para o desenvolvimento do plantio da palma de óleo;
- Prestar assistência técnica gratuita para agricultura;
- Garantir a compra de produção total de cachos de frutos frescos (CFF), mediante de doação, dos agricultores familiares integrados às empresas;
- Estabelecer uma forma transparente de precificação do CFF (Cacho de Fruto

7



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

- 3.5. Compete ao ITERPA:
- Realizar ou apoiar o georeferenciamento das propriedades de agricultores familiares nos municípios da Região do ZEE;
  - Estabelecer rotinas de instrução processual visando agilizar o processo de legalização e titulação das propriedades dos agricultores e empresas integrados no cultivo da palma de óleo, inclusive na redução de taxas;
  - Participar do grupo de trabalho voltado à análise, revisão e criação de termos de referência, procedimentos ou normas para o setor da palma;
  - Viabilizar a legalização das propriedades de termo de referência, procedimentos ou normas de sua competência;
  - Realizar ações de varredura fundiária nos municípios de produção e plantio de palma dentro do ZEE.

3.6. Compete aos Municípios que aderirem a este protocolo:

- Emitir licenças ambientais e validar CAR's, através de suas secretarias municipais no âmbito de suas competências, necessárias para a autorização legal de funcionamento das unidades de produção de óleos vegetais, plantios e demais atividades suporte para o plantio da palma;
- Apoiar o setor privado na prospecção de comunidades e agricultores familiares interessados e aptos para o plantio da palma;
- Viabilizar a emissão de documentos e anuências municipais para os agricultores familiares da produção integrada de palma de óleo;
- Melhorar a qualidade das estradas de acesso, pontes, saneamento básico, sistema de saúde e educação nas comunidades rurais onde residem os agricultores familiares;
- Apoiar ações com vistas à erradicação do trabalho infantil e análogo ao escravo nas comunidades rurais da região de acordo com o ZEE;
- Fortalecer as estratégias para melhoria da saúde da família, nas comunidades integradas no cultivo da palma de óleo;
- Desenvolver programas para educação formal e informal em comunidades rurais de atuação dos associados dessa entidade;
- Formalizar instrumentos para compra da produção agrícola dos agricultores integrados destinada à merenda escolar e também ao fornecimento de produtos alimentícios para prefeituras;
- Promover treinamentos e projetos de extensão rural para agricultores parceiros, através de suas secretarias de agricultura, assim como fornecer insumos à produção agrícola, quando couber.

Parágrafo único: Os municípios manifestarão sua adesão aos compromissos estabelecidos neste Protocolo, mediante a assinatura do Termo de Adesão constante do Anexo.

3.7. Compete à FAEPA:

- Identificar e mobilizar, através de seus sindicatos na região de acordo com o ZEE, produtores rurais potenciais para participar do sistema integrado de plantio de

6





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA MODIFICAÇÃO**

O presente Protocolo de Intenções poderá ser modificado, em havendo interesse entre os participantes, mediante termo aditivo específico, sendo, entretanto, vedada a modificação do seu objeto.

**CLÁUSULA OITAVA: DA DENÚNCIA**

Poderão os participantes, a qualquer tempo, dar por findo o presente Protocolo de Intenções, mediante notificação a todos os subscritores do protocolo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e ainda, por infração de quaisquer cláusulas e/ou condições ora estabelecidas, ficando os mesmos responsáveis pelas obrigações decorrentes ao tempo de vigência.

**CLÁUSULA NONA: DA PUBLICAÇÃO**

A SAGRI providenciará a publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, no prazo de até 10 (dez) dias, a contar de sua assinatura, para fins de eficácia, nos termos da legislação aplicável à espécie.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO**

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual da Comarca de Belém (PA) para dirimir qualquer dúvida oriunda do entendimento deste Protocolo de Intenções, ou para exigir o seu cumprimento.

E por estarem justos e acertados, assinam o presente instrumento, em 12 (doze) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Belém, 26 de agosto de 2014.

  
**DAVID LEAL**  
Secretário de Estado Especial de  
Desenvolvimento Econômico e Incentivo a  
Produção

  
**MARCELLO SILVA DO AMARAL BRITO**  
Associação Brasileira de Produtores de  
Óleo de Palma

  
**JOSE ALBERTO DA SILVA COLARES**  
Secretário de Estado de  
Meio Ambiente

  
**JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO**  
Secretário Extraordinário do PMV



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

- e) Apoiar a diversificação da produção rural dos agricultores parceiros dentro da estratégia de cada empresa;
- f) Apoiar a formação de associações e/ou cooperativas de agricultores integrados para atuação regional;
- g) Apoiar a capacitação dos agricultores integrados;
- h) Apoiar iniciativas de educação;
- i) Apoiar a regularização ambiental, quando necessário, para as propriedades ou posses dos agricultores integrados;
- j) Apoiar, junto com os órgãos competentes, no levantamento e regularização fundiária das propriedades ou posses dos agricultores integrados;
- k) Auxiliar os agricultores integrados na gestão financeira do financiamento obtido junto aos bancos;
- l) Participar do grupo de trabalho voltado à análise, revisão e criação de termos de referência, procedimentos ou normas para o setor da palma;
- m) Participar do Plano Estadual de Atração de Novos Negócios (PANN).

3.11 Compete ao PMV:

- a) Apoiar, com os recursos do Fundo Amazônia, a inscrição dos pequenos produtores, participantes da cadeia produtiva da Palma, no CAR – Cadastro Ambiental Rural;
- b) Apoiar, com os recursos do Fundo Amazônia e em parceria com a SEMA, a capacitação dos órgãos ambientais municipais para o licenciamento das atividades relativas ao cultivo de Palma e demais atividades agrossilvopastoris;
- c) Participar do grupo de trabalho voltado à análise, revisão e criação de termos de referência, procedimentos ou normas para o setor da palma.

**CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

O presente Protocolo não envolve transferência de recursos financeiros. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado correrão por conta dos recursos financeiros de cada instituição, de acordo com a suas respectivas ações.

Parágrafo Único: - Em se tratando de ações de competências dos órgãos e/ou entidades públicas subscritores, o instrumento específico a ser celebrado para sua implementação deverá contemplar a indicação dos recursos orçamentários.

**CLÁUSULA QUINTA: DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO**

O acompanhamento e execução deste Protocolo de Intenções serão realizados pelos parceiros conjuntamente, através de técnicos indicados especificamente para esse fim, bem como pelas Secretarias Especiais as quais se encontram vinculados, e entidades públicas subscritores.

**CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO DA VIGÊNCIA**

O presente Protocolo de Intenções terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo específico, em havendo interesse dos participantes.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

**CARLOS FERNANDES XAVIER**  
Presidente da Federação da Agricultura  
do Estado do Pará

**WALTER CARDOSO**  
Superintendente do Serviço Nacional de  
Aprendizagem Rural

**ANDREI GUSTAVO LEITE VIANA DE  
CASTRO**  
Secretário de Estado de Agricultura

**HUMBERTO BALBI REALE FILHO**  
Presidente da Empresa de Assistência  
Técnica e Extensão Rural do Pará

**LUIZ EUCLIDES BARROS FEIO**  
Banco da Amazônia

**CARLOS ALBERTO LAMARÃO CORRÊA**  
Instituto de Terras do Pará

**AUGUSTO SÉRGIO AMORIM COSTA**  
Banco do Estado do Pará

## TESTEMUNHAS:

NOME: Roberto Yokoyama  
CPF: 848.340.308-06

NOME: Ernesto Y. Miyagawa  
CPF: 616.627.392-49

NOME: Ieda F. F. de S.  
CPF: 398.692.962-20

## ANEXO 2 – BOLETINS DE OCORRÊNCIA DO CASO NAZILDO, ASSASSINADO EM 2018

00167/2015.000197-2



Governo do Estado do Pará  
 Polícia Civil do Estado do Pará  
 ACARÁ-UD - Acará - Unidade Policial 167  
 BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Número: 00167/2015.000197-2 Acará, 09 de março de 2015  
 Registrado em: 09/03/2015 10:32:53 É BOP de Apresentação? Não

Autoridade Policial... Nelson Renato Pimentel Junior  
 Registrador do Boletim: Jose Conceição Correa  
 Identificação do Caso: COMUNICAÇÃO: AMEAÇA  
 Dados do Relator..... NAZILDO DOS SANTOS BRITO  
 Tipo do Relator..... Relator  
 Identidade..... 6207359 / 1 - Identidade / BC - PA  
 Endereço Residencial... RUA: PA-252, KM-14, COMUNIDADE TURS NO.  
 Complemento: COMUNIDADE QUILOMBOLA AMARQUALTA  
 CEP: 68690000 BARRIO: ZONA RURAL LOCALIDADE:  
 ACARÁ UF: PA

Contato.....

Dados da Ocorrência  
 Especialização do Fato: Crimes Contra a Pessoa  
 Data e hora do Fato... 28/02/2015 10:15:00  
 Endereço... Rua Principal, BOBOVIA PA-252, KM-14, ZONAL  
 TRANSMIGRANTE Complemento:  
 COMUNIDADE TURS 113, ZONA RURAL, ACARÁ/PA.  
 FUNDOS: Pólis: Bairro: Zona Rural  
 Localidade: Acará - Acará / PA

Relato da Ocorrência

O relator acima citado, na qualidade de Presidente Interino da Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes de Quilombola do Alto Acará (AMARQUALTA), composta por 06 (seis) comunidades, vem a esta Delegacia de Polícia Civil do Município de Acará/PA, para informar que em data e hora sobreditas, durante reunião, o relator informou aos associados que havia solicitado fiscalização junto a DECA, IBAMA, DEMA e SEMA, para fiscalizar o desmatamento ilegal e prevenir o tráfico de entorpecentes. Nesta ocasião o nacional ALTAIR AMARAL, falou "É, eu tenho uma 20, se a fiscalização entrar aqui eu te mato", taxativo. A ameaça foi presenciada por diversas pessoas, entre elas JOSÉ RENATO GOMES DE GUSMÃO, conhecido por "RENATINHO", primo de ALTAIR, GETULINO VILELA TAVARES, coordenador de meio ambiente da associação. O relator esclarece que ALTAIR AMARAL e seus familiares, estão introduzindo pessoas que não são remanescentes de quilombola na área da associação (AMARQUALTA), com o propósito de extrair madeira para vender para madeireiros. Os moradores da associação não denunciam ALTAIR AMARAL e seus familiares, por medo de sofrer represália e até mesmo ser morto, pois os mesmos são contumaz em assessorar pessoas. Diante disto, o relator solicita providências. Registra-se para as devidas providências.

\*\*\* FIM DO RELATO \*\*\*

Observações:

Atenção: Este B.O.P. será atendido pela unidade Acará - Unidade Policial 167 no endereço citado no rodapé desta página.  
 Este documento é válido como Certidão para fins de direito, E GRAFICO, e não dá direito ao portador de conduzir veículo automotor sem a

Rua Pres. Ernesto Geisel N° 301 CEP 68690-000  
 Fone 0xx 91 3732-1220 Local: Acará CEP: 68690000

Página 1

00167/2015.000197-2



Governo do Estado do Pará  
 Polícia Civil do Estado do Pará  
 ACARÁ-UF - Acará - Unidade Policial 167  
 BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Número: 00167/2015.000197-2  
 Registrado em: 09/03/2015 10:32:53

Acará, 09 de março de 2015  
 É BOF de Apresentação? Não

Autoridade Policial...: Nelson Canito Pimentel Junior  
 Registrador do Boletim: Jose Conceição Correa  
 Identificação do Caso.: COMUNICAÇÃO: AMACIA  
 Dados do Relator.....: NAILDO DOS SANTOS BRITO  
 Tipo do Relator.....: Relator  
 Identidade.....: 4207339 / 1 - Identidade / PC - PA  
 Endereço Residencial...: RCD. BR-252, KM-14, COMUNIDADE TURÉ No.  
 Complemento: COMUNIDADE QUILOMBOLA PUNHAQUALTA  
 CEP: 68690000 Bairro: ZONA RURAL Localidade:  
 ACARA UF: PA

Contato.....: /

Dados da Ocorrência

Especialização do Fator: Crimes Contra a Pessoa  
 Data e hora do Fato....: 28/02/2015 10:15:00  
 Endereço.....: Rua Principal, RODOVIA PA-252, KM-14, ZONA  
 TRANSICIONAL Complemento:  
 COMUNIDADE TURÉ III, ZONA RURAL, ACARÁ/PA.  
 FUNDO: Perímetro: : Bairro: Zona Rural  
 Localidade: Acará - Acará / PA

Carteira Nacional de Identificação (C.N.I.)

Alinne Santos de Azevedo  
 Escrivão de Polícia

*Naildo dos Santos Brito*  
 NAILDO DOS SANTOS BRITO  
 Relator

00167/2015.000291-1



Governo do Estado do Pará  
 Polícia Civil do Estado do Pará  
 ACARÁ-UP - Acará - Unidade Policial 167  
 BOLETIM de Ocorrência Policial

Número: 00167/2015.000291-1 Acará, 02 de abril de 2015  
 Registrado em: 02/04/2015 10:29:20 # BOP de Apresentação: 030

Nominação Policial...: João Bosco da Andrade Fagioli  
 Registrado no Boletim: Nelson Canito Pimentel Junior  
 Identificação do Caso.: COMUNICAÇÃO: EXTRAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA  
 Nome do Relator...: MAZILDO DOS SANTOS BRITO  
 Tipo do Relator...: Relator  
 Identidade...: 4267359 / 1 - Identidade / PC -  
 Endereço Residencial...: RODOVIA PA-252, KM-14, COMUNIDADE TURÉ III, A  
 Complemento: COMUNIDADE QUILOMBOLA AMALQUATA,  
 CEP: 68690000 Bairro: ZONA RURAL Localidade:  
 ACARÁ UF: PA

Circuito.....

Dados da Ocorrência  
 Especialização do Fato: Crime Contra o Meio Ambiente  
 Data e Hora do Fato...: 02/04/2015 10:29:20  
 Endereço...: Rua Principal, RODOVIA PA-252, KM-14, RAMAL  
 TRANSIOVALE Complemento:  
 COMUNIDADE TURÉ III Fundos: Perimetro: /  
 Bairro: Zona Rural Localidade: Acará - Acará / PA

Relato da Ocorrência

O relator acima citado, na qualidade de Presidente Interino da Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes Quilombolas do Alto Acará (AMALQUATA), inscrita no CNPJ nº 11.619.530/0001-39, veio a esta Delegacia de Polícia Civil do Município de Acará/PA em data e hora sobreditas, para informar que os nacionais: GUILHERME; FÁTIMA e JOÃO, estão liderando um grupo de 20 (vinte) pessoas, os quais estão extraído madeira de lei da área da reserva ambiental da Comunidade Turé III, a qual pertence a AMALQUATA; O relator esclarece que ontem 01/04/2015, por volta das 08h00, conversou com GUILHERME; JOÃO e FÁTIMA, e explicou aos mesmos que estavam extraído madeira de lei ilegal da área da Comunidade Turé III, que por esse motivo deveriam se retirar das dependências da Comunidade Turé III, pois os moradores estavam cobrando uma atitude da parte do relator para conter a extração ilegal de madeira de lei. Nesta ocasião, GUILHERME; JOÃO e FÁTIMA, informaram ao relator que iriam deixar a área da Comunidade Turé III, após terem extraído ilegalmente toda madeira de lei. Diante disto, o relator solicita providências. Esclarece que os moradores da Comunidade Turé III, estão revoltados com a extração ilegal de madeira de lei. Registra-se para as devidas providências.//////

\*\*\* FIM DO RELATO \*\*\*

Observações:

Atenção: Este B.O.P. será atendido pela unidade Acará - Unidade Policial 167 no endereço citado no rodapé desta página.  
 Este documento é válido como Certidão para fins de direito, É GRATUITO, e não dá direito ao portador de conduzir veículo automotor sem a Carteira Nacional de Habilitação (C.N.H.)

Rua Pres. Ernesto Geisel Nº 301 CEP 68690-000  
 Fone Oxx 91 3732-1220 Local: Acará CEP: 68690000

Página 1